

HISTORIA DO BRAZIL



Duff

LIÇÕES

DE

JOSÉ E. C. DE SÁ E BENEVIDES

BACHAREL EM SCIENCIAS SOCIAES E JURIDICAS

E

LENTE DA ESCOLA NORMAL

DE

SÃO PAULO

2.^a EDIÇÃO

LIBRARIA FRANCISCO ALVES & C.

Rua do Ouvidor, 166 — RIO DE JANEIRO

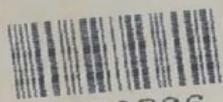
Rua de S. Bento, 65 — S. PAULO

Rua da Bahia — BELLO HORIZONTE

1910

SA
38-7
31

A
7 21 2



00020806

18

HISTORIA DO BRAZIL



O. R.
C. N. de L.

LIÇÕES

DE

JOSÉ E. C. DE SÁ E BENEVIDES

BACHAREL EM SCIENCIAS SOCIAES E JURIDICAS

E

LENTE DA ESCOLA NORMAL

DE

SÃO PAULO

Duplicad
del N 23574

1799

2.^a EDIÇÃO



178 x 184

LIVRARIA FRANCISCO ALVES & C.

Rua do Ouvidor, 166 — RIO DE JANEIRO

Rua de S. Bento, 65 — S. PAULO

Rua da Bahia — BELLO HORIZONTE

1910

ADVERTENCIA

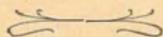


Estas lições, subordinadas ao respectivo programma official de ensino, nada mais são do que uma recopilação para facilitar o estudo de meus discipulos.

Fornecem, ellas, os elementos de um conhecimento geral da «Historia Patria», si bem que muito limitados com relação á ultima parte do programma, porque, sendo tarefa de futuros historiadores o escrever a «historia» desse periodo, só existe delle por enquanto a simples «resenha» dos factos.

Serei feliz, si, na realidade, forem ellas proveitosas á mocidade estudiosa—habilitando-a para futuras e mais profundas investigações.

O AUTOR.





INTRODUÇÃO

ESTUDO DOS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA DESCOBERTA DO BRAZIL

O FIM do século XV foi assinalado por importantíssimas descobertas marítimas, cabendo a gloria d'ellas aos Portuguezes e aos Hespanhóes, sobretudo aos Portuguezes, que foram os que as iniciaram, e que com o seu exemplo impulsionaram as navegações dos outros povos. Para preparar pilotos habéis na arte de marear, o mais illustre dos filhos de D. João I, o infante D. Henrique, que foi o principal promotor dos descobrimentos, creou em Sagres uma celebre escola de nautica, á qual attrahiu os cosmographos mais distinctos do seu tempo.

Durante a idade média, os mercadores europeus iam buscar as mercadorias da India á Syria ou á Alexandria, onde os Arabes lhes vendiam as especiarias muitissimo caro. Foi o desejo de baratear estes productos, procurando um caminho marítimo para as Indias, que levou os ousados marinheiros portuguezes a devassarem persistentemente «mares nunca d'antes navegados».

Diz-se que já no tempo de D. Affonso IV as caravelas portuguezas se aventuravam em viagens arrojadas para o sul, chegando até a umas ilhas, que se suppõe serem as

Canárias; todavia foi só desde o principio do seculo XV que começaram a serie regular das explorações maritimas, as quaes revelaram a fórma exacta das costas africanas, e que, por fim, foram coroadas com a chegada á India. As primeiras descobertas, realizadas ainda no reinado de D. João I, foram as da ilha de *Porto Santo* (1418) por Bartholomeu Perestrello, a da *Madeira* (1419) por Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, e a de *Santa Maria*, nos Açores (1432), por Gonçalo Velho Cabral. Era apenas o inicio da grande epopéa marítima.

Entretanto iam os Portuguezes fazendo pacientemente a exploração das costas occidentaes da Africa, cujos estadios principaes são: o dobramento do cabo *Bojador* por Gil Eannes (1434), a descoberta do archipelago de *Cabo Verde* por uma expedição enviada pelo infante D. Henrique (1446) e da qual faziam parte o veneziano Luiz Cadamosto e o genovêz Antonio de Nola, e a chegada de Diogo Cão ao *Zaire* (1484).

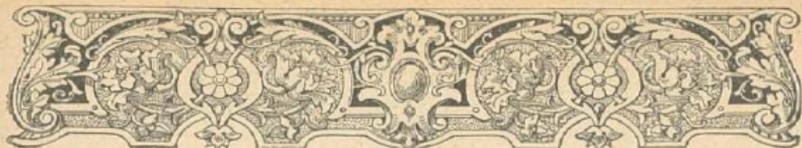
O mais decisivo, porém, dos passos para o descobrimento do novo caminho das Indias foi o dobramento do extremo meridional da Africa por *Bartholomeu Dias* (1486). Enviado por D. João II para continuar as explorações, já bastante adeantadas, do littoral africano, conseguiu chegar, no fim de uma viagem cheia de perigos, a um immenso cabo, que denominou das *Tormentas*, por causa da tempestade que lhe desmantelou os navios e que o impediu de proseguir na exploração da costa oriental da Africa. O rei, porém, que viu neste notavel descobrimento a esperança de breve se chegar á India, mudou o nome d'este promontorio para cabo da *Boa-Esperança*.

Onze annos depois, o rei D. Manuel mandava uma pequena frota de quatro navios sob o commando de *Vasco da Gama*, para tentar a viagem para leste. Este feliz e ousado navegador, depois de dobrar o cabo da Boa-Esperança, explorou a costa do *Natal*, aportou a *Mocambique* e *Mombaça*, onde esteve para ser victima da traição dos mercadores arabes, e entrou em *Melinde*, onde recebeu pilotos, que o guiaram, atravez do Oceano Indico, até *Calicut* (1498). Estava finalmente achado o novo caminho para as Indias.

Pouco antes, Christovão Colombo, um genovêz ao serviço dos reis catholicos, aportava á America Central, desembarcando na ilha da Guanahani, uma das Lucáias, á qual elle pôz o nome de São Salvador (1492).

Continuaram os descobrimentos, verificando-se entre outros o do Brazil, e, graças aos Portuguezes e Hespanhóes, foi duplicado o mundo até então conhecido.





PARTE I

TEMPOS COLONIAES

1. DESCOBRIMENTO DO BRAZIL E PRIMEIRAS EXPLORAÇÕES.

a). O DESCOBRIMENTO.

Sahindo do Tejo com destino ás Indias no dia 9 de Março de 1500 com 13 navios passou Pedro Alvares Cabral entre as ilhas Canarias no dia 14, e defronte da de S. Nicoláo; uma das do archipelago de Cabo Verde, a 22. Neste ultimo ponto desgarrou-se a não de Vasco de Athayde que, não obstante as diligencias empregadas pelo capitão-mór, não foi mais encontrada.

De Cabo Verde, fazendo rumo approximadamente SO, a 21 de Abril a armada descobriu signaes de terra, a 22 pela manhã diversas aves, e á tarde um alto monte, que recebeu a denominação de *Paschoal* em attenção a festa da Paschoa que se celebrava a bordo e em toda a christandade.

Nesta noite ancoraram os navios a seis leguas da terra, e com 19 braças de fundo.

Ao outro dia approximou-se a esquadra da terra, ancorando obra de meia legua em frente a um pequeno rio, que o general Rohan suppõe ser o Cahy e que foi sondado por Nicoláo Coelho, companheiro de Vasco da Gama na viagem á India.

A' noite soprou sueste tão rijo que fez garrar as náos, pelo que resolveu o almirante procurar surgidouro mais seguro, que foi encontrado dahi dez leguas.

No dia 25 a armada entrou no porto, então denominada Porto Seguro e que hoje corresponde á bahia de Santa Cruz.

No dia 26, Domingo da Paschoela, celebrou Fr. Henrique missa em um ilhéu da bahia; na sexta-feira, 1 de Maio, celebrou o mesmo frade outra missa na praia, onde ergueu-se uma cruz feita de madeira do paiz.

Suppondo ser a terra descoberta uma grande ilha, deu-lhe Cabral o nome de *Ilha de Vera Cruz*, que, depois, verificado o equívoco, foi mudado para o de *Terra de Santa Cruz* e mais tarde para o de *Brazil*.

A 2 de Maio seguiu Cabral para as Indias, tomando André Gonçalves o rumo da Europa para levar a D. Manuel a feliz nova do descobrimento, em carta escripta pelo escrivão da armada Pero Vaz de Caminha. D. Manuel tratou logo em Julho desse mesmo anno, de communicar aos soberanos da Europa o resultado da nova de André Gonçalves.

Tal é o historico do descobrimento.

Numerosas questões e duvidas, porém, se levantam em redor desse facto — sendo necessario, para completar o nosso estudo, que tomemos conhecimento das principaes.

Não terão sido os Francezes ou os Hespanhóes os verdadeiros descobridores do Brazil? Sua descoberta foi ou não obra de méro acaso? Qual a verdadeira data do descobrimento—3 de Maio ou 22 de Abril de 1500?

* * *

Segundo Desmarquets (*Memoires chronologiques pour servir à l'histoire de Dieppe*) mercadores de grosso trato desta cidade fizeram em 1488 uma associação commercial, e propuzeram a Jean Cousin que por sua conta partisse em viagem de exploração.

Jean Cousin, marinheiro perito, bravo soldado e negociante, primeiro conferenciou com seu mestre o padre Descaliers, que fundára em Dieppe uma escola onde en-

sinava a theoria da navegação, e além disso era, segundo Asseline, excellente cartographo.

Descaliers deu instrucções muito extensas ao seu discipulo, assegura Gaffarel; recommendou-lhe que aproveitasse os ventos do largo e que não beirasse o littoral, para evitar as tempestades sempre frequentes n'aquellas paragens e não naufragar em alguns dos bancos de arêa e recifes tão numerosos na costa.

Cousin obedeceu a estes sabios conselhos. Chegando á altura dos Açores foi arrastado para o Oeste por uma corrente maritima e aportou á uma terra desconhecida, junto á embocadura de um rio immenso. Tomou posse deste continente; porém, como não tinha nem equipagem bastante numerosa, nem recursos materiaes sufficientes para fundar um estabelecimento, tornou a embarcar.

Em logar de voltar em direitura á Dieppe e dar conta de sua descoberta, elle singrou na direcção de sueste, isto é, da Africa Austral, descobriu o cabo, que depois ficou sendo chamado das Agulhas, tomou nota dos logares e de sua posição, subiu para o norte perlongando Congo e Guiné onde permutou suas mercadorias, e voltou a Dieppe em 1489.

Este paiz desconhecido, achado por Cousin, é o Brazil; o rio immenso—é o Amazonas, segundo os Francezes, que assim, de simples golpe, quasi fizeram metade do caminho do Oriente, que mais tarde devia ser percorrido por Vasco da Gama, ao mesmo tempo que precediam Christovão Colombo no descobrimento do Novo Mundo.

Mais ainda: o immediato de Cousin era um castelhano de nome Pinzon, que durante a viagem incompatibilisou-se com o chefe, foi causa de continuas divergencias, e uma vez, na Africa, com sua deslealdade para com os indigenas deu motivo aos Europeus serem atacados e quasi fez abortar a expedição. Por esta razão, chegando a Dieppe, Cousin conseguiu que elle fosse declarado impróprio para servir na marinha dieppense, e então Pinzon retirou-se para Genova e depois para Castella.

Ora, diz Gaffarel, tudo leva a crer que este Pinzon é Martim Allonso Pinzon, o mesmo a quem Colombo confiou tres annos mais tarde o commando de um dos tres

vasos da esquadilha em que descobriu o Novo Mundo.

De sorte que não só foi Cousin quem descobriu o novo continente, como foi, graças a um seu companheiro, que Colombo usurpou depois a gloria de tamanho descobrimento.

Tal é a pretensão dos Francezes, que, estudada e examinada por Capistrano de Abreu (Descobrimento do Brazil e seu desenvolvimento no seculo XVI) é reputada sem valor nos termos seguintes:

"A viagem de Jean Cousin é possível geographica e historicamente; mas, á luz dos documentos conhecidos e dos argumentos dos que a defendem, não está provada.

A intervenção de Descaliers é difficuldade insolúvel; porque, ou fosse mais velho que Cousin ou da mesma idade que elle, não podia normalmente traçar cartas geographicas em 1553 (tendo então 110 ou 113 annos de idade), e entretanto elle traçou-as e taes cartas existem.

A intervenção de Pinçon dá logar á dupla difficuldade: ou tem-se de admittir dous homens com o mesmo nome, com o mesmo caracter, com a mesma profissão, no mesmo tempo; ou tem-se de admittir um só a representar papel que destôa de todos os seus precedentes, dos precedentes de Colombo, de todas as regras de verosimilhança.

A identidade entre parte da viagem de Cabral e parte da de Cousin; a quasi identidade entre parte da viagem deste e parte da viagem de Vasco da Gama, são novas difficuldades; patenteam o orgulho nacional a esforçar-se por encobrir ao mesmo tempo a gloria de duas nações rivaes.

A falta de documentos coevos, as contradicções dos que defendem a tradição dieppense, que para admittir a viagem tem que socorrer-se a Desmarquets, unico que attesta-a, e para defendel-a tem que atacal-o e modificar suas affirmações, são novas difficuldades. E ainda ha outras e outras.

Portanto, por ora, é impossível reconhecer que o descobrimento do Brazil seja devido a francezes."

Quanto aos hespanhóes é sabido que desde o seculo XVI reclamaram como seu o descobrimento do Brazil, e ninguem ainda lh'o contestou, com vantagem. Duvidas e pontos

obscuros existem — não ha negal-o — mas versam antes sobre minucias do que sobre o facto fundamental.

Varnhagen, dentre outros escriptores, attribue chronologicamente o descobrimento do Brazil aos hespanhões Vicente Yanez Pinzon e Diogo de Lepe.

O primeiro zarpou de Palos a 18 de Novembro de 1499, acompanhado por Americo Vespucci e chegou a um cabo que denominou *Santa Maria de la Consolacion* ou Rostro Hermoso; e costeando, descobriu a foz do Amazonas que denominou *Mar-dulce*, o cabo Orange que denominou S. Vicente, e, finalmente, chegou á foz do Oyapoc que lhe tomou o nome durante algum tempo.

O segundo sahiu de Palos ou Cadiz em Dezembro de 1499, chegou ao cabo de S. Agostinho e depois de ter viajado para o sul durante algum tempo, retrogradou para o norte, seguindo mais ou menos Pinzon.

Varnhagen trata de uma viagem em Junho de 1499 de Hallonso de Hojeda, seguido de João de la Cosa e Americo Vespucci, que chegaram até o rio das Piranhas no Rio-Grande do Norte.

Tambem a um Velez de Mendonça é attribuida uma viagem ao Brazil.

Sobre a viagem do primeiro abundam opiniões controversas; e da do ultimo apenas poucos escriptores se têm occupado.

Em conclusão:

Todos os esforços até hoje feitos, no dizer de Capistrano de Abreu (obra citada), para recuar o descobrimento do Brazil para antes de 1500, não tem resistido á critica.

A tradição franceza da viagem de Cousin, que fixa o descobrimento do Brazil no anno de 1488, não está comprovada e tropeça em difficuldades insuperaveis, como vimos.

A interpretação da viagem de Hojeda em 1499, que Varnhagen dá baseando-se nas cartas de Vespucci, tem contra si o testemunho de Hojeda, de Juan de la Cosa, dos companheiros de Pinzon e todos os resultados apurados no estudo dos textos e na critica dos factos.

É, portanto, incontestavel que o descobrimento do Brazil foi em 1500. E foram os Hespanhões que o descobriram,

porque Cabral viu terra mais de meado de Abril; Pinzon viu-a em Janeiro, e Lepe, quando Cabral ainda nem percebera signaes de terra, já dobrára o cabo de S. Agostinho para o sul e tornava para o norte. Esta é a solução chronologica.

A solução sociologica é differente; nada devemos aos Hespanhóes, nada influíram sobre a nossa vida primitiva; prendem-se muito menos á nossa historia do que os Franzezes.

Sociologicamente falando — foram os Portuguezes os descobridores do Brazil. Nelles inicia-se a nossa historia; por elles se continúa por seculos; a elles se devem, principalmente, os esforços que produziram uma nação moderna e civilisada.

* * *

Foi ou não casual o descobrimento do Brazil?

Seguindo as instrucções de Vasco da Gama, que ordenava nas declinações de rumo, tomar a direcção de sul-sudoestê, correndo á bombordo para o largo, quando soprassem ventos contrarios até a latitude do Cabo de Boa Esperança, viria Cabral pela fatalidade desse rumo a tocar a estas plagas sem dellas cogitar—ou buscaria as terras por ahí presentidas por Vasco da Gama á 22 de Agosto de 1497, quando tacteava encontrar pela pôpa vento favoravel que o levasse ao oriente?

Corroidos pelo tempo ou de outro modo destruidos, perderam-se em parte, infelizmente, para a Historia, o roteiro e as instrucções dessa viagem — roubando-nos, assim, a fatalidade, os documentos que poderiam comprovar os factos, respondendo a todas essas interrogações. Apesar disso, entretanto; tudo leva hoje a riscar da Historia a lenda do arrebatamento involuntario da esquadra pelas desconhecidas correntes oceanicas, fazendo suppôr com todo o fundamento que Cabral não estava desviado do rumo que seguia consciante, quando divisou no horisonte o cabeço de um alto monte em territorio que é hoje o Estado da Bahia.

Explica-se o descobrimento pela viagem de Vasco da Gama, pelas instrucções que elle redigiu e pelo meio social.

Que instrucções teriam sido dadas a Cabral?

Existem dellas apenas alguns fragmentos do rascunho ou borrão, por cuja leitura não se póde fazer uma idéa perfeita e acabada.

Entretanto, cumpre accentuar aqui certos factos, que justificam alguns conceitos do eminente publicista sr. Oliveira Martins.

Começaremos pela doação, feita por D. João II, em 3 de Março de 1487, a Fernão d'Ulmo, povoador e capitão da ilha terceira,—e da ilha, que se presume ser das *Sete Cidades*, das ilhas ou terra firme que descobrisse no Atlantico.

Ora, desta ilha se falava já na celebre carta do afamado Florentino Paulo Toscanelli, endereçada ao seu amigo Fernão Martins, conego da Sé de Lisboa, e datada de 25 de Junho de 1474.

«Estão marcados na carta, diz aquelle referindo-se a uma carta de marear que desenhára por sua propria mão, e enviára, para melhor se fazer comprehender, desde a Ilha de Antilia, denominada das Sete-Cidades, que já é vossa conhecida, dez espaços até a ilha de Cipango, isto é, duzentos e vinte e cinco leguas, etc.»

Quando se realizou a viagem de Vasco da Gama, estava construido, havia já cinco annos, o globo terrestre de Martin de Behaim.

Neste notavel trabalho não figura ainda a America,—mas, como as dimensões geraes da terra alli são mal calculadas, o vacuo deixado pela ausencia desta vasta região não é muito grande: o logar do novo continente é occupado em parte pelo continente asiatico, e o Japão acha-se a 280 grãos em vez de 150. Das duas terras marcadas neste espaço, uma é chamada Antilia e está no 330° de longitude; sobre esta Behaim escreveu:

«Em 773, quando os africanos submetteram a Hespanha, foi a Antilia povoada por um arcebispo do Porto, acompanhado de mais seis bispos e de muitos christãos, que tinham deixado a Hespanha com seus rebanhos e haveres.»

Tudo isto, e, mais do que isto,—a recente descoberta de Colombo, produzira profundissima impressão na mente do rei de Portugal e dos seus pilotos.

As vistas de todos, portanto, voltavam-se de continuo para as sombras mysteriosas do Oeste.

Tal é a verdade que resalta da leitura do maior numero de documentos da época.

O venturoso almirante, que levou pela primeira vez as quilhas portuguezas a Calicut,—desde o dia 3 de Agosto, em que deixou as ilhas do Cabo Verde,—navegou sempre muito ao largo, por causa das tão faladas calmarias de Guiné,—rezam as chronicas;—«e em 22 do dito mez, escreve elle, indo na volta do mar ao sul e a quarta do sudoeste, achámos muitas aves feitas como garções, e quando veiu a noite tiravão contra o sudoeste muito nigas (lêa-se rijas) como aves que iam para terra, e neste mesmo dia vimos uma balêa, e nisto bem oytocentas leguas em mar.» (Roteiro da Viagem de Vasco da Gama por A. Herculano e o Barão do Castello de Paiva,—2.^a edição, pag. 3).

Parece que se procurou averiguar o que havia de real em semelhantes indícios:—disto nos convence um trecho extrahido do «Esmeraldo de situ orbis», livro inedito escripto pelo grande Duarte Pacheco e offerecido a el-rei D. Manuel.

Os cosmographos e os pilotos do rei «Afortunado» faziam repetidas conferencias sobre viagens, nas recamaras do paço, consultando mappas e roteiros, guardando-se a respeito do objectivo de taes reuniões o mais absoluto segredo.

Martin de Behaim, o celebre mathemathico e astronomico que, com Diogo de Cão, navegára no oceano para oeste «até mais longe do que Ptolomêo julgava possível» e que fôra um dos que mais vehementemente rejeitaram o projecto de Colombo, insistindo em que os portuguezes continuassem as suas descobertas pelo sudoeste, achava-se na côrte, por ter ahí ficado desde 1494.

A verdade reside, entretanto, senão inteira, pelo menos em bôa parte, na seguinte judiciosa conjectura do Sr. Oliveira Martins.

«No anno seguinte ao da descoberta da India, Pedro Alvares Cabral, que para lá fôra mandado com uma imponente esquadra, não resiste á tentação da curiosidade. Descendo no Atlantico em direcção de leste, uma pergun-

ta incessante o persegue: que haverá a Oeste? para esse lado descobriu Colombo umas Indias no hemispherio Norte: acaso haverá mais Indias no hemispherio do Sul? Amarrrou para Poente, a indagar, a ver; mais uns mezes, na longa viagem do Oriente, que importavam? Com effeito, descobriu o Brazil.»

Completa o trabalho interpretativo do escriptor precedente um topico da carta do physico mestre João, noticiando por sua vez ao mesmo soberano o descobrimento, sem explosões de natural surpresa e enthusiasmo, antes com admiravel singeleza, filha de uma convicção previamente assentada:

--«Quanto senhor ao sitio desta terra, mande V. Alteza trazer uma mappa-mundi que tem Pero Vaz Bisagudo, e por ali poderá vêr V. Alteza o sitio desta terra, com quanto aquelle mappa-mundi não certifique ser esta terra habitada e não é mappa-mundi antigo e alli achará V. Alteza escripta tambem a Mina.»

Surprehende deveras esta recommendação tão naturalmente feita pelo physico mestre João a el-rei D. Manuel.

Pois si a officialidade toda da frota estava diante do desconhecido, como se explica o desejo manifestado por esse homem de que o monarcha procurasse em Lisboa, no mappa acima indicado, a arrumação da terra, que Cabral e seus companheiros acabavam de descobrir?

Não será isto mais que sufficiente para fazer gerar no nosso espirito a convicção de que, antes da frota zarpar do ancoradouro de Belém, se havia perscrutado da existencia de terras desconhecidas para Oeste?

Sem duvida que sim!

Chegara-se, afinal, a averiguar-se aquella suspeita de que fala Camões, após a descripção das terras da Costa d'Africa, que a fróta do Gama ia deixando á esquerda:

«... que á direita

Não ha certeza de outra, mas suspeita.»

Cabral sahe a barra de Lisboa a 9 de Março de 1500, e ainda mais que o Gama, engolfa-se no oceano, vendo, após quarenta e tantos dias de viagem, erguer-se diante dos seus olhos, para léste, primeiro um alteroso monte,

em seguida outras serras mais baixas ao sul delle, e logo uma formosa terra chã com grandes arvoredos.

Fôra alli ter, por fugir demasiado ás insidiosas calmarias, conjecturam uns; contribuíra para isso a impetuosidade das correntes oceanicas ou pelagicas, accrescentam outros; arrojjaram-no contra aquellas plagas os furacões de uma descabellada tempestade, affirma o maior numero.

Todas essas atoardas serviram, porém, tão sómente para mascarar os secretos designios do governo portuguez, assim como tantas outras haviam antes sido postas em circulação, para servir a idéa do seu dominio exclusivo no littoral da Africa.

No tocante á tempestade, o desmentido nos vem firmado pelo proprio punho do escrivão da armada, Pero Vaz de Caminha, o qual, referindo a el-rei o desgarramento do navio de Vasco de Athayde, na altura de Cabo Verde, não sabe como explicar o facto, «porque ahi não havia tempo forte, nem contrario, para poder ser», e nem nos diz que o tivesse havido d'ahi em diante até o dia do descobrimento da terra.

Antonio Galvão (Descobrimientos antigos e modernos, etc.) assevera que o Regimento dado a Cabral mandava que a armada se afastasse «o mais possivel da costa da Africa para encurtar a via».

«Em 1500, escreve Damião de Góes, partiu Pedro Alvares Cabral para a India, indo primeiro as ilhas Canarias e navegando depois a léste até ver terra da America e ancorar em Porto Seguro.» (Chronica d'el-rei D. Manuel, parte I, cap. 55).

Convém sobretudo accentuar um argumento de muito peso nesta cõtroversia.

Cabral para fugir ás calmarias, podia afastar-se quanto quizesse da costa de Guiné; o que não podia, porém, era seguir rumo opposto, como fez. «Não se permittia, affirma Rebello da Silva, que as náos se desviassem da derrota marcada, qualquer que fosse o motivo invocado.» (Historia de Portugal, Tit. IV, cap. IV, pag. 577).

Cabral não foi, pois, segundo parece, um mero agente da fatalidade, das monções e das correntes oceanicas; Cabral foi o mandatario de homens que tinham a convicção

de que para os lados de Oeste, em relação ás costas africanas, existiam terras ainda não descobertas.

* * *

Segundo a carta de Pero Vaz de Caminha foi o Brazil descoberto a 22 de Abril. Porem, por um decreto do Governo Provisorio da Republica dos E. U. do Brazil, foi considerado de *festa nacional* o dia 3 de Maio para comemorar a data do descobrimento do Brazil, e tambem pelo artigo 17 de Constituição da Republica foi destinado este dia para a abertura dos trabalhos do Corpo Legislativo. Como conciliar estas duas datas?

De nenhum modo. Incontestavelmente foi a 22 de Abril que se avistou a que devia ser terra brasileira.

Explica-se, porém, o facto da commemoração a 3 de Maio pelas razões seguintes:

A carta de Caminha, publicada em 1817, não foi logo vulgarisada—e até mesmo os eruditos só mais tarde lhe outorgaram todos os fóros de documento historico.

Até meado do seculo XIX era tradição dominante que o Brazil fôra descoberto no dia de Santa Cruz; nas obras, mesmo, de Gaspar Corrêa, de João de Barros, de Pero de Magalhães Gandavo, de Gabriel Soares, do P.^e Simão de Vasconcellos, de Fr. Gaspar da Madre de Deus—encontra-se a data de 3 de Maio ligada ao descobrimento. Continnou o erro ainda depois da independencia. Varnhagen, em 1840, em uma de suas obras dizia: «Erram os que, seguindo a Marco, Gaspar Corrêa, Barros e Soares, querem, deduzindo-a do nome dado a terra, que fosse a descoberta a 3 de Maio, em que a Igreja solemniza a festa de Santa Cruz. Esta opinião erronea produz um anachronismo de consequencia, que, até em actos publicos, voga indevidamente no Brazil.»

Foi, portanto, por uma tradição erronea que se consagrou no Brazil o «3 de Maio» para festejar a data do seu descobrimento.

b) PRIMEIRAS EXPLORAÇÕES

Portugal tomou desde logo conta da terra descoberta por Cabral. Menos de dez annos lhe bastaram para contornar a vasta extensão das costas do paiz.

A começar do norte, encontramos, em primeiro lugar, a expedição exploradora de João Coelho, infelizmente quasi desconhecida. A data em que se realisou, ainda está por determinar—suppondo-se, porém, que João Coelho foi ao norte ao mesmo tempo que André Gonçalves ia ao sul, e affirmando outros que se attribue a João Coelho o que foi realisado por Gonçalo Coelho. Em todo caso, mesmo que fosse João Coelho e não Gonçalo, ha razão para crêr que não veio muito posteriormente a 1502. Neste anno foi reconhecida a posição das terras ao norte do Cabo de S. Agostinho. Porque seria o sul exclusivamente explorado, quando esta parte do norte estava dentro da demarcação de Tordesilhas?

Pouco mais ou menos nesse tempo ha noticia de outra viagem ao norte de S. Agostinho: a de Fernando de Noronha, que descobriu a ilha de seu nome, provavelmente a 24 de Junho de 1503. Fala-se, tambem, de uma viagem exploradora do norte, emprehendida com licença regia por Affonso Ribeiro, a quem os selvagens mataram: dizem que sahiu do cabo de S. Agostinho, contornou a terra firme até Darien e foi dar a ilha de S. João (1512-1513).

A partir do cabo de S. Agostinho para o sul, as expedições são melhor conhecidas.

Logo, em 1500, houve, a partir de Porto Seguro para o norte, até provavelmente o cabo descoberto por Pinzon a exploração de André Gonçalves, attestada por Gaspar Corrêa. Deve ter sido muito cursoria, porque André Gonçalves partindo a 1 de Maio de Santa Cruz, já estava na Europa antes de Outubro. A prova é que no mappa de Juan de la Cosa, feito neste mez, já figura a terra descoberta pelos Portuguezes, de que elle não podia ter conhecimento sinão por André Gonçalves ou seus companheiros.

Foi em 1501 que veio a primeira expedição verdadeiramente exploradora ao sul. Commandava-a o mesmo An-

dré Gonçalves, e vinha nella por piloto ou cosmographo o celebre florentino Americo Vespucci.

A esquadra deixou o Tejo em Maio de 1501 e surgiu no cabo de S. Roque, nome que lhe deram por ser o do santo desse dia. Seguindo para o sul passou o cabo Santo Agostinho, que assim foi designado por ter sido dobrado a 28 de Agosto. Desse cabo a navegação proseguiu pela costa, tocou no rio S. Francisco, cabo S. Thomé, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, ilha S. Sebastião e Porto de Cananéa.

Uma segunda esquadra veiu ao Brazil, em 1503, mas essa com o fim de procurar pelo sul do nosso paiz uma passagem para uma ilha denominada Malaca, na qual affirmava João da Nova existirem grandes riquezas. Compunha-se ella de 6 navios e tinha como capitão-mór Gonçalo Coelho, sendo um dos navios commandado por Americo Vespucci.

A esquadra sahiu do Tejo a 10 de Maio de 1503 e depois de ter tocado nas ilhas de Cabo Verde, chegou ás proximidades da Ilha Fernando de Noronha (ou Loronha) onde a não Capitanea deu em um cachopo, submergindo-se, salvando-se apenas a tripolação. Por ordem do capitão-mór foi Vespucci procurar um porto onde os navios pudessem abrigar-se. Navegando para a ilha, encontrou o navegador florentino um abrigo seguro, no qual demorou-se oito dias, aguardando a vinda do resto da esquadra. Transcorrido esse tempo, avistou pelo mar fóra um navio e por elle sabendo que Gonçalo Coelho seguira caminho do sul, dirigiu-se Vespucci em demanda da Bahia de Todos os Santos que, no regimento que traziam, fóra marcada para o ponto de reunião da armada. Alli demorou-se para mais de dous mezes e, seguindo depois para o sul, fundou uma feitoria, a primeira que houve no Brazil, ou em Cabo Frio, segundo Varnhagen, ou em Caravellas, segundo C. Mendes, dirigindo-se depois para Lisboa, onde chegou a 18 de Junho de 1504.

Gonçalo Coelho seguira igualmente para o sul procurando, conforme as instrucções que recebera, chegar a Malaca. Esteve no Rio da Janeiro e, cansado de esperar por Vespucci, dirigiu-se emfim para a Europa.

Após estas expedições, começaram a ser frequentadas as costas do Brazil, não só pelas frotas que navegavam para as Indias, como por navegadores hespanhóes que pretendiam encontrar na extremidade meridional do continente americano communição entre os dous oceanos.

Coube a gloria deste ultimo feito a Fernão de Magalhães, que effectuou a primeira viagem de circumnavegação em torno do nosso planeta, achando-se então, não ao serviço de Portugal, onde nascera, mas ao de Castella. Esteve o intrepido navegador no Rio de Janeiro, bahia a que deu o nome de Santa Luzia por nella ter entrado a 13 de Dezembro de 1519. Dous annos depois, no mesmo dia e mez em que Magalhães estivera em nossa formosa Guanabara, descia ao tumulo D. Manuel, succedendo-lhe seu filho D. João III.

Com o fim de guardar a costa do nosso paiz e conter os armadores de Dieppe e Honfleur, que vinham aqui fazer carregamento de páo brazil, mandou o novo soberano preparar uma esquadra, cujo commando confiou a Christovão Jacques, que, aqui chegando, fez activissima guerra aos Francezes. Parece que Jacques fizera duas viagens ao Brazil pois ao passo que Varnhagen diz ter elle partido depois de 5 de Julho de 1526, sabemos pela carta de doação de Pero Lopes que Jacques fundou uma feitoria em Pernambuco (1), e pela carta de Luiz Ramirez (2) que esta feitoria já estava fundada em começos de Junho de 1526. Ainda mais, affirma Ramirez que em 19 de Outubro já se sabia na ilha de Santa Catharina de uma armada portugueza que esteve pelo Rio da Prata e que esta armada tivera como capitão Christovão Jacques. «Admittido mesmo, diz C. de Abreu (3), que a feitoria de que dá noticia Luiz Ramirez no mez de Junho não era a fundada por Christovão Jacques, porque este em Julho ainda estava em Portugal, ainda teremos de explicar como, de 5 de Julho a 19 de Outubro, elle pode ir de Lisboa ao Rio da Prata e voltar para o Norte. Sem duvida a rapidez não é em si grande objecção, porque, embora a media de uma viagem de Lisboa ao cabo de

(1) FR. GASPARE, *Memorias de S. Vicente*, pag. 149.

(2) *Rev. de Inst.*, XV, pag. 16.

(3) Nota 37 á *Hist. do Brasil*, de FR. VICENTE DO SALVADOR.

Santo Agostinho fosse então de 50 dias, podia haver circumstancias especiaes. Effectivamente houve-as, mas especialmente desfavoraveis. Ramirez por causa do tempo conservou-se em Pernambuco desde 5 de Junho até 29 de Setembro *sin tenir una ora de tiempo para poder salir*; deste dia a 13 do Outubro, o tempo foi ora favoravel, ora não; a 13 houve tempestade horrivel e cerração e só a 14 é que declarou-se o bom tempo. Não é só isto: sabemos que em 19 de Outubro Christovão Jacques já passara de Santa Catharina que ahi já conheciam os seus feitos. E de Santa Catharina que rumo tomou? Ramirez vinha do Norte e não o encontrou; Diogo Garcia vinha do Norte e tambem não o encontrou. Para o sul elle não tinha ido, pois de lá viera. Nem para a Europa igualmente, pois a sua commissão devia durar dous annos, a contar do dia em que chegou ao Brazil. Que rumo teria tomado? » Com a hypothese de duas viagens, conclue C. de Abreu, a questão se simplifica, desaparecem as contradicções. Na primeira (entre 1516 e 1521) Christovão Jacques fundou uma feitoria em Pernambuco e foi até ao rio da Prata; na segunda (1526-1528) foi que elle fez a guerra activissima aos Francezes.

Observe-se ainda ser pouco plausivel a indifferença do rei de Portugal sobre as viagens de Solis e Magalhães. Era seu dever mandar uma expedição acautelal os seus novos dominios.

Finda a commissão de que fôra encarregado, deixou Jacques o Brazil, sendo substituido na incumbencia de guardar o littoral do nosso paiz por Antonio Ribeiro, que a 26 de Outubro de 1528 já era capitão-mór, mas de cujos feitos nada se sabe.

A esquadra de Gonçalo Coelho (1503), que não pudera achar a passagem do sul para Malaca, fez explorações de S. Mathias para o norte. Ligadas assim as observações realisadas por André Gonçalves e talvez por Gonçalo Coelho, resultou uma noção bastante completa do contorno oriental do Sul de nossa patria desde 8° até 40° — em menos de dez annos depois de seu descobrimento.

Para o norte este resultado já fôra obtido antes, pois mesmo deixando de parte a exploração de Coelho, sobre

a qual tanto se ignora, temos as explorações de Pinzon e de Lepe logo no primeiro anno do descobrimento, que são de 8° sul ao 5° norte aproximadamente.

A presença dos Francezes e o insuccesso dos meios empregados á principio para combatel-os, taes como as expedições guarda-costas e a diplomacia, fez com que se cogitasse em novo meio que foi o terceiro. Não era necessario grande perspicacia para atinar com elle Já existia até empiricamente, em embryão — era o povoamento.

Americo Vespucci, como vimos, fundára uma feitoria no Cabo Frio. Parece que Gonçalo Coelho fundou outra no Rio de Janeiro. Em Pernambuco, antes de 1526 existia outra. Segundo todas as probabilidades, Christovão Jacques fundou ainda uma em Iramaracá. Toda a questão se reduzia a fazer conscientemente o que até então se fizera inconscientemente.

Veremos nas lições seguintes como foi resolvido o problema do povoamento.

2. OS HABITANTES DO BRAZIL AO TEMPO DO SEU DESCOBRIMENTO: NOÇÕES GERAES SOBRE SUA ORIGEM, RAÇAS, LINGUA, USOS E COSTUMES.

A questão da «origem» dos primitivos habitantes não sómente do Brazil como de toda a America, em geral, que ora nos occupa, prende-se á outra primordial da «origem do homem», que muito debatida no terreno religioso e scientifico, deu logar á formação de duas escolas oppostas — a dos «monogenistas» e a dos «polygenistas». A primeira não admitte senão uma e unica especie humana, com differentes raças, todas, porém, pertencentes á mesma especie e procedentes do mesmo tronco: e sustenta que as raças não são mais do que simples variedades que se differençam pela côr da pelle, estrutura do craneo, traços do rosto, temperamento, etc... explicando taes differenças pelas influencias dos climas, da natureza

do sólo, da alimentação, etc. A segunda, confundindo a especie com a raça, pretende que existiram originariamente diversas especies humanas, perfeitamente diferentes e independentes umas das outras.

A doutrina monogenista, porém, si bem que verdadeira e vencedora, não satisfaz ainda de modo completo; e, com relação ao povoamento da America e do Brazil, em particular, uma vez acceito como verdadeiro o principio da «unidade da especie humana», não resolve a questão historicamente porque nos fornece apenas hypotheses ou conjecturas mais ou menos accetaveis.

Quando, como, d'onde vieram taes habitantes? Da Asia, pelo estreito de Behring, em época ignorada — suppõem alguns historiadores; da Polynesia — conjecturam outros; das Canarias ou da Islandia, etc... Diz o Dr. Mello Moraes (*Corographia do Brazil*, vol. II, pag. 235): «Ha boas razões para suppôrmos que os ascendentes de todas as nações americanas desde o cabo de Horn até as extremidades meridionaes do Lavrador, vieram antes da Asia, que da Europa. Os Esquimaus são os unicos povos da America, que pela sua figura e character, alguma semilhança tem com os Europeus; porém, entre todos os outros povos da America, está saltando aos olhos uma semilhança tão viva, tanto na sua constituição physica, como nas suas qualidades moraes, que, não obstante as diferenças produzidas pela influencia do clima ou pela dessigualdade de seus progressos na civilisação, somos obrigados a olhal-os como ramos de um mesmo tronco. Sim, pode-se-lhes achar alguma variedade no colorido; porém em todos elles se acha a mesma côr primitiva. Cada tribu lá tem algum character particular, que a distingue de outras; mas em todas ellas se recohecem certas feições, que são communs á sua raça inteira. Uma cousa é digna de reparo, que em todas as particularidades, ou physicas ou moraes, que caracterisam os Americanos, acham-se mais semilhança com as das tribus barbaras, derramadas pelo N. E. da Asia, do que com as de nenhuma outra das nações estabelecidas no norte da Europa. Póde-se logo subir á sua primeira origem, e concluir que os seus ascendentes asiaticos, havendo-se estabelecido naquellas partes da America, aonde os Russos des-

cobriram a vizinhança dos dous Continentes, della se foram derramando gradualmente por estas differentes regiões.

Esta idéa se conforma com as tradições que tinham os mexicanos sobre a sua propria origem. A descripção que elles faziam da figura, dos costumes e do modo de viver de seus maiores, por aquelle tempo, é uma figura fiel das tribus selvagens dos Tartaros—de que eu supponho que elles descendem».

A verdade, pois, historicamente falando, é que tal problema não teve ainda solução.

Quanto ás raças não chegaram tambem a um accordo os ethnologos.

Antes de Martius não havia classificação alguma de indios (1), que em geral eram e são differenciados pela maioria dos escriptores em *Tupys* e não *Tupys*. Gonçalves Dias, reproduzindo a opinião geralmente acceita, comprehende sob o nome de *Tapuyas* todas as tribus não tupys. Para o sr. Visconde de Porto Seguro, e diversos outros escriptores que se occuparam dos indios do Brazil, os não Tupys eram Tapuyas.

Martius distingue 8 grupos de linguas ou povos: os Tupys, os Gês ou Krans, os Goytacazes, os Crens ou Guereis, os Gucks ou Côcos, os Parexis ou Parecis, os Guaycurús ou Lengos e os Aruaks; e dous ultimos dos quaes não tem sobre o territorio brasileiro senão um pequeno numero de representantes. «A classificação de Martius, diz o dr. Rodrigues Peixoto, baseada em parte em pequenos fragmentos de lingua e vocabularios insufficientes, em parte na relação historica, só pôde ser acceita temporariamente e em falta de melhor, enquanto um estudo serio, baseado nos caracteres physicos e no exame do esqueleto, não nos fornecer uma classificação scientifica dos indios do Brazil».

Pelas regiões que habitavam as tribus durante a vinda dos Portuguezes, estavam os *Petiguares* ou *Potiguares* na costa do Rio Grande do Norte, os *Caetés* que seguiam-se

(1) Para os selvagens introduziram os Jesuitas a palavra "brasis": mas esta denominação, tão apropriada e laconica, cahio em desuso, suplantada pela mais seguida e inexacta de "indios" e tambem de "indigenas". Quanto á denominação de "indios" é fora de duvida que a récebemos e adoptamos dos Castelhanos.

até o rio S. Francisco, os *Tupinanbás* na Bahia, os *Tupiniquins* em Porto Seguro, os *Goytacazes* em Campos, os *Tamoyos* desde Cabo Frio até Angra dos Reis, os *Guayanazes* em S. Vicente, os *Guaranys* ou *Tupis* desde o rio Itanhaem até Cananéa, os *Carijós* dahi até ao rio dos Patos. Mais tarde foram apparecendo os *Payaguás* em Matto Grosso, os *Cayapós* em Goyaz, os *Muras*, *Maués*, *Mundurucús* no Amazonas, os *Guaycurús* no Alto Paraguay, etc.

O estado intellectual, moral e social das tribus do Brazil, exceptuando as que habitavam no valle do Amazonas, cujo adiantamento relativo resultou provavelmente da influencia das civilisações transandinas, era na verdade bem atrazado. Emquanto aos instrumentos de que se serviam estavam na idade denominada da pedra polida, parecendo que, descobertas feitas ultimamente, tendem a demonstrar que a idade anterior a esta, a da pedra lascada, tambem deixou vestigios no Brazil.

As tribus *tupys*, apezar de terem diversos dialectos, possuiam no entretanto uma *lingua geral*, pela qual todas se entendiam, emquanto não se dava o mesmo com es tapuyas.

A lingua tupy ou guarany era agglutinante; mas tinha inflexões verbaes, e alguns autores a põem a par das fimongrias (turca e hungara), e até do egyptio antigo. Faltavam as articulações *fê*, *rê*, *vê*, e *zê* fortes; tinha porém 42 sons vogaes, que o padre Montoya designa pelas 6 vogaes com 7 accentos cada uma.

Para conjugarem os verbos usavam de formula diametralmente opposta á seguida pelas linguas aryanas: a parte variavel, que chamamos terminação, elles punham antes da raiz ou invariavel; ex.: *mat-o*, *mat-as*, *mat-a*, elles diziam *a-juca*, *re-juca*, *o-juca*.

A numeração fundamental não passava de 5, e Anchieta dizia que os indios nem sabiam contar 5,—acima de 5, ou de 10 (os dedos das mãos), e entre algumas tribus acima de 20 (addicionando os dedos dos pés) diziam *tubá*, muito. A numeração quinqual estabelecia bem a differença com a civilisação dos Mexicanos e dos Peruanos, unicos na America que conheciam a decimal.

Compunham palavras antepondo e pospondo umas ás outras; ex.: *ca-pi*, relva tenra, *capi-vára*, comedor de capim.

Afóra a lingua, e certo progresso material na industria, nenhum character essencial, nem corporeo, distinguia os Tupys das raças limitrophes. Eram todos de estatura ordinaria reforçados e bem feitos; de aspecto tristonho, olhos pequenos, frequentemente negros, encovados e erguidos, por via de regra, no angulo exterior, como na raça mongolica; sobrolhos estreitos e muito arqueados; orelhas grandes, cabello liso, seguro e bem negro; dentes alvos e pés pequenos.

Eram mais ou menos baços na côr, talvez devido ao clima em que habitavam. Quasi todos pintavam o corpo com tinta negra de genipapo e as faces e os pés com a vermelha do urucú. Diversas tribus furavam os beiços, principalmente o inferior, pondo no buraco um grande *botoque* (metara), pelo que foram denominados *Botucudos* pelos européos. Tambem furavam as ventas e as orelhas e nellas encaixavam semelhantes botoques ou arrecadas de osso. Outros indios costumavam perfurar as faces, introduzindo nos buracos dentes de animaes.

Uns deixavam crescer a guedelha; outros usavam de cercilho, pelo que em Minas os denominavam *Coroados*; o uso geral, porém, era tosquiar e aparar o cabello, mui regularmente, por uma linha que passava pelo cimo das orelhas. Conheciam o uso de lustral-o, untando-o com azeites.

Os principaes ornatos eram fios de contas brancas, feitas de buzios ou dentes dos inimigos, ou de animaes ferozes, mortos pelos que os traziam. A taes colares chamavam *aiucará*. As mulheres tambem se pintavam e usavam de contas no pescoço e nos braços; e as donzelas traziam umas ligas vermelhas, (*tapacorá*) como distinctivo de virgindade.

Andavam os indios em completa nudez; alguns de climas mais frios, cobriam-se com pelles de animaes. Era uso trazerem na cabeça um cocar de pennas amarellas ou vermelhas, (*acanguape* e *kanitar*); na cintura uma faixa de penas, (*enduape*), para os homens. e (*araçoyá*) para as mulheres; e sobre os hombros um manto de pennas (*açoyaba*).

Suas armas consistiam em uma pesada clava ou maça, de quatro faces, com ornatos, e mais delgada e arredondada no cabo; algumas cabildas chamavam-lhe *tamarana*, e quando eram em forma de remos ou pás e com gumes, *tangapemas*, e no Amazonas *cuidarús*. Seguiam-se um grande arco, a que denominavam *uirapara* e que era feito de uma especie de pau duro, elastico e forte, que ainda hoje, em virtude de tal uso, se chama *pau-d'arco*; e flexas, *huky*, tendo na ponta ossos, dentes afiados, e ás vezes hervadas.

Serviam-se geralmente de escudos feitos de couro d'anta ou tapir ou da pelle do peixe-boi, entretecidos de taquaras.

Assentavam os indios suas habitações, (*tabas*), ordinariamente em grandes casarões, (*ocas*), cobertas de capim, palha ou folhas de palmeira, em torno de uma praça, (*ocara*), que quando proxima de inimigos, era cercada de uma trincheira, (*cahiçara*), em cuja entrada espetavam, em paus a pique, os craneos dos inimigos. Por utensilios, domesticos, (que estavam a cargo das mulheres), tinham o *patiguá* ou *panacú*, especie de canastra; algumas talhas, (*igacabas*), para vinhos e para agua; testos para coser a mandioca, panellas de barro, etc.

* * *

Pode-se dizer que a unica crença forte e radicada que tinham os indios era a obrigação de se vingarem dos estranhos que offendiam a qualquer dos seus. Esse espirito de vingança levava-os até a anthropophagia, a que se entregavam não pela gula, mas pelo prazer que sentiam na desaffronta.

Aos prisioneiros de guerra sacrificavam solemnemente no meio de um terreiro, devendo todos provar da carne da victima.

As danças, chamadas *poracés*, prendiam-se a esses sacrificios e ás festas religiosas. Deviam ser acompanhadas de bebidas fermentadas e dos sons de muitos instrumentos. Havia ainda outras danças, a que davam o nome de *guãos* e *urucapis*; mas o nome para as danças, acompanhando o canto em que celebravam as proezas de seus

antepassados, era *peroqui*. Os instrumentos indigenas de musica eram o *maracá*, chocalho feito de uma cabaça com pedrinhas dentro e ornado com pennas de guará; a *inubia* buzina, *uay* tambor, *memby* gaita feita do femur do inimigo, o *boré*, etc.

A familia tinha uma organização muito especial; a geração se regulava pela do pae, a mãe só era considerada como guarda ou depositaria do feto até dar á luz, e dever algum contrahia com ella o filho que amamentava. O pae denominava ao filho *taira* ou «procedente do seu sangue», e a mãe chamava-lhe *membira* «o procedente do seu seio.»

Si os Tupys tomavam as escravas por mulheres, aos filhos dellas só passava a condição do pae. Filho de escravo ficaria escravo, e si o pae havia sido inimigo, ainda que a mãe fosse filha de um principal, havia de ser sacrificado.

Nas enfermidades sujeitavam-se a diversos tratamentos, no caso do enfermo achar-se, em perigo, abandonavam-no; ou matavam-no para abreviar-lhe os soffrimentos.

Os enterramentos faziam-se em covas, (*tiby*), dentro do proprio rancho do finado, ou em cemiterio, (*tibycoaro*). A obrigação de abrir a cova cabia ao parente mais proximo. Ao defunto servia de feretro a propria rêde; e sendo principal ia trajado de pennas e com todas as armas. Outras vezes, punham o defunto de cócaras, dentro de uma talha de barro, (*iguacabas*).

Era geral o uso das carpideiras junto ao cadaver, ou proximo da sepultura: no necrologio, que faziam habitualmente do finado, recordavam os seus feitos na guerra, suas qualidades indomitas, etc.

Entre os *Purús*, em honra do finado, entoavam cantos folgazões, e faziam em si incisões profundas, guardando jejuns expiatorios. Os *Passés* acreditavam que as almas dos guerreiros valentes, e que tinham sido obedientes aos *pagés*, iam habitar um céu predestinado, cheio de gloria, e illuminado constantemente pelo sol.

Entre os *Guayeurús*, depois que se tornaram essencialmente cavalleiros, punham á cabeceira da sepultura não sómente as armas do finado, como tambem o seu cavallo

de batalha, ao qual previamente matavam. Os *Xumanas* queimavam os ossos dos seus mortos, porque suppunham que a alma reside na medula dos ossos; misturavam as cinzas com bebidas fermentadas, e bebiam essa mistura em festivas libações para abrigarem dentro do seu corpo a alma dos seus amigos.

O costume seguido por quasi todas as tribus, de junto aos mortos, collocarem armas, rêde, comidas, e bebidas, induz a suppôr que acreditavam n'uma outra vida, onde essas cousas podiam ser necessarias. Era mesmo crença entre os *Tupys* que os guerreiros valentes iam depois da morte habitar as montanhas azues, onde teriam os melhores banquetes em companhia de seus avós.

A religião não era a mesma para todas as tribus.

Em algumas tribus da parte septentrional do Brazil, principalmente nas do interior, observava-se uma especie de culto ao sol, culto parecido com o seguido no Perú, principalmente antes da chegada dos hespanhóes, fazendo isso crêr que essas tribus tivessem afinidade de origem com as que habitavam no Imperio dos Incas, e que das regiões dos Andes tivessem vindo foragidas.

Em outras tribus do Amazonas adoravam não só o sol, como a lua, e as constellações, attribuindo ao sol affeição ao homem; á lua protecção á mulher; e ás constellações influencia na fructificação das arvores, amadurecimento dos fructos, destruição de insectos, abundancia de caça e pesca.

Entre os *Tupys*, que dominavam a região média do Brazil, o systema geral de theogonia fundava-se na existencia de 3 divindades superiores, além de *Tupan*, ao qual attribuiam ainda maior poder. Essas 3 divindades eram: o Sol (*Guaracy*, mãe dos viventes),—a Lua (*Jacy* mãe dos vegetaes), e *Rudá* ou *Perudá*, deus do amor, encarregado de promover a reproducção dos seres creados.

Além d'esses deuses admittiam mais outros seres sobrenaturaes, aos quaes tributavam tanta, ou maior veneração, e que têm sido considerados por alguns escriptores como os demonios ou principios máos, em que os indios acreditavam. Assim tinham elles o *anhingá* que presidia á caça do campo, e que era representado por

um veado branco com olhos de fogo: tinha por missão particular perseguir os indios que inutilmente destruissem a caça e commettessem outros maleficios.

Os *macachêras*, que acompanhavam os guerreiros em suas expedições, e presidiam aos caminhos; os *caaporás*, que presidiam á caça do mato, e que habitavam nos buracos das arvores, d'onde sahiam tomando a fórma de meninos, ou de homens enormes cobertos de pellos negros por todo o corpo e pelo rosto, montados em um *tapyr* (anta) ou *caitetú* (porco do mato), precedidos por vagalumes, e fazendo com que as pessoas que os encontrassem se sahissem mal de tudo quanto emprehendessem. — D'ahi se derivou a palavra *caipora*. — Os *curupiras*, protectores das florestas, e que armavam laços e enganos, e que presidiam aos pensamentos. — Os *moraiguianas*, que annunciavam a morte, etc. Além d'esses, havia tambem o *sacy-cerêré*, o *emhoitatá*, o *urutaú* etc.

O fetichismo era seguido por muitas tribus, que adoravam um objecto qualquer, animado ou não, ao qual consideravam como sua divindade tutellar. Os *Caetés*, por exemplo, consideravam o *maracá* como uma divindade, e lhe tributavam o mais reverente culto, conforme o *paqé* o manobrava, e fazia interpretar os movimentos que lhe imprimia. Em todas as solemnidades publicas apparecia o *maracá sagrado*, tanto na paz como na guerra, e tanto presidia a dansas, e festas, ás plantações, ás colheitas, como ás deliberações importantes da tribu, a combates, e á carnificina canibal dos prisioneiros.

Os *Tapajós* e outras hordas do Amazonas attribuem aos seus idolos influencia directa não sómente sobre o nascimento do homem, como sobre todas as acções humanas. — Os *Machaculis* consideravam a onça como a primeira divindade, e veneravam muito os sonhos. — As cabildas das margens do Guarapuava adoravam uma effigie pequenina de papagaio. — A numerosa tribu dos *Aymorés* era essencialmente idolatra, e tinha tantos idolos, quantos a sua fantasia podia produzir.

A par d'essas idéas excentricas sobre religião, tinham os indios em geral uma tradição, que em era remotissima tinha apparecido entre elles um homem extraordi-

nario, um semideus, — *Sumé*, que lhes tinha ensinado os usos da mandioca, e algumas outras cousas uteis.

O que mais nos deve admirar em todos estes assumptos de religião das diversas tribus, era a autoridade absoluta que os *pagés* exerciam tanto no espirital, como em muitas circumstancias temporaes, inclusive sobre a maneira de viver da tribu a que pertenciam; impondo-se como unicos medianeiros entre a divindade e o homem, fieis interpretes da vontade divina mysteriosa, eram cegamente obedecidos. Entre os *Purús*, os *Coroados* e *Cayapós* tinham mesmo os *pagés* o poder de exconjurarem os eclipses do sol e da lua. Tambem não era com facilidade que um indio qualquer chegava a ter a posição e a influencia de um pagé, *piaga*, ou *caraiβα* como tambem lhe chamavam; era preciso um noviciado longo, acompanhado de jejuns frequentes, de macerações profundas, de provas repetidas de uma constancia inquebrantavel, e de uma impassibilidade inabalavel aos maiores soffrimentos physicos.

No isolamento profundo em que viviam, em alguma *tapera* ou *tujupar*, aprendiam no grande livro da natureza os efeitos das plantas, e faziam experiencias sobre animaes: além disso herdavam tambem dos outros pagés os conhecimentos anteriormente adquiridos em gerações successivas não sómente sobre a efficacia dos vegetaes medicamentosos e venenosos, como tambem sobre todos os meios de impressionar e dominar o espirito nimiamente supersticioso dos selvagens.

Assim como os indios não tinham religião igual para todas as tribus, o mesmo lhes acontecia quanto á forma de governo. Em geral o chefe, ou *morubichaba*, que commandava com autoridade absoluta na guerra, durante a paz tinha tambem influencia; mas para as deliberações magnas consultava a assembléa da tribu (*Nhemongaba*) reunida na *ocára*, ou praça. A dignidade de chefe ou cacique era electiva, escolhendo-se de preferencia o guerreiro mais valente e mais apropriado para dirigir as emprezas de guerra: em egualdade de circumstancias de valentia e capacidade militar, vencia na eleição o filho ou o sobrinho do chefe que tivesse fallecido.

Para individuos ainda em tão grande atraso de civilização não havia legislação: entre os da mesma tribu só era castigado o crime de homicidio. O assassino era entregue aos parentes do morto, os quaes empregavam a pena de talião. Nas outras circumstancias da vida dominavam o direito natural e o direito do mais forte com todas as suas consequencias.

A guerra, uma vez decidida em conselho da tribu, era emprehendida sempre de surpresa, sem previa declaração: depois de tratarem de incendiar os ranchos de palha da *taba* inimiga por meio de settas disparadas com algodão inflammado, começavam o ataque tumultuariamente sem ordem de combate, e com uma gritaria infernal; sahindo-se mal da peleja travada, retiravam-se precipitadamente: — si tinham bom resultado, incendiavam a *taba* inimiga, e os despojos, que não podiam carregar, reservando sempre os prisioneiros para a sua festiual *anthropophagia*.

A matança dos prisioneiros tinha lugar de preferencia na festa do *cavim*, que era uma bebida fermentada feita de milho e de mandioca. Amarrado pelo pescoço e pela cintura por cordas de algodão ou de embira, a que chamavam *mussurana*, era o prisioneiro levado ao lugar do sacrificio, quasi sempre a *ocára* ou praça; ahí insultado pelos seus verdugos, retorquia-lhes com a mais estoica bravura, commemorando quantos inimigos tinha tambem devorado, e ostentando que nada o intimidava.

Assistia impavido, e acompanhava mesmo as danças bachanaes d'aquella solemnidade, depois das quaes era levado em precisão por toda a aldêa: conduzido novamente para a praça, soltavam-o, e diziam-lhe que fugisse: na carreira, porém, era logo preso pelos mais ageis da tribu, que de novo o amarravam com a fatal *mussurana*.

Principiava então o prisioneiro o seu cantico de morte, cantando as suas proezas na guerra, e ameaçando com uma retribuição analoga pelos da sua tribu: assistia a pôem o fogo na fogueira, que tinha de o *moquear*, e affrontava a vinda do executor que brandia a terrivel *tangapema*, ou *ivarapema*, (maça ou clava) enfeitada de amarello escuro e adornada de variegadas pennas. Se-

guia-se um extenso dialogo com o executor, que afinal descarregava a fatal pancada na cabeça da victima e a extendia no chão. As velhas apossavam-se do cadaver, que limpavam, abriam, esquartejavam e retalhavam para o horrivel banquete. Os alliados, convidados para aquella festa, e todos os membros da tribu partilhavam d'quelle manjar; si as carnes não chegavam para todos os circumstantes preparavam com ellas e com os ossos caldos de maneira que ninguem deixasse de ter a sua ração. Si algum dos da tribu estivesse ausente em qual-quer viagem guardavam-lhe o seu quinhão ou mandavam-lh'o levar.

Acontecia algumas vezes que depois de feitos os prisioneiros, não se podia immediatamente proceder á solemnidade anthropophaga, que descrevemos; eram então guardados os prisioneiros e muito bem tratados.

As mulheres, que se aprisionavam na guerra, eram conservadas como escravas, mas não eram devoradas. Quando os portuguezes começaram a traficar com a escravidão dos indios, as indias prisioneiras foram sendo um ramo de lucro para os vencedores, que as vendiam por qualquer insignificancia.

3. A COLONISAÇÃO DO TERRITORIO: MARTIM AFFONSO DE SOUZA E FUNDAÇÃO DOS PRIMEIROS NUCLEOS COLONIAES; AS CAPITANIAS HEREDITARIAS.

a). A EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFFONSO DE SOUZA.

Reconhecera D. João III que as expedições, guardas da costa do Brazil, não só não compensavam as despezas elevadas que com ellas fazia, como também não apresentavam grande segurança por falta de um ponto de apoio proximo, onde fossem refazer-se de fornecimentos e mesmo de gente. Resolveu, portanto, mandar uma expedição forte bastante para expurgar os intrusos das suas possessões do Brazil, e que pudesse também fundar um ou mais nucleos coloniaes em pontos apropriados.

Mandou, pois, preparar uma expedição composta de 2 náos, 1 galleão e 2 caravellas, levando a seu bordo cêrca de 400 pessoas, entre ellas familias inteiras e confiou o commando a Martim Affonso de Souza, fidalgo da Casa Real.

De extraordinarios poderes vinha munido Martim Affonso de Souza por Carta Regia de 20 de Novembro de 1530 para commandar no mar e em terra; podia tomar posse de todo o territorio comprehendido na linha demarcadora, mandando pôr os marcos, que julgasse necessarios; competia-lhe a direcção suprema da colonia, ou colonias que fundasse; podia conceder terras, sesmarias, e capitancias *vitalicias*, a quem julgasse conveniente dar; podia crear tabelliães, officiaes de justiça e outros cargos, tendo, em summa, alçada superior tanto no civil como no crime, até morte natural inclusive, menos para os fidalgos, que em tal caso deviam ser remettidos para Portugal.

Tendô partido de Lisboa a 3 de Dezembro de 1530 chegou a expedição a 29 d'esse mesmo mez ao porto de Ribeira Grande, na Ilha de Santiago (Cabo Verde), d'onde depois de uma demora de 5 dias continuou a viagem a 3 de Janeiro de 1531. Chegando a 31 de Janeiro á altura do Cabo de Santo Agostinho, aprisionou 3 navios francezes carregados de pau brazil, e com a sua esquadilha assim elevada a 8 embarcações foi ter a Pernambuco (17 de Fevereiro).

De Pernambuco despachou Martim Affonso de Souza para Lisboa a João de Souza com um dos navios apre-sados, e carregado de pau brazil; mandou queimar um dos outros navios por imprestavel, e fez seguir Diogo Leite com 2 caravellas para o norte afim de explorar o littoral do Maranhão, e d'elle tomar inteira posse. Essa expedição chegou pelo menos até á foz do rio Gurupy, que por isso tomou o nome durante alguns annos de *Abra de Diogo Leite*.

Navegando Martim Affonso de Souza para o sul do Brazil, foi ter á Bahía de Todos os Santos (13 de Março), onde se demorou até 17 do mesmo mez: ahi encontrou-se com Diogo Alvares Corrêa (*o Caramurú*) a quem

deixou 2 degradados e sementes de plantas uteis para saber por experiencia a bõa qualidade das terras.

Depois de ter partido da Bahia de Todos os Santos, viu-se Martim Affonso obrigado a arribar a essa mesma paragem, onde encontrou-se com uma caravella, que vinha de Pernambuco, com destino para Sofála, e na qual achava-se um Diogo Dias, victima do saque de um galeão francez na feitoria a seu cargo. Munido de mais essa embarcação com que ficou, seguiu o Capitão Mór para o sul, e veiu fundear no porto do Rio de Janeiro a 30 de Abril.

Logo que chegou, mandou construir uma casa forte com cerca em roda, visto não haver ainda feitoria alguma, e despachou para o interior 4 homens que voltaram d'ahi a 2 mezes, depois de terem andado aproximadamente 115 leguas, sende 65 por montanhas muito grandes, e 50 por campos extensissimos: trouxeram esses emissarios o Indio, que se julgava chefe ou dono daquellas terras, ao qual Martim Affonso de Souza fez muitos presentes. Depois de uma demora de 3 mezes no porto do Rio de Janeiro, diz Pero Lopes de Souza no seu diario, tomando mantimentos para um anno para 400 homens e construindo 2 bergantins de 15 bancos, continuou o Capitão Mór a sua viagem para o sul.

Fundeando a 11 de Agosto entre a ilha de Cananéa e o continente, despachou Martim Affonso o piloto Pedro Annes, habil lingua dos indios, com um dos bergantins a descobrir o que houvesse. Voltou Pedro Annes com um bacharel portuguez, que ahi estava degradado havia 30 annos, desde a primeira expedição em 1502, trazendo alem d'isso um *Francisco Chaves* que muitos tambem querem que fosse bacharel, e mais uma meia duzia de castelhanos.

Divergem as opiniões sobre quem fosse esse Francisco Chaves. Seja, porém, qual fôr a procedencia d'esse Francisco Chaves, o que é certo é que elle poude resolver Martim Affonso de Souza a confiar-lhe 80 homens, sob o commando de Pedro Lobo, para irem até um paiz riquissimo, d'onde voltariam com muita prata. Essa expedição nunca mais voltou, constando mesmo mais tarde

que esses infelizes foram destroçados e devorados pelos *Carijós* perto do rio Iguassú.

Depois de 44 dias de demora em Cananéa continuou Martim Affonso sempre para o sul; dobrando o cabo de Santa Martha, principiou a esquadra a soffrer um prolongado pampeiro; além de muitos outros estragos, um dos bergantins foi naufragar perto da ilha de Santa Catharina, e o navio almirante naufragou na foz do arroyo *Chuy*, salvando-se com difficuldade o Capitão-Mór e quasi toda a tripolação, perdendo-se apenas 7 pessoas e a maior parte das provisões.

Convocando um conselho de officiaes depois desses desastres, resolveram que fosse Pero Lopes de Souza com 30 homens e um bergantim pelo rio da Prata acima, a fim de proceder aos necessarios exames e collocação de padrões, e que Martim Affonso fosse esperar o resultado na pequena Ilha das Palmas ao norte do cabo de Santa Maria.

Preencheu Pero Lopes de Souza a sua missão partindo a 23 de Novembro para o Rio da Prata: depois de haver explorado numerosos afluentes d'esse magestoso rio até o esteiro de *Carandins*, e levantado padrões com as armas de Portugal, voltou á ilha das Palmas (27 de Dezembro) onde seu irmão o esperava. Depois de uma pequena demora de 4 dias seguiu toda a expedição para o norte com direcção a S. Vicente (*Induá-Guassú*), onde surgiu a 20 de Janeiro de 1532, desembarcando a 22.

Agradando-se da localidade, e reputando-a com todas as condições adequadas, começou Martim Affonso de Souza a lançar os fundamentos de uma colonia regular no Brazil, não tendo até então estabelecido-se no seu littoral senão feitorias mais ou menos provisórias.

Achava-se o Capitão Mór occupado nos misteres do estabelecimento da sua colonia, quando recebeu noticias da aproximação dos indios, que o vinham atacar. Preparado para repellir o ataque, ficou surprehendido ao ver aproximar-se um homem, que sahia das fileiras inimigas e exprimia-se com toda a naturalidade na lingua portuguez: era João Ramalho, que havia 20 annos vivia entre os Guayanazes, tendo-se mesmo casado com Bartyra,

filha do cacique Tebyreçá. Facil foi a João Ramalho convencer aos índios das vantagens de uma alliança com os Portuguezes, e os Guayanazes d'ahi em diante tornaram-se os melhores auxiliares para a nova colonia. As relações entre os Portuguezes e esses índios tornaram-se mesmo tão intimas, que muitos dos Guayanazes resolveram receber o baptismo: entre os nove christãos contou-se logo o chefe da tribu, o qual tomou o nome de Martim Affonso (Tebyreçá), e a mulher de João Ramalho, a qual se chamou Izabel.

Tranquillo relativamente aos índios; e ajudado mesmo por elles, continuou Martim Affonso de Souza na fundação de sua nova colonia; mandou construir casas de moradia, igreja, cadêa, casa de Conselho, estaleiro, nomeando pessoas idoneas para os cargos publicos, etc.

Mandou egualmente fazer distribuição de terras e sesmarias tanto na ilha de S. Vicente, como na de Guaymbé, e mesmo no interior, á proporção que foram progredindo as descobertas.

Não satisfeito com essa colonia sómente, Martim Affonso de Souza fundou uma outra 9 leguas por terra dentro, em Piratininga, onde tinha ido visitar o aldeamento de João Ramalho, que da filha de Tebyreçá e de outras indias tinha uma numerosa prole, tendo mesmo muitos filhos já casados. Foi, portanto, João Ramalho o patriarcha d'esses *Mamelucos*, que tão celebres deviam tornar-se nas caçadas de índios e explorações auíferas.

Em ambas essas colonias introduziu Martim Affonso de Souza toda a casta de animaes domesticos trazidos de Portugal, assim como a canna de assucar vinda da Ilha da Madeira, e varios fructos da Europa, que prosperaram admiravelmente.

Mandou estabelecer na ilha de S. Vicente um engenho tocado por agua para moagem das cannas e fabrico do assucar e da agua-ardente, e animou, o quanto poude, o progresso das colonias que tinha fundado.

Resolveu então mandar seu irmão Pero Lopes de Souza a Portugal levar noticias detalhadas do quanto tinha-se passado.

Partindo de S. Vicente em 22 de Maio foi Pero Lopes ao Rio de Janeiro, onde se demorou até 2 de Julho a fazer mantimentos para 3 mezes; tocou depois em Pernambuco, onde tomou 2 navios francezes, e aprisionou depois de 18 dias de combate a guarnição de um forte, composta de 30 homens, que a náó *La Pélerine* ahi tinha deixado. No principio do anno seguinte, talvez a 21 de Janeiro de 1533, chegou Pero Lopes ao Algarve, e d'ahi seguiu para Evora, onde estava a Côrte, a dar contas da sua gloriosa commissão e da de seu irmão.

Emquanto Pero Lopes navegava para Portugal, chegava a S. Vicente João de Souza com 2 caravellas, trazendo resposta de D. João III com data de 28 de Setembro de 1532 á carta, que Martim Affonso lhe escrevera. El-Rei elogiava o Capitão-Mór pelos seus serviços, falava-lhe da intenção de dividir o littoral do Brazil em capitánias, promettendo-lhe em doação 100 leguas de costa e 50 a seu irmão, e autorisava-o a regressar para Portugal, caso lhe parecesse não ser mais precisa a sua presença no Brazil.

Vendo Martim Affonso de Souza as duas colonias por elle fundadas marcharem com toda a regularidade, encarregou o governo de S. Vicente a Gonçalo Monteiro, e o da de Piratininga a João Ramalho, e em Março de 1533 retirou-se para Portugal, onde foi devidamente apreciado por D. João III, que o nomeou Capitão-Mór da India, em cujo cargo continuou a prestar á sua patria os mais relevantes serviços.

b) AS CAPITANIAS HEREDITARIAS

O povoamento do Brazil, de modo seguido, começou em 1534, quando o territorio foi repartido em quinze porções e doado a doze donatarios.

Tem-se apreciado de modos diversos este plano de D. João III, e alguns tem censurado os poderes quasi illimitados concedidos aos donatarios e a grande extensão das capitánias.

Estas censuras não tem grande valor. O poder illimitado dos donatarios era uma necessidade, não tanto para

que pudessem dominar os colonos, como porque em sociedades rudimentares como as que então se fundavam, a divisão de poderes era impossível. Ora todo o poderio dos donatarios consistia em accumularem o poder executivo, o poder judiciario e o poder legislativo.

Quanto á grande extensão das capitánias, e a consequente distancia em que ficavam uns dos outros os nucleos civilizados, não é justo collocar-se do ponto de vista hodierno para julgar providencias e factos do seculo XVI. O que tinha em vista o governo portuguez era assegurar-se a maior extensão possível do littoral e ferir de morte as tentativas invasoras dos Francezes. Ambos os resultados foram mais ou menos conseguidos. Si a expulsão dos Francezes exigiu quasi um seculo de esforços, imagine-se o que seria si não existissem donatarios.

Alguns destes viram desde o principio burlados os seus tentamens; outros, porém, foram felizes e lançaram os fundamentos do que se pode chamar a camada secundaria de nossa população.

Basta lembrar que dos donatarios procedem Itamaracá, Olinda, Ilhéos, Porto Seguro, Santa Cruz, Espirito Santo, S. Vicente, S. André, para reconhecer que a sua influencia foi fecunda e que a elles muito deve o povo brasileiro.

A todos os agraciados com donatarias de terras brasileiras, impunham-se as clausulas de colonisarem o solo; fundarem povoações; estudarem-lhe as bacias hydrographicas; governarem a seu talante; concederem sesmarias a particulares contanto que fossem christãos; nomearem todos os empregados administrativos, judiciarios e militares; crearem alcaidarias; monopolisarem marinhas e cursos de aguas doces; decretarem e cobrarem impostos por si ou seus delegados; e gozarem da dispensa de entrada de Corregedores da Corôa em seus dominios.

Cumpria-lhes pagar certos e determinados tributos ao Thesouro da metropole sobre as rendas e producções, e reconhecer a suzerania do Monarcha como maior autoridade e superior, que, unica, podia tomar-lhes contas e fiscalisar os procedimentos por intermedio de delegados regios.

Foi assim organizada a sociedade colonial brasileira. Partilhadas as terras em doze prazos, couberam a predilectos da Côrte datas de maior ou menor extensão de costas, desde o rio Amazonas até as ribas do Prata. com autorização de devassarem o interior dos sertões conforme os seus recursos e ambições. E, para isso, foram elles investidos de funcções quasi magestáticas — ficando apenas sujeitos á fiscalisação da Corôa, e a seu reconhecimento de soberania, como vassallos fieis dos monarchas reinantes.

Pela seguinte e breve exposição veremos que das doze capitánias apenas seis conseguiram medrar.

1.^a *Capitania de S. Vicente*, — a doação desta capitania assignada na cidade de Evora a 20 de Janeiro de 1535, coube a Martin Affonso de Souza, o fundador da colonia de S. Vicente. Constava ella de cem leguas de costa dividida em dous quinhões desde a barra do rio Macahé até 12 leguas ao sul da ilha de Cananéa, excepto uma porção de 10 leguas encravadas nas terras de Martin Affonso, do rio Curupacé (Jequiriqueré) até á barra de S. Vicente, a qual pertencia a seu irmão Péro Lopes de Souza.

Comquanto a capitania de Martin Affonso tivesse 100 leguas de costa e as dos outros donatarios só 50, aconteceu aquelle ficar com menor area pelo facto da costa não correr na direcção norte para sul como a dos outros.

Martin Affonso de Souza não voltou mais ao Brazil; chegando a Lisboa partiu como capitão-mór para a Asia, onde se illustrou pelos seus brilhantes feitos.

Os dous nucleos coloniaes por elle fundados prosperaram sob a direcção de Gonçalo Monteiro no de S. Vicente e de João Ramalho no de Piratininga.

Em breve tempo decahindo a colonia de S. Vicente por causa da invasão dos colonos de Iguape sob o commando de um Ruy Mosquera, e de haver-se entulhado o porto, surgiu a povoação de Santos, hoje talvez o primeiro porto do Brazil pelo seu commercio, devido aos esforços de Braz Cubas.

Dezeseis annos depois da fundação desta capitania encontravam-se ali seis engenhos, para cima de seiscentos colonos e muitos escravos; foi ella a primeira do Brazil em apresentar o primeiro engenho de assucar. Ainda não contava esta capitania 40 annos, quando se lhe tirou quasi metade para a fundação da do Rio de Janeiro.

Desapparecendo os limites mediterraneos desta capitania com a de S. Amaro, tornou-se o territorio mais amplo e hoje acham-se nelle estabelecidos os Estados de Minas Geraes, Goyaz, Matto-Grosso, Paraná, Santa Catharina e Rio-Grande do Sul. Reverteu á Corôa por compra em 17 de Novembro de 1791.

2.^a A *Capitania de S. Amaro (e terra de Sant' Anna) e Itamaracá*, — foi doada a Pero Lopes de Souza por carta regia de 1 de Setembro de 1534. Constava de 80 leguas divididas em tres porções: 10 leguas mettidas nas terras de Martim Affonso desde o rio S. Vicente até o Curupacé; 40 leguas desde Paranaguá até o rio Mampituba, e 30 leguas desde a bahia da Traição até o rio Iguarassú, inclusive a ilha de Itamaracá.

Pero Lopes de Souza, como seu irmão, embarcou para Portugal e não tornou mais ao Brazil, vindo a fallecer de um naufragio em 1539, junto á ilha de Madagascar.

O primeiro quinhão de 10 leguas prosperou com a denominação de *Guaimbé*, depois Santo Amaro, sob a direcção de Gonçalo Affonso; as trinta leguas para o norte tambem prosperaram com a denominação de Itamaracá, sob o governo de João Gonçalves; e, finalmente, a terceira partição não nos consta que fosse povoada.

Por morte do donatario, sua viuva D. Izabel de Gambôa, nomeou lugar-tenente de seu filho Martim Affonso a Christovam d'Aguiar Altero, a quem succedeu Jorge Ferreira e por fim o fidalgo Antonio Rodrigues d'Almeida; Itamaracá reverteu á Corôa por compra em 1743 e Santo Amaro tambem por compra em 1709; a primeira comprehende actualmente os Estados da Parahyba e Pernambuco, a segunda os de S. Paulo, Paraná e Santa Catharina.

A porção de Paranaguá á Laguna é algumas vezes designada por *capitania d'El-Rey*, talvez por ter sido logo de principio annexada á Corôa.

3.^a *A Capitania de Pernambuco*, — foi doada a Duarte Coelho por carta regia de 10 de Abril de 1534; constava de 60 leguas desde a foz do Rio S. Francisco até o rio Iguarassú. Duarte Coelho chegou em 1585 com sua mulher e varias familias á aldêa de *Marim*, depois Olinda, da qual fez capital da sua capitania e, graças ao seu sabio governo, Olinda foi nesse tempo a primeira colonia do Brazil na agricultura e industria apesar das continuas guerras com os Caetés.

Por morte do donatario, (1554) encarregou sua viuva D. Brittes de Albuquerque ao seu irmão Jeronymo d'Albuquerque o governo da capitania, enquanto chegava de Portugal, onde estava estudando, o seu sobrinho (filho do donatario). O ultimo governador desta capitania foi Mathias de Albuquerque em 1630, a qual reverteu á Corôa por abandono do donatario em 1654. Esta capitania comprehende hoje os Estados de Pernambuco e Alagoas.

4.^a *A capitania do Espirito Santo* — foi doada a Vasco Fernandes Coutinho por carta regia de 1.^o de Junho de 1534; constava de 50 leguas desde o rio Itapemirim até o Mucury. O donatario vendeu tudo quanto possuia em Portugal e chegou ao Brazil em 1535 acompanhado de muitos colonos, e entre elles alguns fidalgos, e principiou o assentamento de uma povoação a que chamou—do Espirito-Santo, na bahia da Victoria. Passando á distribuição das sesmarias deu a primeira ilha da enseada a D. Jorge de Menezes e outra, a de *S. Antonio*, a Duarte de Lemos, sendo para essa ultima que se passou depois a villa, com a invocação da Senhora da Victoria, hoje capital do Estado. Estes mesmos fidalgos, protegidos pelo donatario, e mais D. Simão de Castello Branco, companheiro de D. Jorge de Menezes nos descobrimentos da Africa, e como elle condemnado a degredo, se desavieram por tal fórma com o donatario que os gentios Goyatacazes e Tupiniquins, animados

pela desordem que ahí reinava, assaltaram-na por vezes com vantagem.

Vasco Fernandes, desgostoso, morreu miseravelmente na ilha de S. Antonio e a capitania reverteu á Corôa a 6 de Abril de 1718, no reinado de D. João V, por compra a Cosme Rolim pela quantia de 40.000 cruzados. Esta capitania comprehende hoje o Estado do Espirito-Santo.

5.^a *A capitania de Porto Seguro*—foi doada a Pero de Campos Tourinho; constava de 50 leguas a contar do rio Mucury para o norte.

O donatario, depois de ter vendido tudo quanto possuia em Portugal, embarcou-se com sua mulher e um filho Fernando e varias familias, e veiu surgir no lugar onde Cabral desembarcára; ahí encontrou já alguns portuguezes e com elles começou a fundação da capitania que em pouco tempo tornou-se uma villa consideravel e florescente. Fallecendo o donatario succedeu-lhe o seu filho e dessa época começa a decadencia da capitania; por morte deste sua irmã D. Leonor de Campos a vendeu ao duque de Aveiro e em 1759 reverteu á Corôa por confisco.

Esta capitania comprehende actualmente o Estado da Bahia.

6.^a *A capitania dos Ilhéos*—foi doada a Jorge de Figueiredo Corrêa em 1.^o de Abril de 1535; constava de 50 leguas desde o rio Jequitinhonha até o Jaguaribe. O donatario, que exercia o lugar de escrivão de Fazenda na Côrte, nomeou seu lugar-tenente a um castelhano Francisco Romero; este, tendo começado a construcção da colonia no cimo do Morro de S. Paulo, na ilha de Tinharé, mudou-a depois para o porto de ilhéos e deu-lhe o nome de S. Jorge, que como vimos, era o nome do donatario. Francisco Romero indispondo-se com os colonos, estes prenderam-no e mandaram-no ao donatario, que querendo reintegral-o no posto, não o conseguiu por obstinação dos moradores. Estas circumstancias concorreram para ser a colonia invadida e tomada pelos Aymorés. Por morte do donatario, o seu successor de-

sistiu em favor de um seu irmão Jeronymo d'Alarcão de Figueiredo; e em 1761 reverteu á Corôa por compra. Esta capitania comprehende hoje o Estado da Bahia.

7.^a, 8.^a e 9.^a *A capitania do Maranhão* — foi doada de parceria a João de Barros e Fernão Alvares de Andrade: o primeiro tinha 150 leguas divididas em dous quinhões; 100 leguas desde a bahia da Traição até a barra do Mossoró ou do rio Jaguaribe, como pretende Candido Mendes, e as outras 50 desde a Abra de Diogo Leite (foz do Gurupy) até a ponta dos Mangues-Verdes (cabo de Todos os Santos); o segundo possuia 75 leguas desde a ponta dos Mangues-Verdes até o rio Camocy. Como os dous donatarios não pudessem sahir de Portugal em virtude dos empregos que ahí exerciam, associaram-se a Ayres da Cunha, que partiu com uma armada de dez navios tripolados por 900 homens contando-se dous filhos de João de Barros e um delegado de Fernão Alvares. Esta esquadra naufragou nos baixios do Maranhão salvando-se apenas poucas pessoas, que mais tarde conseguiram chegar á Portugal.

Desistindo João de Barros da capitania concedeu-a o Monarcha a Luiz de Mello da Silva, que tambem foi infeliz na empreza. Essas capitancias reverteram mais tarde á Corôa.

10.^a *A capitania do Ceará* — foi doada a Antonio Cardoso de Barros; constava de 40 leguas encravadas entre as capitancias de Fernão Alvares ao norte e de João de Barros ao sul. Não nos consta que o donatario chegasse a colonizal-a; em 1549 vêmol-o ao Brazil com Thomé de Souza como *provedor-mór*. Esta capitania comprehende hoje parte do Ceará.

11.^a *A capitania da Parahyba do Sul* — foi doada a Pero de Góes da Silveira em 1535; constava de 30 leguas desde o rio Macahé até aos baixios dos Pargos. O donatario fundou á margem do rio Parahyba uma povoação a que chamou *villa da Rainha*; faltando-lhe capitaes voltou a Portugal deixando em seu logar a um José Martins; de volta encontrou a sua capitania em completo abandono e querendo restabelecel-a foi ferido

em um combate com os Goyatacazes, retirando-se para o Espirito Santo e mais tarde para Portugal. Esta capitania reverteu á Corôa por compra em 1753 e comprehende o actual Estado do Rio de Janeiro.

12.^a *A capitania da Bahia de Todos os Santos*—foi doada a Francisco Pereira Coutinho por carta regia de 5 de Abril de 1534; constava de 50 leguas desde a barra da Bahia de Todos os Santos até á foz do rio S. Francisco. O donatario chegou á Bahia entre 1535 e 1536 e ahi encontrou a Diogo Alvares e tratou de fundar uma colonia.

Lutas entre indios e colonos foram a causa do donatario retirar-se para Porto Seguro ou Ilhéos; e de volta para a sua capitania, naufragou na ilha de Itaparica, sendo devorado pelos Tupinambás. Esta capitania reverteu em 1548, por morte do donatario, á Corôa e hoje comprehende o Estado da Bahia.

4. O GOVERNO GERAL: CAUSAS E EFEITOS DO SEU ESTABELECIMENTO.—PRIMEIROS GOVERNADORES.

«Vendo em quanto cumpre ao serviço de Deus e meu conservar e enobrecer as capitancias e povoações que tenho nas minhas terras do Brazil, ordenei ora de mandar fazer uma fortaleza e uma povoação grande e forte na Bahia de Todos os Santos, por ser para isso o mais conveniente logar que ha nas terras do Brazil, *para d'ahi se dar favor e ajuda ás outras povoações, e se ministrar justiça, e prover nas cousas que cumprem á meu serviço, e aos negocios de minha fazenda, e ao bem das partes.*» (Carta regia de 7 de Janeiro de 1549).

Foi, então, por esses motivos, estabelecido um governo geral no Brazil e nomeado primeiro governador Thomé de Souza, distincto por seus dotes governamentaes. e pelo valor e prudencia que provára em occasiões difficeis na Africa e na Asia.

Importantes instrucções lhe foram dadas, e que muito abonam ao Conde da Castanheira, que foi quem as re-

digiú; constituíam ellas um regimento de 41 artigos e mais sete supplementares. Preceituava esse regimento, entre outras disposições, o bom tratamento que se devia dar aos gentios, estabelecendo-se alliança com os Tupiniquins, visto como os Tupinambás se haviam levantado; a imposição da pena de morte aos colonos que escravisassem indios; o modo de se darem as sesmarias para os engenhos de assucar, devendo os senhores destes fortificarem-se e ficarem obrigados a moer as cannas dos lavradores visinhos, sob as clausulas que o governador designasse; o estabelecimento de feiras periodicas e a exploração e descobrimento de todo o rio S. Francisco; a faculdade de poder o governador, aos que prestassem bons serviços, armar cavalleiros, prover os officios de justiça e fazenda, conceder donativos, adeantar ordenados, etc.

Na mesma occasião, applicado o principio da divisão dos poderes até então concentrados nas mãos dos donatarios de capitánias, foram nomeados tambem um ouvidor-geral, um provedor-mór da Fazenda e um capitão-mór da costa.

Para o cargo de ouvidor-geral, com alçada e auctoridade de passar provisões em nome d'El-Rei, foi nomeado o dezembargador Pero Borges, que servia de corregedor no Algarve.

No regimento que recebeu foi-lhe concedido conhecer nas causas crimes por acção nova e teve alçada até morte natural, exclusive, nos escravos, gentios e peões christãos livres; aos quaes quando competisse pena de morte, poderia esta applicar-se sem appellação, concordando nella o governador-geral, e não concordando teria de remetter os autos ao corregedor da côrte, com o preso. Nas pessoas de mór qualidade teria o ouvidor alçada até sessenta mil réis; isto é, até o dobro da que tinha o tribunal da côrte.

Antonio Cardoso de Barros, o mallogrado donatario do Ceará, obteve o cargo de provedor-mór da Fazenda. Recommendava-lhe o seu regimento de providenciar em cada capitania ácerca das casas da alfandega e dos contos ou thesouraria, organisando, em livros separados, os lançamentos das differentes rendas e direitos, etc.

Confiamam o emprego de capitão-mór da costa a Pero de Góes da Silveira, o infeliz donatario da Parahyba do Sul.

Além destes quatro chefes, foram nomeados muitos outros officiaes, de sorte que o numero total dos que embarcaram, vencendo ordenado, subia a trezentas e vinte pessoas. Fixou-se o ordenado do governador geral em 400\$000 rs. annuaes, sendo o dos outros menor em proporção dos seus cargos. Todos estes empregos foram providos por tres annos, como era costume do reino.

* * *

Nomeado a 7 de Janeiro de 1549, sahiu Thomé de Souza de Lisbôa a 1 de Fevereiro em uma armada de tres náos (*Conceição, Salvador e Ajuda*), duas caravellas e um bergantim. Em sua companhia vinham, além de diversas autoridades, seis jesuitas, incluindo o chefe Manuel da Nobrega, 600 homens d'armas, 400 degradados e muitas familias. A 24 de Março chegou Thomé de Souza á Bahia, onde, com auxilio de Caramurú e dos colonos que ainda restavam da capitania, que a Corôa chamara a si indemnisando ao filho do donatario Coutinho, lançou os fundamentos da nova cidade, a que denominou do *Salvador*, mandou construir diversos edificios, e para defeza da cidade levantou trincheiras com dous baluartes ao longo do mar e quatro do lado de terra. Ao mesmo tempo deu á futura cidade, por armas, em campo azul uma pombinha, tendo no bico um ramo de oliveira com a divisa «*Sic illa ad Arcam reversa est.*»

Autorisado por tres capitulos do seu regimento, começou Thomé de Souza a fazer concessões de sesmarias, e observando faltar o gado para as mais urgentes necessidades das roças e lavouras, mandou buscal-o ás ilhas de Cabo Verde.

Ao passo que o governador desenvolvía o maior zelo e actividade no progresso da colonia, os padres Aspilcueta, Navarro e Nobrega aprendiam a lingua selvagem e nella pré-gavam, chamando assim á civilisação e ao christianismo centenas de filhos das nossas florestas.

Para attender as exigencias do culto, foi creado em 25 de Fevereiro de 1551 o bispado do Brazil, suffraganeo do arcebispado de Lisboa, e nomeado bispo D. Pero Fernandes Sardinha que chegou á Bahia no dia 22 de Junho do anno seguinte.

Vendo aproximar-se o termo da sua administração, quiz Thomé de Souza pessoalmente visitar differentes capitancias, á fim de informar-se de suas necessidades e providenciar na medida de suas forças. Em Fevereiro de 1552 chegou a S. Vicente, esteve na povoação de Santo André, que recebeu a categoria de villa em 8 de Abril, tendo sido Ramalho nomeado alcaide-mór; approvou a fundação de Santos e da villa de Itanhaem.

Depois de uma administração, curta pelo tempo que durou, mas extensa pelos beneficios que a colonia della auferiu, entregou Thomé de Souza, a 13 de Julho de 1553, as redeas do governo ao seu successor *Duarte da Costa*.

* * *

Cheia de difficuldades correu a nova administração. Os desregramentos de Alvaro da Costa, filho do governador, fizeram surgir entre este e o bispo profunda e lamentavel divergencia, occasionando a retirada do ultimo que, dirigindo-se a Lisboa, naufragou nos baixios chamados de D. Rodrigo, proximos da foz do rio Cururipe, e cahindo nas mãos dos Caetés foi por estes devorado.

Pelo sul as cousas não iam a melhor.

Manuel da Nobrega que acompanhara Thomé de Souza na visita ás capitancias do Sul, achava-se em S. Vicente, quando soube da chegada á Bahia de Duarte da Costa e de José d'Anchieta.

Resolvera Nobrega fundar naquella capitania um novo collegio, e como não lhe parecessem boas para esse fim a villa de Santo André e a aldeia de Piratininga escolheu um logar eminente entre os rios Anhangabahú e Tamanduatehy, a tres leguas da villa de Santo André, e ahi lançou os fundamentos do collegio em Janeiro de 1554, o qual tomou o nome de S. Paulo por ter sido

a primeira missa celebrada a 25 de Janeiro de 1554, dia em que a Igreja commemora a conversão desse santo.

Fundado o novo collegio, começaram a immigrar para elle differentes selvagens dos outros nucleos coloniaes, o que muito descontentou a João Ramalho, tão cioso de sua villa de S. André. Rivalidades lamentaveis appareceram, então, entre os Jesuitas que procuravam engrandecer São Paulo e João Ramalho que empregava esforços pela prosperidade de S. André — vencendo afinal os Jesuitas que conseguiram a extincção e demolição da villa de S. André (1560).

Por esse tempo a capital da colonia foi atacada pelos gentios das immediações; e, graças ao valor de D. Alvaro da Costa, deveu a Bahia a sua pacificação.

Acontecimentos identicos se passavam nas capitancias do Espirito Santo e Pernambuco.

Na primeira, os *administrados* (indios escravizados), que eram em grande numero, revoltaram-se, destruíram muitas fazendas e mataram entre outros a D. Jorge de Menezes e D. Simão Castello Branco.

Na segunda, foram completamente submettidos por Jeronymo de Albuquerque, cunhado do donatario.

Para o sul, de Cabo Frio á Bertioga, hordas de selvagens capitaneadas pelo celebre *Cunhambêbe*, avantajavam-se a todas as outras pela audacia e ferocidade.

A frequencia dos navios francezes pelo nosso littoral deu em resultado o estabelecimento desses aventureiros no Rio de Janeiro, cabendo ao successor de Duarte da Costa a gloria de expulsal-os.

No governo ainda de D. Duarte da Costa pranteou o Brazil a morte de João III a 11 de Junho de 1547.

A 16 de Janeiro de 1558 entregou Duarte da Costa as redeas do governo ao seu successor Mem de Sá.

* * *

Tomou Mem de Sá conta da administração a 16 de Janeiro de 1558. Depois de aquietar os espiritos revoltos, aproveitando dos jesuitas tudo quanto podiam fazer

em beneficio da colonia; depois de pessoalmente ir a diversas capitancias conter os selvagens nas suas repetidas incursões, occupou-se Mem de Sá em expellir os francezes do Rio de Janeiro, empreza que desempenhou, não sem grandes difficuldades, mas com feliz exito.

Visitando a capitania de S. Vicente, mudou a villa de S. André da Borda do Campo para S. Paulo, e fez seguir uma expedição pelo Tieté. Mandou no mesmo tempo em busca de metaes preciosos Braz Cubas e Luiz Martins, que perto do monte Jaraguá encontraram algum ouro e pedras parecidas com esmeraldas. De tudo foram remettidas amostras para Portugal.

De volta para o Norte visitou a capital do Espirito Santo, cujo governo confiou a Belchior d'Azeredo, e, chegando á Bahia, mandou para o interior tres expedições que voltaram sem ter achado as minas auríferas procuradas.

Foi durante sua administração que a *Confederação dos Tamoyos* recebeu um golpe mortal quer por uma grande derrota que os confederados levaram nas plagas de Piratininga, quer pelo armistício de *Iperoyg*, (1562), quer pela victoria decisiva do Rio de Janeiro. — Em *Piratininga* distinguuiu-se o velho Tebiriçá combatendo com valor feroz; no armistício de *Iperoyg*, obtido pela dedicação heroica dos jesuitas Nobrega e Anchieta, numerosas tribus abandonaram a Confederação passando para o lado dos portuguezes.

Em 1567 veiu de novo ao Rio de Janeiro, á cuja barra chegou a 18 de Janeiro, e, reunindo-se com todas as forças expedicionarias, effectuou a entrada no dia seguinte. Combinou darem o assalto aos Francezes no dia 20, em honra ao padroeiro da cidade fundada por Estacio de Sá (S. Sebastião).

Iniciada a luta no lugar denominado Uruçú-Mirim, apoderou-se Mem de Sá em seguida da ilha de Villegagnon, terminando o combate na ilha Paranapuan, hoje do Governador, onde decidiu-se a victoria, sendo mortalmente ferido no combate Estacio de Sá.

Transferiu Mem de Sá a cidade para o morro de S. Januario, hoje do Castello, regressando para a Bahia e

deixando como governador do Rio de Janeiro a Salvador Correia de Sá, outro sobrinho seu.

Solicitando Mem de Sá sua exoneração, a côrte portugueza despachara em 1569 como governador geral do Brazil a D. Luiz de Vasconcellos que, em meio da viagem, foi atacado e morto por uma esquadilha de huguenotes.

Só em 1572, o emerito governador conseguiu deixar a administração da colonia, não podendo volver á patria, pois morreu na cidade de S. Salvador a 2 de Março, sendo sepultado no cruzeiro da Igreja dos Jesuitas.

5. OS JESUITAS NO BRAZIL: SUA INFLUENCIA SOBRE A CONDUCTA MORAL, CIVIL E POLITICA DOS HABITANTES. — ANCHIETA. — NOBREGA. — ANTONIO VIEIRA.

Desde o seu descobrimento, durante trinta annos, o Brazil não foi senão a terra do degredo, a terra do páu brazil—ao longo de cujas costas desamparadas uma serie de obscuras feitorias, ephemeras todas e mal apparelhadas, incapazes de reciproca defesa e sem protecção da metropole, punham o europeu sem escrupulos em contacto com o gentio da terra—*os brasís*. A feitoria, como a tivemos nesse periodo de nossa historia, não era senão um fóco de torpezas, um centro de pilhagens, uma sementeira de odios, uma miseria desmentindo a civilização dos invasores.

Veiu depois a colonisação pelo systema feudal das capitánias; vieram os donatarios. Por elles repartiu-se a costa inteira. Começaram, então, a surgir esses nucleos isolados, escassos de população, fracos, desprotegidos. Dizimados pelo clima que os não poupava, desprotegidos de todos e de si mesmos, viviam sujeitos aos golpes da pirataria e ás emboscadas do selvagem.

Este systema de colonisar por meio dos favoritos da Côrte, dos funcionarios enriquecidos, cumulados de pri-

vilegios e prerogativas quasi magestáticas com quanto prestigiado nas ilhas Atlanticas por uma experiencia secular de successo, não vingou tambem. Ao cabo de quinze annos de infructiferas e renovadas tentativas, vieram a ruina, a miseria, e depois o abandono. Dous pontos extremos na costa lograram fazer excepção; Olinda — ao Norte, S. Vicente — ao Sul.

Mas, quando D. João III viu por terra aniquilados os projectos do seu ministro; os heróes da India, que julgou galardoar com essas terras da America, acabando com morte escura ás mãos dos barbaros que elles não souberam vencer, comprehendeu então que para domar esse povo, para conquistar o Brazil, só uma arma se lhe deparava irresistivel—o Evangelho!

O rei appellou então para a obra, ainda nascente, de Ignacio de Loyola; para a Companhia de Jesus, e entregou-lhe a evangelisação do Brazil.

Dentro das traças a que ia obedecer o novo regimen, o Padre Nobrega, ao lado de Thomé de Souza, não é um simples collaborador: é o pensamento, é o conselho na fundação da metropole da colonia, como foi a acção mais efficaz na defeza desta e no seu engrandecimento.

Effectivamente, quando em 1549 desembarcam nas plagas bahianas os primeiros Jesuitas, companheiros de Nobrega, começa para o Brazil essa sublime epopéa do Evangelho nas selvas, que já teve de um dos nossos peregrinos cantores a condigna consagração.

* * *

A Companhia de Jesus foi fundada em 1534 por Ignacio de Loyola (canonisado posteriormente) - tendo sido os seus estatutos approvados por Paulo III em 1540.

Introduzida em Portugal, á instancias de D. João III, e com o Padre Simão Rodrigues, prosperou creando um abundante viveiro de missionarios, que distenderam os dominios da fé e da civilisação pelas possessões portuguezas. Da casa de Coimbra, o primeiro nucleo, vieram

em diferentes levas para o Brazil esses destemidos apóstolos que, por seus labores, em muito contribuíram para a formação de nossa nacionalidade, implantando os primeiros elementos da instrução, da educação, da fé e do trabalho, de que mais tarde deveria crescer vigorosa esta grande patria.

Veu a primeira missão de Jesuitas, no anno de 1549, em companhia do primeiro governador Thomé de Souza. Entre os recém-vindos, em numero de seis, tinha preeminencia em cargos e virtudes o Padre Manuel da Nobrega. De chegada encetaram logo as missões, aprendendo a lingua do paiz, abrindo escolas, attrahindo de preferencia catechumenos dentre as creanças indigenas *porque os paes estavam ainda então muito duros e agrestes*, nunca havendo sido doutrinados, e offerecendo em seus barbaros costumes grande obstaculo á audição da palavra divina e á pratica das virtudes christans.

A rudeza dos habitos selvagens; a má influição dos costumes, ferozes muitas vezes, e depravados sempre; a natural esquivança com que o gentio se afastava do trato com os brancos, se foram lentamente amortecendo, deante da palavra branda e persuasiva do Jesuita, pela pureza de vida que este soubera conservar, pelo desinteresse e abnegação com que mais soccorria ás enfermidades dos *brasis*, e a santificação de tantas almas, do que dava á consideração de seus proprios commodos.

Ao envez, os colonos, no arrastamento da cubiça, deram de explorar não tanto a terra como os suores do gentio. E teriam sido outros os destinos de nossa terra, se não fôra a constante preocupação do Jesuita em se extremar do colono por sua conducta; na vigilante catechese do gentio, no esforço pela conciliação de indigenas e portuguezes, e dos indigenas entre si; na mão forte que prestou na expulsão de aventureiros que viuham disputar a Portugal as suas conquistas; na propagação da lingua da colonia pelos aborigenes e da lingua tupy entre os povoadores; na formação de uma lingua geral no Brazil; na arriscada energia com que se oppunha á escravisação dos indios.

Obedecendo aos intuitos de Nobrega em 1553 vieram á S. Vicente Anchieta e mais cinco companheiros. Nem bem chegados e já trazendo organizado o plano de um collegio sertão a dentro, e cuja reitoria devia caber a Manuel de Paiva, os escolhidos, e entre esses, o irmão José de Anchieta com o cargo de ensinar humanidades, se aprestaram a ir serra acima escolher o sitio da projectada fundação.

Transposta a asperrima serraria, atravessaram a matta, e já distante della cêrca de tres leguas, foram ter ao lugar escolhido para o Collegio nesta lombada de campo alto, interposta ás aguas dos ribeiros Tamanduatehy e Anhangabahú.

Em *pauperrima e estreitissima casinha*, a 25 de Janeiro, celebrou-se a primeira missa, e, como era o dia em que a Igreja commemorava a conversão do apostolo S. Paulo, esse nome ficou para a casa, e, desta, mais tarde, para toda a capitania.

* * *

Foi em Tenerife, uma das ilhas Canarias, que aos 19 de Março de 1534 nasceu José de Anchieta. Sua mãe, D. Mencia Diaz de Clarijo Llarena, era uma canarina e seu pai D. João de Anchieta era um fidalgo hespanhól. Anchieta, feitos os primeiros estudos em sua terra natal, passou-se ainda muito joven para a Universidade de Coimbra, onde fez grandes progressos nos estudos superiores, adquirindo geral estima e admiração.

Em Coimbra a vida livre da Universidade, com os seus prazeres e rixas proprios do tempo, não alteram a indole placidamente religiosa, profundamente crente do futuro missionario. Ao contrario a tendenciá primitiva, prevalecendo sempre, levou o moço canarim a entrar a 1.º de Maio de 1551 para a Companhia de Jesus, fundada havia pouco e já então celebre no mundo.

A Companhia, que já havia feito duas remessas de missionarios para o Brazil, uma em 1549, outra em 1550, enviou terceira leva aos 8 de Maio de 1553, e d'esta vez veio José de Anchieta, simples irmão ainda. Motivos de

saúde dictaram esta acertada determinação. O segundo governador do Brazil, D. Duarte da Costa, veio por essa occasião para substituir Thomé de Souza. Chegaram todos á Bahia aos 8 de Julho de 1553.

A demora de Anchieta na capital foi de poucos mezes, seguindo para o Sul, onde S. Vicente, Rio de Janeiro, Espirito Santo, tinham de ser o theatro de seus grandes serviços.

A vida de José Anchieta mostra um lado exterior e publico e uma face mais particular e intima.

Ambas foram em proveito geral da sociedade brasileira, que se começava a formar. A parte exterior é mais apreciada geralmente; porém a outra face merece mais interesse para a historia social de nossa patria.

Os factos geraes e mais exteriores da vida do grande missionario são — além da vinda ao Brazil e da fixação em S. Vicente e Piratininga, já citados, sua viagem em 1556 á Bahia, e subsequente volta no mesmo anno, acompanhando Nóbrega; sua presença em 1565 á tomada e fundação do Rio de Janeiro; a viagem á Bahia nesse anno para ordenar-se e a volta immediata; seu reitorado em S. Vicente em 1569; seu provincialato de 1577 a 1588 na Bahia, o reitorado em 1589 na Victoria; sua catechese no Espirito Santo até 1597, data da sua morte. Esta é a vida official, por assim dizer, em suas datas principaes.

O que falta ahi é lembrar os duros trabalhos e soffrimentos, quando, sem roupa quasi e quasi sem recursos para a simples manutenção material da existência, teve de fundar o collegio de Piratininga; a energica defeza dessa povoação quando foi atacada pelos selvagens visinhos; o heroismo do padre quando ficou de refem entre os indios de Iperoyg sublevados, enquanto Nóbrega negociava as condições de paz com os colonos de S. Vicente; o esforço para a criação do Collegio e da Misericórdia do Rio de Janeiro; as penosas viagens pelas aldeias de S. Paulo, Espirito-Santo e Bahia no serviço obscuro da catechese; o cuidado com que aprendeu a lingua dos selvagens para lhes falar n'ella e n'ella lhes ensinar a doutrina e a leitura; os hymnos e comedias que

em portuguez, hespanhól e tupy escreveu para divertimento e ensino dos colonos e aborigenes catechisados; é finalmente, lembrar os estudos que fez das cousas de nosso paiz, de suas riquezas naturaes, dos feitos de seus primitivos organisadores para os transmittir á Companhia n'essas interessantes *cartas, annuas e informações*, que ainda hoje são o melhor repositório para o estudo da vida brazileira no seculo XVI. E ainda falta recordar-vos o thesouro de bondade, de mansuetude, de devotamento, de caridade, que enchia o coração do jesuita carnim, virtudes que fizeram d'elle quasi um santo.

* * *

O padre Antonio Vieira nascera em 1608 em Lisboa. Era ainda menino, quando em 1615 sua familia transportou-se para a Bahia, onde seu pae veio exercer um cargo de administração, e onde nasceram alguns de seus irmãos. Alli estudou as humanidades em aulas regidas pelos Jesuitas, em cujo collegio recolheu-se definitivamente, em 1625, fugindo da casa paterna.

Tinha então quinze annos de idade, e embaide os paes o aconselharam em contrario. Professou pouco depois. Fez estudos brilhantissimos, e entre seus mestres contava-se o padre Fernão Cardim, uma notabilidade da Ordem. Estudou linguas brasilicas e africanas no intuito de converter selvagens d'estas raças.

Taes designios não foram senão limitadamente levados por diante, porque a carreira do pulpito e da politica começaram a absorvel-o muito cedo.

A primeira phase de sua vida no Brazil, que se estende de 1615 a 1641, distingue-se especialmente por sua propria paixão pelas letras.

A eloquencia, a historia ecclesiastica, a theologia e a philosophia foram o objecto de seus ardentes desvelos.

Em 1641 partia elle em companhia do jesuita Simão de Vasconcellos para Portugal.

Em Lisboa dedicou-se á predica e por ella tornou-se logo immensamente conhecido e admirado. Um dos

maiores entusiastas do seu talento revelou-se no proprio rei, D. João IV.

Chamou-o para seu conselho particular e desde então começou sua acção politica. Elle não desmentiu nesta nova esphera a força de sua intelligencia.

Concebeu e propagou idéas verdadeiramente superiores ao meio acanhado em que devia applicar-as.

Entre outras é o bastante lembrar-vos os esforços que empregou para a criação de companhias de commercio portuguezas que fossem aproveitar as riquezas do Oriente e do Brazil, fazendo forte concurrencia aos mercantes hollandezes; a reduçãõ e n'alguns casos a extincção dos direitos do fisco; a ampla protecção e liberdade que se devia conceder aos israelitas, existentes no reino, em estimulo á utilisacão de seus grandes capitães; a coerção aos exageros desmedidos da Inquisição.

Grande foi a sua coragem especialmente neste ultimo ponto.

A Inquisição nunca mais lh'o perdoou e mais tarde, em asada occasião, encarcerou-o.

Depois de viagens e negocios varios pela Europa, voltou em Janeiro de 1653 ao Brazil com destino ao Maranhão.

Ahi entrou logo em luta com os colonos e governadores por causa da liberdade dos indios, que defendia, e aquelles atacavam. Estas lutas prolongaram-se por muito tempo e tomaram character violento.

Teve de voltar a Lisboa, a pedir providencias ao rei, em Junho de 1654, tornando com ellas ao Maranhão em Maio de 1655.

Os colonos não se quizeram nunca dar por vencidos na sua grande cegueira e teima cruel em captivar os pobres indios. Vieira a isso se oppoz tenazmente no que aliás era acompanhado pela Ordem de Jesus em geral. A esse periodo pertencem sua viagem á tribu dos Nêengahibas de Marajó, e sua viagem ao Ceará, chegando até á serra de Ibiapaba. Grandes foram os riscos e fadigas n'estas jornadas. Foi sempre n'ellas, como em toda parte, rigido de costumes, despido de avareza, caritativo

e esmoler. No Maranhão passou sempre grandes penurias e dormia no chão em velha esteira de palha.

Vieira foi um benemerito da liberdade e da consciencia em pugnar pelos infelizes indigenas. A politica do governo da metropole neste negocio, como em muitos outros, foi vacillante e cavilosa. Ora inclinava-se para os padres, ora para os colonos. Os proprios padres foram muitas vezes forçados a ceder diante do despotismo dos captivadores. D'ahi a aleivosa insinuação de alguns, quando dizem que tambem mais de uma vez foram Vieira e seus companheiros favoraveis ao captiveiro dos selvagens. Não é esta a lição que sáe dos documentos da historia. Foram sim, por vezes, obrigados a cumprir os iniquos regulamentos que a avareza dos colonos arrancava á fraqueza do governo do rei. Vieira procedeu em toda a lucta por amor dos indigenas n'altura de um espirito superior, sendo afinal preso em 1661 e remettido para Lisboa pela canalha amotinada.

O governo da metropole, ingrato e tacanho, prohibiu por lei especial sua volta áquella parte do Brazil. Na Europa, durante o largo periodo de vinte annos (1661 a 1681), soffreu violento e injusto processo pela Inquisição, que chegou a mettel-o nos carceres. Foi á Roma, por esta razão, e seu talento de orador foi alli admirado. Cansado de lutas e protelações na Italia, tornou ao Brazil, indo residir na Bahia, onde morreu em 1697 com perto de noventa annos de idade, dos quaes passou cincoenta em nossa terra. E' a figura mais alta da litteratura portugueza depois de Camões.

Podemos, pois, em vista do exposto, affirmar não só que os Jesuitas no Brazil muito influiram no principio de sua formação sobre a conducta moral, civil e politica dos habitantes—como tambem que sem os seus devotados esforços não se teria implantado o Catholicismo.

E, acreditaes, si não fôsse o Catholicismo, que o Brazil seria o grande bloco de continente que vae das Guyanas do Amazonas ás Missões do Paraná? Acreditaes, si não fôsse o Catholicismo, que esse territorio não se teria pelo menos dividido em tres ou quatro immensos fragmentos

— um huguenote, outro hollandez, o terceiro hespanhól, e o quarto, apenas, brasileiro, como o somos hoje?

Isso quanto ao territorio.

Quanto á população, acreditaes que sem o Catholicismo tivesse sido possível fundir pelo modo porque o foram, em uma nacionalidade homogenea—o indigena, o portuguez e o africano?

Duvidaes de que sem a acção do Catholicismo o indigena teria sido exterminado pelo mais barbaro dos capti-veiros após as mais terriveis de todas as razzias?

Duvidaes de que a raça branca, e os seus cruzamentos, adquiririam nessas atrozes correrias, nesses costumes de rapina humana, instinctos que fariam do brasileiro o igual do caçador de escravos sudanez?

Suppondes, finalmente, si não fôra o Catholicismo, que o negro barbaro da Africa daria em pouco tempo esse sublime typo de resignação no captiveiro, que tanto durou, e só terminou em nossos dias?

6. AS LUTAS COM OS FRANCEZES

Muitas foram as lutas com os Francezes, cuja expulsão exigiu quasi um seculo de esforços, desde os tempos primordiaes de nossa historia.

Emquanto Portugal se via a braços com grande numero de inimigos no littoral e mares da Asia, onde, em 1511, a sua armada contava nada menos de uns oitenta e tantos vasos, muito armadores da Bretanha e da Normandia, já avesados á navegação nas costas da Guiné, passavam não só á pirataria côm os galeões que vinham da India, como a traficar nas terras do Brazil onde adquiriam quasi de graça generos que nos mercados europeus davam-lhes grandes lucros.

Eram preferidos pelos Francezes (de Honfleur e de Dieppe) as paragens de Cabo Frio, onde, segundo diz A. Thevet, chegaram a levantar uma fortaleza.

Foi reprimido esse commercio de contrabando pelas expedições guarda-costas de Christovam Jacques e de Martim Affonso de Souza, as quas bateram e tomaram numerosos navios francezes.

Em França foram apparecendo idéas de fundar-se uma colonia permanente na America do Sul (França Antartica) e o Almirante Gaspar de Coligny, que tinha grande influencia no animo do Rei Henrique II, foi acoroçoando o plano de formação de um nucleo colonial no Brazil, que servisse de abrigo aos calvinistas contra as perseguições religiosas.

Da execução d'esse plano foi encarregado Nicoláo Durand de Villegagnon. Foram por Henrique II confiados a esse chefe audaz 2 navios com 80 homens, e 1 chalupa afim de seguir para o Brazil.

Depois de uma penosa viagem, durante a qual viram-se obrigados a arribar a Dieppe, chegaram os expedicionarios á bahia do Rio de Janeiro, conhecida entre os indigenas pelo nome de *Guanabára* ou de *Nietheroy*, a 14 de Novembro de 1555. Estabeleceram-se os Francezes a principio n'um ilhéu proximo á barra, onde hoje está a fortaleza da Lage; mas a má localidade, sujeita a invasão das ondas, fez escolher uma outra posição, indo para o ilhéu chamado então *Serigipe* (hoje ilha de Villegagnon), onde levantaram um forte, a que deram o nome de *Coligny*. Destinavam os Francezes o nome de *Henriville* á cidade que fundassem na parte continental da bahia de *Guanabára*, como capital dos estabelecimentos coloniaes, a que já chamavam de *França Antartica*.

Auxiliados pelos Tamoyos, que habitavam estas regiões, foram os Francezes vendo o bom exito da sua expedição, e n'esse sentido escreveu Villegagnon a Coligny. Em breve porém declarou-se a desharmonia entre a colonia; houve mesmo um motim promovido por um normando; o castigo foi severo; o chefe foi enforcado, e 2 dos principaes foram postos a ferros.

Pouco depois chegaram reforços importantes vindos de França, commandados por Bois le Comte, sobrinho de Villegagnon: constavam elles de cêrca de 300 homens em 3 navios, 18 peças de bronze, mais de 30 berços de ferro e mosquetões, e varios ministros calvinistas, entre os quaes sobresahia *João Lery*. Apezar, porém, d'esses meios de acção pouco progredia a colonia, porque a desharmonia lhe minava o desenvolvimento; além d'isso,

Villegagnon ia tornando-se cada vez mais bulhento e despótico, principalmente depois de cartas que recebera de Lorena, e que tinham promovido em suas disposições uma mudança tal, que mais tarde lhe valeu o epíteto de *Caim d'America*.

O Governador Geral D. Duarte da Costa reconheceu a sua fraqueza para repellir os invasores, e pediu reforços á Côrte.

A permanencia dos Francezes na Bahia do Rio de Janeiro era um desgosto profundo para Mem de Sá, successor de Duarte da Costa, que ansioso esperava por alguns auxilios da Europa para bater-se com elles; logo que chegaram os suspirados reforços, commandados por Bartholomeu de Vasconcellos da Cunha, tratou o Governador Geral de aprestar-se para tão ardua empreza. Emquanto se faziam os preparativos, chegou da Europa o novo Bispo, *D. Pedro Leitão*, 9 de Dezembro de 1559, que, tomando conta da sua diocese, tratou de ajudar o governador geral em tudo quanto estava ao seu alcance.

Não menos empenhados se mostraram Nobrega e os Jesuitas em auxiliarem Mem de Sá em tão difficil conjunctura; com a sua influencia em S. Vicente puderam obter o adjutorio de um bergantim e muitas canoas, que deviam achar-se nas proximidades da barra do Rio de Janeiro a espera das forças do Governador Geral. Chegando estas, que orçavam em 2 náos e 8 embarcações menores, trazendo apenas 120 portuguezes e 140 indios auxiliares, preparou-se tudo para o ataque, que Mem de Sá não quiz realisar sem uma intimação prévia para que o inimigo se rendesse; não tendo bom exito a intimação, começaram as forças portuguezas (15 de Março de 1560) a bombardear e atacar a ilha. Villegagnon não se achava mais commandando os invasores, porque havia 8 ou 9 mezes retirára-se para a Europa: mas os 150 francezes que tinham ficado, unidos aos seus alliados, os Tamoyos, (cêrca de 1.000) apresentaram a mais heroica resistencia. Depois de tres dias de um porfiado batalhar, com as munições todas consumidas, e tendo exgotado toda a provisão d'agua para beber, os inimigos fugiram uns, e outros capitularam: Mem de Sá mandou arrasar

a fortificação, encravar a artilharia e celebrar uma missa em acção de graças por tão assignalada victoria.

Reconhecendo-se com forças insufficientes para deixar uma guarnição, que mantivesse a posse da ilha tão valentemente conquistada, e suppondo tambem que o inimigo se achasse inhabilitado para firmar de novo a sua occupação, Mem de Sá deixou as aguas de Guanabára aos 31 de Março d'esse mesmo anno de 1560, e seguiu para S. Vicente.

Os Francezes que tinham sido batidos na ilha de Villegagnon em 1560, e que tinham fugido para o continente, de lá vieram mais tarde depois da partida do Governador Geral para S. Vicente. Com o auxilio dos seus poderosos alliados, os Tamoyos, e de varios compatriotas, que traficavam pelo Cabo Frio e mais paragens visinhas, inclusive na propria bahia do Rio de Janeiro, puderam firmar-se e fortalecer-se de novo na ilha de Villegagnon, e outros pontos, extendendo o seu dominio e influencia sobre o littoral do continente.

A côrte de Lisboa, a pedido mesmo de Mem de Sá, mandou reforços para se acabar com um tal estado de cousas; esses auxiliares vieram commandados por Estacio de Sá, sobrinho do Governador Geral, e não sendo julgados sufficientes, reuniram-se-lhes mais alguns obtidos pelo Ouvidor Geral, Braz Fragozo, no Espirito-Santo; e outros vindos de S. Vicente. Ainda assim era palpavel a insufficiencia das forças.

Por longo tempo se travaram combates entre as forças portuguezas e os Tamoyos reunidos aos Francezes: nem Estacio de Sá podia fazer retirar os inimigos dos pontos que occupavam, nem estes tinham forças sufficientes para desalojar os Portuguezes das suas posições; as vantagens e os revezes se succediam, mas sem um resultado decisivo.—Anchieta, que tinha passado pelo Rio de Janeiro, e que tinha presenciado o estado das cousas, quando chegou á Bahia onde ia ordenar-se, levou tudo ao conhecimento de Mem de Sá, que resolveu vir pessoalmente em auxilio de seu sobrinho.

Pouco tempo depois seguiu o Governador Geral com o Bispo D. Pedro Leitão em uma expedição commandada

por Christovão de Barros, composta de 3 galeões, 2 navios costeiros e 3 caravellões; passando pelo Espirito-Santo teve o reforço do valente chefe temiminó *Ararigboia* com a sua gente; a essas forças reuniram-se mais alguns auxiliares vindos de S. Vicente, e que nas proximidades do porto do Rio de Janeiro aguardavam pela chegada do grosso da columna. Chegando Mem de Sá á barra desta cidade a 18 de Janeiro de 1567, reuniram-se todas as forças expedicionarias, e effectuaram a entrada do porto no dia seguinte, 19; — combinou então o Governador Geral com o sobrinho darem o assalto geral no dia immediato, 20, em honra do Santo padroeiro da nova cidade.

Executado o ataque, a mais brilhante victoria corôou as armas portuguezas. Começou o combate pela tomada do forte *Uruçú-mirim* (junto á foz do rio Catete, antigamente *Carioca*); seguiram-se logo a tomada da ilha de Villegagnon, e varios combates nas aguas da bahia; mas a victoria final declarou-se na ilha, actualmente chamada do Governador, onde Tamoyos e Francezes foram completamente desbaratados. A victoria, porém, custou graves prejuizos aos Portuguezes, que entre as perdas que tiveram, contaram o valente Estacio de Sá, gravemente ferido na face por uma flexa, do que veiu a fallecer alguns dias depois.

Em 1597, foram tomados na Bahia dous navios francezes vindos da Africa, e em Sergipe um outro onde foram aprisionados 116 tripolantes.

Na Parahyba, trezentos e cincoenta francezes investiram o forte Cabedélo apenas defendido por vinte homens e cinco peças, sem comtudo delle se apoderarem; o seu commandante, qual Leonidas nas Thermopylas, falleceu nesta defeza, succedendo João de Mattos Cardoso.

A conquista do Rio-Grande do Norte foi realizada em 1597 por Manuel Mascarenhas, capitão de Pernambuco, que construiu o forte dos *Tres Reis Magos* sobre os recifes que ficam á entrada do rio, e delle fez entrega a Jeronymo d'Albuquerque.

Não foi com poucas difficuldades que os conquistadores conseguiram ahi se estabelecer, pois que, os indios

potiguares, de parceria com os francezes, a isso se oppuzeram; mas Jeronymo d'Albuquerque auxiliado pelo chefe *Sorobabé* e outros venceu-os firmando ahí o dominio hespanhól; em seguida fundou á margem direita do rio e á meia legua distante da barra uma povoação a que chamou *Natal*.

Os francezes, sempre repellidos, foram se encaminhando para o norte, e a Guyana Franceza, situada na extrema septentrional do nosso continente, é, em nossos dias, um testemunho da pertinacia desses filhos da Gallia.

Em 1594 Jacques Riffault e Carlos de Vaux, armadores de Dieppe, chegaram á ilha do Maranhão, lançaram nella as bases de um estabelecimento e, seguros do apoio do gentio, voltaram á França, onde conseguiram equipar tres náos que, sob o commando de Daniel de la Touche, senhor de La Ravardiére, chegaram ao porto do Maranhão em Março de 1612. Escolheu Ravardiére para assento da colonia uma chapada á esquerda do porto e deu-lhe o nome de S. Luiz, em honra de Luiz XIII, rei de França.

Tratando Jeronymo de Albuquerque, poucos mezes depois, em 1613, de desempenhar a commissão de que fôra incumbido, partiu para o norte, fundou uma povoação, a que denominou N. S. do Rosario, na bahia das Tartarugas ou Jararacóara. De volta a Pernambuco, foi Jeronymo de Albuquerque incumbido de expulsar os francezes do Maranhão, commissão que galhardamente desempenhou a 19 de Novembro de 1614 derrotando completamente La Ravardiére, que propoz um armistício por um anno, emquanto chegassem novas ordens dos respectivos governos; mas nesse mesmo anno recebendo Albuquerque uma reforço trazido por Francisco Caldeira Castello Branco obrigou o chefe francez a entregar-lhe o forte de Itapary ou de S. José, e a comprometter-se a partir no fim do anno prescripto.

Chegou, porém, em 1615 ao Maranhão com o titulo de governador geral da armada e com autoridade superior á de Albuquerque, Alexandre de Moura, que forçou os francezes a retirarem-se.

A guerra de successão da Hespanha proporcionou favoravel ensejo para os francezes renovarem suas tentativas de conquista sobre o Brazil.

A 11 de Setembro de 1710, sendo Francisco Castro de Moraes, governador geral do Rio de Janeiro, Carlos Duclerc, official da marinha franceza, desembarcou em Guaratiba com uma força de 1.000 soldados, e avançou para a cidade do Rio de Janeiro, onde entrou a 19 de Setembro.

Accossado por paisanos e estudantes armados, Duclerc retirou-se para um trapiche, chamado trapiche da Cidade, e ali capitulou, entregando-se prisioneiro com todos os seus.

O governador Castro de Moraes só depois de ultimada a peleja foi que moveu-se com as forças do campo do Rosario, tendo mandado disputar o passo ao inimigo seu irmão Gregorio Castro de Moraes, que nobremente caiu no campo da acção.

Na noite de 18 de Março de 1711 foi Duclerc assassinado. Renato Duguay-Trouin, tomando por pretexto a morte de sea compatriota, fez-se ao mar com uma esquadra de 18 vasos para atacar a cidade do Rio de Janeiro, e a 12 de Setembro conseguiu, graças á inepecia do pusilanime governador Castro de Moraes, tomar a ilha das Cobras, que foi logo abandonada. Em seguida desembarcou no Sacco do Alferes, occupou a Bica dos Marinheiros e as linhas dos montes de S. Diogo, da Gamboa, e da Conceição, havendo apenas alguns combates parciaes, nos quaes ainda Bento do Amaral Gurgel á frente dos estudantes, deu novas provas do seu valor e heroismo.

Castro de Moraes, covardemente fugiu da cidade com toda a tropa e todos os habitantes, dando assim occasião a que os francezes tomassem no dia 22 de Setembro a cidade, saqueando as egrejas e as casas e fazendo avultadissimo esbulho, e para cumulo de vergonha o mesmo governador, sem esperar soccorro com que devia contar, voltou de Iguassú para onde fugira, e ajustou com Duguay-Trouin o resgate da cidade por seiscentos e dez mil cruzados em dinheiro, cem caixas de assucar e duzentos

bois, concorrendo para pagar tão avultada somma não só os cofres do Estado, mas também os das corporações religiosas e diversos particulares. Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho chegou de Minas com poderoso socorro, mas já encontrou firmado esse asqueroso contracto e Duguay-Trouin, que ainda se demorou no Rio de Janeiro algumas semanas, saiu enfim com a esquadra a 13 de Outubro de 1711, perdendo no mar o melhor das riquezas que levava.

Mais tarde, tendo o príncipe regente declarado guerra á França pelo seu manifesto de 1.º de Maio de 1808, ordenou no mesmo anno ao coronel Manuel Marques que fosse conquistar a Guyana Franceza, e este fazendo-se á vela do Pará em Novembro de 1808 obrigou em Janeiro do anno seguinte o general Victor Hugues a capitular. A queda, porém, de Napoleão firmou a paz entre as nações da Europa, e pela convenção de 28 de Agosto de 1817 determinou-se a entrega da Cayenna aos Francezes, ficando provisoriamente os limites com o Brazil pelo rio Oyapoc, reservando-se os limites definitivos para um ulterior ajuste. (1)

(1) Só a dez de Abril de 1897 assignaram no Rio de Janeiro o governo francez e o brasileiro um tratado pelo qual encarregaram o Conselho Federal Suisso de fixar as fronteiras do Brazil e da Guyana Franceza por uma decisão arbitral, mas obrigatória e inappellavel. O arbitro devia declarar qual era o rio que no tratado de Utrecht foi indicado com o nome de Oyapoc ou Vicente Pinzon. O Brazil sustentava que esse rio era o que entra no mar ao oeste do Cabo de Orange, a França, que era o Araguary. Quanto á fronteira interior, o Brazil pretendia que ella ficava no paralelo 20,24', que, partindo do Oyapoc, vai terminar na fronteira da Guyana hollandeza. A França, pelo contrario sustentava que esse limite devia partir da fonte principal do braço principal do Araguary e continuar a oeste parallelamente ao Amazonas, até encontrar a margem esquerda do Rio Branco, e dahi acompanhar essa margem até o paralelo que passa pelo ponto externo das montanhas do Acaahy.

A troca das ratificações effectuou-se no Rio de Janeiro a seis de Agosto de 1898, e a oito de Setembro do mesmo anno o Conselho Federal, a pedido dos dous governos, accentou essa delicada missão. Nomeado para defender a causa do Brazil, apresentou o barão do Rio Branco suas credencias ao presidente da Confederação Helvetica a seis de Abril de 1899. Omitindo as particularidades do processo, damos aqui integralmente a ultima conclusão da

Sentença. — "(1) Conforme o sentido do Art. 8.º do Tratado de Utrecht, o rio Japoc ou Vicente Pinzon é o Oyapoc que desemboca immediatamente a oeste no Cabo de Orange e que por seu thalweg fórma a linha lideira.

"(2) A partir da cabeceira principal deste rio Oyapoc até á fronteira hollandeza a linha de divisão das aguas da bacia do Amazonas, que nesta região é constituida em quasi totalidade pela linha do fastigio da serra de Tumuc-Humac, fórma o limite interior."

"Assim assentado em Berna em nossa sessão de 1.º de Dezembro de 1900."

Em Novembro de 1871 foi entregue a Cayenna pelo governador João Severiano Maciel da Costa, depois Marquez de Queluz, ao conde Saint-Cyr, governador nomeado por Luiz XVIII, rei da França.

Em resumo :

Os Francezes, expulsos do Rio de Janeiro, abrigaram-se em Sergipe; expulsos de Sergipe, abrigaram-se na Parahyba; expulsos da Parahyba foram, successivamente, para o Rio-Grande do Norte, Ceará e Maranhão—e, ainda expulsos, fixaram se por fim na Guyana.

7. AS LUTAS COM OS INGLEZES

O primeiro inglez, conhecido, que veio traficar no Brazil, foi *William Hawkins* de Plymouth, o qual no seu *Paul of Plymouth*, navio de 250 toneladas, fez duas viagens: uma em 1530, outra em 1532. Pelos annos de 1540 praticavam o commercio no Brazil varios mercadores de Southamton. Dizem que um certo Pudney da mesma cidade veio á Bahia em 1542, construindo um forte não longe da morada do Caramurú. Relatam egualmente que pelos annos de 1567 tentaram diversos inglezes estabelecer-se na Parahyba do Sul, donde cinco annos depois, desalojados pelos portuguezes, fugiram, os que escaparam, para o sertão, e delles nunca mais se recebeu noticia alguma.

Tratou em 1579 de occupar algum ponto do nosso paiz uma esquadra ingleza, que se dispersou não longe da costa, salvando se apenas diversos homens em uma lancha. Alguns destes foram mortos, outros presos pelos portuguezes. Menciona-se tambem a viagem do *Minion*, navio que a pedido de *João Whithall*, inglez, casado e domiciliado em S. Vicente, veio de Londres a Santos, onde, recebido com agrado, carregou notavel quantidade de mercadorias. Em seguida, porém, á união de Portugal com a Hespanha, as visitas dos inglezes ao Brazil não podiam deixar de assumir um caracter hostil.

Pouco depois de 1582 demandou a costa do Brazil uma expedição ingleza, destinada ás Indias Orientaes e á China, debaixo das ordens de Eduardo Fenton. Aportando a São Vicente, foram visitados por José Doria, sogro de Whithall, e por mais dous principaes do lugar. Estavam consultando sobre o meio de obter audiencia do governador e tomar refrescos, quando appareceram tres embarcações de Flores Valdez, que immediatamente os aggrederam. Rompeu o fogo ao cahir da tarde, continuando enquanto durou o luar. Um dos navios hespanhóes foi a pique, mas, no dia seguinte, ganhando os inglezes o vento, fizeram-se ao largo. Fôra Valdez, informado da vinda dos inglezes por um navio hespanhol, que Fenton apresára, deixando-o pouco depois em liberdade.

Roberto Withrington—sarpou para o mar do Sul tres annos depois da volta de Fenton, e em virtude das informações recebidas de dous chavecos portuguezes, capturados na foz do Prata, concebeu a esperanza de tomar a Bahia para a qual se dirigiu sem demora. Como a cidade estivesse desguarnecida, quando appareceram velas inimigas, mandou Christovam de Gouvêa, visitador dos jesuitas, chamar os indios convertidos dos arredores, que com seus arcos salvaram a capital do Brazil cobrindo-lhe as immediações. Comquanto, pois, os inimigos entrassem no porto, e bombardeassem S. Salvador, não se aventuraram a desembarcar. Logo acudiu Christovam de Barros, que no primeiro rebate estava ausente, e organizou de prompto uma flotilha de barcaças ás ordens de Sebastião de Faria. Demoraram-se os inglezes seis semanas assolando o Reconcavo, e tentando um assalto sobre a ilha de Itaparica, mas foram afinal repellidos e obrigados á retirada. Tornou-se nesta occasião notavel uma mulher, que desde Itapoan correu em defeza da patria a cavallo com lança e adarga. Occorreu este facto durante a administração da Segunda Junta. Fr. Vicente diz que se deu—*pouco tempo depois de começarem a governar o Bispo e Christovam de Barros.*

Cavendish já déra uma volta em roda do mundo, praticando em toda a parte as mais horriveis crueldades, quando apprehendeu uma segunda viagem, porém sem

provisões sufficientes. Mandou, por isto, adiante dous navios procurar mantimentos na costa do Brazil, ás ordens do vice-almirante Cook, o qual, surprehendendo a população de Santos á missa, a reteve presa o dia inteiro na igreja, e matou o unico homem que ousou oppôr alguma resistencia. Em logar, todavia, de buscar provisões, entregaram-se os inglezes á crapula, esquecendo-se do povo fechado na igreja. Fugiram então os moradores para os mattos com todos os moveis de algum valor.

Passados oito ou dez dias, chegou Cavendish, achando uma praça sem habitantes e sem mantimentos. Offereceram-lhe os selvagens a sua alliança com a condição de expulsar os portuguezes e guardar para si as terras, offerta que o almirante declinou, porque seu alvo não era a conquista. Como os colonos recusassem volver para seus lares, posto que convidados em nome de D. Antonio de Portugal, incendiaram os corsarios S. Vicente, e seguiram para o Estreito, cuja entrada os ventos lhe prohibiram, dispersando a frota. Só Cavendish regressou para a costa do Brazil; porém, dos 25 homens que enviou a tres leguas de S. Vicente roubar mantimentos, nenhum voltou, porque os indios mataram todos, excepto dous que levaram prisioneiros a Santos, entrando na cidade em triumpho com as cabeças dos mortos.

Pouco depois fez Cavendish junção com o *Roebuck*, um dos navios da sua desditosa esquadra e, continuando a costear, assolou por toda a parte casas e plantações. Encarregou-se, por ultimo, um portuguez, que em breve penduraram na verga, de metter os dous barcos dentro da barra do Espirito Santo. Entraram nesse porto com duas lanchas; combateram com valor; soffreram perdas muito graves, sendo uma dellas a do capitão Morgan, e foram afinal repellidos pelos colonos. Depois desta mallograda tentativa, deixou Cavendish a costa do Brazil, morrendo de pesar e de molestia na viagem para a patria.

Jayme de Lancaster, 1595—partiu de Londres á frente de tres navios com um tal Barker como vice-almirante. Apresaram na altura do Cabo Branco 24 navios hespanhóes e portuguezes, dos quaes levaram cinco. Souberam dos prisioneiros que um grande galeão, de volta da

Índia, naufragára na costa de Pernambuco, achando-se toda a riquíssima carga armazenada no Recife. Navegaram, pois, para a Ilha de Maio; uniram-se ao pirata inglês *Venner*, e dirigiram-se sobre Pernambuco, onde chegaram pelos fins de Março de 1595. Entraram no porto á viva força, não obstante a energica resistencia dos nossos, que tiveram de retirar-se para Olinda.

Fretaram tres embarcações hollandezas, surtas diante da cidade, e mais cinco pertencentes a piratas francezes que appareceram pouco depois. Baldearam toda a carga do galeão para bordo de quinze navios, fazendo-se afinal, de vela caminho da Inglaterra. O trabalho da baldeação exigiu o espaço de trinta e quatro dias, durante os quaes guardaram estes ladrões estricta disciplina, não fazendo pilhagem alguma sobre particulaes.

Aconteceu, enquanto transferiam a carga, entrar no porto um navio com 40 portuguezes, e uns 180 negros de Guiné. Apresando a embarcação, deixou Lancaster ir livres os negros, e obrigou os portuguezes a trabalharem no carregamento.

Hostilizados pelas forças de Olinda, viram-se afinal obrigados a retirarem-se, soffrendo grande perda de gente pelo fogo de um forte construido pelos Pernambucanos, e por uma emboscada em que cahiram, quando quizeram perseguir aos da terra.

Essas foram as ultimas tentativas dos Inglezes contra o Brazil, e não continuaram com taes expedições talvez seduzidos pelas deslumbrantes promessas de Sir Walter Raleigh em relação a um Eldorado na parte septentrional da America.

8. AS LUTAS COM OS HOLLANDEZES

Em luta contra a Hespanha, resolveu a Hollanda organizar uma companhia, com elevado capital e largas concessões do governo, e por este protegida, com o duplo fim de apoderar-se dos transportes que levavam á Hespanha as riquezas auferidas de suas possessões no continente americano e de apossar-se de alguma região

pertencente ao dominio hespanhól. Tomou essa companhia a denominação de *Indias Occidentaes*, em opposição a uma outra, a das *Indias Orientaes*, que, desde annos anteriores, funcionava, causando graves prejuizos á Hespanha, principalmente na Asia.

Resolvida pela direcção da companhia a invasão do Brazil, preparou-se uma esquadra que, em Janeiro de 1624, fez-se ao mar.

A esquadra tinha por almirante a Jacób Willekens, por vice-almirante a Pieter Pieterszoon Heyn, e, com o encargo de commandar as tropas e governar os paizes que se fossem conquistando, Johan van Dorth.

Recebera a Hespanha aviso da expedição; a propria Infanta D. Izabel, governante dos Paizes Baixos, preveniu-a, mas o governo do Conde Duque de Olivares nada fez para repellir o inimigo. A 8 de Maio de 1624 os navios hollandezes ancoraram na bahia de Todos os Santos, menos o navio de Johan van Dorth, que, na altura de Cabo Verde, se separara do resto da esquadra.

A cidade estava indefeza; os preparativos feitos por Mendonça Furtado foram inutilizados pela demora dos invasores e pelo bispo D. Marcos Teixeira que, por um zelo caritativo mal entendido, fez com que as forças se dispersassem. Facil foi, pois, a conquista della, sendo Mendonça Furtado preso no palacio, depois de ter opposto aos invasores a mais tenáz resistencia, e remettido para a Hollanda, onde só obteve liberdade em 23 de Novembro de 1626. Van Dorth tomou logo conta do governo e, reputando firmado o dominio hollandez no Brazil, inconvenientemente fez retirar diversos contingentes da esquadra.

Entretanto D. Marcos Teixeira, que fôra escolhido interinamente para dirigir a administração e a guerra, preparava forças e Mathias de Albuquerque enviava de Pernambuco, sob as ordens de Francisco Nunes Marinho, grandes soccorros.

Lourenço Cavalcante e Antonio Cardoso, encarregados pelo bispo da direcção da resistencia, puzeram a cidade em sitio, e, com o reforço de Marinho, conseguiram as maiores vantagens. Van Dorth caiu em uma embos-

cada, sendo morto pelo capitão Francisco Padilha. Allert Schouten morreu tambem pouco depois, e Willem Schouten, seu irmão e successor no commando, produzia descontentamentos pelos actos reprovados que praticava.

Nesse entretanto D. Francisco de Moura, natural do Brazil, chegou da Europa, despachado com o titulo de capitão-mór do reconcavo, para tomar o commando das tropas, e pouco depois delle chegou igualmente uma esquadra hespanhola, commandada por D. Fradique de Toledo Ozorio, marquez de Valdeuga. Estabelecidas as communicacões com as forças de mar e terra, completou-se o cerco dos invasores que foram coagidos a capitular no dia 30 de Abril de 1625, sob condição de Hans Ernest Kyff, que era então o commandante dos sitiados, voltar para a Hollanda com as suas tropas em navios para esse fim concedidos.

Ao tempo que a esquadra de Fradique chegava á Bahia, o vice-almirante Pieter Heyn atacava a capitania do Espirito Santo, fazendo saltar na villa tresentos soldados, que foram repellidos, graças ao inesperado auxilio que trouxera do Rio de Janeiro Salvador Corrêa de Sá.

Após a restauração da Bahia, retirou-se D. Fradique de Toledo Ozorio, passando o governo a D. Francisco de Moura que ao fim de um anno, entregou-o por seu turno a Diogo Luiz de Oliveira, conde de Miranda (1626).

Persistindo em atacar o Brazil organisou-se na Hollanda uma nova armada e essa mais formidavel. Nella vinham Hendrick Corneliszoon Loncq, como commandante geral, Pieter Adriaanszoon, como almirante, e Diederik von Weerdenburch, como general das tropas da expedição.

Ainda desta vez foi a côrte de Madrid avisada em tempo, e Mathias de Albuquerque, que ahi se achava então, recebeu ordem de voltar para Pernambuco, prover a todas as necessidades e levantar fortificações; e, para acudir a uma defeza energica, deu-lhe a côrte um auxilio ridiculo.

Aos 15 de Fevereiro de 1630, a armada hollandeza rompia fogo contra a cidade de Olinda, ao mesmo tempo bue Weerdenburch desembarcava com tres mil homens

no Páu Amarello, marchando na madrugada de 16 sobre aquella cidade, tomando-a depois de ter batido na passagem do Rio Doce a Mathias de Albuquerque, que nobremente lhe disputou o passo. Conquistada Olinda, dirigiram-se os Hollandezes contra o Recife, povoação que conquistaram, apesar da heroica resistencia que lhes oppoz o bravo capitão Antonio de Lima.

Mathias de Albuquerque, tendo fundado um arraial bem fortificado, que recebeu o nome de *Bom Jesus*, creou as famosas companhias de emboscada, de uma das quaes foi capitão o celebre indio Poty (Camarão), depois conhecido por Antonio Philippe Camarão, e só assim poude conter os hollandezes.

Em 1631 chegaram successivos reforços aos hollandezes, que nem assim puderam tomar a ilha de Itamaracá, que foi corajosamente defendida pelo capitão Salvador Pinheiro.

Tendo a côrte de Madrid recebido noticia, de que na Hollanda se equipava uma esquadra que devia sahir para o Brazil sob o commando de Adrien Jansen Pater, apparelhou uma outra commandada por D. Antonio Oquendo, que, chegando á Bahia a 13 de Julho de 1631, a 3 de Setembro seguiu para o norte, e a 12 encontrou a esquadra de Pater, com a qual travou renhida batalha, resultando a derrota do bravo almirante hollandez.

Oquendo, depois de deixar na Barra Grande um contingente de mil soldados debaixo das ordens do general conde de Banhuolo, voltou para a Europa.

Os hollandezes concentraram suas forças no Recife, incendiaram a cidade de Olinda a 23 de Novembro de 1631, e foram rechaçados de alguns pontos que pretendiam tomar. A sorte da peleja mudou, porque Domingos Fernandes Calabar, natural de Porto Calvo, bravo e intelligente, deixou o campo portuguez, onde sempre houvera galhardamente batalhado, e passou-se no dia 20 de Abril de 1632 para os arraiaes hollandezes. Guiado por elle, Weerdenburch a 1.º de Maio de 1632 toma a villa de Iguarassú: e o major Schkoppe, ataca em Janeiro de 1633 o forte do rio Formoso, e toma-o, depois depois da mais heroica resistencia. Ainda nesse anno,

Calabar leva o general Rembach, successor de Weerdenburch na direcção da guerra, a atacar o posto dos Afogados, além do Capeberibe; soffre, porém, um grande revez induzindo o general hollandez a cahir sobre o Campo Real do Bom Jesus, ficando Rembach morto no campo. Segismundo von Schkoppe toma o commando das tropas, e guiado ainda pelo intrepido Calabar, apoderou-se dos Tres Reis Magos e dos portos do cabo de Santo Agostinho.

Mathias de Albuquerque, desanimado pelas continuadas derrotas que soffriam os seus, resolveu retirar-se para Alagôas, afim de reunir-se a Bagnuolo, que para lá se dirigira depois da perda de Porto Calvo, aguardando mais propicios tempos.

Tinha Mathias de Albuquerque de passar perto de Porto Calvo, e achando-se ahi Calabar e o chefe hollandez Picard com insignificantes forças, offereceu-se a este Sebastião do Souto para ir explorar o campo de Mathias de Albuquerque, com quem se entendeu contra os hollandezes, e de volta tanto depreciou as forças brasileiras, que Picard e Calabar deram-se pressa em atacal-as. Travada a peleja, foram os hollandezes forçados a capitular, e Calabar, feito prisioneiro, enforcado no dia 22 de Julho.

Continuou a luta, com alternativas de successo por parte dos hollandezes, até que em 1640 foi obrigado D. João IV pelas circumstancias a contemporizar com a Hollanda, e a fazer com esta uma alliança offensiva e defensiva contra a Hespanha, e um armisticio de 10 annos.

Entretanto, de parte a parte, o armisticio deixou de ser cumprido. Os hollandezes, á sorrelfa, foram continuando as suas conquistas para o norte até o Maranhão e para o sul até o rio Sergipe. Por seu lado, o governo portuguez, fingindo nos actos officiaes reconhecer o dominio hollandez, ia á socapa auxiliando os brasileiros contra esse dominio.

Assim, animados secretamente pela metropole, André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira e outros começaram a propaganda pelo interior, levantando as populações contra os dominadores estrangeiros.

A insurreição pernambucana abriu uma série de lutas por espaço de nove annos: aos seus homens, que se diziam os *independentes*, reuniram-se os famosos guerreiros Camarão, H. Dias e outros. Depois de um sem numero de escaramuças e combates parciaes, taes como o do *Monte dos Tabocas*, trava-se a primeira batalha dos *Gararapes*, (19 de Abril de 1648) onde foram mais de quatro mil hollandezes batidos pela metade em numero de brasileiros, que occupavam uma estreita passagem. O general Segismundo Schkoppe retirou-se ferido.

O sitio de Recife obrigou os hollandezes a uma nova sortida com o coronel Van den Brucke, que amanheceu o dia 19 de Fevereiro occupando o alto dos *Gararapes*, vendo o exercito pernambucano a dominar igualmente uma altura fronteira. Ao meio-dia trava-se a batalha que dura até á noite; o commandante hollandez morre na acção e o seu exercito é derrotado perdendo muitos prisioneiros e toda a artilharia (1649).

Essa victoria não decidiu dos acontecimentos futuros. A Hollanda, preoccupada com a sua guerra contra a Inglaterra, abandonou as conquistas do Brazil aos seus proprios destinos.

Com quanto victoriosos, os pernambucanos não cogitavam ainda de apossar-se do Recife; mas continuaram a luta com grande felicidade em outros pontos até que, cinco annos depois, em 1654, os hollandezes abatidos cederam e capitularam, assignando o accôrdo da campina do *Taborda*, pelo qual abandonavam o paiz e as armas e se concedia a amnistia aos portuguezes e a todos os que viviam sob a jurisdicção hollandeza.

A victoria foi obra exclusiva dos patriotas. O governo portuguez não poude prevalecer-se d'ella para impor condições, o que era impossivel, pois a Hollanda conservava ainda a supremacia no Indostão e no Atlantico com as suas poderosas frotas.

O tratado de paz com a Hollanda só foi assignado em Haya em 1661, sendo rei de Portugal Affonso VI; por elle a Hollanda vendia caro as suas conquistas, obtida a restituição da artilharia, garantia de liberdade religiosa

e favores ao commercio hollandez, e cinco milhões de cruzados de indemnisação.

Cumprê dizer, ao terminar, que não foi inteiramente improficuo para o Brazil esse longo periodo de 24 annos de dominio hollandez: a industria e o commercio desenvolveram-se, porque os proprios invasores encarregavam-se de levar ao estrangeiro os generos do paiz (assucar, aguardente, tapioca, fumo, etc.), tornando-os mais procurados; — ficou sendo mais exacto o conhecimento das capitancias do Norte e do seu littoral, não só pelas viagens maritimas repetidas, que se faziam, como pelas estradas e caminhos que pelo seu interior se abriam em virtude de marchas, contramarchas e mais movimentos bellicos, que succediam-se em tão dilatada guerra.

Além disso os proprios Hollandezes durante a sua estada no Brazil construíram 464 casas, sendo a maior parte de sobrado, 2 palacios, 2 pontes importantissimas (uma da ilha de Antonio Vaz ao Recife, e outra da mesma ilha ao continente), 18 fortalezas, das quaes ainda restam as do Brum (*Bruyn*), Cinco Pontas, Itamaracá e Remedios, na ilha de Fernando, além de muitas outras obras, a que a acção do tempo já tem posto um fim inevitavel.

Quando Mauricio de Nassau veio para o Brazil, não trouxe unicamente tropas para sujeitar e conter o paiz, nem veio com miras de locupletar-se, ou de entregar-se a uma falsa ostentação. A ilha de Antonio Vaz transformada em uma bonita cidade (*Mauricia*), attesta ainda hoje as vistas largas de tão habil administrador, que, para estudar e tornar conhecidas as riquezas do Brazil hollandez, trouxe os naturalistas Piso de Leyde e Margraff, o historiador Barlaeus, o literato Francisco Plante, o architecto Pieter Porter, e pintores que tinham estudado na escola flamenga, já então celebre na Europa. Quanto á parte industrial, os Hollandezes melhoraram muito o serviço e o machinismo dos engenhos de assucar; como engenheiros, realizaram e encetaram obras ainda não apprehendidas até áquella época no Brazil, taes como o alteamento dos recifes, junto ao Forte do Mar, em Pernambuco.

9. AS LUTAS COM OS HESPAANHÓES

Para acabar com as duvidas sobre o direito que a Corôa de Portugal julgava ter sobre a margem esquerda do Prata, mandou o principe regente D. Pedro ao mestre de campo D. Manuel Lobo, quando o nomeou governador da capitania do Rio de Janeiro (8 de Outubro de 1678) que perto da ilha de S. Gabriel ou em qualquer outro ponto conveniente, nas visinhanças de Buenos Ayres, fundasse uma colonia, que servisse de limite ás possessões portuguezas na America. Depois de ter tomado posse do seu governo (9 de Maio de 1679), ao qual ficavam tambem sujeitas as capitancias do sul (12 de Novembro de 1678), afim de melhor poder executar as ordens que trazia, partiu D. Manuel Lobo para a villa de Santos em Outubro de 1679, e seguiu em Dezembro para o Rio da Prata com uma expedição de 7 navios, levando 4 companhias de 200 homens, diversas familias de colonos, e muitos operarios. Para os aprestos expedicionarios tinha D. Manuel Lobo sido ajudado pelo capitão-mór de S. Vicente, Diogo Pinto do Rego, e por Jorge Soares de Macedo, que para tomar parte na expedição, deixara o seu lugar de encarregado superior das minas.

Chegando á embocadura do Rio da Prata defronte da ilha de S. Gabriel a 1.º de Janeiro de 1680, ahi ancorou, e foi dando principio á fundação da fortaleza e da *Colonia do Sacramento*, que, durante quasi um seculo, devia servir de pomo de discordia entre as Corôas de Portugal e de Hespanha. Não puderam os Hespanhóes tolerar um tal estabelecimento em paragens que consideravam da sua propriedade, remontando ás disposições do celebre Tratado de Torsedilhas (7 de Junho de 1494), embora em rigor fossem do dominio de Portugal, já pelas explorações portuguezas de Christovam Jacques (1503); até o Cabo das Virgens, na entrada do estreito hoje conhecido pelo nome de Magalhães, já pela posse tomada por Pero Lopes de Souza em 1531, tendo fincado marcos com as armas de Portugal pelo Rio da Prata acima até o Esteiro de Carandins.

O governador do Paraguay, D. Philippe Rey Corbelon, e o Conselho de Buenos-Ayres representaram contra a fundação da nova colonia á Côrte de Madrid, que, não obtendo solução definitiva do principe regente D. Pedro, e do seu secretario d'Estado Pedro Sanches Farinha, por intermedio do ministro hespanhol, o Abbade Maserati, ordenou ao governador de Buenos-Ayres, D. José de Garro, que á força expellisse os invasores. D. José de Garro preparou-se para atacar a colonia.

Não valeu a D. Manuel Lobo responder ao emissario de D. José de Garro, fundamentando o direito de estabelecer uma colonia em territorio desoccupado, mas sujeito á corôa de Portugal, como se deprehendia, além de outros titulos, de uma carta geographica feita em Lisboa em 1678 por João Teixeira Albornóz, carta que estendia esse territorio, de direito de Portugal, por cêrca de 300 leguas desde a foz do Prata até Tucuman.

D. José de Garro mandou então um corpo de exercito com 4,500 homens de tropas regulares, milicianos, e indios, sob as ordens do mestre de campo D. Antonio de Vera Muxica atacar a colonia. A 7 de Agosto d'esse mesmo anno de 1680, depois da mais heroica resistencia, foi a praça tomada de assalto e arrasada, escapando da guarnição, com vida, apenas dez pessoas, entre ellas o proprio D. Manuel Lobo e Jorge Soares de Macedo, que caíram prisioneiros.

Chegando essas noticias á Europa, é facil imaginar-se a indignação, de que apossou-se o Principe D. Pedro, que dispunha-se a romper em guerra contra a Hespanha, quando por intermedio do Duque de Giovenazzo, mandado a toda a pressa, a Côrte de Madrid promptificou-se a dar quantas satisfações lhe foram exigidas, principalmente depois da intervenção das Côrtes de Roma, Paris, e Londres. Firmou-se um tratado de paz provisorio, em 17 artigos, assignado em Lisboa a 7 de Maio de 1681, e mandado pôr em execução no mesmo anno, estatuinto-se que a Colonia do Sacramento seria restituída a Portugal com toda a artilharia e mais effeitos tomados na praça, e que a Hespanha faria reprehender ao Governador de Buenos-Ayres por ter atacado o estabelecimento

portuguez. A questão de direito seria elucidada mais tarde, e para esse fim seriam nomeados pelas duas partes Commissarios Arbitros, que deveriam reunir-se entre Elvas e Badajoz, na fronteira de Portugal.

Em virtude pois do disposto no tratado foi á Corôa de Portugal restituída a Colonia do Sacramento, tomando d'ella conta, e reparando-a, Duarte Teixeira Chaves (1683) Governador do Rio de Janeiro; mas da reunião e discussões dos Commissarios Arbitros nenhum resultado definitivo houve, porque não puderam chegar a um acôrdo, e tiveram que separar-se deixando a questão no mesmo pé.

A Colonia do Sacramento foi desenvolvendo-se com rapidez, principalmente pelas providencias acertadas da metropole, que, entre outras medidas uteis, tinha por Decreto de 29 de Outubro de 1689 mandado dar-lhe mais gente:—tudo presagiava-lhe um gráo de prosperidade, quando a parte activa que D. Pedro II tomou na guerra da Successão de Hespanha fez repercutir essas hostilidades na America.

Tendo fallecido Carlos II sem herdeiros directos, subira ao throno de Hespanha o Duque de Anjou com o nome de Filippe V. Para não ter contra si o Rei de Portugal, Filippe V firmou com elle um tratado (1701), pelo qual (art. XIV) a margem esquerda do Rio da Prata ficaria pertencendo *in solidum* com inteiro dominio á corôa portugueza. A' vista de tão explicita disposição resolveu-se o Governo de Portugal a augmentar os seus estabelecimentos coloniaes ao sul do Brazil, tentando fundar uma colonia em Montevidéo, para o que chegou mesmo a mandar instrucções regulamentares. A Hespanha começou a pôr embaraços e reluctancias á execução do tratado de 1701, e Portugal querendo ter antes um ponto de apoio forte para as suas operações, do que diversos pontos fracos disseminados, mandou concentrar e applicar á Colonia do Sacramento as disposições projectadas para Montevidéo.

Vira a Hespanha o seu erro em embaraçar a execução da clausula XIV do tratado de 1701, quando lhe constou que as potencias protectoras do Archiduque Carlos d'Aus-

tria promettiam a Portugal não somente a posse dos terrenos ha longo tempo contestados na região platina, como também Badajoz, Albuquerque, e Valença d'Alcantara na Extremadura hespanhóla; Vigo, Tuy, Guardia, e Bayona na Galliza. Promptificou-se então a Hespanha em reconhecer (1703), os direitos de Portugal sobre a margem septentrional do Prata, mas era tarde; D. Pedro II era arrastado na orbita da politica ingleza e firmava com a Inglaterra, Hollanda e Allemanha o tratado de *Metwen*, (16 de Maio de 1703), abraçando decididamente a causa do Archiduque Carlos d'Austria, conhecido posteriormente pelo nome de Carlos III.

O rompimento da guerra entre as duas metropoles era occasião bastante opportuna, para que os Hespanhóes sul-americanos não a aproveitassem, afim de expellirem os Portuguezes da margem septentrional do Prata. O Vice-Rei do Perú deu n'esse sentido ordens terminantes ao Governador de Buenos-Ayres, D. Affonso Valdez, que com 6.000 homens atacou a Colonia do Sacramento. Durante 6 mezes o Commandante da Praça, Sebastião da Veiga Cabral, que tinha recebido alguns reforços mandados pelo Governador Geral do Brazil D. Rodrigo da Costa, defendeu-se com a maior intrepidez, mas afinal foi forçado a capitular retirando-se por mar ao Rio de Janeiro com a sua briosa guarnição, tendo entregue a fortaleza apenas com as munições e artilharia (1715). Em poder da Hespanha ficou a Praça da Colonia do Sacramento até á paz de Utrecht (16 de Fevereiro de 1715), occasião em que foi de novo restituída a Portugal, totomando d'ella posse o Governador Manuel Gomes Barbosa (Novembro 1716), que para esse fim passou da Praça de Santos, onde anteriormente commandava.

Apezar das disposições terminantes d'esse tratado, e do feito subsequentemente com a França, marcando o Oyapoc por divisa septentrional do Brazil, os Hespanhóes do Prata continuaram com as suas hostilidades contra a Colonia do Sacramento, e contra os outros estabelecimentos que os Portuguezes tentaram crear n'essas paragens. Inproficuos foram os esforços do Mestre de Campo Manuel de Freitas da Fonseca para fundar uma colonia em

Montevidéo (1723) e teve elle de retirar-se diante das forças superiores de D. Bruno Mauricio Zabala, que em virtude de ordens terminantes de Madrid lançou os fundamentos da cidade de Montevidéo, para assim contraminar os planos da côrte de Lisboa.

Com mais esse ponto de apoio fizeram os Hespanhóes diversas tentativas para reconquistarem a Colonia do Sacramento, sendo o mais notavel d'esses o dirigido por D. Miguel de Salcedo, Governador de Buenos-Ayres (28 de Novembro de 1735) e repellido pelo Commandante da praça Antonio Pedro de Vasconcellos. Apezar d'esse máu resultado continuaram os Hespanhóes em tenaz porfia para realisarem o seu *desideratum*, que afinal conseguiram pelo tratado de Madrid (13 de Janeiro de 1750), ficando a Hespanha com a Colonia do Sacramento, em troca dos Sete povos das Missões do Uruguay dadas a Portugal. Esse tratado, assignado em Madrid pelo plenipotenciario portuguez D. Thomaz Antonio Telles, Visconde de Villa Nova de Cerveira, e pelo hespanhól D. José de Carbajal e Lencaster, estabelecia além d'isso a demarcação da linha de limites das possessões portuguezas com as hespanhólas na America.

Esse tratado, que á primeira vista podia parecer vantajoso para Portugal, porque em troco de um territorio fertil no interior, de mais de duzentas leguas, cedia a Colonia do Sacramento, que era impossivel conservar, e que só servia de facilitar o contrabando com Buenos-Ayres, além de provocar hostilidades interminaveis, não produziu es effectos desejados por causa das difficuldades, com que tanto tiveram de lutar Gomes Freire de Andrade, encarregado da sua execução no sul, e Francisco Xavier de Mendonça Furtado na demarcação dos limites do norte.

Gomes Freire de Andrade partiu expressamente para o Rio da Prata para desempenhar a sua commissão á 19 de Fevereiro de 1752, e depois de conferenciar com o outro commissario seu collega, principiou com elle a demarcação pelas aguas vertentes até perto de Santa Tecla, quando foi apparecendo opposição vigorosa da parte dos indios. Essa opposição foi tornando-se cada vez mais

energica, e quando os dous Commissarios pensavam encontrar apenas hordas do gentio indisciplinado, tiveram de fazer frente a indios arregimentados pelos Jesuitas, entre os quaes dizem que sobresaíam o superior Padre Mathias Strobel, e o Padre Lourenço Balda, cura de S. Miguel, a quem muitos reputavam como o principal da guerra.

Embora vencesse aos Indios, Gomes Freire de Andrade não poudé arcar com as difficuldades que foi encontrando, entre as quaes não era de menos monta a má coadjuvação da parte de D. José de Andonaegui, governador de Buenos-Ayres, e principalmente do seu successor D. Pedro de Ceballos, amigo decidido dos Jesuitas e acerrimo inimigo dos Portuguezes. As desintelligencias sobre a cabeceira principal do Ibicuy foram aggravando-se cada vez mais com outras questões, e o commissario portuguez teve que retirar-se para o Rio de Janeiro em principio de 1759, sem ter podido obter resultado algum proveitoso, e depois de ter sido gastá por Portugal uma somma avultadissima, que Lord Kinoul nos seus despachos avalia em 3 milhões sterlingos.

Si no sul tão mal succedidos tinham sido os trabalhos de demarcação de limites, no norte acontecia cutro tanto: o commissario hespanhól D. José de Iturriaga, e commissario portuguez, a principio o capitão-general do Maranhão, Franciseo Xavier Furtado de Mendonça (1753) e depois o governador de Matto-Grosso D. Antonio Rolim de Moura, esbarraram-se com difficuldades invenciveis, que attribuiram ás hostilidades dos Jesuitas, que faziam retirar das aldéas todos os mantimentos, remadores e canôas.

O governador de Buenos-Ayres, D. Pedro de Ceballos, atacou com 6.000 homens a Colonia do Sacramento, e tomou-a por capitulação vergonhosa do governador Vicente da Silva da Fonseca, a quem sobravam meios de resistencia, e immediatamente foi apossando-se de diversos pontos da capitania de S. Pedro do Sul. Feita a paz na Europa pelo tratado de Fontainebleau de 1763, cumpria pelo art. 20 proceder-se na America á restituição dos territorios tomados; mas os Hespanhóes do Prata,

encobertando-se com um ajuste feito a 6 de Agosto do mesmo anno, entregaram unicamente a Colonia do Sacramento, e guardaram o que tinham tomado no Rio Grande do Sul.

Aguardando occasião opportuna para desforra contra os visinhos do Prata, o governador do Rio Grande do Sul, José Custodio de Sá Faria, conseguiu expellir o inimigo da margem do norte (1.º de Julho de 1767) e os Portuguezes não descançaram até obterem a entrega da villa do Rio Grande, depois da derrota do brigadeiro D. José de Molina.

Os ultimos acontecimentos do sul interromperam de novo as relações de Portugal e da Hespanha, e D. Pedro Ceballos, mandado contra o Brazil com uma formidavel armada, tomou a ilha de Santa Catharina a 20 de Fevereiro de 1777, capitulando indignamente o seu governador Antonio Carlos Furtado de Mendonça, e tomou a 31 de Maio a Colonia do Sacramento, que foi arrasada.

Mais longe iria D. Pedro de Ceballos com os seus planos de conquistar o Rio Grande do Sul, si, tendo fallecido D. José I (24 de Fevereiro de 1777), o governo de D. Maria I não firmasse em Outubro o armisticio de Madrid, precursor do lamentavel tratado de Santo Ildefonso (1.º de Dezembro) concebido pelo intelligente Conde de Florida Branca, pelo qual a Hespanha restituia a ilha de Santa Catharina e suas dependencias, mas ficava para sempre com a Colonia do Sacramento, as Missões do Uruguay, e uma boa parte do territorio do sul.

Havendo a Hespanha declarado guerra a Portugal em um manifesto publicado em Madrid a 23 de Fevereiro de 1801, Sebastião Xavier da Veiga, governador da capitania do Rio Grande do Sul, emquanto esperava ordem para começar a guerra, approximou-se da fronteira, obrigando os hespanhóes a concentrarem-se no Serro Largo. Autorisado emfim pelo governo, Veiga Cabral abriu a campanha mandando contra o Serro Largo o coronel Manuel Marques de Souza, que á frente de 1.200 homens tomou esse lugar e devastou a fronteira até além do Jaguarão e Santa Tecla.

Marchava contra os portuguezes o marquez Sobremont, sub-inspector das tropas do vice-reinado de Buenos-Ayres, quando a noticia da paz de Badajoz, celebrada a 6 de Junho chegou ao sul do Brazil a 17 de Dezembro 1801, e pôz termo ás hostilidades, ficando apesar das reclamações dos hespanhóes, em poder dos portuguezes os territorios conquistados porque esse tratado cousa alguma estipulára sobre restituições na America.

Em 1808, tendo sido levados em captiveiro da Hespanha para a França o rei Carlos IV e seu filho Fernando VI, julgou-se a princeza D. Carlota, que era filha de Carlos IV e esposa de D. João, principe regente de Portugal, com direito á soberania dos Estados visinhos americano-hispanicos por falta daquelles principes, e foi por isso mandado do Rio de Janeiro a Buenos-Ayres para fazer valer esses direitos o brigadeiro Joaquim Xavier Curado, levando uma carta da princeza para o governador Liniers, que não acquiesceu aos desejos da pretendente.

Sobrevieram as revoluções emancipadoras dos Estados Unidos da America Hespanhóla; Liniers foi fuzilado, e D. Francisco Xavier Elio, governador de Montevidéo, cercado nesta cidade pelo caudilho José Artigas, que teve de levantar o cerco pela presença de duas columnas commandadas pelo marechal Curado e pelo brigadeiro Manuel Marques de Souza, que correram em defeza daquelle governador. Tiveram, porém, os dous distinctos generaes de retroceder pela intervenção do governo inglez, pelo que foi ajustado em Buenos-Ayres um armisticio illimitado, em 1812. Foi de curta duração esta paz; a guerra accendeu-se de novo no sul em 1816, colhendo os portuguezes brillhantes victorias, das quaes foi a ultima a de «India Muerta», onde o general Sebastião Pinto de Araujo Correia derrotou completamente Frutuoso Rivera.

Na campanha de 1817 continuaram os portuguezes a colher novos louros; além do triumpho alcançado em Catalão pelo Marquez de Alegrete, a Colonia do Sacramento pronunciara-se a favor dos portuguezes, recebendo Carlos Frederico Lecor uma deputação do cabildo de

Montevidéo, que lhe fôra entregar as chaves da cidade, contra a qual elle avançava.

Não obstante tantas derrotas foi ainda Artigas vencido em 1820 em Taquarembó pelo conde da Figueira, e obrigado a fugir para o Paraguay, onde o Dr. Francia o reteve.

Foi então celebrada em 1819 entre D. Prudencio Morguiondo, plenipotenciario do cabildo de Montevidéo e o coronel de engenheiros João Baptista Alves Porto, uma convenção demarcadora dos limites das duas provincias, dilatando-se o Rio Grande da banda do mar até a Augusta de Castilhos, e da outra banda do Uruguay até ao rio Arapehy. Emfim, a 31 de Julho de 1821, foi, por um accordo livre e espontaneo, incorporada a Banda Oriental ao Brazil com o titulo de Provincia Cisplatina.

10. PERIODO EXPANSIVO DOS HABITANTES DO BRAZIL: DEVISSAMENTO E POVOAMENTO DOS SERTÕES. — AS BANDEIRAS E BANDEIRANTES PAULISTAS E SUAS ENTRADAS.—RIVALIDADES E LUTAS.

Os Europeus, logo que chegaram ao Brazil, colheram de envolta com muitas informações verdadeiras os lineamentos de uma geographia fantastica.

Falava-se em montanhas tão altas que as aves não podiam transpol-as; em rios que, de chofre, desappareciam para surgir muitas leguas além; em lagoas abundantes em perolas; em um lago immenso de que manavam o Amazonas, o S. Francisco e o Prata... etc...

O effeito de taes informações não se fez esperar: as internações começaram desde logo, ao mesmo tempo quasi que as explorações costeiras, e tanto medraram e se desenvolveram que antes de transcorrido o seculo produziram—os «bandeirantes».

A primeira «entrada», de que ha noticia, deu-se em 1504—anno em que Vespucci, acompanhado de uns trinta

homens, penetrou umas quarenta leguas pelo sertão de Cabo Frio.

Da pequena colonia de João Ramalho, em S. Vicente, consta que partiu uma expedição para o interior. Todavia nada se sabe quanto ao rumo seguido, nem quanto ao anno em que teve logar.

Em 1531, Martim Affonso de Souza mandou do Rio de Janeiro quatro homens pela terra dentro, que tornaram passados dous mezes, tendo caminhado 115 leguas, das quaes 65 por grandes montanhas e 50 por um vasto campo.

A 1 de Setembro de 1531, de Cananéa, mandou o mesmo Martim Affonso uma tropa de 40 besteiros e 40 espingardeiros, ás ordens de Pedro Lobo, a descobrir pela terra dentro. Tudo quanto se sabe do destino ulterior desta expedição é que foi completamente destroçada pelos Carijós.

Em 1552, aproximadamente, o capitão de Porto Seguro mandou do sertão doze christãos, acompanhados de indios aos quaes se incorporou o Padre João de Aspilcueta. Da narração confusa que este nos deixou apenas se colhe que chegaram ás serranias donde manam os afluentes do lado direito do S. Francisco. Provavelmente é esta uma das entradas de Sebastião Fernandes Tourinho de que dá relação Gabriel Soares.

Sebastião Tourinho, partindo de Porto Seguro metteu-se tanto pela terra dentro, que se achou em direito do Rio de Janeiro. D'ahi retrocedeu e veio ter ao Jequetinhonha, que desceu em canôas, chegando ao mar depois de 24 dias de navegação. Fez, elle, outra entrada pelo rio Doce, que subiu até grande distancia descobrindo então as esmeraldas. Esta viagem foi anterior ao governo de Luiz de Brito e Almeida.

Luiz de Brito e Almeida, á vista das informações de Tourinho, mandou ás esmeraldas uma bandeira commandada por Antonio Dias Adorno. Gabriel Soares dá ainda noticia de duas entradas feitas proximamente no mesmo tempo: uma de Bastião Alvares, de Porto Seguro, que a mandado de Luiz de Brito e Almeida foi explorar o S. Francisco; outra de João Coelho de Souza, que subiu

mais de 100 leguas alem de um sumidouro, que provavelmente é a cachoeira de Paulo Affonso.

Gabriel Soares que, segundo parece, era irmão de João Coelho, tambem passa como um dos grandes bandeirantes do seculo.

A obra de Frei Vicente do Salvador nos dá relação de uma entrada feita por Luiz Alvares de Espinha que, partindo de Ilhéos á pretexto de vingar-se de umas aldêas que mataram uns christãos, e que distavam 30 leguas, aprisionou-as, e passou adiante captivando muita gente.

De Pernambuco, o mesmo autor faz menção de muitas entradas.

Do Espirito Santo ha certeza que Domingos Martins Cão fez uma entrada a procura das esmeraldas por ordem de D. Francisco de Souza, antes de 1598, assim como de outra posterior de Azevedo Coutinho.

Do Rio de Janeiro existem noticias preciosas, transmittidas por Knivet, de entradas feitas ás cabeceiras do Parahyba e aos sertões de Minas Geraes entre 1592 e 1600.

De S. Paulo, são muito numerosas as bandeiras — e seria enfadonho mencionar os nomes dos bandeirantes referidos pelo P.^o Simão de Vasconcellos, Taques, Azevedo Marques e outros.

De todas essas entradas bem poucos são os roteiros que se conservam, e esses mesmos muito deficientes. Mas comparando-se taes roteiros com os que existem de tempos posteriores, pode-se fazer um roteiro theorico — que servirá para encadear e systematisar os descobrimentos e os rumos dos bandeirantes.

Para traçar este roteiro theorico é preciso attender ao seguinte :

As montanhas foram sempre a balisa, o pharol, dos bandeirantes; os rios foram os caminhos que seguiram de preferencia.

Tal foi a importancia dos rios que as bandeiras devem classificar-se não pelo ponto donde partiram mas pelos rios que margearam e navegaram.

Todos os rios do Brazil representam papel mais ou menos importante no devassamento do interior: ha, porém

alguns que excedem á todos — o Tieté, o Parahyba e o S. Francisco.

A preponderancia, porém, do Tieté é tamanha que geralmente são considerados synonymos — « paulista » e « bandeirante », o que é uma injustiça. Si o caracteristico de taes expedições é a insignia sob que marchavam, então os paulistas são provavelmente os unicos bandeirantes, pois não consta que alhares usassem de bandeiras; mas, si o que ha de fundamental é o fim (captura de indios e descoberta de minas) e o resultado (exploração inconsciente do territorio), então quasi todos os Estados tem bandeirantes. Basta citar os nomes de Pedro Teixeira, Costa Favella, Palheta, Dias d'Avila, Certão, Tourinho etc.

Os paulistas começaram a descer o Tieté desde os primeiros tempos: uns foram subindo pelos seus afluentes — Juquiry, Jundiahy, Piracicaba, Sorocaba; outros foram até o Paraná. Aqui encontram circumstancias, á primeira vista insignificantes, que exerceram grande influencia sobre a direcção das bandeiras e sobre a formação territorial do Brazil. Acima da confluencia do Tieté, o Paraná tem um salto que é impossivel transpor — o de « Urubupunga »; abaixo — o das « Sete Quedas », ainda mais difficil. A consequencia foi que os bandeirantes tinham, ou de regressar, acto de que não eram capazes os destemidos, ou de internar-se pelos afluentes do lado direito e do lado esquerdo do Paraná. Foi o que fizeram.

Parece que primeiro foram explorados os afluentes do lado direito e depois os do lado esquerdo.

As bandeiras que preferiam subir pelos afluentes do Tieté seguiram rumos differentes. Uns foram dar ao Mogyguassú e Pardo, e pelo Parahyba foram a Goyaz; outros subiram para Minas Geraes; outros passaram ao trecho medio do Paranapanema; outros pelo Sorocaba foram dar ao Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

O Parahyba foi atacado, successivamente, por tres pontos diversos.

Primeiro pelos seus afluentes proximos do Tieté, como vê-se no roteiro de Glimmer. Este caminho durou pouco tempo, e desapareceu logo que foram fundados Taubaté, Pindamonhangabá e outros povoados.

Quasi ao mesmo tempo foi atacado pela serra do mar, nas proximidades de Paraty, por onde foi quasi dous seculos o caminho por terra entre Rio de Janeiro e S. Paulo.

Mais tarde foi tambem pela serra dos Orgãos, seguindo o Iguassú e o Inhomerim.

Um de seus afluentes mais insignificantes — o Embahú, foi o ponto de ligação com Minas Geraes e com o trecho superior do Paraná e, indirectamente, com o S. Francisco.

O S. Francisco não estava em condições tão favoraveis como o Tieté pois era preciso subil-o contra a corrente e logo a pequena distancia do mar encontrava-se a cachoeira ou *summidouro*, como então chamavam, de Paulo Affonso. Mas estas desvantagens eram amplamente compensadas pela posição de sua bacia, a oeste ligada pelo Paracatú, Preto, Urucuaia, Carinhanha, Corrente, Rio Grande e Sapão á bacia do Parahyba e Tocantins; ao norte ligada ao Itapicurú, Parnahyba e outros rios menos importantes; a léste ligada ao Real, Itapicurú, Paraguassú, Contas e outros historicamente menos importantes. O S. Francisco tambem teve tres pontos de ataque.

O primeiro foi pela foz. Embora estorvadas, logo no principio pelo immenso *summidouro* que tanto preoccupou os primeiros bandeirantes, as entradas commettidas n'esta direcção tiveram grande importancia porque pelo Moxotó, Pagehú, Terra Nova, riacho da Brigida, levaram ao Jaguaribe, ao Cariry, e posteriormente ao Piahy e ao Maranhão; pelo Porto das Folhas, Propriá, Betume — levavam ao centro de Sergipe e da Bahia.

O segundo foi pelo Itapicurú, Paraguassú e seus afluentes, pelo trecho medio do rio de Contas; de importancia ainda maior para a colonisação e exploração da Bahia, de Minas Geraes, de Goyaz, de Pyauhy, pela contiguidade em que estavam com os rios Salitre, Verde de Baixo, Paramirim, Santo Onofre, Rans e estes com os afluentes da margem esquerda do S. Francisco.

O terceiro pelas cabeceiras, principalmente pelo rio das Velhas, nos sertões de Sabaraboçú. Chegava-se ahi das margens do Parahyba, e depois a bacia do Rio Grande ou Paraná.

* * *

Ao abrir-se o seculo XVII a questão capital para os paulistas é a escravisação dos indios que, como ao norte, tambem abrasava o sul. Organizaram-se, então, com desusado apparato as grandes caçadas de indios, os *desci-mentos* a ferro e fogo de centenas e milhares de escravos que arrancados á liberdade nativa em grande parte desapareciam pela morte voluntaria ou manchavam-se em vinganças sanguinolentas, quando escapos aos mercados de S. Paulo e Rio. A Companhia de Jesus reclamava, e embalde. As terras de S. Paulo ficaram desertas e tornou-se forçosa aos conquistadores a exploração do sul até o Paraná e do norte em mais largo ambito ainda não percorrido. Na direcção do sul, porém, vieram os paulistas a encontrar-se de novo com os seus eternos antagonistas; os jesuitas hespanhóes já dominavam com suas missões os rios Paraguay e Paraná; ali já floresciam duas povoações hespanhólas, *Cidade Real de Guayra* na foz do Piquiry e *Villa Rica* no Ivahy, entre as quaes estava a região semejada de missões prosperas e numerosas de indios. Exasperados ficaram os paulistas ao vêr n'essas aldeias o eterno estorvo da infame caçada e o asylo agora concorrido da raça perseguida. Anno a anno, expedições paulistas se organisam para aniquilação successiva da serie de missões do Paraná. A primeira ameaçada foi a da Incarnação, 1628; nas cercanias d'esta e de outras eram capturados os indios que saiam fóra dos reductos. Em 1629 partem mil paulistas e 2 mil indios alliados sob o commando do famigerado escravista Antonio Raposô. Abandonados do governo paraguayoso jesuitas só contavam consigo proprios quando chegou a numerosa expedição paulista e exigiu da missão de Santo Antonio a entrega de um prisioneiro que, fugindo do comboio de escravos, n'ella se havia asylado. . . O Padre Mola que dirigia o aldeamento respondeu que um homem livre e sob a protecção do Rei não podia ser entregue á escravidão. — Na manhã seguinte caíram de chofre em bandos os paulistas sobre a missão; rogos e supplicas dos padres não os demoveram da carnificina de que ainda escaparam os fugitivos; e sobre os cadaveres dos que resistiram viu

o Padre Mola, os olhos rasos de lagrimas, ruir com fragor as ultimas cabanas que o incendio consumia.

Assim queimaram mais tres missões do Paraná. Entretanto, seguindo o rasto dos escravistas e apanhando os indios que caiam desfallecidos na marcha, vieram dous jesuitas, os Padres Mansilla e Manseta, testemunhas do abominavel successo, pedir justiça ás auctoridades civis de S. Paulo e do Rio, que, conniventes, não acharam mais que as boas palavras da resignação e da paciencia para lhes desfazer o agravo.

Partiram os padres para a Bahia onde os ouviu o Governador Geral, o Conde de Miranda. Impossivel era restituir os escravizados já vendidos e dispersos; todavia ordenou uma devassa. Mas ao voltarem os jesuitas a S. Paulo foram presos pela populaça amotinada e infurecida; o commissario da devassa ordenada aterrorisou-se e fugiu. Os dous jesuitas, uma vez soltos a pedidos e rogos dos seus irmãos do Brazil, voltaram sem outra consolação que a de ter cumprido até o extremo o dever que lhes dictára a consciencia.

A impunidade dos paulistas persuadiu-os a continuar na obra satanica, e dentro em pouco das missões do Paraná não restavam mais que inhabitadas ruinas. Mais tarde vieram ás mãos com os hespanhóes das duas cidades, que tiveram o mesmo destino, e assim toda essa região, embora deserta, foi incorporada a S. Paulo, e portanto ao Brazil, pela inulta conquista.

Não descançaram os jesuitas nem puzeram á margem a causa dos indios, tanto mais quanto os paulistas, insaciados com a região que haviam já expurgado, faziam grandes correrias até o Uruguay.

Cançados das soluções timidas e indecisas dos governos da colonia, dirigiram-se directamente Ruiz do Montoya a Philippe IV em Madrid, e Diaz Tanno ao Papa Urbano VIII em Roma; os dous soberanos renovaram e revigoraram as leis e bullas já dadas contra a escravisação dos indigenas, fazendo-as extensivas á região do Prata. No Rio de Janeiro os escravistas, então amotinados, assaltaram o collegio dos jesuitas e estes seriam mortos, não fosse a intervenção do governador, que pro-

metteu alcançar dos padres o não se intrometterem nas questões dos agricultores e mercadores de escravos.

Ainda peor succedeu em S. Paulo, fóco de taes desregramentos. A bulla de Urbano VIII, quando lida em publico pelos jesuitas, levantou a população dos colonos em grande e formidavel tumulto que acabou por arrancar da residencia os padres e expellil-os da terra (1640); a intervenção do governo conciliador do Rio veiu exarcebar os animos sem proveito para a concordia commum.

Continuou, não obstante, a anarchia porque a força do Governo do Rio, apenas limitada ao littoral, não tinha meios de galgar o então quasi invio declive que o separa do planalto de S. Paulo; teve que *tratar* com os poderosos representantes de S. Paulo e dobrar-se ás exigencias d'elles, não sem injuria do decoro de sua nominal auctoridade. Os paulistas comprometteram-se a obedecer ás ordens d'El-Rei, mas reservavam-se o direito de que elles proprios faziam questão: a exclusão dos jesuitas e a regulamentação do que dissesse respeito aos indios. Ganharam assim grande, mas bem triste victoria.

Certo, esses resultados eram provisorios e de Lisboa é que dependia a ultima palavra. D. João IV restabeleceu os direitos conculcados dos jesuitas (1643), mas tão difficil fôra restabelecel-os, que só de facto dez annos depois poudes Companhia rehavere, já amortecido e quasi nullo, o seu dominio em S. Paulo.

Mais tarde, tornou-se objectivo das *entradas* a descoberta de minas de pedras e metaes preciosos.

Das expedições, destinadas expressamente para o descobrimento de minas, destacam-se as de Fernando Dias Paes, (1664) atravessando os mesmos logares anteriormente explorados por Marcos de Azevedo, e encontrando minas de ouro e de esmeraldas. Um seu irmão, Fernando Garcia Rodrigues Paes, teve mesmo a patente de Capitão Mór da Entrada e descobrimento das minas de esmeraldas, (23 de Novembro de 1683), sem comtudo falar-se em ouro na nomeação que teve.

Foi por esses tempos que firmou-se a corrente para o descobrimento e exploração das minas, sobresaindo entre os descobridores os nomes de Affonso Furtado, Manuel

de Borba Gato (na Serra Grande ou das Esmeraldas), Antonio Rodrigues Arzão, (1693) no Caeté, perto do rio Dôce, Bartholomeu Bueno de Cerqueira, e Carlos Pedroso da Silveira, (1695). Animados como se achavam os destemidos paulistas pelos resultados obtidos, foram continuando as explorações de fôrma tal que em 1698 tornaram-se geralmente conhecidas as minas de Ouro Preto, Ouro Bueno, S. Bartholomeu, Ribeirão do Carmo, Itacolumi, e Itabira.

O districto em que tanto abundavam essas minas teve mesmo a denominação de Minas Geraes, e o Capitão General do Rio de Janeiro, Arthur de Sá Menezes, nomeado governador d'esse districto, para lá seguiu em 1700, encarregado de promover a competente exploração por meio de grandes concessões e recompensas.

Tornando-se extraordinaria a affluencia de aventureiros para esse ponto de mineração, deram-se tambem rivalidades e conflictos que motivaram repetidas scenas de sangue. — A mais notavel d'essas lutas foi a chamada Guerra dos Emboabas.

Compensadas como se achavam por tão brilhantes resultados, as expedições dos paulistas não se limitaram unicamente á Capitania de Minas Geraes; irradiaram-se pela amplidão do sertão, e foram ter a Matto Grosso e a Goyaz.

Pascoal Moreira Cabral, subindo pelo Coxipómerim, (1719) com uma bandeira, fundou nas margens d'esse rio alguns estabelecimentos de mineração, os quaes em breve mudou para o logar ao depois chamado *Forquilha*, por indicação de alguns indios do sorocabano Miguel Sutil. Tal era na Forquilha a abundancia de ouro, que com a maior facilidade em um mez extrahiram 4 arrobas d'esse metal; em pouco tempo transformou-se esse arraial em povoação florescente, (1723) que teve o nome de Villa Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá, (Novembro de 1726). Com a affluencia de numerosos exploradores foram multiplicando-se tambem os fôcos de população, e em breve surgiram as povoações de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguay Diamantino, principiada em 1728 por Gabriel Antonio Maciel; Pouso Alegre (actual cidade

de Matto Grosso) na margem direita do Guaporé fundada pelos irmãos Fernando e Arthur de Barros, a 6 leguas de distancia do povoado e capella de S. Francisco Xavier, por causa das minas de Sacaré descobertas pelo paulista Antonio Fernandes de Abreu, em serviço do Brigadeiro Antonio de Almeida Lara.

As hostilidades dos Payaguás e Guaycurús demoraram por algum tempo a presteza da colonisação d'essas regiões; mas afinal subjugados esses indios, e aberta uma estrada franca para Goyaz, foi Matto Grosso rapidamente augmentando de importancia, a ponto de ser elevado a capitania independente da de S. Paulo por carta régia de 9 de Maio de 1748, sendo seu primeiro governador D. Antonio Rolim de Moura (ulteriormente conde de Azambuja), que chegou á villa de Cuyabá em 11 de Janeiro de 1751.

A descoberta e mineração de Goyaz lembra o nome legendario de Bartholomeu Bueno da Silva. Internando-se pelo sertão tinha esse paulista partido com uma bandeira (1682) levando consigo um filho de 12 annos; chegando ao Rio Vermelho, onde mais tarde se fundou Villa Bôa, encontrou-se com uma horda de indios que lhes ensinou os lugares em que por aquella região abundava o ouro. Para ter essas informações recorrera Bueno ao estratagemma de impressionar a imaginação dos indios por meio de varios artificios, taes como o de fazer arder agua ardente em um prato, ameaçando incendiar com a mesma facilidade todos os rios daquellas paragens. Tido por feiticeiro, ou *Anhanguêra*, conseguiu o que desejava, obteve uma grande quantidade de ouro, escravizou um bom numero de indios, e voltou para S. Paulo, onde pouco depois morreu. O governador de S. Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes, em 1722, mandou ao filho d'esse Bueno tentar no mesmo sentido uma expedição que foi infructifera. Só tres annos depois, em uma segunda expedição, Bueno da Silva conseguiu encontrar-se com alguns indios, que o reconheceram por filho do *Anhanguêra*.

Nomeado Capitão Mór das terras que descobrira (1731), viu Bueno prosperar a sua capitania tão rapidamente que tornou-se necessaria a criação de uma comarca (11 de Fevereiro 1736), tendo por capital Villa Bôa. — Oito

annos depois foi a comarca elevada a capitania geral de Goyaz, independente da de Minas Geraes (Alvará de 8 de Novembro 1744), sendo seu primeiro governador D. Marcos de Noronha.

Deve-se, pois, aos paulistas, além de outros descobrimentos — o de Minas Geraes, Goyaz, Cuyabá e Matto Grosso, abrangendo a superficie de centenaes de leguas.

11.— O MARQUEZ DE POMBAL E O BRAZIL : INFLUENCIA DA SUA ADMINISTRAÇÃO.

Ao morrer D. João V, a 31 de Julho de 1750, succedeu-lhe no throno de Portugal seu filho D. José I, que reinou até 1777. Este monarcha foi, durante todo o seu reinado, dominado por seu ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras e Marquez de Pombal.

Ao entrar para o governo levava Carvalho e Mello planos preconcebidos para levantar Portugal á altura das nações mais civilizadas da Europa, e para estabelecer nas altas regiões da administração publica a unidade de pensamento: em todo o decurso do seu longo ministerio teve sempre em vistas imitar os grandes estadistas da França, Richelieu, Louvois e Colbert. Reformador inflexivel, é verdade que ultrapassou em rigor ao celebre Cardeal, que conseguira amedrontar a nobreza franceza com as execuções de Montmorency, Chalais, Cinq Mars, e de Thou. Mas, em promover o desenvolvimento da industria e do commercio do seu paiz, egualou em muitas occasiões aos estadistas que tomara por modelos.

Um dos primeiros actos da sua politica foi restringir a auctoridade da Inquisição (1751), reduzindo o *Santo Officio* a um tribunal ordinario, abolindo os *Autos de Fé*, e acabando com as designações de christãos novos e velhos.

Applicando sua particular attenção ás colonias, protegeu o commercio do Brazil, creou a companhia de commercio do Grão Pará e Maranhão (11 de Agosto de 1753) e depois a de Pernambuco e Parahyba (30 de Julho de

1759). A criação d'essas companhias não podia deixar de estabelecer um monopólio odioso, contra o qual appareceram representações sérias, como a da *Meza do Beni Commum*, que substituiu a *Junta do Commercio*, em 1720; mas os defensores d'essa medida dizem que ella activava a construcção de navios em portos brazileiros, desenvolvia a plantação do arroz e do algodão no Maranhão, e punha nas mãos dos Portuguezes o commercio, que se achava quasi inteiramente nas mãos dos Inglezes estabelecidos em Portugal.

O que é fóra de duvida é que Carvalho e Mello tanto reconheceu os inconvenientes d'esses monopólios, que, ao fim dos vinte annos concedidos para a duração dos privilegios d'essas companhias, não lh'os renovou.

Seus actos administrativos, relativos ao Brazil, podem ser assim indicados:

Reformou as repartições fiscaes; reduziu os direitos do tabaco e do assucar; regulou a extração e o commercio de diamantes; creou escolas publicas; prohibiu que moças brazileiras fossem receber educação nos conventos de Portugal, de Hespanha ou da Italia; vedou a cultura da canna de assucar no Maranhão, assim como o desenvolvimento no Brazil das industrias de ourives, fiadores de ouro, linhas de prata, sedas tecidas e algodões; promoveu a construcção naval brazileira, e acabou com a obrigação de serem as viagens dos navios mercantes feitas unicamente em frotas; fez, finalmente, reverter para o Estado as diversas capitánias, que ainda se achavam em poder dos herdeiros dos primeiros donatarios—a saber: Cameté, Ilha de Joannes, Caeté, Cumá, Itamaracá, Reconcavo da Bahia, Itaparica, Ilhéos, Porto Seguro, Campos de Goytacazes e S. Vicente.

Havia tambem se empenhado Pombal em dar execução ao tratado de Madrid, encarregando da demarcação do sul a Gomes Freire de Andrade, e da do norte a D. Antonio Rolim de Moura. Ambos foram mal succedidos. E, sem fundamento, o insuccesso de taes commissões foi attribuido á intervenção dos Jesuitas, que suggestionaram a opposição dos indios, e toda a sorte de embaraços.

Foi essa intervenção um dos principaes motivos da guerra feita por Pombal aos Jesuitas.

Começou por mandar publicar umá Bulla de Benedicto XIV, de 1741, prohibindo a todos os seculares, ou religiosos de qualquer ordem (e portanto aos jesuitas) de comprar, vender, dar ou receber em escravidão os indios, separal-os das suas familias, prival-os de seus bens e coarctar-lhes de qualquer forma a liberdade. Como consequencia dessa medida, decretou a *emancipação dos indios do Pará e Maranhão* (6 de Janeiro de 1755), e em seguida a *de todos os indios do Brazil* (8 de Maio de 1758).

Não satisfeito com esse primeiro golpe desfechado contra os padres da Companhia de Jesus, resolveu Pombal fazel-a desapparecer dos dominios portuguezes, e tirando argumento contra ella do proceder altamente irregular e criminoso dos mesmos jesuitas, solicitou em data de 1 de Abril de 1758 e em nome do rei ao papa Benedicto XIV um Breve para reforma da Companhia, missão de que foi incumbido o cardeal Saldanha, que, em uma pastoral, fulminou os desmandos dos jesuitas, retirando-lhes a faculdade de confessar. Os Jesuitas, então, accusaram publicamente o rei, qualificando-o de inepto e incapaz de governar, pelo que o Marquez de Pombal conseguiu a assignatura de D. José para a lei de 3 de Setembro de 1759, que expulsou dos dominios portuguezes a Companhia de Jesus.

Conseguido isto, obteve ainda, com a coadjuvação da França, Hespanha e Napoles, que o papa Clemente XIV abolisse a Companhia pela Bulla *Dominus Redemptor*, de 23 de Julho de 1773.

Mas, com a expulsão dos Jesuitas, a civilização recuou centenas de leguas dos centros do Brazil. As prosperas povoações do Paraná e do Rio Grande caíram em ruinas; os indios volveram a vida selvagem; as aldeias do Amazonas despovoaram-se, e, até hoje, reinam a solidão e o deserto, onde havia já a sociabilidade humana.

12. ESTUDO DA ORIGEM E DA FORMAÇÃO DA «NACIONALIDADE» NO BRAZIL

Dividiremos o assumpto desta lição em duas partes —tratando, primeiro, da origem e da formação da nacionalidade, e em seguida do estado social do Brazil no fim do seculo XVIII, de modo geral, e tão resumidamente quanto possivel, para melhor comprehensão dos factos que constituem o objecto das seguintes.

a) DA ORIGEM E FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE

Em nenhuma outra região deu-se em tão larga escala a mescla de «gentes» diversas, no dizer do Dr. Silvio Roméro, como no Brazil. Em todos os outros paizes da America as raças branca, vermelha e negra estiveram em face uma das outras. Mas nas colonias hespanholas a alliagem com os negros foi muito limitada e nas colonias inglezas, o foi ainda mais, tanto com os africanos como com os indios.

Não assim no Brazil, onde a Providencia misturou em larguissima escala as tres raças.

Sendo o nosso paiz em sua maxima e principal parte uma região tropical, foi utillissimo que o povo colonizador se alliasse intimamente aqui ás duas raças tropicaes com que se pôz em contacto.

Formou-se assim uma população válida apropriada ao clima.

Não é tudo: os proprios tres troncos principaes de nosso povo já eram o resultado de diversos cruzamentos e mestiçamentos especiaes.

Os portuguezes são geralmente considerados como um ramo latino, pertencente, portanto, aos povos aryanos. A historia, porém, vem confirmar em Portugal a verdade da anthropologia—de não existirem raças humanas puras e estremes de mescla.

O fundo primitivo da população portugueza e em geral da peninsula Iberica, não falando já nas raças pre-historicas que ali habitaram, eram os iberos que se

suppõe pertencerem aos povos desconhecidos que precederam os aryanos na Europa. Tal a principal raiz das populações hispanicas.

Juntae agora as colonisações celtas, phenicias, carthaginezas, gregas, romanas, godas, suevas, arabes e mouras, que estanciarão por seculos e seculos na peninsula, e comprehendereis quão complicada foi a fusão donde proveiu a gente portugueza que colonisou o Brazil.

Passemos aos indios.

Ainda hoje não possuímos uma classificação perfeita-mente scientifica dos indigenas do Brazil. Na celebre classificação dos indios da America do Sul, feita por Alcides d'Orbigny, em *ando-peruvianos*, *pampeanos* e *brasilio-guaranyis* os incolos primitivos de nosso paiz se reduzem a um grande tronco commum. O celebre viajante e botanico Martius, o illustre creador da *Flora Brasiliense*, e um dos sabios estrangeiros a quem o Brazil mais deve, acceitou a divisão tradicional dos indios em *tupys* e *tapuyas*, habitando aquelles o valle do Amazonas e as costas, e os outros o alto interior; e subdividiu os *tapuyas* em *gês*, *crens*, *gucks*, *parecis* e *carajás*, que são cinco ramos inteiramente diversos entre si, comprehendendo cada um delles differentes tribus.

O viajante Carlos von den Steinen dividiu os nossos aborigenes em *Carahybas*, *Nu-Aruaks*, *Tapuyas* e *Tupys*. O Dr. Rodrigues Peixoto, além dos *tupys* do norte, admite os *bugres* no sul, que se prendem aos homens primitivos dos *sambaquis*, e os *botucudos* que se prendem aos homens pre-historicos da *Lagôa Santa*.

Por estas diversas classificações, é evidente a impossibilidade de reduzirem-se os povos aborigenes de nosso paiz a um typo unico. Resultados de antigos e variados cruzamentos deviam elles impreterivelmente ser.

O mesmo é indispensavel affirmar dos povos africanos que foram trazidos para o Brazil como escravos pela ganancia dos colonisadores. Foram alguns milhões de individuos importados, no decurso de tres seculos, e não vinham só de um ponto do continente africano. De uma e outra costa e do interior do paiz saíram as levas tiradas das mais diversas tribus.

Destes tres troncos principaes, já de si tão variados, descendemos nós os brasileiros. Aqui não existem hoje vencidos e vencedores.

Todas as raças prestaram os mais altos serviços á nossa civilisação e são aptas a prestal-os cada vez maiores. Todas ellas amam este sólo, crêm no seu porvir, e desejam levantar bem alto o nome da patria.

A nação brasileira fundou-se no seculo dezesete, por assim dizer, em tres differentes pontos: Pernambuco, Rio Grande do Sul e S. Paulo.

Pelos Pernambucanos foram expulsos os Hollandezes. O juramento de *Fernandes Vieira* e seus companheiros, de livrar a patria do jugo hollandez, é já um acto digno de uma nação independente (1). A victoria das Tabocas, em 3 de Agosto de 1645, mostrou que a jovem nação era já bastante forte para defender os direitos que reclamava.

No Rio Grande do Sul observa-se mais tarde o mesmo sentimento de patriotismo pela vontade do povo em conservar unida ao Brazil a região do Prata. Depois dos infelizes tratados de S. Ildefonso, em 1777, e de Badajoz em 1801, foram pelos Portuguezes desarmados os valentes voluntarios Rio-Grandenses.

Os ambiciosos e audaciosos bandeirantes paulistas descobriram e exploraram as vastas regiões interiores do sul e oeste. Mais tarde foram encontradas as tão desejadas minas de metaes preciosos, e fundaram-se no seculo XVIII os nucleos das subseqüentes capitães de novas provincias.

Mas, si em sentido láto, podemos dizer que a *nacionalidade* no Brazil se formou lentamente no correr dos seculo XVI, XVII e XVIII—cumpre observar que, em sentido restricto, só se constituiu com a *independencia* a 7 de Setembro de 1822.

Teremos, nas lições seguintes, de tratar da idéa da *independencia* no Brazil, da sua evolução, dos successos que a prepararam, e de sua realisação á final.

(1) «Nós abaixo assignados nos conjuramos, e promettemos, em serviço da liberdade, não faltar a todo o tempo que fôr necessario, com toda a ajuda de pessoas e fazendas, contra qualquer inimigo, em restauração da nossa patria . . . etc.» (As luctas contra os Hollandezes. Porto Seguro).

Convém, pois, preliminarmente, conhecer o estado social do Brazil nessa época.

b) DO ESTADO SOCIAL NO FIM DO SECULO XVIII

Havia uma discriminação nas classes do povo livre que residia nas capitánias da colonia. De facto, era distincta a chamada nobreza, que unica gozava de privilegios. Os peões, os degradados, os judeus, e por fim os gentios catechizados e aldeados, e as tribus nomades de selvagens corridos pelas brenhas e desertos, formavam classes diversas e separadas.

Aproveitando-se os peões da aptidão que lhes concediam as leis para occuparem empregos publicos, conseguiram postos de milicia e de ordenanças, e distincções honorificas que os elevavam em jerarchia social; e mais ainda das riquezas que accumuláram pelo commercio e pela industria, que os tornavam procurados pela classe nobre, que lhes abria as casas, consentia em consorcios e alianças de familia que os misturavam; conseguiam paulatinamente mudar de classe, e á sua geração; nivelar-se em privilegios com a camada superior, e partilhar todos os direitos que lhe asseguravam os fóros e leis do tempo, desaparecendo a pouco e pouco as rivalidades que causaram por vezes lutas armadas e uma tal guerra civil em algumas capitánias da colonia. (1)

De todas, as mais malaventuradas da terra eram as classes dos degradados e judeus. Afastados de todos os cargos e empregos publicos, notados de infamia — os primeiros pelos seus crimes, e por seu sangue e raça os segundos, podiam-se considerar os verdadeiros pariás da sociedade colonial. A esta ultima pertenciam os christãos novos, que procediam, na voz geral, de Mouros ou Judeus, e que eram olhados com desprezo, até odio, pelo resto da população.

Felizmente acabou o Marquez de Pombal com os preconceitos publicos, fez desaparecer a classe dos chris-

(1) Em Pernambuco em 1710, varias vezes no Maranhão, etc. J. F. LISBOA, *Apontamentos para a historia do Maranhão*. — F. GAMA, *Memorias de Pernambuco*

tãos novos, e fundiu-a por suas deliberações (1) nas demais classes a que deviam pertencer segundo as suas habilitações e qualidades.

Opinião errada é que o Brazil se povoou de degradados. Tiveram os donatarios, nos primeiros tempos da conquista, poderes amplos para do reino transportarem degradados para a colonisação das terras que lhes foram repartidas. Declarou-se o Brazil couro e homizio de criminosos, para assim attrahir para alli a população de Portugal. Ou pelas ordens do governo, convites dos donatarios, ou espontaneamente, agrupáram-se na colonia nascente muitos infelizes e reprobos que fugiam, por este modo, a castigos e perseguições na metropole. Não se admittiu mais todavia remessa de degradados para o Brazil no meiado do seculo XVII em diante. A' proporção que a sociedade colonial foi ganhando vida propria, e adquirindo certa importancia pelo seu commercio, costumes e crescentes progressos, começou a oppôr-se á recepção de degradados, a reclamar contra sua remessa, a provar que os não comportava mais o adiantamento dos seus moradores.

Os verdadeiros elementos da colonisação do Brazil foram expedições militares que se enviavam para conservar ou ganhar territorios, casaes de colonos do continente e ilhas dos Açores que o governo promoveu por muitas vezes, (2) e miseraveis e vadios que acompanharam os primeiros habitadores atrás de fortuna e de meios de vida; e, depois de assentado o nucleo colonial, a emigração espontanea, que começou a affluir para as capitánias desde que, vegetando pobremente no lavar das terras da metropole, e empregada dentro do reino sem a mais pequena esperança de futuro, senão prospero, pelo menos garantido, viu que além dos mares, em possessões da mesma raça e lingua lhe fulguravam meios mais rapidos de adquirir bem-estar e riquezas.

(1) Carta de lei de 25 de Maio de 1753, acabando as qualificações e denominações de christãos novos.

(2) VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO, *Annaes da provincia de São Pedro do Rio-Grande do Sul*. — J. F. LISBOA, *Apointamentos para a historia do Maranhão*. — Documentos e manuscritos do conselho ultramarino. — A colonisação da ilha de Santa Catharina, por exemplo, foi a-sim promovida por Alexandre de Gusmão, Eserivão da puridade de D. João V (*Varões illustres do Brazil durante tempos coloniaes*.)

Augmentou e desenvolveu-se a tendência para esta corrente de emigração quando se fundou o tráfico de escravos africanos, que eram os instrumentos que os Portuguezes acharam mais azados para os coadjuvarem nos seus intentos. Tomou proporções vastísimas com o descobrimento de minas de ouro e de diamantes, que por sua natureza excitam a ambição e a cubiça humana, e exaltaram os espiritos em Portugal de modo tão assustador para o prejuizo do reino, que não pode conservar-se o governo insensível e de braços cruzados diante do espectáculo de despovoação que começou a ganhar raizes e a inquietar os animos de todos. De todos os pontos de Portugal, que se permittia communicar com as capitánias americanas, seguiam constantemente para o mesmo destino innumeradas familias, que preferiam trocar a patria europea pela terra que lhes acenava de longe e convidava com as suas riquezas.

Foram variadas as deliberações da côrte relativamente aos gentios, habitadores da terra que Portugal conquistára. Não se portaram os Portuguezes em suas possessões com a barbarie e crueldade que praticavam os Hespanhóes nos seus estados do novo mundo, matando, trucidando, e obrigando os infelizes selvagens ao captivo dos trabalhos das minas, que descobriram e exploraram, e que destruíram paulatinamente aquella raça de homens.

Si um ou outro Portuguez, raro entre os seus compatriotas, egualou as torpezas que nodoaram as paginas da historia hespanhóla, e os feitos e glorias de conquistadores castelhanos do Perú, do Mexico, de Guatemala, do Chile, de Cuba e S. Domingos, e da Columbia—mostrou-se o geral da nação mais humana e caritativa. Como todos os povos europeus, não os olhava, ao principio, como homens. Uma bulla do papa Paulo III ⁽¹⁾ restituiu-lhes esta qualidade, e os declarou capazes de fé e como taes no pleno gozo da sua liberdade. ⁽²⁾

(1) De 28 de Maio de 1537.

(2) SIMÃO DE VASCONCELLOS, *Chronica da companhia de Jesus*.

Apezar, porém, de partirem estes princípios christãos do solo pontificio, começaram os Portuguezes a captivar os gentios que encontravam, e os governadores a reparar no serviço dos particulares aquelles que colhiam nas guerras e excursões que desenvolviam para ganhar e estender os territorios da metropole. Tiveram os indigenas a protecção dos jesuitas, que se entregaram ás missões da catechese. Valia este auxilio para que conseguissem paz e tranquillidade os que se aldeavam, trocando a vida nomade dos desertos pela sociedade civil e religiosa, que os padres da companhia promoviam com zelo e dedicação superiores a todo o elogio. (1) Em relação ás tribus nomades, procuraram sempre estes missionarios oppôr-se á sua perseguição e captiveiro. (2) Constituiram-se os verdadeiros apóstolos da liberdade e da religião. Sustentaram luta renhida com os moradores, anciosos de conseguir captivos. Foram quasi todas as capitancias o theatro heroico de seus esforços, particularmente as de São Paulo e Maranhão, em que se sacrificaram por vezes a interesses mesquinhos e egoisticos, supportaram tratamentos crueis e exilios prolongados. Exigiam os padres o cumprimento das leis, (3) que admittiam o captiveiro dos Indios no caso unico de serem tomados em justa guerra, feita por ordem d'el-rei, e não a capricho dos proprios governadores, e menos dos habitantes da colonia. Só o braço forte do marquez de Pombal ponde conseguir refrear os Portuguezes da America, que ousavam atacar as mesmas aldeias de gentios catechizados, para os reduzirem á escravidão, quando lhes faltavam tribus nomades, ou por' mais afastadas e internadas, ou por mais barbaras e bellicosas. (4) A lei

(1) NORBERTO SILVA, *Aldeias do Rio de Janeiro*.

(2) *Varões illustres do Brazil durante os tempos coloniaes*.—CONEGO FERNANDES PINHEIRO, *Os Jesuitas no Brazil*.—JOLY, *Histoire des Jesuites*.

(3) São infinitas as leis portuguezas a respeito do Brazil. Se bem modificadas umas pelas outras em questões menores, tendiam todas a estabelecer o principio da liberdade dos indigenas. Notaremos entre ellas a de 20 de março de 1570, a de 30 de julho de 1609, a de 10 de setembro de 1611, o alvará de 10 de novembro de 1647, a provisão de 8 de abril de 1655 alterando a lei de 17 de outubro de 1653, e a lei do 1.º de abril de 1690.

(4) Entre os factos praticados na colonia, memora-se com razão os ataques dos Paulistas contra missões do Guayrá, que elles desbarataram completamente.

(Padre TECHO, *Historia Paraguaria*.—FUNEZ, *Historia civil y politica del Paraguay*, etc.)

de 6 de Junho de 1755, executada com a vontade energica do seu autor, terminou por uma vez com as pretensões dos moradores: restabeleceu e firmou a liberdade dos gentios, restituiu-a a aquelles que a tivessem perdido por qualquer motivo, e marcou assim uma era memoravel nos annaes do estado do Brazil. Já o Alvará de 4 de Abril d'este mesmo anno havia declarado que não haveria infamia no casamento de brancos com gentias, e que os maridos guardariam a nobreza e fôro que tivessem. (1) O systema da catechização não foi abandonado pelo facto de serem d'elle dispensados os jesuitas e desterrados para fóra dos dominios portuguezes. Não bastando, e nem mesmo achando-se habilitadas as ordens religiosas que existiam no Brazil, procuraram-se na Italia os Capuchinhos, que com fervor, posto que sem o mesmo aproveitamento e tão notavel gloria, seguiram os passos dos padres da Companhia, e se empregaram nas missões que para os sertões se expediam no intuito de chamar as tribus nomades á vida social, e de fazel-as abandonar os habitos selvagens. (2)

Formavam a classe escrava os pretos da costa da Africa importados para o Brazil, e os seus descendentes, já nascidos na colonia. Com quanto admittissem o principio do captiveiro como necessidade social, previdentes eram todavia as leis que o regiam, e tratavam ellas de minorar os males inherentes a esta classe desgraçada. Moderava-se o direito de castigos. (3) Prohibiam-se os arbitrarios. (4) Recommendava-se que fossem tratados humanamente, baptisados, confessados, casados e enterrados, segundo os ritos da Egreja Catholica. (5) Facilitava-se a sua liberdade, marcando os casos em que a poderiam adquirir, (6) e a sua transferencia de uns para outros senho-

(1) Ao passo que a metropole, levada sempre pelo principio de que eram livres os Indios, sustentava por este modo os casamentos que com elles contractassem os Portuguezes, desaprovava publicamente os contrahidos com a raça preta da Africa. A portaria de 6 de agosto de 1771, dirigida ao vice-rei, mandou dar baixa a um gentio que se casou com uma preta, porque caia a raça em infamia neste caso.

(2) Relatório de Luiz de Vasconcellos, vice-rei—*Revista trimestral do Instituto Historico e Geographico do Brazil.*

(3) Carta regia de 20 de março de 1668.

(4) *Item*, e carta regia de 23 de fevereiro de 1669.

(5) Carta regia de 17 de março de 1698.

(6) Varias leis, que recommendam aos juizes toda a equidade em favor da liberdade. (*Leis extravagantes*).

res quando se provavam malefícios ou perigos serios que impossibilitassem o captiveiro sob o mesmo dominio. (1)

Já que examinámos a qualidade da população que habitava a colonia, passemos vista pela quantidade da mesma.

Differentes são os calculos estatísticos que se tem organizado a respeito da população do Brazil ao principiar o seculo XIX. Elevam-na uns a tres milhões e trezentos mil habitantes, incluindo o gentio selvagem por imaginativa proporção. Abaixam-na outros a dous milhões e oitocentos mil.

Calculava-se a capitania de Minas Geraes como a mais povoada, pela affluencia que attrahia de individuos movidos pela cubiça do ouro, e que abandonavam não só a metropole, como as demais capitanias, que não possuíam minas auríferas. Dava-se-lhe o numero de 611,000 almas. Seguiam-se-lhe a da Bahia, com 530,000; a de Pernambuco, com 480,000, e a do Rio de Janeiro, com 380,000. O Maranhão, São Paulo e Pará constituíam a segunda classe. Espalhava-se o resto da população pelas outras capitanias em que estava o paiz repartido. Compreende-se neste calculo tanto os individuos reunidos em sociedade civil como as tribus dispersas dos gentios, que se perdiam pelas terras interiores, cuja estatística se percebe quanto devia ser incompleta. Não excederiam as pessoas livres a um milhão de habitantes. Haveria de escravos cerca de um milhão e quinhentos mil. Em quinhentos mil se poderiam calcular os gentios catechizados e aldeados, e os selvagens errantes.

* * *

O ciume que ao principio se revelou entre a classe que se dizia de nobreza e a dos peões perdeu este character com o andar dos tempos e com as transformações successivas por que foi passando a sociedade civil. A lavoura, principalmente, em grande escala, passára para o poder dos naturaes da terra pelo direito de successão.

(1) Carta regia de 20 de março de 1668.

Tanto estes como os Brasileiros que residiam nas cidades e se entregavam a empregos publicos, pertencendo á classe da nobreza, consideravam-se com mais direitos á governança e ás distincções sociaes. Os commerciantes oriundos de Portugal, e que para a colonia tinham partido na qualidade de peões, por ajuntarem maiores riquezas, aspiravam conseguir os privilegios da nobreza e mesclar-se com os que se tinham nesta conta, não querendo já considerar eguaes os novos colonos que chegavam, e aquelles que não tinham conseguido posições de fortuna. Todavia, dos commandos de corpos e companhias de milicias e ordenanças, pertencia a maior parte aos Brasileiros que na agricultura gozavam de influencia maior. Queixavam-se ainda estes de que do reino vinham para as capitánias quasi todos os funcionarios publicos, quando deveriam recair as nomeações do governo, de preferencia, nos seus naturaes, que possuíam eguaes, senão superiores habilitações para preencherem os cargos.

Em todas as capitánias em que os jesuitas tinham casas, encontrava o povo escolas organisadas e dirigidas methodica e regularmente, onde podia aprender o que era necessario á instrucção primaria e o que dizia respeito ao conhecimento das humanidades. Não os igualáram as ordens que os substituíram no ensino publico, comquanto algumas se hajam, todavia, illustrado por varões insignes que as honráram devidamente. Ainda assim, as aulas melhores que possuiu a colonia, posteriormente á expulsão dos jesuitas, foram as dos claustros, sustentadas pelos religiosos distinctos que primáram particularmente nas ordens do Carmo, Santo Antonio e São Bento.

Mas a instrucção dada ao povo a expensas do governo, e em escolas publicas que elle creára, estava abaixo do mal que d'ellas se pôde dizer. Além de poucas para uma tão larga extensão de territorio, e para a propria população que por elle se derramava, pouco sabiam mais os professores de primeiras letras do que os seus discipulos. As cidades mais importantes eram quasi os únicos pontos em que se fundavam escolas. A maior parte das povoações estavam privadas d'este grande beneficio publico.

Em relação á instrucção secundaria, encontravam apenas os estudiosos em toda a colonia seminarios episcopaes, regidos segundo as determinações do Concilio Tridentino; meia duzia de seminarios civis, com cadeiras de latim, grego, rhetorica, e prolegomenos de philosophia racional e moral, mal professadas em geral, e portanto mal aproveitadas; e algumas poucas escolas dispersas de latinidade e de elementos de arithmetica, algebra e geometria, que não podiam corresponder satisfactoriamente ás necessidades intellectuaes da população.

Era preciso que á mãe patria se recorresse, que se passassem os mares que a separavam da colonia, sempre que se pretendesse buscar instrucção mais ampla e variada. E' de admirar, pois, que na colonia, abandonada como se achava, apparecessem ainda talentos superiores, que no seu proprio seio, tão mal alimentado, adquiriram instrucção solida e profunda e uma inspiração poetica que os collocam na primeira plana dos vultos superiores, e lhes asseguram notavel reputação na historia da litteratura, taes como Frei Francisco de S. Carlos, autor do bello poema *Assumpção da Virgem*, e orador sagrado distincto, nascido no Rio de Janeiro em 1763; padre Januario da Cunha Barbosa, nascido no Rio de Janeiro em 1785, literato, politico, poeta, creador do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, e outros.

Parece que se declarava guerra decidida ao desenvolvimento do espirito e á propagação das idéas nas capitánias, que supportaram o governo dos que só descortinavam perigos no derramamento das luzes do espirito.

Pelo anno de 1707 estabeleceu-se uma officina typographica no Rio de Janeiro. Tolerou-a Gomes Freire de Andrade, um dos mais nobres caracteres de governadores que commemoram os annaes da colonia. Publicou alguns opusculos de minima importancia. Sabido porém o facto em Lisboa, ordenou logo a Côrte que se destruísse a officina, e se não permittissem mais eguaes estabelecimentos no Brazil.

Não conseguiu o Brazil crear a sua primeira typographia (não tratando da que havemos referido, e que foi destruida por ordem do governo da metropole) senão em

1808, depois que na antiga colonia se estabeleceu a séde da monarchia. Data só de então o primeiro periodico que possuiu, pequeno em formato, publicado duas vezes por semana, e sujeito a uma censura rigorosa, que apenas lhe permittia dar ao publico noticias estrangeiras e actos officiaes.

Não se pôde fazer idéa da difficuldade das communições que soffriam as capitánias entre si para se corresponderem mutuamente.

Conservava Portugal nas capitánias do Brazil uma força de primeira linha de certo superior ás necessidades do seu governo na colonia. Além das tropas regulares que do reino se remetiam, com o recrutamento forçado, que se praticava da mesma forma que no reino, se organisavam novos regimentos, que de ordinario deviam servir em capitánias diversas d'aquellas em que se faziam as levas necessarias.

Pode-se afoutamente avançar, diz Pereira da Silva, que um exercito de primeira linha estava aquartelado no Brazil, de vinte e seis a vinte e oito mil praças, além da força de marinha, e dos navios de guerra que estacionavam pelos portos e ancoradouros, e serviam para o transporte das tropas, communições dos governadores e auxiliares da força de terra.

Compunha-se a segunda linha de milicias moldadas pelas do reino, e formavam a terceira os regimentos de ordenanças, creados em todas as villas, cidades, povoações e aldeias, e dos quaes faziam parte todos os moradores julgados incapazes physicamente, ou por outros motivos, de servir na segunda linha, e cujo postos superiores deviam-se a privilegios e graças do governo, que isentavam de qualquer outro onus e obrigação.

Não podemos tambem noticiar ao certo o numero de forças que continham as milicias e ordenanças. Devemos suppô-las em grande copia, lembrando-nos que o serviço militar formava como que uma rêde que apanhava toda a população das capitánias, e raros e felizes se podiam considerar os que escapavam pelas suas malhas estreitas e intrincadas.

* * *

Foi o Brazil destinado exclusivamente para a agricultura, apenas trataram os seus conquistadores de colonisar-lhe as terras e aproveitar-lhe os fructos.

Foi o assucar o primeiro e principal genero da produçãõ e commercio da colonia. Foi a primeira a cultivar a canna no Brazil a capitania de S. Vicente, doada a Martim Affonso de Souza. Propagou-se d'ahi por todas as demais capitánias.

Existiam no principio do seculo XVIII, nas tres capitánias da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, que maior quantidade de assucar produziam, cerca de seiscentos e trinta e quatro engenhos moentes e correntes (1). Foi este numero em augmento até meados do seculo. Não podemos calcula-lo ao certo na época, de que nos occupamos, parecendo-nos todavia provavel que em 1800 não havia menos de mil em toda a colonia (2), produzindo o genero, que continuou a ser ainda por muito tempo o primeiro e principal artigo da exportação do Brazil, e que de 1790 a 1806 conseguiu rehabilitar-se um pouco e tomar proporções esperançasas com a revolução franceza, com os desastres o aniquilamento da ilha de São Domingos, que constituia um dos principaes paizes da sua produçãõ, e com as guerras geraes, que abaláram o mundo por tanto tempo (3).

Formava o algodão uma das plantas indigenas do Brazil, que se começou a aproveitar pelo conhecimento, que já havia d'elle na Europa, e pelo util emprego que se dava á sua materia.

Ao principio colhia-se apenas no Brazil a quantidade precisa para o gasto do paiz. A falta de numerario no Maranhão e Pará deu-lhe curso como moeda, quer em fio, quer em rama, durante algum tempo, para solver-se assim as transacções mercantis (4). Pelo meiado para o fim do seculo XVIII principiou a capitania da Parahyba

(1) ANDRÉ JOSÉ ANTONIL, *Riqueza e opulencia do Brazil*, 1711.

(2) PIZARRO, *Memorias historicas do Rio de Janeiro*, etc.

(3) O bispo Azevedo Coutinho, na sua *Memoria* já citada, falla tambem em frequentes inundações que sofrêram as colonias hespanholas, e fortes furacões nas inglezas, que por algum tempo lhes diminuíram a produçãõ, com o que melhorou a brazileira.

(4) J. F. LISBOA, *Apontamentos para a historia do Maranhão*. — *Relatorio da commissão das pautas das alfandegas do Brazil*.

do Norte a exporta-lo para a metropole, seguindo logo o seu exemplo Pernambuco, Maranhão e Bahia. Espalhou-se o seu cultivo pelas capitancias de Minas, Rio de Janeiro, Goyaz, Ceará, e Santa Catharina. Já no anno de 1786 recebeu a Inglaterra de Portugal, para o custeio de suas fabricas, cerca de dous milhões de libras de algodão oriundo do Brazil (1), que equivaliam a 0,1 na importação total, que ella effectuou. Nos primeiros annos do seculo XIX tomou Pernambuco a primazia na remessa d'este genero, e alimentou com elle um commercio extenso e lucrativo com os portos da metropole.

O fumo, planta expontanea tambem da America, teve sensivel desenvolvimento na capitania da Bahia, e regular na parte meridional da de Minas Geraes. Começou a ser exportado, e já em 1711 avalia-se a producção da Bahia em vinte e cinco mil rolos, na importancia de mais de 300:000\$000, e das Alagôas em cerca de 50:000\$000.

Foi o arroz genero de proveitoso cultivo na colonia, e de excellente exportação para Portugal e ilhas dos Açores. Introduzido no Maranhão, no anno de 1776, por José Vieira de Souza, administrador da companhia de navegação d'aquellas regiões, propagou-se rapidamente por todas as capitancias.

Cerca de cem mil saccos chegou a remetter annualmente para o reino a só capitania do Maranhão durante o reinado de D. Maria 1.^a Prestava-se favoravelmente o solo para a sua propagação, e com facilidade extrema se procedia ao seu cultivo, colheita e preparo.

Posto secundarios, constituiam todavia ainda objectos de valor a canella, a baunilha, o cravo, o cacáo, a salsaparrilha, o assafrão, a copahiba, a noz moscada e a gomma elastica, que as capitancias do norte do Brazil produziam com abundancia. O trigo e a cevada prosperaram na capitania do Rio Grande do Sul, onde encontram estações favoraveis e solo apropriado. Desenvolveu-se o anil espontaneamente, e propagou-se com facilidade pelos terrenos da Capitania do Rio de Janeiro. Foi o districto

(1) BALEY, artigo *Coton*, do *Dictionnaire du commerce* de AD. BLANQUI.

de Cabo Frio a localidade de sua maior produção, excedendo mesmo á das margens do Alto-Amazonas. Avalia-se a colheita annual que conseguiam, e preparavam os povos de Cabo Frio, em perto de quatrocentas fabricas que possuíam, entre cincoenta e sessenta mil libras (1), ao passo que a exportação do Alto-Amazonas não passou, em 1797, de 45,216 libras (2). Erros administrativos causaram a sua ruina. Em Manáus levantara o governo uma fabrica, cujos productos exportava por sua conta (3). Nos termos de Barcellos, Castanheira, Coriana e Loreto, da capitania do Pará, e no districto de Cabo Frio, onde os particulares exerciam a sua cultura, não podiam elles exportar directamente o fructo, que conseguiam. Eram obrigados a entregar o aos governadores, e recebiam por elle o preço que fixava a metropole, para que esta não encontrasse concorrência no commercio da sua exportação e venda. A impontualidade dos pagamentos entra na primeira linha das culpas praticas do governo, devendo-se considerar como a principal o monopolio que para seu interesse elle constituiria.

Trataram depois os lavradores de falsificar-lhe a qualidade, e adulterar os methodos da preparação, de modo que ao governo não interessando mais o monopolio, abandonou-o, e aniquilou-se assim uma industria, que teve sua época de prosperidade e promettia futuro lisongeiro.

O que succedera ao anil realisou-se igualmente com a cochonilla, que, posto originaria do paiz, e anteriormente descoberta (4), julgou todavia o vice-rei marquez de Lavradio que mais acertado era mandar buscar á Asia planta de melhor qualidade, que se aclimatasse na colonia. Foi a capitania de Santa Catharina o local escolhido

(1) MONSENHOR PIZARRO, nas suas *Memorias historicas do Rio de Janeiro*, calcula as fabricas de Cabo Frio em 206, e a produção do anil em 48,000 libras, entretanto que NICOLÃO DA SILVA LISBOA, nos seus *Annaes*, eleva aquellas a 400 e a produção a 66,000 libras. O relatório de Luiz de Vasconcellos, vice-rei do Brazil, declara que em 1787 havia 406 fabricas.

(2) BAENA, *Compendio das Eras do Pará*. — ARAUJO AMAZONAS, *Diccionario topographico da comarca do Alto-Amazonas*.

(3) BAENA, *Compendio das Eras do Pará*. Foi fundada esta fabrica em 1783. Produziu, nos annes de 17-6 a 1799, 677 arrobas.

(4) Foi achada no interior da capitania do Rio Grande do Sul, na de Santa Catharina, na da Bahia e na do Pará. (*Acta das Sessões da Academia do Rio de Janeiro*, communicação do cirurgião do exercito. Mauricio da Costa. — MONSENHOR PIZARRO, *Memorias historicas do Rio de Janeiro*).

por este vice-rei para o seu plantio. Seu successor D. Luiz de Vasconcellos transportou-a para o districto de Cabo Frio. Algum desenvolvimento obteve. Como, porém, prosperar diante do monopolio, que da sua compra e exportação se attribuiu tambem o governo, fixando-lhes preço a arbitrio (1)? Melhor sorte não conseguiu a criação do bicho da seda, que se encontrou vivendo nas folhas da tataiba, e que produziu amostras excellentes que se remetteram para Lisboa (2). Nem um paiz entretanto apresenta condições mais favoraveis para este ramo de industria. Dobrava, triplicava annualmente a producção. Deixára em escala inferior os logares mais felizes da Europa para o seu desenvolvimento. A falta de systema e da habilitações precisas naquelles que tinham a seu cargo criar e propagar o bicho, e colher a producção, trouxe a perda dos capitães empregados sem a mais pequena vantagem (3). Pretendeu tambem o governo desenvolver o plantio do canhamo, escolhendo rincões apropriados da capitania do Rio Grande do Sul (4). Apesar de alguma producção que conseguiu (5), teve de abandonal-a á completa ruina.

Si bem que já introduzido no Maranhão, Pará e Rio de Janeiro (6), transportado de Surinhaem, onde os Hollandezes o cultivavam desde o principio do seculo XVIII, quasi nada produzia ainda o café, que se converteu em nossos dias na mais espalhada e conhecida cultura do Brazil, e fonte principal da sua opulencia e riqueza.

Constituia o sal um dos productos que a natureza espontanea offerecia ao colono. Abundantemente se colhia pelas vizinhanças maritimas de Cabo Frio e das capita-

(1) Em uma *Memoria* de José Henriques Ferreira de Palva se encontram pormenores interessantes da cochonilla. Monsenhor FIZARRO é extenso tambem a respeito da sua cultura no Brazil. (*Memorias historicas do Rio de Janeiro*).

(2) Relatório do vice-rei marquez de Lavradio.

(3) B. DA SILVA LISBOA, *Annaes do Rio de Janeiro*.

(4) Os rincões de Canguassú e Faixinal de Coireta.

(5) Produziu no anno de 1807, 2170 arrobas e 26 libras, além de 305 arrobas de estopa e 102 alqueires de linhaça. VISCONDE DE S. LEOPOLDO, *Annaes da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul*.

(6) *O Patriota*, jornal publicado em 1817 no Rio de Janeiro. Ao chanceller João Alberto Castello Branco deve-se a sua introdução no Rio de Janeiro. Em 1800 exportaram-se apenas 50 arrobas!

nias de Pernambuco e Parahyba do Norte. Bastava apañhal-o, pois que preparado se achava no terreno. Duas cartas regias o prohibiram aos moradores (1), a pretexto de que diminuia o commercio do reino.

Conseguiu por fim a persistencia dos moradores que em 1797 se lhes restituisse a liberdade de servir-se das salinas de Cabo Frio e de Pernambuco, com a condição de que fosse exclusivamente para uso da capitania em que se colhia, e se não convertesse em mercadoria que se transportasse para as outras partes da colonia (2). O systema de monopolio, que continuou em relação ao do reino, foi por fim abandonado pelo governo.

Enriqueciam-se tambem todas as terras interiores do Brasil com campinas apropriadas para criação de animaes das especies diferentes, que servem ao homem. Os sertões do Maranhão, do Ceará, de Minas Geraes e do Rio-Grande do Sul, são ainda afamados pelos seus pastos nutritivos e uberrimos. A exportação de couros desenvolveu-se no tempo colonial de modo lisongeiro. (3) Criou-se na capitania do Rio-Grande do Sul uma industria particular de preparar e salgar as carnes do gado vacum, e de remettel-as para as outras capitanias, que as applicavam ao sustento dos escravos. (4)

Não ha paiz do mundo que rivalise com o Brazil na abundancia e pompa das florestas. Nellas se encontram as mais apropriadas madeiras para a construcção civil e naval. Empenhou-se o governo portuguez em aproveitall-as. Poderia constituir com o seu commercio uma grande base de riqueza, se lhe não applicasse o seu systema de regulamentos. Dividiu as madeiras em tres classes: privilegiadas, de lei, e regulares. Guardou para si o monopolio do córte e venda da primeira classe, na qual resplende o famoso páu brazil, que deu o seu nome ao

(1) Cartas regias de 28 de fevereiro de 1690 e 18 de janeiro de 1691.

(2) Pelo anno de 1780, governando na capitania do Rio de Janeiro Luiz Vahia Monteiro. Esta ordem do governador nem foi revogada, quando era inteiramente contraris nos seus regimentos, por serem os sequestros da competencia unica do poder judiciario.

(3) Regulava a do Rio-Grande do Sul em 360.000 couros; a do Rio de Janeiro, que comprehendia a producção da capitania de Minas-Geraes, 200.000; Bahia, 25.000; e igual quantidade o Maranhão.

(4) A producção regulava annualmente um milhão de arrobas. (Visconde de São Leopoldo, *Annaes da provincia de S. Pedro do Rio-Grande do Sul*.)

paiz, substituindo o de Santa Cruz, como o apellidáram os primeiros conquistadores. Permittiu-se a particulares, que obtivessem licenças do governo, o derrubar e preparar as madeiras de lei, com a condição de ser o governo preferido na compra quando fosse ella offerecida ao publico e d'ella necessitasse a administração. Eram só as madeiras regulares deixadas á liberdade dos moradores.

Eram estes os objectos da cultura com que se occupava o Brazil, e que formavam o seu commercio de exportação.

* * *

Para o governo de Portugal consistia a grande riqueza do Brazil no ouro e nos diamantes, que lhe davam esplendidas vantagens, e de que cuidava com zelo e rigoroso escrupulo.

O descobrimento do diamante, topazios e pedras preciosas, que começou a effectuar-se em 1727 e 1728, acrescentou o jubilo da côrte de D. João V, e deu motivos a festas esplendidas que em Lisboa e no reino todo se celebraram.

Apressou-se o governo portuguez em declarar propriedade sua, e genero de privilegio real, o diamante que se arrancasse da terra, pagando elle as despezas effectuadas para a sua extracção. Mandou discriminar e demarcar os terrenos productores, que regulamentou de modo a não permittir nelles industria ou cultura de qualquer objecto que não fosse exclusivamente o diamante. Foi extraordinaria a quantidade que produziram o leito dos rios e as entranhas das serras, rasgadas em mil sentidos e feridas até o coração. Calcula-se ⁽¹⁾ que renderam as minas de diamantes, até o anno de 1814, cerca de mil e quatrocentas libras, que recebeu o governo, além do que conseguiu o contrabando esconder-lhe e arrebatá-lhe. Revolveram-se as terras, estragaram-se os matos, diminuíram-se as aguas dos rios, formaram-se lagôas in-

(1) MAWE. *Travels in Brazil*.— VON ESCHWEG, *Reisen in Brasilien*.— VIEIRA DO COUTO, *Memorias*, etc. Beauchamp exagera a quantidade extraída.

salubres, crearam-se pantanos pestilenciaes, abandonou-se a cultura e aproveitamento do solo, que ficou sem humus vivificador e sem elementos productivos; atrás tudo de riquezas do presente, e contra as regras mais previdentes do futuro, que na solida e permanente prosperidade funda o seu verdadeiro progresso, e não em fortunas ephemeras e momentaneas, que se estragam com a brevidade do fumo.

* * *

Não é possível calcular-se ao certo a somma de rendimentos que na sua totalidade cobrava o governo portuguez nas colonias americanas pelos impostos que lhe eram devidos, e que se aggravavam com os vexames do fisco, além dos extraordinarios que de tempos a tempos se lembrava de exigir-lhe. Pagavam-se com a receita ordinaria as despesas de administração que se effectuavam nas conquistas por causa d'ellas. Notamos que se calculava no reino o saldo annuo resultante da receita sobre a despeza da colonia em cerca de dous mil contos de réis, o qual se aproveitava em Lisboa para se reunir aos rendimentos geraes da nação. Incluam-se em as despesas da colonia o pagamento de seus empregados, os saldos e gratificações da tropa, que nella se conservava, a construcção e os melhoramentos de suas fortalezas, praças e presidios, e todos os misteres de que carecia para o seu sustento, desenvolvimento e conservação. Devemos suppôr excessiva a somma das despesas, para que, em face de uma receita que se não pôde orçar em menos de 8.000:000\$000 (e na qual não se incluem a extraordinaria e nem os productos dos diamantes), resulte apenas um saldo de dous mil contos. Pagava-se entretanto no Brazil com extrema morosidade os credores do Estado. Com atrasos recebiam sempre os empregados publicos os seus ordenados. Parecia que o zelo fiscal tocára as raias do mais extremo rigorismo, creando-se difficuldades e subtilizas para que se não executassem os compromissos do Estado, de cujos negocios fugia todo o subdito avisado, como de devedores mal parados ou fallidos.

Tão complicada era na colonia a organização da administração da fazenda como a da metropole.

Era tão rigorosamente executado o systema de centralização administrativa, que, todos, dos mais elevados aos minimos empregados publicos, deviam prestar contas em Lisboa. Só no reino se pagavam as dividas de ausentes e de finados sem testamento, ou que, havendo testado, não apparecessem ou não fossem conhecidos da autoridade local os herdeiros instituidos, devendo arrecadar-se os bens pelos respectivos provedores, e remetter-se o seu producto para a metropole. Recebiam todos os empregados regimentos minuciosos e casuisticos, mais difficeis de entender-se por esta mesma circumstancia, e mais susceptiveis de interpretações arbitrarias, o que levava os executores, pelo medo de errar, á pratica escandalosa de decidir, não pelos dictames da justiça e pelas normas da equidade, mas pelo rigor do fisco, e pelos escrupulos favoraveis sempre a fazenda publica, e contrarios aos interesses e direitos individuaes.

A pessima escolha que, em geral, fazia o governo da metropole de empregados para as repartições do Brazil, accomodando nos seus cargos os favorecidos da fortuna antes que os homens de merito, entrava como principal razão nos vexames que soffriam os moradores das capitánias sempre que tinham negocios a tratar com os agentes da administração.

Em conclusão: Tudo na colonia dependia da metropole. Para poder advogar, carecia o pretendente que lhe viessem do reino as licenças e provisões. Para regressar para os dominios europeus, de Portugal, precisava o subdito de mandar buscar a Lisboa um passaporte. Para conseguir uma isenção do recrutamento, uma baixa no exercito, ainda nas condições legaes, nem uma auctoridade na capitania a podia conceder. Guardava a Corôa esta sua regalia, que nem provisoriamente e aos seus delegados superiores permittia. Regulamentos sobre todos objectos, por minimos que fossem e de industria particular, partiam da metropole para vigorarem na colonia. Não se abandonavam á liberdade individual, e nem ao menos á direcção dos agentes administrativos das capi-

tanias, as marcas e qualidade de madeiras para a construcção das caixas de assucar, os adornos, vestimentas e enfeites das damas; as manufacturas e usos de foguetes e fogos de artificio; e outras varias minuciosidades que seria longo enumerar, e que todas estavam sujeitas ás ordens e á mania de regulamentar, de que se impregnara o governo cauteloso da metropole (1).

13. A IDÉIA DA «INDEPENDENCIA»: A CONSPIRAÇÃO MINEIRA; TIRADENTES

Durante o estado colonial apresentaram-se differentes projectos de tornar o Brazil independente de Portugal, os quaes classificam-se, conforme sua origem, em dous grupos: *Europeus e Brasileiros*. Entre os primeiros apontam-se dous:

1.º) O projecto do Prior do Crato, em 1581, o qual batido pelo duque d'Alba, tentou, como legitimo herdeiro da corôa portugueza, fundar no Brazil um reino independente. D. Antonio chegou ao Rio de Janeiro com alguns navios fornecidos por Heurique VII de França; mas não lhe permittiu desembarcar o governador Salvador Corrêa de Sá, que já havia prestado juramento a Felippe II.

2.º) O projecto do conde de Aranda, ministro de Carlos III de Hespanha, que tencionára depois do tratado de Paris (1763), fundar com as vastas colonias hespanholas e portuguezas da America reinos independentes, prevendo desde então a difficuldade de sua conservação. Entrára para isso antecedentemente em negociações com Pombal, ministro de D. José I, mas nada conseguiu. Suas previsões realisaram-se no seculo seguinte, quando os vice-reinados da Hespanha formaram republicas e o Brazil um imperio independente.

Nos motins e revoltas que se originaram no Brazil notam-se desejos de separação; mas taes movimentos

(1) J. F. Lisboa *Apontamentos para a historia do Maranhão*, summaria diversas identicas disposições.

eram principalmente dirigidos contra graves erros do governo, e por isso localizaram-se, não se divulgando por toda a colonia.

Os erros governativos que frequentemente provocavam essas demonstrações de desgosto eram: escravidão dos indios, incerteza de limites, e monopolios.

Entre as tentativas de levante figura como mais séria e importante a que imagináram na capitania de Minas Geraes, nos ultimos annos do seculo XVIII, alguns espiritos illustrados, pela maior parte poetas, que pensavam poder realisar a independencia d'aquella parte da colonia aproveitando-se das ordens que transmittira a Côrte ao seu governador para cobrar dos moradores a importancia da divida atrazada, que havião elles contrahido para com o governo pelo quinto do ouro, e que excedia tudo quanto possuíam os povos da capitania. Bastou que o governador deliberasse suspender, por impossivel de cumprir-se, a determinação regia, para que desapparecesse como o fumo o desgosto que ella causára. Nem ella era por si sufficiente para dar força ao conjurados, tanto mais fracos quanto constituia a capitania de Minas Geraes uma parte central, sem portos no litoral, e sem elementos para se constituir em estado independente.

A antipathia e os resentimentos contra os Portuguezes naturalmente originaram desejos de independencia da parte de uma colonia, que ia em progressivo desenvolvimento, apesar do ferreo jugo a que achava-se sujeita. Esses desejos pela liberdade augmentavam-se com as idéas espalhadas por alguns jornaes e livros vindos da Europa, e por diversos brasileiros, que, tendo ido estudar em Portugal, em França e Inglaterra, na sua volta mostravam enthusiasmo pela independencia dos Estados-Unidos, e pelas theorias de Franklin, Jefferson, Washington, etc.

Entre os Brasileiros, que tinham ido á Europa educar-se, estudantes, que frequentavam a Universidade de Coimbra, chegaram mesmo a fantasiar os meios possiveis de se declarar a independencia do Brazil. Alguns d'esses entusiastas encontraram-se em Montpellier (1786) com outros compatriotas, entre os quaes sobresaíam os

fluminenses *José Joaquim da Maia*, e *José Mariano Leal*, e o mineiro *Domingos Vidal Barbosa*.

Para melhor realisarem o seu *desideratum*, trataram de obter a coadjuvação dos Estados-Unidos da America do Norte, da mesma forma que esses Estados tinham feito, valendo-se da França. — N'esse sentido dirigiu-se José Joaquim da Maia, por carta de 2 de Outubro de 1786, ao celebre Thomaz Jefferson, que achava-se como Ministro Plenipotenciario dos Estados-Unidos em Paris. Jefferson respondeu que não podia sem justos motivos quebrar as relações de amizade com Portugal, em cujos portos os navios e subditos norte-americanos achavam abrigo, e com os quaes commerciavam, mas que verbalmente conversaria com José Joaquim da Maia, em Nimes, onde poderiam encontrar-se.

Em Nimes o patriota brasileiro expôz com enthusiasmo ao Ministro norte-americano os seus planos e esperanças pela independencia do Brazil, principalmente si pudesse contar com a protecção dos Estados-Unidos. Com a maior reserva respondeu Jefferson dizendo que antes de ter o Brazil effectuado a revolução não podia a União Norte-Americana contrahir compromissos, que deviam ferir a uma nação, da qual não tinha queixas, e com a qual acabava de celebrar um contracto de commercio. Que depois de ter o Brazil por si mesmo feito a sua independencia, os Estados-Unidos não duvidariam relacionar-se com elle, e mesmo apoiá-lo.

Desvaneceram-se as esperanças de José Joaquim da Maia na coadjuvação estrangeira, emquanto Jefferson escrevia a John Jay sobre a conferencia que tivera, e ficava aguardando a marcha dos acontecimentos em uma expectativa amistosa. Maia retirou-se para Lisboa, onde morreu, quando preparava-se a voltar ao Rio de Janeiro, e não pode portanto influenciar em qualquer movimento emancipador que se desse no Brazil.

Outros brasileiros, porém, que tinham estudado na Europa, conseguiram voltar á patria, e entre esses mencionaremos *Domingos Vidal Barboza*, já doutorado em Medicina, o qual ainda testemunhou os efeitos da má administração de Luiz da Cunha Menezes na Capitania de

Minas-Geraes, (1783-1788). Em seguida a esse illustre mineiro chegou o Dr. *José Alvares Maciel*, filho do Capitão-Mór de Villa Rica, e formado em philosophia, tendo estudos especiaes sobre minerologia, artes e manufacturas.

Era então Capitão-General de Minas-Geraes o Visconde de Barbacena, Luiz Antonio Furtado de Mendonça, (1789-1797), que entre as principaes miras do seu governo tinha a de proceder á cobrança do imposto dos quintos, atrazados de alguns annos, montando esse atrazo á enorme quantia de 3.305:472\$000 rs.

Chegando a Minas os drs. Barboza e Maciel encontraram muitos dos seus patricios abundando nos mesmos desejos que tinham de independencia: entre esses patricios distinguiam-se o Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, considerado como segunda pessoa na capitania logo depois do Capitão-General; o Coronel do 1.º Regimento de linha Ignacio José Alvarenga Peixoto poeta estimado e ex-ouvidor do Rio das Mortes; o dr. Claudio Manuel da Costa, advogado e poeta distincto; o Dezembargador Thomaz Antonio Gonzaga, ex-ouvidor de Villa Rica e tão conhecido pelas suas poesias a Marilia de Diricêu; o Padre José Carlos Corrêa de Toledo, Vigario da Villa de São José; o Padre Manuel Rodrigues da Costa; o Capitão José de Rezende Costa e seu filho de igual nome, e o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha *O Tiradentes*.

A casa do Dr. Claudio Manuel da Costa era de preferencia o ponto usual das conferencias dos patriotas, que chegaram a idealisar uma republica com a capital em S. João de El-Rei, uma universidade em Villa Rica, e uma bandeira com um genio quebrando grilhões, tendo por divisa — *Libertas quæ sera tamen* — (liberdade posto que tardia). Tinham-se, porém, esquecido de designarem as côres da bandeira, subentendendo-se talvez que fosse toda branca como a portugueza. O Alferes Xavier tinha proposto para armas um triangulo, symbolisando a Santissima Trindade, de que era especialmente devoto. Alvarenga lembrára o distico — *Libertas aut nihil*.

O momento escolhido para o pronunciamento da revolta seria o do lançamento da derrama para a cobrança

dos quintos atrazados; mas não se devia por fôrma alguma começar a revolução sem ter-se a coadjuvação da Capitania de São Paulo. O perspicaz Tenente-Coronel Francisco de Paula Feire de Andrade queria ainda mais a coadjuvação da Capitania do Rio de Janeiro, pois dizia elle (e as circumstancias em 1822 vieram confirmar o seu juizo) *juntas as tres Capitancias de Minas Geraes, S. Paulo, e Rio de Janeiro certo seria o exito, e decisivo o triumpho.* Para obterem a coadjuvação do Rio de Janeiro partiu o Alferes José Joaquim da Silva Xavier, que foi tambem encarregado de comprar armamento.

Não sendo pouco frequente apparecer traidores em taes occasiões, houve no governo de Luiz da Cunha Menezes uma denuncia da projectado conspiração; mas esse Capitão-General não lhe deu valor, attendendo á pouca ou nenhuma praticabilidade do levante. O Capitão-General Visconde de Barbacena teve uma denuncia formal e circumstanciada dada pelo Coronel Joaquim Silverio dos Reis e pelos Tenentes-Coroneis Basilio de Brito Malheiro, e Ignacio Corrêa Pamplona.

Tratou immediatamente o Visconde de Barbacena de tirar aos conspiradores o pretexto do levante suspendendo o lançamento da derrama; foi prevenindo-se com mais tropas, e communicou a noticia ao Vice-Rei Luiz de Vasconcellos e Souza, de quem requisitou a vigilancia e prisão de Tiradentes, que devia achar-se no Rio de Janeiro. Ao passo que no Rio de Janeiro effectuava-se a prisão de Tiradentes na rua dos Latoeiros (hoje Gonçalves Dias) em uma casa onde homisiára-se (10 de Maio de 1789), mandava o Visconde de Barbacena prender em Minas os outros indigitados na conspiração.

Installou-se immediatamente a alçada, ou tribunal, que devia julgar os culpados. Depois de um longo processo, foi, a 18 de Abril de 1792, lavrada a sentença condemnando á morte os 12 principaes chefes, ficando infamadas algumas das suas gerações, 5 dos criminosos a degredo perpetuo, e os menos implicados a degredo temporario. A memoria do Dr. Claudio Manuel da Costa, que apparecera morto na sua prisão (provavelmente tendo-se suicidado), foi declarada infame.

A clemencia da Rainha D. Maria I, que por si propendia para um completo perdão, veiu mitigar os horrores de uma tal carnificina, commutando a pena de morte em degredo para os chefes da conjuração *excepto o caso de ser isso inadmissivel pela atrocidade e escandalosa publicidade do crime revestido de circumstancias que tornassem indispensavel esse castigo* (Carta Régia de 15 de Outubro de 1790).

O Alferes Joaquim José da Silva Xavier foi o unico que, com a maior coragem e resignação, subiu ao patibulo a 21 de Abril de 1792, depois das 11 horas da manhã, no Rio de Janeiro, no Campo da Lampadosa. Depois de enforcado, foi a sua cabeça exposta na praça publica de Villa Rica, e os membros espalhados pelo caminho *para terrivel escarmento dos povos*.

Entre os condemnados contavam-se Claudio Manuel da Costa, que suicidára-se na prisão; Alvarenga Peixoto, que foi degradado para Ambaca; o Dr. Maciel para Mangano, outros para diversos presidios, e o Desembargador Gonzaga para Moçambique. Os degredados partiram do Rio de Janeiro para Angola e Moçambique a 22 de Maio de 1792.

Eis a historia resumida da primeira tentativa mallogada de independencia nacional.

A independencia do Brazil era uma questão adiada para melhores tempos. Não se effectuou pelas combinações fantasticas dos patriotas mineiros, como não tinha sido levada avante pelas combinações politicas de Felippe II e do Conde de Aranda, não só por não ter sido bem planejada, como por ser extemporanea.

14. MUDANÇA DA SÉDE DA MONARCHIA PORTUGUEZA PARA O RIO DE JANEIRO: CAUSAS E EFEITOS DESSE FACTO.

Vamos tratar de um acontecimento de maxima importancia para a nossa historia, porque marca uma

época memoravel em que o Brazil deixou de ser colonia, tornando-se séde da monarchia portugueza. Para bem comprehendermos as causas de tão importante transição, devemos remontar um pouco á historia de Portugal, o que faremos sucintamente.

* * *

A Rainha D. Maria I, que subira ao throno por fallecimento de seu pae D. José I (24 de Fevereiro de 1777), depois de alguns annos de reinado, começára a soffrer desarranjo nas suas faculdades intellectuaes: essa molestia aggravou-se a ponto tal que, a 10 de Fevereiro de 1792, o Principe D. João foi obrigado a tomar conta do governo, como herdeiro presumptivo da corôa. — Não melhorando a Rainha, foi o Principe confirmado na regencia por um simples decreto do poder executivo de 1799.

A regencia do Principe D. João estendeu-se, por 24 annos, até o fallecimento de D. Maria I (20 de Março de 1816) e durante todo esse lapso de tempo tiveram logar acontecimentos de maior monta tanto em Portugal, como no Brazil. Tinha D. João 25 annos, quando tomou conta da regencia.

Conservando os mesmos Ministros, continuou o Regente a mesma politica adoptada pelo governo de Portugal, hostil á Revolução Franceza, e entrou em uma liga com a Inglaterra e a Hespanha contra a Republica Franceza. A paz de Basiléa (22 de Julho de 1795), entre a Hespanha e a França, sem ao menos Portugal ter sido ouvido, apezar dos combates feridos pelo seu contingente de 5,400 homens na guerra de Roussillon, era um máu preludio para a maneira pela qual o gabinete portuguez tinha de atravessar a crise tempestuosa, que se desenrolava em toda a Europa.

Vacillante em sua politica, quiz Portugal tambem aliar-se á França; mas não só o Directorio mallogrou o tratado projectado de 10 de Agosto de 1797 (23 Thermidor, Anno V), como tambem conservou preso no *Tem-*

plo o diplomata Antonio Araujo de Azevedo durante dous mezes. — Alliando-se novamente com a Inglaterra mandou Portugal uma esquadilha ás ordens do Marquez de Niza a fim de proceder de accôrdo com o almirante Nelson no Mediterraneo: o contingente portuguez operou apenas em Napoles, desembarcando 400 homens commandados por Moreira Freire para contribuirem para o exercito da Santa Fé. No entretanto Napoleão Bonaparte, pensando que os navios portuguezes tivessem tomado parte na batalha naval de Aboukir, proferiu a terrivel sentença que devia mais tarde realisar-se:— «*Tempo virá em que a nação portugueza pagará com lagrimas de sangue o ultrage que está fazendo á Republica Franceza.*»

Senhor do governo em França depois do golpe d'estado de 18 Brumario, Napoleão foi logo mostrando a sua hostilidade recusando as pazes que o gabinete portuguez lhe offerencia, e promovendo a guerra entre Portugal e Hespanha, com a qual firmou um tratado (29 de Janeiro de 1801) por intermedio de Luciano Bonaparte.

O pretexto invocado pela Hespanha para essa guerra era que a Inglaterra lhe tinha tomado a Ilha Minorca por forças navaes, que tinham feito, e continuavam a fazer de Lisbôa a sua base de operações.

Depois de algumas derrotas viu-se Portugal obrigado a firmar com a Hespanha o tratado de Badajoz (6 de Junho de 1801) e com a França celebrou o vexatorio tratado de Madrid de 20 de Setembro d'esse mesmo anno.

O Marechal Lannes, embaixador francez em Portugal, depois de ter obtido a execução de muitas exigencias imperiosas, apresentou as condições com que Napoleão negociava a neutralidade de Portugal (24 milhões de francos annualmente) na guerra contra a Inglaterra. Essas condições tomaram em breve o caracter de imposições, exigindo não só a prompta execução do *Bloqueio Continental* decretado em Berlim a 21 de Novembro de 1806, como tambem a opção decidida entre a alliança franceza e a britanica. Em seguida o ministro de França em Lisbôa, Mr. de Rayneval, apresentou collectivamente com o embaixador hespanhol, Marquez de Campo Allange, as seguintes intimações: — 1.º) que Portugal declarasse

guerra á Inglaterra dentro de 20 dias;— 2.º) que fechasse seus portos aos navios inglezes;— 3.º) que reunisse seus navios de guerra ás esquadras francezas;— 4.º) que sequestrasse todas as propriedades britannicas em Portugal;— 5.º) que prendesse todos os subditos inglezes existentes em Portugal.

A imposições tão terminantes quiz o ministro Antonio de Araujo responder com meios dilatorios, executando apenas algumas d'essas condições, e pediu mesmo á Inglaterra que fizesse a Portugal uma guerra apparente. A' Inglaterra, porém, não convinha um manejo tão capcioso: para seu proprio governo reconhecia ella a necessidade de uma decisão prompta e positiva, e para obviar ás necessidades de momento offerencia uma esquadra para transportar para o Brazil a familia real de Bragança.

Em vez de tomar um partido decisivo como as circumstancias exigiam, o gabinete portuguez tentou ainda compôr as difficuldades mandando o Marquez de Marialva com ricos presentes a Napoleão, e tratandô de negociar o casamento do principe D. Pedro com uma filha de Luciano Bonaparte.

Emquanto o gabinete portuguez entregava-se a essas hesitações inconcebiveis, Mr. de Rayneval e o Marquez de Campo Allange pediam os seus passaportes e retiravam-se, e Napoleão firmava com a Hespanha o tratado de Fontainebleau (27 de Outubro de 1807), pelo qual acabava com a autonomia de Portugal, dividindo esse reino em tres partes:— 1.º) o territorio entre Douro e Minho, formando o Reino da Luzitania Septentrional para a Rainha da Etruria;— 2.º) as provincias do Alemtejo e dos Algarves, com o nome de Principado dos Algarves, para o Principe da Paz (Godoy);— 3.º) o resto de Portugal em poder da França até á paz geral.— O Brazil e as outras colonias dividir-se-iam depois entre as duas partes contractantes. O embaixador portuguez D. Lourenço de Lima, sem ao menos ter conhecimento d'esse tratado, teve ordem de sair de Paris dentro de 2 dias, e da França dentro de 15 dias:— o Conde de Ega, ministro de Portugal em Madrid, recebeu uma intimação analogá.

Foi só depois de saber da retirada vexatoria de seus diplomatas, que o governo portuguez resolveu-se a publicar o Decreto de 8 de Novembro, ordenando a prisão dos subditos britannicos e o sequestro das propriedades inglezas em Portugal. A esse procedimento inqualificavel e intempestivo respondeu *Lord Chatam*, chefe do gabinete britannico, mandando bloquear os portos portuguezes e occupar a ilha da Madeira.

Em tão extrema contingencia o commandante da esquadra ingleza, Sidney Smith, mandou entregar ao Principe D. João um exemplar do *Moniteur* que publicava o tratado de Fontainebleau; e o tenente-coronel Lecor communicou pessoalmente ao mesmo Principe Regente a noticia de que as tropas francezas do general Junot tinham entrado no reino, e que a marchas forçadas avançavam para Lisboa.

Tornavam-se então impossiveis as dilações. Entregou o Principe D. João a direcção do reino a um governo interino, presidido pelo Marquez de Abrantes, e partiu para o Brazil com toda a Familia Real, e muitos nobres que o quizeram acompanhar (29 de Novembro de 1807), tendo ás pressas embarcado no dia 27. Uma divisão ingleza comboiou a esquadra portugueza. As forças do General Junot entraram em Lisboa no dia seguinte ao da partida da Familia Real, e, sem resistencia, Portugal submettia-se á invasão franceza.

* * *

Por causa dos estragos motivados pelo máu tempo viu-se o Principe Regente forçado a arribar á cidade da Bahia (22 de Janeiro), onde, no dia 24 ás 5 horas da tarde, desembarcou com toda a solemnidade, sendo recebido com manifestações da maior alegria por toda a população. Empregaram os bahianos os maiores esforços para que D. João fixasse a sua residencia na Bahia, offerecendo-se mesmo para mandarem construir-lhe um palacio; mas baldados foram esses esforços, porque o Principe tinha já decidido vir para o Rio de Janeiro. Inspirado pelo illustre brasileiro José da Silva Lisboa

(ulteriormente Visconde de Cayrú), resolveu-se o Regente a publicar uma Carta Regia com data de 28 de Janeiro de 1808, decretando a abertura dos portos do Brazil ás nações amigas.

Partindo para o Rio de Janeiro a 26 de Fevereiro d'esse mesmo anno, alli chegou o Principe a 7 de Março desembarcando no dia immediato. Tendo anteriormente chegado 8 navios da esquadra, vindos em direitura de Lisboa, além do brigue *Voador*, que fôra o primeiro em trazer a noticia da vinda da Familia Real, o Vice Rei, Conde dos Arcos, tinha mandado preparar para a dynastia reinante o Palacio dos Governadores, o qual por meio de um passadiço tinha sido ligado ao Convento do Carmo. Na entusiastica recepção feita pela cidade do Rio de Janeiro ao Principe Regente tornaram-se notaveis os vivas dados ao *Imperador do Brazil*, tão intuitiva era para os brasileiros a previsão dos acontecimentos, que mais tarde deviam ter lugar.

Durante 9 dias consecutivos houve illuminações e festas, que teriam sido completas si não tivessem tido lugar os vexames ocasionados pelas aposentadorias forçadas, desoccupando-se do dia para a noite muitos predios para n'elles se alojar a comitiva do Regente, e outros resentimentos contra a comitiva chegada de Portugal.

No 3.º dia depois da sua chegada organisou o Regente o seu ministerio, nomeando a D. Fernando José de Portugal e Castro (ao depois Conde e Marquez de Aguiar) para as pastas do Reino e da Fazenda; o Visconde de Anadia para a da Marinha e Negocios Ultramarinos, e D. Rodrigo de Souza Coutinho (mais tarde Conde de Linhares) para a da Guerra e Estrangeiros. Dentre esses tres ministros sobresaia pela intelligencia elevada e esclarecida D. Rodrigo de Souza Coutinho, a quem incontesteavelmente o Brazil deve muitos melhoramentos e estabelecimentos uteis.

Assim foram creadas as Secretarias do Estado, Supremo Conselho Militar, Archivo Militar, Meza do Dezembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens, Academia dos Guardas Marinhas e uma fabrica de polvora na Lagôa do Rodrigo de Freitas. A Relação do Rio de Janeiro

foi elevada á Casa de Supplicação. Para galardoar o merito renovou-se e augmentou-se a Ordem da Torre Espada. Instituiu-se o logar de Intendente Geral da Policia. Para a publicação das decisões e ordens do Governo estabeleceu-se a Imprensa Régia, que chegou mesmo a publicar varias obras, embora sujeitas á approvação da Meza Censoria e Intendencia Geral de Policia, taes como os trabalhos de José da Silva Lisboa sobre questões economicas e commerciaes, os sermões de Frey Francisco de S. Carlos, e de Frey Francisco Xavier de Sampaio. A cathedral foi mudada da Igreja do Rozario para a dos Religiosos do Carmo, reconstruindo-se o Cabido com dignidades novas.

Creou-se tambem o Erario Régio, o Conselho da Fazenda Real, o Tribunal da Junta do Commercio, e as antigas Vedorias, já extinctas em Portugal; mas continuaram como d'antes os Erarios das Capitánias, sem ser possivel a tomada de contas no Rio de Janeiro. Fundou-se uma Escola anatomo-medico-cirurgica, o Jardim da Lagôa do Rodrigo de Freitas, e a Academia de sciencias phisicas, mathematicas e naturaes.

Diversas povoações e freguezias foram elevadas á categoria de villas, como Porto-Alegre, que foi a primeira que teve essa graduação (23 Agosto 1808).

Autorisou-se tambem para a Bahia a fundação de uma typographia, (5 de Janeiro de 1811), que imprimiu a gazeta «Idade de Ouro». — Estabeleceu-se um imposto (*decima*) sobre predios alugados ou occupados pelos proprietarios; o imposto do sello sobre papel e livros dos negociantes, camaras municipaes, irmandades, confrarias, nos de notas de tabelliães, recibos, escripturas publicas e particulares; o imposto de siza sobre compras e vendas, e arrematações dos bens de raiz e semoventes.

Suspendeu-se a prohibição de haverem fabricas e manufacturas no Brazil, permittindo-se todo o genero de industria fabril e manufactureira, firmando-se por essa forma a emancipação da industria.

Por inspirações de D. Rodrigo de Souza Coutinho, apezar dos estatutos e Alvará de 12 de Outubro de 1808 terem sido assignados por D. Fernando José de Portugal,

foi creado no Rio de Janeiro o Banco do Brazil com o capital de 3 milhões de cruzados, em 1,200 acções de 1 conto de réis cada uma, privilegiadas e isentas de pe-nhora e execução tanto fiscal como civil.

Entre as providências acertadas do Governo do Principe Regente, é verdade que um pouco mais tarde, não devemos esquecer o decreto de 18 de Junho de 1814 permittindo a livre entrada dos navios de todas as nações nos portos dos dominios portuguezes, facultando-se tambem a saída dos navios nacionaes para qualquer destino sem reserva.

Pouco depois da chegada da Familia Real foram chegando muitos inglezes, para estabelecerem-se no Brazil, e como Ministro de S. M. Britanica veiu Lord Strangford, que tinha de exercer uma influencia tão pronunciada nas questões magnas que se iam debater. Em seguida foram vindo outros diplomatas estrangeiros, como o Nuncio Apostolico Lourenço Caleppi, Arcebispo de Nizibi, que tinha conseguido fugir de Lisboa, os Encarregados de Negocios da Suecia, dos Estados-Unidos Norte Americanos e da Russia.

Era tal o desenvolvimento que o Brazil ia apresentando, que o Principe D. João elevou-o por Carta de Lei de 16 de Dezembro de 1815 á categoria de *Reino Unido* com Portugal e Algarves.

Tão importante, em summa, foi o facto da mudança da séde da monarchia que levou Pereira da Silva (Historia da Fundação do Imperio) á affirmar o seguinte:

«Transferida de Portugal para o Brazil a metropole da monarchia, principia a desmembração da familia portugueza, inicia-se a independencia da colonia, criam-se interesses e direitos que rompem os laços que as ligavam, e nasce uma nova ordem de cousas que importa uma verdadeira revolução. Bem que se não considerassem separadas, *de direito*, senão dezeseite annos depois, é visivel e profunda, *de facto*, a emancipação da antiga colonia. Estava dado o primeiro passo, e foi elle decisivo e terminante. Rapidos e efficazes effeitos produziu. Não havia mais força para nullificar-os. Muito embora guardasse a casa de Bragança ambos os continentes que

possuía, estava realisada a independéncia do Brazil. Poderia o paiz revolver-se nas miserias da anarchia, partir-se em estados soberanos e independentes, formar republicas pequenas e mesquinhas, si, quando tratasse da sua independéncia, não encontrasse um príncipe que ligasse a sua causa e sorte á sorte e á causa do Brazil, e conservasse assim a unidade do territorio sob as instituições monarchicas. Foi este um dos maiores beneficios da Providéncia divina.

Assegurou-lhe o presente, mitigou-lhe os soffrimentos e lutas da crise, e firmou-lhe o futuro de uma grande nação. Devemos á casa de Bragança o principio da independéncia. E' ella ainda nossa credôra por tel-a terminado e realisado. Houve erros, decepções, contrariedades, perigos, que nos incumbimos de summariar. Succederam-lhes, porém, beneficios reaes, profundos e gloriosos. Ganhou o Brazil. Cumpre que Portugal se convença tambem de que lucrou, e lucrou muito, modificando idéas creadas pelos prejuizos populares e por prevenções injustas e infundadas.»

15.—A REVOLUÇÃO DE PORTUGAL, EM 1820, E SEUS EFEITOS NO BRAZIL.—REGRESSO DA CORTE PORTUGUEZA.

Foram causas da revolução, que teve logar em Portugal em 1820: o desenvolvimento das idéas liberaes; a imitação da revolução hespanhóla de 1820 pela réstauração da Constituição de 1812; queixas não attendidas sobre a permanencia da Côrte no Brazil; ruína do commercio portuguez por ter-se franqueado os portos do Brazil ás outras nações.

Realmente as idéas revolucionarias tinham começado a manifestar-se em Portugal em 1817, quando D. João VI tinha mandado para Lisboa o Marechal Beresford governar militarmente o reino com autoridade independente da Regencia, senão superior á ella.

Com a fermentação das idéas liberaes, em Portugal, fez-se a 24 de Agosto de 1820 uma revolução no Porto

contra as instituições absolutistas, sendo os principaes factores d'esse movimento o Desembargador Manuel Fernandes Thomaz, e o Ouvidor Geral José da Silva Carvalho. Reclamaram os revolucionarios a convocação das Côrtes, e proclamaram o reino monarchia constitucional sob a dynastia de Bragança. As provincias do Norte adheriram logo a esse movimento, e a revolta repercutiu até Lisboa.

A Regencia, seguindo os conselhos do Conde de Palmella de por-se á frente do movimento popular para regularisal-o e dirigil-o, concendendo e promettendo medidas tão liberaes como as da Junta do Porto, quasi chegou a fazer parar a revolução; mas o exercito e o povo depuzeram a Regencia, estabeleceram uma Junta Provisoria, que a 15 de Setembro fez jurar uma constituição modelada pela da Hespanha.

A 10 de Outubro a Junta prohibiu o desembarque de Beresford, que tinha vindo ao Brazil, e que regressára com poderes ainda mais illimitados, com a missão especial de suffocar a revolta. O valente General, que tão assignalados serviços militares tinha prestado, mas tambem que tanto despotismo tinha exercido, retirou-se para Inglaterra passando da náu ingleza *Vengeur* para o paquete *Arabella*. O novo Governo, liberal, poudé então firmar-se em Portugal e decretar as medidas necessarias não só para a convocação das Côrtes, como outras tendentes á administração publica.

O primeiro logar do Brazil, onde se soube d'esses acontecimentos foi no Pará e apesar de serem as queixas de Portugal fundadas sobre a abertura dos portos brazileiros ao commercio estrangeiro, e sobre a estada do soberano no Rio de Janeiro, o pronunciamiento constitucional do Porto encontrou logo muitos adherentes. As tropas da guarnição insufladas por Philippe Alberto Patroni Maciel Parente, e o povo da cidade de Belém declararam-se abertamente pela revolução liberal, adoptaram a convocação das Côrtes, juraram a constituição que essa assembléa organisasse, depuzeram o Capitão-General Conde de Villa Flôr, e estabeleceram uma Junta governativa, de que foi Presidente o Vigario Capitular (ao

depois Arcebispo da Bahia) Romualdo Antonio de Seixas, e Vice-Presidente o Juiz de Fóra Joaquim Pereira de Macedo, collocando a capitania debaixo da autoridade do Governo de Lisboa.

Na Bahia tres Tenentes-Coroneis, Francisco José Pereira, Francisco de Paula Oliveira, e Manuel Pedro de Freitas Guimarães, puzeram-se á testa do movimento, que a 10 de Fevereiro trouxe em resultado a adhesão ao Governo de Lisboa, e a formação de uma Junta Governativa, de que foi Presidente o Dezembargador Francisco Manuel de Moura Cabral, e Vice-Presidente Paulo José de Mello Azevedo e Brito. Ter-se-iam effectuado sem derramamento de sangue essas mudanças politico-administrativas, si o Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes (ulteriormente Marquez de Barbacena) não porfiasse em tomar a artilharia dos revoltosos, morrendo n'essa occasião o Major Hermogenes e 10 soldados, e ficando feridos o mesmo Marechal e 20 praças. Tanto o Capitão-General Conde da Palma, que tinha recusado a Presidencia da Junta Governativa como Caldeira Brant, e diversos funcionarios seguiram para o Rio de Janeiro a bordo da fragata ingleza *Icarus*.

A noticia do movimento revolucionario do Porto, de 24 de Agosto, chegou ao Rio de Janeiro pelo brigue mercante *Providencia*. E' facil conceber-se a impressão que produziu em toda a Familia Real e no Ministerio. Depois de grande perplexidade em adoptar ou os meios propostos por Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal, ou os suggeridos pelo Conde dos Arcos, ou os indicados pelo Conde de Palmella, que chegára com minuciosas noticias de Portugal, veiu o movimento da Bahia resolver a D. João IV a publicar o Decreto de 18 de Fevereiro de 1821, pelo qual tinha de mandar a Portugal o Principe D. Pedro afim de conter os animos e convocar os Procuradores eleitos pelas Camaras do Brazil e Ilhas do Atlantico (que tivessem juizes letrados), para propôrem reformas e melhoramentos. Além d'isso mandou tambem o Rei convocar immediatamente uma commissão de 20 membros (em grande parte brazileiros) afim de irem trabalhando nas reformas.

Não sortiram bom effeito essas medidas, porque a disposição dos espiritos não queria apenas essas modificações: o povo, incitado pelo advogado Marcellino José Alves Macambôa, e diversos corpos da guarnição sob o commando do Brigadeiro Francisco Joaquim Carreti, reuniram-se no largo do Rocio, e em altos brados exigiram as reformas constitucionaes proclamadas em Lisboa. Logo que D. João VI soube do que se estava passando, mandou de S. Christovam o Principe D. Pedro com a missão espinhosa de conter a sedição e accomodar as cousas.

Apparecia pela primeira vez D. Pedro intervindo nos negocios publicos em circumstancia tão melindrosa: com a coragem, de que sempre deu provas, atravessou as ondas do povo e tropas, e foi ter ao theatro de S. João, d'onde dirigiu-se ás massas perguntando o que queriam. Não satisfazendo-se os sediciosos com as concessões, que o Principe lhes fazia, voltou elle para S. Christovam a conferenciar com D. João VI: regressou de novo para o Largo do Rocio, mostrou ao povo o decreto de 24 de Fevereiro approvando a futura Constituição de Portugal, que as Camaras fizessem, a sua adopção no Brazil e mais domínios da Corôa Portugueza.

Além d'isso communicou o Principe a demissão do Ministerio e de varios funcionarios publicos, que não eram da affeição popular.

Entravam para o novo Gabinete, Silvestre Pinheiro Ferreira com a pasta da guerra e estrangeiros, o Conde de Louzã com a da fazenda, Joaquim José Monteiro com a da marinha, e Ignacio da Costa Quintella com a do Reino. Proromperam entusiasticos applausos da multidão; o Senado da Camara foi immediatamente convocado no Theatro S. João, lavrando-se um auto do quanto occorrêra. Em seguida o Principe D. Pedro, por si e como representante de seu pae, e o principe D. Miguel, prestaram juramento de adoptarem a Constituição futura, que as Côrtes fizessem, e convidaram ao povo a proceder da mesma fórma.

Victoriado pelas massas populares, seguiu D. Pedro para S. Christovam, d'onde regressou com D. João VI,

o qual foi festejado pela multidão a ponto de tirarem os cavallos da carruagem, que á mão foram puxando até o paço da cidade, onde continuaram as mais freneticas ovações pelas concessões constitucionaes, que fazia aos seus subditos.

Com a noticia do que tinha-se passado no Rio de Janeiro, tiveram logar no Maranhão, Parahyba, Ceará, e Piauhy adhesões ao movimento constitucional, si bem que depois de algumas desordens. Em Pernambuco, o proprio Capitão General Luiz do Rego, foi o primeiro a pôr-se á frente do movimento liberal; mas combinou somente com os patriotas *portuguezes*, sem ouvir a nenhum dos filhos do paiz: fez jurar as bases da Constituição que as Côrtes fizessem, creou uma Junta Governativa no Recife, da qual tornou-se Presidente, e mandou proceder á eleição de 7 deputados, numero designado pela Regencia de Lisboa.

No Rio de Janeiro, os animos, em vez de serenarem com as concessões feitas pelo Decreto de 24 de Fevereiro, exacerbaram-se com a soffreguidão de já quererem entrar no gozo das reformas promettidas, e com a ambição de novas regalias; appareceram periodicos, em que o liberalismo era largamente anotado e desenvolvido, chegando-se mesmo a aventar idéas republicanas.

Os Brasileiros por sua vez apresentaram-se com aspirações nobres de independencia; começaram a formar sociedades secretas, em que dominava esse pensamento, e entre os patriotas sobresaíam Joaquim Gonçalves Ledo, Januario da Cunha Barboza, José Joaquim da Nobrega, José Joaquim da Rocha, Frey Sampaio, todos relacionados com o Juiz de Fóra, José Clemente Pereira.

Os conselheiros da Corôa suggeriram alvitres variados, que, embora divergissem na fórma, convergiam todos para a retirada da Côrte para Lisboa. O proprio ministro inglez, Thorton, julgava que a ida de D. João VI e da Familia Real para Portugal era o grande recurso, que as circumstancias reclamavam.

Foi, então, publicado o Decreto de 7 de Março, em que D. João VI manifestava a sua resolução de partir para Portugal, deixando o governo do Brazil entregue

ao Príncipe D. Pedro, até que se estabelecesse a Constituição da Monarchia Portugueza.

N'esse mesmo dia publicaram-se tambem as instrucções para as eleições dos Deputados ás Côrtes de Lisboa, e no dia 20 de Abril teve logar a reunião dos eleitores convocados pelo Ouvidor da Comarca no edificio da Praça do Commercio.

Tornou-se logo tumultuaria a sessão dos eleitores, que pouco conhecedores das suas attribuições as ultrapassaram, e começaram a tomar medidas, que não eram de sua competencia. Exigiram a proclamação da Constituição hespanhóla de 1812, para ter vigor no Brazil; quizeram que D. João VI mandasse desembarcar os cofres do erario brasileiro, que suppunham embarcados para seguirem para Lisboa; intimaram ás fortalezas que não permittissem a saída da esquadra com a Familia Real, enquanto os cofres publicos brasileiros não desembarcassem, e quizeram dar ordens ao Commandante das Armas sobre o emprego da força publica.

Annuiu o Rei á primeira exigencia publicando um decreto, em que adoptava a Constituição hespanhola, até que as Côrtes elaborassem uma outra; e, quanto ás outras exigencias, respondeu que os cofres publicos não tinham sido retirados dos seus competentes logares. Continuava no entretanto cada vez mais o tumulto na sala da sessão: não eram sómente os eleitores, que deliberavam; massas de povo invadiam o recinto. Apareciam tribunos a vociferarem e a proporem medidas as mais subversivas da causa publica. Durou a discussão até ás 3 horas da madrugada do dia seguinte: n'essa occasião chegou uma companhia do regimento de caçadores da divisão portugueza, e a sala foi evacuada depois de uma descarga de fusilaria seguida de uma carga á bayoneta.

Dizem diversos historiadores que não houve intimação prévia por parte da tropa; mas Pereira da Silva diz que o Marechal Caula, encarregado de dissolver o ajuntamento do Collegio Eleitoral, intimou ao Presidente e mais membros que se retirassem, adiando para outra occasião as suas sessões, e que foi attendido pela maioria dos eleitores: os poucos eleitores que ficaram, e as massas

de curiosos intrusos, que não quizeram retirar-se, foram então dispersos por uma companhia do regimento de caçadores, que atirou para o tecto afim de assustar, e que travou luta a ferro frio com os que ainda assim não quizeram retirar-se. Realmente o pequeno numero de mortos (3) e de feridos (20), não corresponde a uma descarga á queima roupa sobre massas compactas de povo em um salão, e a uma carga á bayoneta feita por tropa de linha, decididamente hostile aos eleitores *brazileiros*, porque os soldados eram da divisão portugueza.

Exacerbaram-se por semelhantes scenas os animos da população, despertando antigos odios entre nacionaes e portuguezes, e todos á uma responsabilisavam o Governo por tão tragico acontecimento, apesar mesmo do abuso dos eleitores.

Promulgou então D. João VI no dia 22 de Abril dous decretos: um annullando as concessões anteriormente feitas aos eleitores, e outro nomeando D. Pedro, Regente do Brazil, e seu Logar-tenente.

Depois de ter feito uma nova organização do Ministerio, e duas proclamações sobre a fidelidade devida ao Principe, retirou-se elle para a náu *D. João VI* na tarde de 24 de Abril, e a 26 do mesmo mez partiu para Portugal. Tão justa previsão tinha sobre o futuro proximo do Brazil, que, ao despedir-se de seu filho, dizem que lhe recommendára que no caso da separação do Brazil puzesse a corôa na sua cabeça, antes de ser qualquer aventureiro que o fizesse.

16. — A REGENCIA DE D. PEDRO: SUA ADMINISTRAÇÃO. — A DECLARAÇÃO DA INDEPENDENCIA.

D. Pedro, no governo, achava-se realmente em circumstancias bem embaraçosas.

A população da cidade do Rio de Janeiro tinha soffrido uma diminuição de cêrca de 4.000 pessoas que repentinamente deixavam as plagas do Rio de Janeiro, levando os cabedaes que podiam, e esses em ouro. Esses

capitães retirados de chofre, deviam produzir falta bem sensível no Banco do Brazil, e no commercio. A propria lei organica do Banco e as suas transações anteriores já lhe tinham acarretado serios embarços, que mais ainda se aggravaram com as difficuldades de então; e si, em época anterior, a sua quebra podia ser prophetisada como uma questão de tempo, n'aquella occasião tornava-se inevitavel. Não era sómente o commercio que tinha soffrido; a industria sentia-se extraordinariamente diminuida e quasi paralyzada pelo crescido numero de retirantes para Portugal, e pela pouca ou nenhuma confiança, que havia no estado das cousas.

Entretanto, coragem e bons desejos não faltavam ao Principe para ir affrontando as circumstancias.

Para mais facilmente ouvir a todos, estabeleceu audiencias publicas semanaes, e fixou a sua residencia habitual em S. Christovam, cedendo o Paço da cidade para ahí funcionarem algumas repartições publicas.

Procedeu a reduções consideraveis nas despezas publicas; para melhor fiscalisar e promover o bom andamento da administração, visitava frequentemente as repartições publicas; mandou confeccionar o orçamento da receita e despeza do Brazil, *primeira vez que semelhante cousa se fazia*. Ordenou a abolição de certos impostos vexatorios e contribuições onerosas: providenciou sobre o commercio maritimo das capitancias, egualando a pauta das alfandegas, e isemptando de direitos o commercio das capitancias de umas para as outras. Egualou o soldo e etapa dos soldados brasileiros aos dos portuguezes.

Lutava o Principe com serios embarços financeiros para preencher o *deficit*, que figurava no orçamento, e que era implacavelmente grande. Para aggravar essas difficuldades as provincias do norte, obedecendo com as suas Juntas Governativas ás Côrtes de Lisboa, não mandavam para o Rio de Janeiro os saldos das suas rendas, e o Principe era forçado a despende com a Banda Oriental, Rio Grande do Sul e Santa Catharina.

Para fazer frente a tantas difficuldades, que assoberbavam a sua regencia, ia o Principe instituindo as reformas, que as circumstancias reclamavam.

Emquanto D. Pedro procedia por essa forma, fazendo jus á estima e consideração dos Brasileiros, as capitánias do norte tinham vistas bem diversas; a Bahia recusava terminantemente obedecer á sua autoridade, prestando-se á obediencia directa das Côrtes de Lisboa, sendo esse exemplo seguido pelo Pará e Maranhão. Em Pernambuco a animosidade entre Brasileiros e Portuguezes ia continuando a traduzir-se por factos de maxima importancia.

Não era somente no norte que a tranquillidade publica se achava alterada. Em Montevidéo tinha-se dado um levante das tropas, capitaneado pelo Coronel Claudino Pimentel. O Capitão General Lecór, Barão da Laguna, foi acquiescendo com o que os revoltosos queriam, e estabeleceu-se uma Junta Provisional de Governo, de que o mesmo Lecór tomou a Presidencia. Consultada a população da Banda Oriental sobre a sua condição de existencia politica, decidiu uma Assembléa de Deputados a 31 de Julho de 1821, que continuasse a sua incorporação aos dominios portuguezes com o nome de *Provincia, ou Estado Oisplatino*, mediante certas regalias e disposições regulamentares.

A provincia de S. Paulo adoptou uma politica ainda mais independente do que as outras. Acclamou uma Junta Governativa, de que foi Presidente João Carlos Augusto de Oyenhausen (ulteriormente Marquez de Aracaty) e Vice Presidente José Bonifacio de Andrada e Silva, reconhecendo apparentemente a autoridade da regencia do Principe, mas propondo-se a governar por si mesma.

A autoridade do Principe influa, pois, unicamente nas provincias do Rio de Janeiro, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, algum tanto ainda em Montevidéo, e em Minas Geraes, que começava a agitar-se. Nas Alagôas, Parahyba, Ceará, e Rio Grande do Norte as Côrtes e o governo de Lisboa tinham muito mais influencia do que D. Pedro.

Em taes circumstancias teve lugar a eleição dos Deputados Brasileiros ás Côrtes de Lisboa, entre os quaes mencionaremos os nomes de Custodio Gonçalves Ledo,

Francisco Villela Barbosa, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Diogo Antonio Feijó, Nicoláu Pereira de Campos Vergueiro, Pedro de Araujo Lima, José Lino Coitinho, José Martiniano de Alencar, e o Bispo D. Romualdo Antonio de Seixas.

Chegaram noticias, mas não officiaes, a 2 de Junho, de terem sido juradas em Lisboa as bases da Constituição; aguardou D. Pedro por conselho do Conde dos Arcos a vinda de noticias officiaes, para então proceder de accordo com ellas. A guarnição portugueza, porém, entendeu dever precipitar os acontecimentos. Deu-se um levantamento das tropas portuguezas commandadas por Jorge de Avilez, effectuado no Largo do Rocio, exigindo o juramento das bases da Constituição Portugueza, a demissão do Conde dos Arcos, a formação de uma Junta que com o Principe governasse o Rio de Janeiro, e uma Commissão Militar, que tomasse parte no commando das armas.

No Rio de Janeiro era grande a agitação dos clubs e das sociedades secretas.

Anuiu D. Pedro a essas exigencias, para não exacerbar os animos, e para poder dirigir a marcha dos acontecimentos.

Para atear mais a exaltação dos animos no Rio de Janeiro, chegou de Lisboa a Lei de 24 de Abril de 1821, declarando todos os governos provinciaes independentes do do Rio de Janeiro, e só sujeitos aos tribunaes e governo de Lisboa.

A exaltação dos espiritos chegou ao auge com os dous decretos, ns. 124 e 125, com data de 29 de Setembro, supprimindo os Tribunaes do Rio de Janeiro, e ordenando ao Principe D. Pedro que fosse viajar na Europa afim de aprimorar a sua educação em França, Inglaterra e Hespanha, e determinando que dentro de 2 mezes se elegeisse uma Junta para governar o Rio de Janeiro, só recebendo leis de Lisboa como se dava nas outras provincias.

Não deixaram os independentes de se aproveitarem do grande auxilio, que a reprovação geral d'essas medidas lhes proporcionava: fizeram-se reuniões na rua da Ajuda

em casa do advogado Capitão-Mór José Joaquim da Rocha, para combinar-se nos meios de impedir a partida do Príncipe, e decidiu-se mandar emissarios a S. Paulo e a Minas para terem a cooperação das Juntas d'essas duas provincias, afim de que o Príncipe não partisse para a Europa. Para S. Paulo seguiu Pedro Dias Paes Leme, e para Minas foi Paulo Barboza da Silva. A Junta de S. Paulo, de que era vice-presidente José Bonifacio de Andrada e Silva, fez a sua representação n'esse sentido a 24 de Dezembro, sendo entregue ao Príncipe a 31 do mesmo mez.

O Senado da Camara de S. Paulo, de que era presidente José da Silva Carvalho, representou tambem a 31 de Dezembro no mesmo sentido, mas esta representação chegou dias depois de 9 de Janeiro seguinte.

E' facil conceber-se a impressão que semelhantes mensagens deviam produzir no animo de D. Pedro. Apesar de estar preparado, e de ter mesmo manifestado disposições favoraveis a ficar no Brazil, reluctou um pouco na resposta, que lhe cumpria dar a um tal pedido. Afinal tomou uma resolução, e proferiu as historicas palavras, que, pelo presidente do Senado da Camara, foram immediatamente transmittidas aos peticionarios: «*Como é para bem de todos, e felicidade geral da Nação, diga ao povo que fico*».

Calorosos applausos acompanharam tão benigna decisão, e improvisaram-se esplendidos festejos para solemnisal-a, porque effectivamente era um passo agigantado para a realisação da independencia do Brazil. O partido republicano, e o partido portuguez da recolonisação não podiam ver com bons olhos a soluçào, que aquella crise tivéra. Os republicanos eram pouco numerosos, e não tinham elementos de acção sufficientes; os partidarios da recolonisação, além de serem numerosos, avultavam tambem pelo apoio da Divisão Auxiliadora, composta de tropas portuguezas, á cuja frente achava-se o Tenente-General Jorge de Avilez, disposto a intervir nos acontecimentos.

As hostilidades não fizeram-se demorar. A divisào portugueza tomou posição no morro do Castello, onde asses-

tou peças de artilharia contra a cidade. O Príncipe, porém, auxiliado pelo povo, empregou medidas tão energicas, que o general Jorge de Avilez pediu para capitular e se retirou com a tropa para a Praia Grande, e dahi para Portugal. Compreendendo a gravidade excepcional da situação, o Príncipe chamou para o ministerio a José Bonifacio de Andrade e Silva, o homem de maior preparo scientifico que então havia no Brazil, e que fôra ao Rio levar a representação de S. Paulo. A fim de unir as provincias entre si e estabelecer relações dellas com o centro, o novo ministerio convocou um conselho de procuradores geraes de provincias, que se devia reunir no Rio, e dahi a poucos dias appareceu outro decreto ordenando que lei alguma vinda da metropole fosse obedecida no Brazil sem o «cumpra-se» do Príncipe regente.

D. Pedro foi a Minas serenar os espiritos e de volta ao Rio soube que o governo de Portugal notificára a seus agentes nos portos estrangeiros que se oppuzessem á remessa de armas e de munições bellicas para o Brazil. Para frustrar essa medida, José Bonifacio communicou aos consules estrangeiros no Rio que o governo do Brazil dispensava licença de autoridades portuguezas para os artigos bellicos e que estes seriam recebidos no Brazil independentemente das formalidades fiscaes, então existentes.

O senado da camara fluminense, de que era presidente J. Clemente Pereira, acclamou D. Pedro, a 13 de Maio, *defensor perpetuo do Brazil*. Pediram-lhe, então, a convocação de uma assembléia constituinte e elle, a principio hesitante, a decretou finalmente a 3 de Junho de 1822. Ao mesmo tempo levantava-se no Rio um emprestimo popular para auxiliar os intrepidados habia-nos na luta contra os portuguezes e aos preparativos de Portugal correspondeu d. Pedro com o decreto de 1.º de Agosto, declarando inimigas quaesquer tropas portuguezas enviadas ao Brazil. A 6 dirigiu um manifesto ás nações amigas, expondo-lhes a marcha dos acontecimentos e convidando-as a manter com o Brazil relações de commercio e amizade. Resolveram, por isso, as Côrtes

portuguezas usar de represalias e lavraram decretos sobre decretos, declarando nullos os actos de d. Pedro e intimando-o a retirar-se para a Europa dentro do prazo de um mez, sob pena de proceder-se contra elle na fórma das leis.

Para completar essas represalias, os portuguezes chegaram até a ameaçar os energicos deputados brazileiros que se batiam pela independencia de sua patria na Constituinte de Lisboa, forçando-os a retirarem-se para a Inglaterra. Tendo apparecido em S. Paulo graves divergencias, para ahi partiu o Principe e, depois de ter captado a confiança geral, seguiu para Santos, afim de observar alli as fortificações. De volta daquella cidade, ás 4 horas da tarde de 7 de Setembro de 1822, junto ao riacho Ypiranga, recebeu remettida do Rio por José Bonifacio, uma correspondencia, em que encontrou novos decretos das Côrtes, offensivas á sua dignidade. Depois de reflectir alguns momentos, arrancou do chapéo o laço portuguez, e proferiu o legendario brado—*Independencia ou morte*,—que, repercutindo em todos os corações brazileiros, firmou para sempre a nossa autonomia nacional.



PARTE II

A MONARCHIA

O reinado de D. Pedro I

1. ACCLAMAÇÃO E COROAÇÃO DO PRIMEIRO IMPERADOR DO BRAZIL. — GUERRA DA INDEPENDENCIA.

Proclamada a independencia, em S. Paulo, voltou D. Pedro ao Rio de Janeiro, sendo no dia 15 de Setembro, por voto unanime e no meio do mais fervoroso enthusiasmo, aclamado Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil, cerimonia que teve logar no dia 12 de Outubro, anniversario natalicio do Principe e tambem anniversario do descobrimento da America.

Seguiram-se da parte do Governo as medidas necessarias para regular as formulas officiaes do novo Imperio, e D. Pedro fez publicar uma proclamação aos portuguezes, em que lhes offerencia o prazo de quatro mezes para optarem entre a continuacão da amizade do Brazil, no caso de adherirem aos factos consumados, e a mais violenta guerra no caso de Portugal não fazer retirar as tropas, que ainda occupavam varios pontos do territorio brazileiro, e mandar novas forças invadir as Provincias do Imperio.

Entretanto approximava-se a época marcada para a coroação e sagração do 1.º Imperador do Brazil. Essas solemnidades tiveram logar a 1 de Dezembro de 1822,

com a mais extraordinaria pompa, e no mesmo dia appareceram dous decretos, um creando a *Imperial Ordem do Cruzeiro*, e outro instituindo a *Guarda de Honra*, corporação militar que devia ser de curta duração.

Não se descuidou o Governo de obter das demais nações o reconhecimento da sua independencia; para esse fim encarregou de missões diplomaticas a Felisberto Caldeira Brant Pontes (Marquez de Barbacena) perante o Gabinete Inglez, Antonio Telles da Silva (Marquez de Rezende) perante a Córte d'Austria, e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa (Visconde de Itabaiana) perante o Governo Francez.

Foram os ministros de D. Pedro I decretando outras providencias tendentes a augmentar as forças de mar e terra. Emquanto não chegava *Lord Cochrane*, que do Chile, onde estava, tinha sido convidado para commandar a esquadra imperial, foram por decreto de 30 de Dezembro concedidas cartas de corso a nacionaes e estrangeiros contra o Governo de Portugal.

Em relação ao exercito foram decretadas medidas a favor do perdão aos desertores, libertação de escravos para assentarem praça, e engajamento de um regimento de estrangeiros constante de tres batalhões com um estado maior.

Foi além disso o Governo estabelecendo providencias sobre portuguezes e suas propriedades no Brazil, e sobre brasileiros, que se achavam em Portugal, e mandou proceder nas provincias ás eleições de Deputados á Assembléa Geral Legislativa Constituinte.

No meio das difficuldades com que lutava o Governo do Brazil, uma das maiores era a completa expulsão das tropas portuguezas que ainda occupavam os Estados do Pará, Maranhão, Piahy, Bahia e Cisplatina.

Para auxiliar a causa nacional na Bahia, tinha partido do Rio de Janeiro uma esquadrilla commandada por De Lamare com alguns contingentes de tropa, sob as ordens do General Labatut, que ia tomar conta do commando em chefe das tropas brazileiras. Mais ou menos por essa época tambem o General Madeira, completa-

mente senhor da capital da Bahia, tinha recebido valiosos socorros trazidos de Lisboa, pelo chefe de divisão João Felix Pereira de Campos.

Tendo desembarcado nas Alagôas, foi Labatut por terra até á Bahia, levando comsigo a brigada de Pernambuco, e deixando completamente sujeito á autoridade de D. Pedro o Estado de Sergipe. Chegando á povoação da Feira de Sant'Anna no dia 28 de Outubro, estabeleceu o seu quartel-general no Engenho Novo, sendo logo reconhecida a sua autoridade pela Junta Governativa de Cachoeira. Mandou occupar alguns pontos estrategicos novos, que julgou convenientes e reforçar as posições dominantes do Coqueiro, Cabrito e Pirajá, antes já occupadas por brasileiros.

Reconheceu o General Madeira que ia ficar sujeito a um sitio regular, e tentou rompê-lo; mas não só foi mal succedido em todos os ataques, principalmente no dia 8 de Novembro contra Pirajá, como tambem viu-se obrigado a evacuar a ilha de Itaparica para concentrar suas forças na defesa da capital. Por seu turno quiz o General Labatut dar um assalto geral á linha inimiga, mas foi compellido a retirar-se para as suas posições anteriores, em que podia com segurança continuar com o cerco. Tentou d'ahi a pouco o General Madeira aposar-se novamente da Ilha de Itaparica, mas foi repellido pelos heroicos defensores da fortaleza de S. Lourenço em tres ataques successivos, 6, 7 e 8 de Janeiro de 1823. Seguiram-se alguns combates parciaes, como os da Conceição e de Itapoan, 15 de Fevereiro, repetidos a 3 de Maio, mas sem resultado definitivo.

Pouco depois recebeu o General Madeira o importante reforço de 2.500 homens; porém ainda assim o seu exercito era insufficiente para atacar com bom resultado as posições fortificadas dos brasileiros, animados por um patriotismo heroico. A falta de viveres frescos fazia-se sentir cada vez mais entre as forças portuguezas, estreitamente sitiadas por terra na capital, sem receberem mantimentos do interior; para aggravar-lhes as difficuldades tomavam vulto as desintelligencias entre Madeira e o chefe da esquadra portugueza Pereira de Campos,

e apparecia a esquadra brasileira em frente ás costas da Bahia (1.º de Maio).

Compunha-se a esquadra brasileira de 8 navios e era commandada por Lord Cochrane; a esquadra portugueza, muito superior em numero, pois constava de 13 navios, apresentou-se no dia 4 de Maio em linha de batalha fóra da barra. Mas Lord Cochrane evitou uma acção geral, limitando-se a combates parciaes contra algumas fragatas inimigas, e retirou-se sem ser perseguido para Itapoan, donde pouco depois saiu com a náu *Pedro I* e corveta *Maria da Gloria* para bloquear o porto da Bahia, e foi tratando de pôr-se em communicação com as forças brasileiras, que operavam por terra.

A Junta Governativa da Cachoeira nomeou para o commando em chefe ao commandante da brigada do centro, Coronel José Joaquim de Lima e Silva, que a 3 de Junho dirigiu um ataque geral contra toda a linha inimiga sem um resultado definitivo. — No entretanto as tropas portuguezas encuraladas dentro da capital, viam-se em apuros cada vez maiores, e sem esperanças de poderem melhorar de condição. Depois da decisão de um conselho de officiaes, reunido pelo general Madeira, resolveram abandonar a cidade e retirar-se para bordo da esquadra e dos navios mercantes surtos no porto, afim de seguirem para Portugal. No memoravel dia 2 de Julho de 1823 teve logar a retirada das forças do general Madeira. Nesse mesmo dia as tropas brasileiras occuparam a cidade que encontraram quasi deserta, pois grande numero de pessoas e de familias inteiras emigraram tambem nessa occasião com os batalhões portuguezes.

Lord Cochrane, depois de ter deixado sair barra fóra a esquadra e os transportes inimigos, mandou com toda a galhardia perseguil-os, conseguindo fazer prezas avultadas; nessa occasião distinguiu-se extraordinariamente o intrepido João Taylor, que, com a fragata *Nitheroy* do seu commando, foi capturando embarcações inimigas até á barra de Lisboa, na foz do proprio Tejo.

Num dos transportes apreçados (o *Grão Pará*) encontrou Cochrane papeis, que provavam que parte das tro-

pas retiradas da Bahia era destinada a ir desembarcar no Maranhão. Mandou immediatamente o almirante recolher á Bahia e Pernambuco as prezas feitas, e seguiu pessoalmente para o Maranhão na náu *Pedro I*. Chegando em frente á ilha de S. Luiz, arvorou a bandeira portugueza para illudir a guarnição do porto, apprehendeu o brigue de guerra *S. Miguel*, que lhe veiu á falla fóra da barra, intimidando o partido portuguez com a noticia da evacuação da cidade da Bahia pelas forças de Madeira, e com a declaração de que vinha com uma poderosa esquadra, da qual a náu era apenas um dos navios da vanguarda, conseguiu que a Junta Provisoria lhe fizesse entrega da praça. Foi immediatamente Cochrane aposando-se dos navios de guerra e mercantes portuguezes surtos no porto, e offereceu aos soldados e tripolações serviço debaixo da bandeira do Imperio, fazendo logo retirar para a Europa, em navios fretados, aquelles que não quizeram aceitar a offerta.

A pacificação do interior da provincia e a sua adhesão á causa nacional não se fez demorar, menos em alguns pontos, onde o partido portuguez se apoiava nas tropas do ex-governador do Piauhy, major João José da Cunha Fidié, que acoçoado pelas forças do Ceará ao mando de José Pereira Filgueiras, viera, da comarca da Parahyba, fortificára-se em Caxias, depois de batido em Itapicurú-merim por José Felix Pereira de Burgos. Algum tempo depois reconheceu o proprio Fidié que não podia prolongar a resistencia, e firmou uma capitulação (31 de Julho de 1823) com o Major Salvador Cardoso de Oliveira, e com o bravo João da Costa Alecrim, que commandavam os sitiantes, retirando-se depois para Portugal. A 1.º de Agosto entraram as forças independentes em Caxias.

Pouco depois de ter Cochrane chegado á ilha de São Luiz, fez seguir para o Pará o Capitão João Pascoe Greenfell com o brigue de guerra *S. Miguel*, afim de obter a pacificação d'essa provincia. Por um estratagemma igual ao do Almirante, conseguiu com facilidade o Capitão-tenente Greenfell que os principaes da cidade de Belém assignassem um termo pelo qual se entregavam á magnanimidade do Imperador, e abraçavam o partido nacional.

Greenfell fez então prender o General José Maria de Moura e os officiaes portuguezes de patente superior, e remetteu-os para Lisboa com as suas respectivas tropas em navios mercantes fretados. Estabeleceu-se em seguida uma Junta Provisoria, e nomearam-se autoridades novas que governassem a provincia.

Quando deram-se essas ultimas occurrencias no Pará já do Maranhão tinha partido lord Cochrane para o Rio de Janeiro, onde chegando recebeu o titulo de Marquez do Maranhão por causa dos seus serviços.

A noticia da completa sujeição do Norte de todo o Brazil ao regimen do Imperio produziu na Provincia Cisplatina o mais benefico effeito. D. Alvaro da Costa de Souza de Macedo, que á frente de 4,000 homens se entrincheirára em Montevidéo, resistindo por 17 mezes ao sitio posto pelo general Lecór (Visconde de Laguna) reconheceu inutil prolongar a sustentação do unico ponto, que no continente americano ainda obedecia ao governo portuguez, e capitulou a 18 de Novembro de 1823, embarcando para Lisboa com a sua *Divisão de Voluntarios Reaes*.

Retiravam-se assim as ultimas forças portuguezas do territorio brasileiro: a independencia nacional era um facto completamente realisado.

2. — ASSEMBLÉA CONSTITUINTE. — JURAMENTO DA CONSTITUIÇÃO. — REVOLUÇÃO DE PERNAMBUCO EM 1824, ETC...

Emquanto a Bahia debatia-se na luta pela independencia, procedia-se nas provincias do Imperio ás eleições para deputados á Assembléa Geral Legislativa Constituinte, convocada por Decreto de 3 de Junho de 1822, sendo o processo eleitoral feito pelas instrucções de 19 de Junho do mesmo anno.

Apezar de ter o Governo obtido maioria nessas eleições, a opposição alcançou fazer-se brilhantemente representar por homens de grande merecimento e influencia.

Reunida a primeira sessão preparatoria a 17 de Abril de 1823, sob a presidencia do bispo D. José Joaquim Coutinho da Silva, teve logar no dia 3 de Maio seguinte a solemnidade da abertura pelo proprio Imperador, que recitou a *fala do throno*.

A influencia dos Andradas fazia-se merecidamente sentir entre os membros, que compunham aquella Assembléa, sobresaindo como gigante da tribuna parlamentar Antonio Carlos, que tão imponente figura tinha feito perante as Côrtes portuguezas como Deputado por S. Paulo. Entretanto aggravaram-se as divergencias, que havia entre D. Pedro I e os Andradas, seguindo se a demissão pedida por José Bonifacio e Martim Francisco, que foram substituidos nas suas respectivas pastas por José Joaquim Carneiro de Campos, e Manuel Jacintho Nogueira da Gama.

Manifestaram-se immediatamente os Andradas em opposição, não só na Camara, como tambem na imprensa, apparecendo os Jornaes *O Tamoyo* e a *Sentinella*, para os quaes, além dos tres irmãos paulistas, escreviam as primorosas pennas de Antonio de Menezes Vasconcellos Drumond, Antonio José de Paiva Guedes, e Frei Francisco de Sampaio.—D'ahi a pouco Antonio Carlos, como relator da commissão para a apresentação da Constituição, offereceu o projecto d'essa lei organica. O projecto era ultraliberal, e inaceitavel por D. Pedro, a menos que não quizessem obrigar-o a resignar a autoridade suprema.

Foram apparecendo na *Sentinella* e no *Tamoyo* artigos contra D. Pedro I, e contra os portuguezes brazileiros adoptivos, principalmente contra os officiaes de artilharia que se achavam ao serviço do Brazil. A Assembléa, mal avisadamente, foi tomando conhecimento de assumptos improprios, havendo tão amotinadas manifestações das galerias, que o Presidente viu-se obrigado a suspender a sessão.

Emquanto estas scenas se davam na Assembléa, os officiaes dos corpos militares levavam uma representação

ao Imperador contra os excessos da imprensa influenciada por José Bonifacio, Martim Francisco e Antonio Carlos, e pediam nada menos de que a expulsão dos tres Andradas do seio da Constituinte. O Ministerio, a quem o Imperador se dirigiu, declarou-se impotente perante as circumstancias, e immediatamante foi substituído pelo seguinte :

Imperio e Estrangeiros, Francisco Villela Barbosa (Marquez de Paranaguá).

Justiça, Clemente Ferreira França (Marquez de Nazareth).

Fazenda, Sebastião Luiz Tinoco da Silva.

Guerra, José de Oliveira Barbosa (Visconde do Rio Comprido), e na

Marinha, continuou Luiz da Cunha Moreira (Visconde do Cabo Frio).

Ao passo que se effectuava essa mudança ministerial, D. Pedro foi mandando reunir as tropas em São Christovam, não só para evitar conflictos intempestivos, como tambem para tel-as á mão em qualquer emergencia. A Assembléa, sciente do occorrido, declarou-se em *Sessão Permanente*. Mas, poucos momentos depois, chegou o General Moraes, e entregou ao Presidente do Senado o Decreto de 12 de Novembro de 1823, pelo qual era dissolvida a Assembléa Geral Legislativa Constituinte. Obedecida a ordem da dissolução, foram em acto continuo presos diversos deputados, seis dos quaes foram deportados, a saber: os tres irmãos Andradas, José Joaquim da Rocha, Pedro Belchior Pinheiro de Oliveira, e Francisco Gê Acayaba de Montezuma.

Dissolvida a Constituinte, tratou o Imperador de dar um Codigo Politico ao Brazil, visto como o projecto apresentado pela commissão da Assembléa não tinha podido entrar em discussão e ser approvedo. Encarregou a uma commissão, composta de 10 membros, da redacção d'essa lei organica, e tanto a peito foi tomado semelhante encargo, que esse trabalho foi em breve apresentado ao povo por intermedio das Camaras Municipaes, que o approvaram, sendo a 25 de Março de 1824 jurada

no Rio de Janeiro a Constituição Política do Imperio pelo Imperador, Imperatriz, Ministerio, Bispo, Camara Municipal, e demais funcionarios publicos. Nas Provincias foi d'ahi a pouco tambem aceita e jurada.

* * *

As idéas republicanas, que grassavam em Pernambuco, desde 1817, foram despertadas por escriptos incendiarios de Cypriano José Barata de Almeida.—Manuel de Carvalho Paes de Andrade, eleito Presidente de uma Junta Governativa, não sómente recusou-se a reconhecer a autoridade de Francisco Paes Barreto, Presidente nomeado pelo Governo Imperial, como proclamou a *Confederação do Equador* (2 de Julho de 1824) para a qual convidou os actuaes Estados do Rio Grande do Norte, Parahyba e Ceará, onde encontrou alguns partidarios. O Presidente Paes Barreto uniu-se ás forças dos Majores Bento José Lamenha Lins e Antonio Corrêa Seara, encetando na *Barra Grande* as operações militares contra os rebeldes sem haver a principio resultado notavel.

Nesse interim tinha sido mandada uma esquadilha ás ordens de Cochrane, com reforços sob o commando do Coronel Francisco de Lima e Silva, para supplantar a revolta. Tendo desembarcado em Maceió, Lima e Silva marchou com as suas forças para Pernambuco, conseguiu fazer junção com as do Presidente Barreto, e a 12 de Setembro poudo entrar no Recife. Houve no dia immediato um combate renhido, sendo a cidade de Olinda definitivamente occupada pelo Coronel Lima e Silva a 17 de Setembro, depois de ter-se posto em communicação com a divisão naval de Jewett. A fuga precipitada de Paes de Andrade para bordo da fragata ingleza *Tweed*, onde tinha ido refugiar-se depois da entrada das forças legaes no Recife e as derrotas subsequentes no *Couro d'Anta*, *Agreste*, e *Engenho do Juiz*, fizeram comprehender aos republicanos que não podiam continuar com a luta, e entregaram-se ao Commandante das tropas do Governo.

Batida assim a revolta em Pernambuco, com mais facilidade ainda o foi nos outros tres Estados do norte. No Ceará o proprio José Felix de Azevedo e Sá, chefe interino dos republicanos na ausencia de Tristão de Alencar Araripe, foi o primeiro a ouvir os conselhos de Cochrane, que ahi apparecêra (indo da Bahia), e proclamar a contra-revolução, fazendo arvorar a bandeira imperial na capital a 18 de Outubro. O resto da Provincia foi promptamente abraçando a causa do Imperio, sendo José Pereira Filgueiras o ultimo a fazel-o em Icó.

Jugulada a revolução, installaram-se processos contra os rebeldes, e como o Governo julgasse que a morosidade das formalidades dos tribunaes ordinarios não correspondia á urgente necessidade de castigar os rebeldes, mandou estabelecer em Pernambuco, e no Ceará, *Commissões Militares*, que deviam julgar *breve, verbal e summarissimamente* os chefes e cabeças da rebellião.

Dos processados pelos Tribunaes ordinarios e pelas Commissões Militares foram 17 executados. E, muito maior teria sido o numero das victimas, si a nomeação dos Presidentes das Commissões Militares de Pernambuco e do Ceará, não tivesse recaido em dous homens assisados e prudentes, o *Coronel Francisco de Lima e Silva* e o *Tenente-Coronel Conrado Jacob de Niemeyer*, que trataram de minorar o mais possivel as rigorosas disposições do Governo.

Embora tardio, o perdão imperial appareceu como salvação para muitos, que ainda puderam regressar para os seus lares. No numero dos perdoados contou-se o proprio Manuel de Carvalho Paes de Andrade, que, mais tarde, voltou para Pernambuco, onde em 1831 foi eleito Senador do Imperio.

* * *

A Provincia Cisplatina conservava para com o Brazil as animosidades de vencidos contra vencedores, e o antagonismo tradicional da raça castelhana contra a portuguezia. Contando com a protecção das Provincias Unidas do Prata, e sabendo ser occasião opportuna para um

pronunciamento, João Antonio Lavalleja aos 19 de Abril de 1825 saltou no Porto das Vaccas com 32 aventureiros, aos quaes immediatamente juntaram-se cem orientaes separatistas, que estavam de espera, e chegou á villa Florida com uma força, que em tres dias elevou-se a 600 homens.

Em breve reuniu-se-lhe Fructuoso Rivera com dous batalhões de orientaes, que tinham podido lograr a credula vigilancia do Visconde da Laguna, e escaparam-se de Montevidéo. A 14 de Junho proclamaram os separatistas um governo provisório, e por meio de uma Camara, que improvisaram, decretaram a annullação da incorporação da Banda Oriental ao Brazil. O governo civil foi confiado a Manuel Calleros, e a direcção das operações bellicas a Lavalleja. Um Congresso, reunido a 20 de Agosto, deu incremento notavel aos separatistas, que proclamaram a independencia sob o protectorado das Provincias Unidas do Prata.

O Governo de Buenos-Ayres soube por meio de subterfugios illaquear a boa fé do Almirante Rodrigo José Ferreira Lobo, que com uma força naval respeitavel tinha ido pedir-lhe explicações da sua attitude, e foi sob fallazes pretextos approximando suas forças das fronteiras, com o fim real de proteger aos Orientaes.

Mudando a sua base de operações para Durazno, teve em pouco Lavalleja occasião de encetar as hostilidades contra os brasileiros, sendo o 1.º encontro em *Mercedes*, na margem do Rio Negro, favoravel aos Orientaes, visto como Rivera *com 600 homens* destroçou uma partida de *250 homens* do coronel Jardim.

Entretanto o Visconde da Laguna conserva-se inactivo em Montevidéo, pretextando insufficiencia de forças para manobrar, e esperando que o Governo Imperial realizasse um plano de campanha igual ao de 1817, fazendo descer um corpo de exercito do Rio Grande para envolver os rebeldes entre dous fogos. Na mesma inacção, porém, não quiz ficar o temerario Bento Manuel, e com uma força de cerca de *1.000 homens só de cavallaria*, foi atacar a Lavalleja, que proximo ao arroyo de *Sarandy*, achava-se em posição dominante com uma co-

lumna de 3.000 homens das tres armas. O resultado não se fez esperar, e a derrota foi o castigo da temeridade de Bento Manuel Ribeiro, que pensava ter de bater-se em Sarandy sómente com Lavalleja, emquanto que esbarrou-se tambem com as forças de Fructuoso Rivera, que se lhe tinha reunido.

Mais gagentos com essa victoria do que os proprios Orientaes, os Argentinos declararam a Cisplatina incorporada ás Provincias Unidas do Prata, e nesse sentido o Governo de Buenos-Ayres dirigiu ao do Brazil uma comunicação com data de 24 de Novembro. Em tal caso era inevitavel a guerra.

O mais breve que poude, o Governo do Brazil mandou reforçar a esquadra de Montevideo, emquanto se aprestavam os contingentes que deviam seguir para o Visconde da Laguna. Procedeu então o Almirante Lobo ao bloqueio dos portos do Rio da Prata, no que não foi muito bem succedido, já pelo grande calado da maior parte das embarcações, que não eram as mais proprias para aquellas paragens, já pelos temporaes que ahi são de extrema violencia. Nessa conjunctura a Republica das Provincias Unidas confiou a presidencia do seu Governo a *Bernardim Rivadavia*, e o commando das operações navaes ao official inglez *Jorge Guilherme Brown*. Improvisou Brown uma flotilha de navios maneiros e velozes, com que inquietou constantemente a esquadra de Rodrigo Lobo.

A praça da Colonia do Sacramento era uma posição bastante estrategica e cobiçada para deixar de attrair as hostilidades dos Republicanos do Prata. Contra ella, pois, dirigiram dous ataques, um commandado por Lavalleja, e outro por D. Manuel Oribe; mas em ambos foram repellidos pelas forças do valente Governador General Manuel Jorge Rodrigues. D'ahi a pouco ainda o inimigo quiz renovar os seus ataques mas uma divisão da esquadra imperial, commandado por *Frederico Mariath*, obstou-lhe completamente os planos.

Já por esses tempos o Governo Brasileiro, descontente com o procedimento inactivo de Rodrigo Lobo, mandára substitui-lo pelo Vice-Almirante Rodrigo Pinto Guedes.

Tinha o novo commandante em chefe dado outra direcção ás operações navaes, e, em pouco tempo com a divisão com que bloqueava Buenos-Ayres, inflingiu a mais estrondosa derrota á esquadra de Brown. Taes foram os prejuizos que Brown soffreu, que ficou sem navios para continuar nas suas arrojadas emprezas. Mas Rivadavia, enquanto não chegavam as embarcações que mandára comprar no Chile, foi dando carta de corso contra o commercio brasileiro.

Nesse entretanto as tropas do Visconde da Laguna continuavam na maior inacção, a não ser um ou outro combate pequeno na fronteira, como o da Barra de *Tóro Passo*, ao pé do rio Guarahim, em que o Coronel José Antonio Martins derrotou uma partida de Orientaes, matando-lhes 120 homens. Pronunciando-se abertamente a opinião publica contra o procedimento do Visconde da Laguna, D. Pedro I partiu para o sul, afim de activar as operações bellicas. Mal tinha elle chegado ao Estado do Rio-Grande, quando recebeu a noticia do fallecimento de sua esposa, e viu-se obrigado a retirar-se novamente para a capital do Rio de Janeiro. Antes de partir mandou nomear para Commandante em Chefe do exercito o Marquez de Barbacena em substituição ao Visconde da Laguna. Nunca houve nomeação mais infeliz.

Depois de escaramuças insignificantes deu-se a acção importante entre o *Passo do Rosario* e *Ituxaingo*, para onde Carlos de Alvear por meio de retiradas simuladas tinha attraído o Marquez. Derrotadas as avançadas brasileiras commandadas pelo Barão do Serro Largo, que morreu combatendo, entraram em batalha a columna da direita ao mando do General Callado e a da esquerda ás ordens do General Sebastião Barreto, tendo-se o Marquez privado de uma divisão de cavallaria de 1.200 homens, que anteriormente mandára com Bento Manuel para o *Passo do Rosario*. As forças de Alvear constavam de 10.557 homens e 24 peças de artilharia; as de Barbacena eram 5.007 homens apenas com 10 peças de campanha.

Depois de um porfiado batalhar durante 6 horas, (a batalha toda durou 11 horas) tendo a columna da es-

querda soffrido bastantes prejuizos, compensados pelas vantagens obtidas pela columna da direita, ficou o Marquez contrariadissimo pelo fogo que Lavalleja mandára atacar na macéga do campo, e não vendo chegar em seu reforço a divisão de Bento Manuel, ordenou terminantemente que cessasse o combate, contra a opinião do Marechal Gustavo Brown.

Em boa ordem foram as forças brasileiras effectuando a sua retirada para o Passo de *Cassihy sem serem perseguidas, nem ao menos embaraçadas* por Alvear, que se retirou tambem para as suas posições anteriores, *sem ter ficado occupando o campo do combate*. Apesar de terem sido muito exageradas as avaliações dos prejuizos que os belligerantes soffreram, parece mais verosimil a opinião dos que dizem que as perdas dos Orientaes foram de 250 homens fóra de combate, como consta de documentos officiaes de Alvear, emquanto os brasileiros tiveram 242 mortos, feridos, e extraviados, como deprehende-se dos mappas das forças de Barbacena.

Entretanto essa batalha foi de consequencias importantes para a decisão da guerra. Obrigou o exercito brasileiro a retirar-se para o Rio Grande do Sul, e a conservar-se dahi em diante na defensiva, ao passo que excitava nas Provincias Unidas do Prata o maior enthusiasmo. O Governo, porém, de Buenos-Ayres, comprehendeu melhor do que as massas populares essa assignalada victoria de Ituzaingo, mandando a demissão de Carlos de Alvear, e a sua substituição pelo General Dorrego. Tambem D. Pedro, e com mais razão, mandou demittir a Barbacena, e substituil-o pelo Visconde da Laguna.

Emquanto se davam esses acontecimentos, as forças navaes do Imperio soffriam graves revézes. Uma divisão da esquadra, ás ordens de Jacintho Roque de Senna Pereira, constando de 19 navios, em frente á ilha de Martim Garcia caiu prisioneira do audaz Almirante Brown, que lhe queimou 5 embarcações, escapando apenas 3 navios de serem tomados.

Além d'este terrivel revéz, uma divisão destinada á Patagonia, e confiada ao Capitão *Shepperd*, foi victima

do maior descalabro. Para compensar essas derrotas e desastres, apenas houve a victoria do Capitão *Norton*, commandante da divisão naval brazileira do centro nas aguas do Prata contra a esquadra de Brown.

Apezar das victorias obtidas pelos Republicanos do Prata, o Governo de Buenos-Ayres dirigiu ao do Brazil o seu proprio Ministro das Relações Exteriores, D. Manoel José Garcia, para tratar da paz. — Não sendo ratificada a Convenção Preliminar de 24 de Maio de 1827, só a 27 de Agosto de 1828 foi concluido o Tratado Preliminar, effectuado pelos Commissarios Generaes Balcarce e Guido no Rio de Janeiro, sob a mediação da Inglaterra, reconhecendo-se a independencia da Banda Oriental.

Em conformidade das disposições do tratado, foi a praça de Montevidéo evacuada pelo General Francisco José de Souza Soares de Andréa, a 24 de Abril de 1829.

3. TRATADOS DE COMMERCIO. — MEDIDAS LEGISLATIVAS. — REVOLTAS DE TROPAS ESTRANGEIRAS. — ETC. . .

Tornando-se livre e independente, o Brazil tinha de proceder a tratados que regulassem as suas relações commerciaes com as outras nações. Foram, pois, celebrados tratados com a França, Austria, Prussia, Inglaterra, Lubeck, Bremen e Hamburgo, Dinamarca, Estados-Unidos Norte Americanos, Hollanda e Sardenha.

Era tambem preciso determinar-se qual a Legislação que devia vigorar no novo Imperio. Assim, pois, a Lei de 20 de Outubro de 1823 estatuiu que continuassem em vigor as mesmas Leis de Portugal, que regiam o Brazil até 25 de Abril de 1821, e algumas ultteriores publicadas pelo Imperador e pela Constituinte. Leis, posteriormente feitas, modificaram felizmente as disposições do *Codigo Filippino* e outras quejandas, e o apparecimento do *Codigo Criminal* (16 de Dezembro de 1830), veiu satisfazer uma necessidade palpitante do Brazil.

Para livrar os povos da necessidade de recorrerem á Universidade de Coimbra, a Carta de Lei de 11 de Agosto de 1827 mandou crear dous cursos de Sciencias Juridicas e Sociaes, sendo um em Olinda e outro em S. Paulo. O de S. Paulo foi inaugurado a 1.º de Março de 1828, e o de Olinda a 15 de Maio do mesmo anno. Pouco depois appareceu a lei de 15 de Outubro de 1827, mandando estabelecer escolas publicas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. Apezar d'essa medida, o Governo pouco fez a favor da instrucção primaria e secundaria.

* * *

Tinha o Governo do Brazil mandado engajar alguma tropa estrangeira. Achavam-se na Côrte tres desses corpos, sendo um batalhão de irlandezes no quartel do campo da Acclamação, um de allemães em S. Christovam, e outro tambem de allemães na Praia Vermelha. O batalhão de allemães de S. Christovam (2.º de Granadeiros) insubordinou-se na occasião em que se castigava um soldado (11 de Junho de 1828), sendo imitado pelo batalhão de irlandezes (3.º de Granadeiros) engajados pelo coronel Cotter, e pelo da Praia Vermelha (28.º de Caçadores). Entre os excessos praticados, os allemães da Praia Vermelha assassinaram ao major Benedicto Theola, a quem accusavam de lhes roubar o soldo.

O ministro da guerra, Bento Barroso Pereira, viu-se em serios embaraços para jugular esse motim militar. que por mais de 48 horas (sobretudo a 10 e 11 de Junho de 1828) trouxe alarmada a população da Côrte. Afinal as forças milicianas, o corpo de artilharia, e o de policia, assim como o proprio povo puderam bater os sediciosos, que na madrugada do dia 12 entregaram-se á discrição, depois de terem perdido para mais de 100 mortos.

O soldado Steinhausen, julgado principal cabeça do motim, foi arcabuzado, e os tres batalhões foram dissolvidos, sendo 1.400 irlandezes remettidos para a Irlanda e Canadá por intermedio da legação ingleza, 600 alle-

mães para o Rio Grande do Sul, como colonos, e 300 irlandezes para Taperoá na comarca dos Ilhéos. O ministro da guerra foi demittido por D. Pedro, por ter deixado chegarem as cousas áquelle ponto, e Pedro de Araujo Lima, Miguel Calmon e Teixeira de Gouveia retiraram-se do ministerio maguados pela demissão dada como castigo ao seu collega.

Tinha apenas terminado o conflicto da insubordinação de tropas estrangeiras, quando o Brazil teve de soffrer uma exigencia da França imposta de maneira descomunal. Não tendo sido attendidas algumas representações sobre o aprezamento de navios francezes pelo bloqueio do Rio da Prata, o contra-almirante Roussin entrou (6 de Julho de 1828) com uma náu e duas fragatas, no porto do Rio de Janeiro, e, de morrões accesos, exigiu a entrega dos navios francezes aprezados, e o pagamento por indemnisação de perdas e danos. Satisfeito logo quanto ao primeiro ponto, combinou-se que até o fim de 1829 se liquidariam as indemnisações pedidas pelos subditos francezes.

No principio de 1829 deram-se alguns tumultos populares em Pernambuco, chegando os sediciosos a arrombar a cadêa, a soltar os presos, e a apoderarem-se do armamento que se achava em um quartel. Reprimida a sedição foram nessa provincia suspensas as garantias constitucionaes por Decreto de 27 de Fevereiro de 1829, e os sediciosos julgados por uma commissão militar, meio de que tanto o Governo abusava naquelle tempo, em vez de recorrer aos tribunaes ordinarios. Só a 27 de Abril do mesmo anno foi que se mandou cessar o effeito do Decreto de 27 de Fevereiro.

Na Bahia tambem por essa época deram-se alguns motins, sendo o presidente Visconde de Camamu assassinado.

* * *

As relações de D. Pedro I com as Assembléas Legislativas tinham sido sempre eivadas de desconfianças e prevenções taes, que foram degenerando em animosi-

dades, cuja effervescencia devia necessariamente ser fatal ao Imperador, ou á Nação. As Assembléas Legislativas, que se seguiram á Constituinte, pareciam ter recebido d'esta o diapasão para afinarem a sua attitude para com a Corôa. Não eram Camaras servis. Eram representantes eleitos pelos comicios populares de uma Nação, a qual tendo quebrado, havia pouco, os grilhões da dependencia, no seu enthusiasmo pela liberdade propendia para implantar o regimen da democracia na mais alta escala.

Esses representantes que não tinham o tirocinio pratico do systema parlamentar, abusavam em muitos casos dos seus direitos de legisladores, e invadiam os ramos administrativo e executivo, que não lhes pertenciam; mas tambem D. Pedro I, nascido e educado no absolutismo, com todas as tendencias para prescindir das formulas constitucionaes, apesar da Constituição por elle outorgada e jurada por todos em 25 de Março de 1824, não claudicava menos na sua maneira de proceder.

No revolto mar de difficuldades que o assoberbavam, o Imperador abriu em 1830 a Sessão Legislativa, em que a Camara dos Deputados, dominada pelas idéas exaltadas dos partidos, achava-se disposta a pôr um paradeiro aos abusos do poder, que já tanto se tinham feito sentir. Para sustentar o enthusiasmo dos liberaes chegaram as noticias da Revolução de Julho em Pariz, que tinha feito baquear o throno de Carlos X; a exaltação dos animos propagou-se rapidamente em diversas Provincias, e a opinião publica aguilhoava as hostilidades da Camara dos Deputados, que já tinha recorrido ao expediente da fusão com a do Senado, de accordo com a doutrina constitucional. Na sessão do encerramento a 30 de Novembro havia a calma precursora dos grandes temporaes.

A declaração terminante feita por um chefe do prestigio de Bernardo Pereira de Vasconcellos, de que o Ministro do Imperio, José Antonio da Silva Maia, não seria reeleito para a nova Camara, devia ser tomada por D. Pedro como um panno de amostrá de ainda maiores desenganos. Ora, a provincia de Minas, com o seu libe-

ralismo tradicional, estava tornando-se o fóco donde parecia irradiar a principal força de hostilidades contra o Governo; ahí grassavam a olhos vistos as idéas republicanas de federação de provincias. O Imperador, julgando poder fazer serenar os animos com a sua presença, partiu para essa provincia, com a Imperatriz e uma grande comitiva.

Friamente acolhido pelas povoações por onde passava; infeliz na sua proclamação de 22 de Fevereiro de 1831; desenganado sobre a reeleição do seu Ministro do Imperio, derrotado na votação eleitoral; desilludido pela marcha que a exaltação das idéas apresentava, triste e apprehensivo regressou D. Pedro para o Rio de Janeiro, onde o aguardavam acontecimentos da mais transcendente monta.

Chegando o Imperador ao paço de S. Christovam, a 11 de Março, muitos cidadãos portuguezes e brazileiros adoptivos apromptaram festejos estrepitosos para solemnizar nos dias seguintes a vinda de D. Pedro, ao passo que os nacionaes conservavam-se silenciosos. Na primeira noite as luminarias e festejos foram apenas interrompidos por questões vocaes entre nacionaes e portuguezes; mas na noite de 12 para 13 de Março (*das garrafadas*) houve conflicto provocado pelos portuguezes das ruas da Quitanda, Rosario, Hospicio e outras, munidos de fundos de garrafas e diversos projectis contra os naturaes do paiz. A 14 os portuguezes apedrejaram as casas de varios brazileiros notaveis, taes como a de Evaristo Ferreira da Veiga, e praticaram além d'isso outros disturbios.

Depois dessas scenas tumultuosas, houve uma representação ao Governo contra o procedimento revoltante e impune dos portuguezes, pedindo uma desaffronta para os brios nacionaes. O Governo não tomou as providencias que o caso exigia. Foi de uma fraqueza inconcebivel, além de já ter bastantes culpas em ter tolerado que se dessem as scenas da noite *das garrafadas*, depois dos preludios que tinham havido. A 20 de Março appareceu a modificação ministerial já resolvida pelo Imperador a 18, julgando melhor confiar as pastas a brazileiros

natos e de prestigio, afim do dominarem as circumstancias.

No entretanto o novo ministerio não sómente não satisfazia ao partido liberal exaltado, que estava em effervescencia, como tambem não tinha a energia bastante para conter a marcha da revolução, que rapidamente progredia.

As disposições timidas do Governo fizeram apenas azedar os animos dos exaltados, que foram desenrolando a propaganda da *federação*.

No entretanto D. Pedro I, homem de resoluções promptas, e que tinha começado a sua vida politica no meio de motins populares, nada fez para parar o carro da revolução; pelo contrario, comprometteu ainda mais a sua causa demittindo o ministerio, que na realidade era fraco, e substituindo-o por um outro completamente da *facção aulica*, sem ao menos um unico deputado.

Semelhante mudança ministerial foi no dia 6 recebida pela população brazileira com os mais vivos signaes de desapprovação. Immediatamente foram reunindo-se ondas de povo no Campo da Acclamação. Depois de uma hora da tarde cerca de 2.000 pessoas achavam-se agglomeradas. Tribunos populares excitavam as massas a manterem as suas exigencias sobre a demissão do ministerio, e invectivavam o poder pessoal do Imperador. Uma deputação composta de 3 Juizes de Paz (das freguezias de Sant'Anna, S. José e Sacramento) foi levar uma representação verbal ao Imperador *pedindo* a demissão do ministerio de 5 de Abril e a reintegração do anterior. D. Pedro, depois de algumas phrases em resposta *mantendo o seu direito constitucional de escolher livremente os seus ministros*, terminou declarando que *estava prompto a fazer tudo para o povo, nada porém pelo povo*.

Essa resposta, transmittida ás ondas do povo, que se achava no Campo da Acclamação, exacerbou ainda mais os animos. O commandante das armas, brigadeiro Francisco de Lima e Silva, instado para ir a S. Christovam conseguir a demissão do ministerio, não foi bem succedido na sua commissão, e quando regressou ao Campo da Acclamação encontrou já ahi o 1.º batalhão de infan-

taria de linha, e o 2.º corpo de artilharia acompanhando as manifestações populares. Em breve vieram também o 1.º batalhão de granadeiros, o proprio batalhão do Imperador, ou *Guarda de Honra*, commandada pelo coronel Manuel da Fonseca Lima e Silva, o batalhão de artilharia de marinha, e varios outros contingentes militares.

Era uma verdadeira revolução do povo e da tropa. O general Francisco de Lima e Silva, compulsando a gravidade da occasião, despachou o major Miguel de Frias e Vasconcellos afim de ponderar ao Imperador que convinha annuir aos desejos do povo e da tropa, demittindo o ministerio, e nomeando o anterior, ou um outro qualquer, mas composto de liberaes.

Depois de reflexionar um pouco, tentou D. Pedro I ainda nomear um novo Gabinete organizado pelo senador Vergueiro, e para esse fim mandou procural-o. Não sendo o senador Vergueiro encontrado, D. Pedro, *por si, e sem ouvir conselhos de ninguem*, tomou uma resolução extrema. Depois de conferenciar com os ministros da Inglaterra e da França, sobre os meios que lhe podiam fornecer para retirar-se do Brazil, entregou ás duas horas da madrugada um papel ao Major Miguel de Frias, dizendo-lhe: «*Aqui tem a minha abdicação. Estimarei que sejam felizes. Eu retiro-me para a Europa, e deixo um paiz que sempre amei, e que amo ainda.*»

A abdicação era assim concebida: «*Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa de meu muito amado e prezado filho, o Sr. D. Pedro de Alcantara. — Boa Vista, 7 de Abril de 1831.*»

Annuio depois d'isso D. Pedro á demissão pedida pelo Ministerio, menos á do Marquez de Inhambupe para, como ministro do Imperio, entregar a administração a quem de direito, e ao romper do dia retirou-se para bordo da náu ingleza *Warspite*.

Profunda e inesperada sensação causára a abdicação de D. Pedro I, lida ás 4 1/2 horas da manhã do dia 7 de Abril de 1831 no Campo da Acclamação. Os revolucionarios obtinham mais do que tinham peído: em

vez da demissão do Ministerio, dava D. Pedro a sua propria demissão *abdicando* e esperando que o paiz, satisfeito com essa prova de magnanimidade da sua parte, amparasse a infancia do seu filho, e lhe fosse fiel.

Para tutor de seus filhos, que deixava no Brazil, nomeou D. Pedro I ao venerando José Bonifacio de Andrada e Silva.

D. Pedro I, a Imperatriz e o Duque de Leuchtemberg seguiram no dia 13 para a Europa á bordo da fragata ingleza «*Volage*»; e D. Maria II com o Duque e Duqueza de Loulé foram para o mesmo destino no navio de guerra francez «*La Seine*».

O reinado de D. Pedro II

a) A MENORIDADE

4. — REGENCIAS PROVISORIA, E PERMANENTE TRINA.

A demagogia, realisada a abdicação de D. Pedro I, apromptava-se para tomar conta da situação, quando felizmente 26 Senadores e 36 Deputados reuniram-se no Paço do Senado, e salvaram o Brazil da anarchia, que ameaçava arrastal-o á mais completa subversão. Procederam immediatamente á eleição de uma regencia interina, que tomasse conta das redeas do Governo, restabelecesse a ordem e a tranquillidade publica. Ficou a Regencia composta do *Marquez de Caravellas*, do brigadeiro *Francisco de Lima e Silva*, e de *Nicoláu Pereira de Campos Vergueiro*.

Logo no dia 8 a Regencia publicou uma proclamação ao povo, aconselhando moderação e socego, e restabeleceu o Ministerio anterior ao do dia 5 de Abril. A muito custo poudo o Governo ir contendo os animos exaltados do povo, e principalmente da tropa, avesada á insubordinação.

As mesmas causas que tinham produzido a revolução de 7 de Abril no Rio de Janeiro, actuavam tambem em diversas provincias, occasionando sublevações.

Na Bahia, por motivo da prisão de 2 officiaes, houve um tumulto do povo e da tropa reunidos no campo e fortaleza do Barbalho, obtendo do presidente Luiz Paulo de Araujo Bastos a demissão do Commandante das Armas, Marechal João Chrisostomo Callado, e mais algumas concessões. Nove dias depois, sob pretexto de vingarem a morte do brasileiro Victor Pinto de Castro, bandos sediciosos foram commettendo aturada carnificina na população portugueza da cidade, arrombando e saqueando lojas e armazens. A muito custo ponde a ordem ser restabelecida pelo Dr. Barata de Almeida, e pelo commandante interino das armas, Visconde de Pirajá.

Na provincia de *Minas Geraes* houve tambem disturbios no Serro; mas não apresentaram a mesma gravidade que em *Pernambuco*, onde as tropas depuzeram o commandante das armas, coronel Lamenha, e foram conservando-se nas mais desordeiras disposições, cujos effeitos em breve fizeram-se sentir.

Devendo proceder-se á eleição da Regencia Trina Permanente pela Assembléa Geral Legislativa, achando-se presentes 35 senadores e 88 deputados, teve lugar a votação, que deu o seguinte resultado: Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, 81 votos; José da Costa Carvalho (Marquez de Monte Alegre), 75; João Braulio Muniz, 65; Francisco Carneiro de Campos, 56; Pedro de Araujo Lima (Marquez de Olinda), 34; Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, 27; e outros menos votados. Foram, portanto, proclamados Regentes do Imperio os 3 primeiros e tomaram posse dos seus elevados cargos.

Tiveram logo os Regentes de lutar no Rio de Janeiro com a insubordinação militar. Nos dias 14 e 15 de Julho declararam-se fortes sedições militares e do povo que foram abafados pelo energico ministro da Justiça, Diogo Antonio Feijó, sendo depois castigados e dissolvidos alguns corpos amotinados, e outros remettidos para as provincias do norte.

Poucos dias depois creou o Governo a Guarda Nacional, e conservou da tropa de linha, na Côte, apenas o corpo de artilharia de marinha; ainda assim esse batalhão sublevou-se no dia 7 de Outubro, na ilha das Cobras.

Immediatamente o Ministro da Justiça encarregou ao general José Maria Pinto Peixoto de tomar conta da força publica (Guarda Nacional e Municipal), e jugular a revolta. Castigados convenientemente os principaes sediciosos, foi dissolvido o corpo de artilharia de marinha e o Governo foi olhando mais attentamente para as forças de mar, nas quaes a insubordinação ia lavrando como no exercito.

Emquanto na capital do Imperio davam-se essas scenas de sedição militar, em diversas provincias as rebeliões reproduziam-se mais ou menos do mesmo modo, com a differença que em algumas dellas perduraram por longos annos.

* * *

Occupados em restabelecer a ordem e a tranquillidade publica tão profundamente alteradas, não tinham as Regencias Provisoria e Permanente, nem a Assembléa Geral Legislativa, durante o anno de 1831, dado largo desenvolvimento a outras medidas que o paiz reclamava. Ainda assim houve a creação da Guarda Nacional; a extincção dos corpos de milicias e ordenanças, e da *Guarda de Honra*, (lei de 18 de Agosto de 1831); organização do Thesouro Nacional e Thesourarias Provinciaes, acabando com o Conselho da Fazenda, (lei de 4 de Outubro), e definitiva organização da Academia de Bellas Artes, (31 de Dezembro de 1831).

Depois de complicados debates na Camara dos Deputados tinha passado com algumas modificações o projecto de Miranda Ribeiro para as reformas na Constituição; mas, chegando ao Senado, foi adiada a discussão para o anno seguinte, afim de ser melhor estudada essa questão.

Os partidos, que então queriam a preponderancia politica, podiam-se reduzir a tres: 1.º O MODERADO, representado pelos tres Regentes, Ministerio e uma fracção da Camara em que brilhavam Evaristo, Vergueiro, Paula e Souza, Limpo de Abreu, Honorio, etc.; 2.º O EXALTADO, em que figuravam os Françaes da Bahia, Mey, Castro

Alves, Paes de Andrade, Miguel de Frias, etc.; 3.º) o RESTAURADOR, que sonhava com a volta de D. Pedro I, e cujos chefes indigitados eram José Bonifacio, Martim Francisco, Cáyru, Marquez de Paranaguá e Visconde de Santo Amaro.

Emquanto os restauradores iam amadurecendo seus planos, os exaltados resolveram entrar em acção, e promoveram uma sedição, a cuja frente collocaram-se o Tenente Coronel Miguel de Frias e Vasconcellos e outros chefes militares, que se achando presos na fortaleza de Villegagnon, não sómente conseguiram sair de lá, como arrastaram consigo a guarnição da ilha, e começaram as operações bellicas, desembarcando em Botafogo, e marchando d'ahi para o centro da cidade. O Ministro da Justiça, Padre Diogo Antonio Feijó, prevenido a tempo, tinha tomado as suas medidas, e os sediciosos foram completamente batidos no Campo da Acclamação pelo Corpo de Permanentes auxiliado por alguns batalhões da Guarda Nacional.

O partido restaurador quiz d'ahi a dias sair a campo com uma revolta largamente preparada; mas foi estrondosamente derrotado pelas forças governistas no Rocio Pequeno, Aterrado, e Mataporcos.

Depois dessas duas victorias quiz o partido moderado firmar decididamente o seu predominio. Para melhor chegarem a seus fins, a Regencia e o Ministerio recorreram a um *Golpe de Estado* (30 de Julho de 1832), apresentando a sua demissão perante as Camaras.

A Camara dos Deputados salvou a situação não accetando a demissão dos Regentes, e, á vista da insistencia na demissão pedida pelo Ministerio, concorrendo para a nomeação de um Gabinete de transição, que ao fim de 40 dias foi substituido por outro completamente formado de membros proeminentes do partido moderado.

Mais desassombrados pelo desfecho da crise de 30 de Julho, continuaram os representantes da Nação com os seus trabalhos legislativos. O Senado foi rejeitando todas as reformas constitucionaes propostas pela Camara dos Deputados, menos quanto á redução dos membros da

Regencia a um só, e á conversão dos Conselhos Geraes de Províncias em Assembléas Provinciaes.

6. Não accitando a Camara dos Deputados essas emendas, teve logar a fusão das duas Camaras; mas o Senado venceu na votação geral, menos em relação á abolição do Conselho d'Estado.

A 3 de Outubro de 1832 appareceu a lei reformando as antigas academias medico-cirurgicas, e dando-lhes nova organização com a denominação de Faculdades de Medicina e de Cirurgia, uma no Rio de Janeiro e outra na Bahia. Pouco depois foi publicada uma outra lei sancionando o Codigo do Processo Criminal, reformando as Ordenações e outras antigualhas, estabelecendo o Jury, reorganizando o Poder Judiciario, egualando as Relações do Imperio, supprimindo a Casa de Supplicação, e estatuinto disposições novas no Processo Civil.

A seguinte Sessão Legislativa (1833), foi extraordinariamente agitada pelos importantes debates sobre reformas constitucionaes, e sobre o projecto apresentado pelo Deputado Venancio Henrique de Rezende propondo o banimento de D. Pedro I, afim de dar um golpe profundo no partido restaurador.

Entre os meios de acção dos restauradores apontava-se a *Sociedade Militar*, installada a 11 de Agosto de 1833. Os patriotas invadiram a sala das reuniões dessa sociedade, quebraram moveis e vidraças, e deram cabo de algumas typographias hostis aos governistas. Poucos dias depois resolveu-se o Governo a subjugar completamente o partido restaurador, acabando com a alta posição daquelle a quem considerava como chefe de maior importancia. A 15 de Dezembro foi cercado o Paço da Boa Vista por uma força policial, tendo á sua frente uma Commissão de Juizes de Paz da cidade: o venerando Conselheiro José Bonifacio, de tão monumentaes serviços á causa do Brazil, foi por um Decreto suspenso das funcções de tutor da Familia Imperial, e remettido preso para a Ilha de Paquetá.

A morte de D. Pedro I, em Lisboa, a 24 de Setembro de 1834, fez baquear para sempre o partido restaurador, ou *Caramuru*, no Brazil.

Nesse entretanto tinha passado a *Lei de 12 de Agosto de 1834*, ou *Acto Adicional*, que completava e modificava a Constituição Política do Imperio.

As principaes disposições dessa Lei eram relativas á suppressão dos Conselhos Geraes de Provincias, substituidos pelas Assembléas Provinciaes; á suppressão do Conselho d'Estado; e á eleição de um só Regente.

5. REGENCIAS DE FEIJÓ E DE ARAUJO LIMA: ESTUDO DOS FACTOS MAIS IMPORTANTES.

Tinha o Acto Adicional creado um só Regente, em vez de tres que antes eram. Procedeu-se, pois, a 7 de Abril de 1835, em todo o Imperio, á eleição do Regente, sendo eleito Diogo Antonio Feijó, que, a 12 de Outubro de 1835, tomou posse do seu elevado cargo.

O historico da Regencia do Senador Feijó póde reduzir-se: 1.º á pacificação da Provincia do Pará; 2.º ao desenvolvimento da rebellião do Rio Grande do Sul (*Guerra dos Farrapos*), e má direcção dada pelo Governo para suffocal-a; 3.º ás lutas contra uma opposição poderosa na Camara dos Deputados, que obrigou o Regente a abandonar o poder.

Quanto á pacificação do Pará, fôra realisada pelo General Soares de Andréa em 1837, depois de batidos os bandos de Vinagre, Angelim e outros chefes em 1836.

Quanto á guerra civil do sul, cumpre nos dizer que a 20 de Setembro de 1835 rebentou uma rebellião em Porto Alegre, capitaneada pelo coronel Bento Gonçalves da Silva, obrigando ao presidente Antonio Rodrigues Fernandes Braga a retirar-se para S. Pedro do Rio Grande, com quasi todas as autoridades, enquanto o commandante das armas, Sebastião Barreto Pereira Pinto, via-se forçado a fugir para o Estado Oriental.

D'ahi a pouco Fernandes Braga julgou não poder sustentar-se mais em S. Pedro, retirou-se para o Rio de Janeiro trazendo comsigo os cofres publicos, ficando os rebeldes completamente senhores da provincia, menos dos

dous portos de S. Pedro e de S. José do Norte. Os rebeldes confiaram então a direcção da provincia ao vice-presidente Marciano José Ribeiro, o commando das armas a Bento Gonçalves da Silva, e o commando das fronteiras a Crescencio de Carvalho e a Manuel dos Santos Loureiro.

O Regente Feijó, sciente dos acontecimentos, mandou apenas um outro presidente, José de Araujo Ribeiro, afim de restabelecer a ordem, sem dar-lhe os auxilios militares precisos, contentando-se com determinar que se preparassem alguns soccorros. Assim mesmo, em pouco tempo, Araujo Ribeiro conseguiu chamar ao partido da legalidade o coronel Bento Manuel Ribeiro e alguns outros chefes de prestigio, e poudo juntar algumas tropas para jugular a revolta.

O primeiro encontro foi favoravel aos rebeldes commandados por Netto, Crescencio e Lima, que com 800 homens surprehenderam a villa de Pelotas e derrotaram ao major Manuel Marques de Souza e coronel Albano de Oliveira, que ahi achavam-se com forças muito inferiores. O coronel Albano foi fusilado e Marques de Souza com os seus foram remettidos presos para Porto Alegre. D'ahi a dias, porém, perderam os rebeldes a propria cidade de Porto Alegre que se pronunciou pela causa da legalidade, iniciando esse movimento o 8.º batalhão de caçadores.

Immediatamente foi a cidade reforçada e occupada pelas tropas do Governo, e teve a navegação dos seus rios garantida por cinco vasos da esquadilha do vice-almirante Greenfell.

Emquanto essas vantagens eram obtidas, o Governo commettia o erro de mandar substituir o presidente Araujo Ribeiro pelo marechal Antonio Elizario de Miranda Brito: viu-se, porém, na necessidade de dar contra ordem, á vista da representação que a cidade de S. Pedro fez por intermedio do vice-presidente Joaquim Vieira da Cunha, que para esse fim veio pessoalmente ao Rio de Janeiro. Reintegrado na presidencia em fins de Julho, José de Araujo Ribeiro installou a séde da administração novamente em Porto Alegre e foi dispendo as cousas para

maiores acomettimentos, no que foi grandemente ajudado pelo prestigioso chefe Bento Manuel Ribeiro, a quem nomeára commandante das armas na sua primeira presidencia.

Seguiu-se logo a tomada da bateria em frente á ilha do Junco pela esquadriha do capitão tenente Parker, de combinação com o coronel Francisco Xavier da Cunha e occupação do forte de Itapoan pelos legalistas. Mas tambem d'ahi a pouco pagaram caro esse triumpho com o aprisionamento do coronel Silva Tavares, em viagem para Camaquan, surprehendido no Seival pelo chefe rebelde David José Martins. Contrariado Bento Manuel por esse revez de um dos melhores officiaes legalistas, resolveu tirar uma desforra solemne, e na terrivel acção em frente á *Ilha do Famsa* (2, 3 e 4 de Outubro de 1836) derrotou da maneira mais estrondosa as forças dos rebeldes, caindo prisioneiros o proprio Bento Gonçalves da Silva, e outros chefes, que foram remettidos para o Rio de Janeiro.

Depois d'esse descalabro os caudilhos Crescencio, Netto, Lima e José Mariano de Mattos reuniram-se na villa de *Piratinim*, na serra dos Tapes, e proclamaram a provincia do Rio Grande do Sul constituida em *Republica*. Elegeram para seu Presidente Bento Gonçalves da Silva, ficando na ausencia d'este a autoridade suprema entregue a José Gomes de Vasconcellos Jardim. Não quiz o energico e activo Bento Manuel deixar os improvisados republicanos engrossarem suas fileiras, e nas margens do *Candiota*, affluente do Jaguarão, desbaratou uma columna de 800 homens do Coronel Netto, obrigando-o a fugir.

Pouco mais faltava para a terminação da guerra, restando apenas bater alguns bandos esparsos, quando chegou ao Rio Grande o novo Presidente, Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, que o Governo *impoliticamente* mandára para tomar conta de uma provincia, onde José de Araujo Ribeiro tinha obtido tão esplendidos resultados. O general Antero para aggravar mais esse erro do Governo, depois de ter tomado posse da Presidencia a 5 de Janeiro de 1837, portou-se tão desattenciosamente para com o seu antecessor, que até obrigou-o a retirar-

se da provincia. D'ahi a pouco o General malquistou-se com Bento Manuel que, depois de ter dado a sua demissão de Commandante das Armas, prendeu-o no passo de Tapevy, a 20 leguas do Alegrete.

Tendo realisado a prisão do Presidente da Provincia, julgou Bento Manuel que não podia continuar mais nas fileiras de um Governo, que tão mal correspondia aos seus serviços. Com tão prestimoso auxiliar a causa dos rebeldes teve um grande avanço, e a sorte das armas foi-lhe sendo favoravel. A' victoria do Rio Pardo seguiu-se a tomada de *Caçapava*, com toda a guarnição, artilharia, e material bellico. Devia o Governo Imperial reconhecer, embora tarde, o quanto tinha andado errado desprestigiando os serviços de Araujo Ribeiro, e fazendo reverter contra si a preponderancia de Bento Manuel. Para coroar os erros commettidos, o Governo mandou para Presidente da Provincia do Rio Grande Feliciano Nunes Pires, homem sem habilitações precisas para tamanha crise. Além desse desatino o Governo, para captar a benevolencia dos rebeldes, mandou soltar os chefes, que se achavam presos no Rio de Janeiro, menos Bento Gonçalves, que continuou em Villegagnon, e Onofre e Côrte Real, que permaneceram na fortaleza de Santa Cruz. Tendo os dous ultimos conseguido fugir d'ahi a pouco, Bento Gonçalves foi transferido para o *Forte do Mar*, na provincia da Bahia; mas essa mudança, executada como medida preventiva, foi ainda de máu resultado, porque nos primeiros dias de Setembro de 1837 Bento Gonçalves evadiu-se com toda a facilidade, e voltou para o Rio Grande do Sul a tomar conta da Presidencia da Republica Piratinim.

Si, em referencia á rebellião, do Rio Grande, eram enormes as difficuldades com que o governo lutava, com maiores ainda debatia-se para affrontar uma opposição incessante na Camara dos Deputados. As modificações ministeriaes succediam-se com extraordinaria rapidez, sem poderem satisfazer ás exigencias parlamentares. Para agravar a posição do Regente, tinha Bernardo Pereira de Vasconcellos organizado o *partido conservador*, no qual contaram-se logo os que sentiam a necessidade de uma

reacção contra o excessivo desenvolvimento da democracia, e contra reformas precipitadas. A phalange opposicionista foi augmentando-se ainda mais com a marcha desastrada da guerra do Rio Grande do Sul e com a intransigencia do Governo. A opposição tornando-se verdadeira maioria, reconheceu o Regente Feijó que lhe era impossivel conservar-se parlamentarmente no governo sem usar de medidas de uma energia tal, que, naquella occasião, promoveria uma conflagração geral em todo o paiz.

Teve então o Regente o cavalheirismo e o bom senso de entregar o poder ao partido contrario: chamou ao ex-presidente da Camara dos Deputados, senador Pedro de Araujo Lima e, depois de uma larga conferencia, nomeou-o ministro do Imperio, para com esse cargo assumir a Regencia, a que elle Feijó ia renunciar. Effectivamente, a 19 de Setembro de 1837, apresentou o Senador Padre Diogo Antonio Feijó perante as Camaras a renuncia de Regente.

* * *

Tomando conta da Regencia o senador Araujo Lima, nomeou logo um ministerio composto de membros proeminentes do partido então predominante nas Camaras.

Uma das primeiras cousas a que o novo ministerio teve de prestar particular attenção, foi uma revolução da tropa e povo (*a Sabinada*), que, a 7 de Novembro desse mesmo anno de 1837, rebentou na Bahia tendo por principal cabeça o medico Sabino Alvares da Rocha Vieira, proclamando a *Republica Bahiense* até á maioridade de D. Pedro II. Os revoltosos conseguiram ficar senhores da capital, desamparada pelo presidente Francisco de Souza Paraizo, que vergonhosamente fugiu para bordo de um navio de guerra, mas não encontraram adhesões no resto da Provincia. Antes, pelo contrario, o vice-presidente, Dr. Honorato José de Barros Paim, que se achava na cidade da Cachoeira, tomou conta da autoridade e foi pelo Reconcavo organisando meios para vencer a revolta.

Logo que o Governo soube do occorrido, nomeou para presidente da provincia a Antonio Pereira Barreto Pedrozo, e fel-o seguir com reforços, e com o novo comandante das armas, marechal João Chrysostomo Callado. Eguualmente de Pernambuco fizera o presidente Francisco do Rego Barros partir o general José Joaquim Coelho com um auxilio de cerca de 500 praças. Tão acertadas foram as medidas tomadas pelos generaes Callado e Coelho, que depois de tres renhidos assaltos (14, 15 e 16 de Março de 1838) as forças legalistas apossaram-se da capital da Bahia, já principiada a ser incendiada pelos rebeldes, os quaes, batendo-se com coragem, tiveram para mais de 600 mortos.

Ao passo que o Governo tratava de suffocar a revolta da Bahia, não descurava tambem de fazer alguma cousa a favor da educação da mocidade. Para attender a esse ramo importantissimo da administração publica, mandou o ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos augmentar o numero das escolas de primeiras letras na Côrte, e por Decreto de 2 de Dezembro de 1837 fundou um curso de bellas letras, creando o *Collegio D. Pedro II*. Inaugurado a 25 de Março de 1838, a abertura solemne das aulas fez-se a 1.º de Maio de 1838. — Por Decreto de 24 de Outubro de 1857 foi dividido em dous estabelecimentos, *Externato e Internato*. Actualmente tem a denominação de Gymnasio Nacional.

Uma outra instituição literaria, que principiou por esses tempos, foi o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, installado a 21 de Outubro de 1838.

A 13 de Dezembro de 1838 rompeu na Provincia do Maranhão, na Villa de Manga do Iguará comarca de Itapicurú-mirim, uma sedição capitaneada pelo desordeiro Raymundo Gomes Vieira *Jutaby*, a pretexto de sustentar pretensões dos liberaes, ou *bemtevis*, contra os conservadores ou *cabanos*. Em breve reuniram-se aos facciosos bandos de Raymundo Gomes, os não menos criminosos de Manuel Franciseo dos Anjos Ferreira (por alcunha o *Balaio*), e os do sanguinario preto Cosme. Depois de terem assaltado as povoações das tres comarcas de Itapicurú, Brejo e Caxias, tomaram e saquearam a cidade

de Caxias. Na presidencia de Manuel Felizardo de Souza Mello (3 de Março de 1839 a 7 de Fevereiro de 1840) foram infructiferos os esforços para supplantar a revolta, que ameaçava invadir as Provincias de Piauhy, Ceará e Pará.

Ao facto das circumstancias, mandou o Governo Imperial para o Maranhão o Coronel Luiz Alves de Lima e Silva (ulteriormente Duque de Caxias), como Presidente e Commandante das Armas, com auxilios de tropas e munições bellicas. As habeis medidas tomadas por esse distincto official foram tão proveitosas, que os rebeldes foram sendo sempre batidos em todos os encontros, em que ousavam affrontar as forças da legalidade. Associando depois disso o Coronel Luiz Alves de Lima a clemencia imperial aos resultados das victorias, conseguiu a plena pacificação da Provincia, aos 5 de Janeiro de 1841, já depois da maioridade de D. Pedro II.

Foi essa a primeira provincia pacificada pelo insigne militar, que, por seus brilhantes feitos, veiu depois a conquistar um dos logares mais proeminentes nos Annaes da Guerra.

A perda de Caçapava, e a fuga de Bento Gonçalves do Forte do Mar na provincia da Bahia (11 de Setembro de 1837), foram os ultimos desastres em relação ao Rio Grande do Sul, que o prestigio da legalidade tinha soffrido no fim da Regencia do Senador Feijó. O Governo, durante a Regencia do Senador Pedro de Araujo Lima, não podia deixar continuar na Presidencia de tão importante provincia o cidadão Feliciano Nunes Pires, de tão inutil prestimo naquellas circumstancias. Nomeou então para Presidente e Commandante das Armas o Marechal Antonio Elizario de Miranda e Brito. Apesar, porém, da bravura e outros merecimentos que possuia o Marechal Elizario, foi elle bem infeliz na direcção da guerra, e os desastres rapidamente seguiram-se uns aos outros. O primeiro terrivel revez, que as armas imperiaes soffreram, foi a perda da villa do Rio Pardo, e a estrondosa derrota das forças do Marechal Barreto, e Brigadeiros Cunha e Calderon. Ficaram os rebeldes ha-

bilitados para continuar por longo tempo a guerra com os recursos que encontraram na villa conquistada.

O prestigio dos republicanos augmentou-se d'ahi a pouco com a retirada precipitada do proprio General Eliziario do rio *Cahy*, depois de terem os legalistas perdido duas canhoneiras no *Passo do Contracto*. O proprio Regente, que tinha conservado o Marechal Eliziario na presidencia da Provincia, depois mesmo da derrota de Caçapava, não teve remedio senão accompanhar a torrente da opinião publica e mandou substituil-o pelo Dr. Saturnino de Souza Oliveira, confiando o commando das armas ao Tenente General Manuel Jorge Rodrigues, e o commando da esquadra a João P. Greenfel.

Entretanto os rebeldes não perdiam tempo. Guiados por David Canavarro invadiam a provincia de Santa Catharina, dominavam nos campos da Vaccaria e em todo o municipio de Lages, e occupavam a villa da Laguna. Maiores seriam ainda as conquistas dos *Farrapos* em Santa Catharina, si o energico e activo Marechal Soares de Andrea não chegasse a essa provincia e não tomasse conta da presidencia (18 de Agosto de 1839) reunindo tambem* o commando das armas.

Procedendo o General Andrea de accordo com as forças maritimas do Capitão de mar e guerra Frederico Mariath, as tropas da legalidade tomaram conta da villa da Laguna defendida pelos guerrilheiros de José Garibaldi, e em breve conseguiram a restauração de toda a provincia.

Recebeu depois disso o Marechal Andrea ordem de preparar uma divisão para seguir por terra para o Rio Grande do Sul, afim de collocar os rebeldes entre dous fogos; mas não tendo reunido tropas sufficientes, fez partir por mar dous batalhões para reforçar o exercito do Tenente General Manuel Jorge Rodrigues.

Nesse *interim* os rebeldes, ao mando de Bento Gonçalves, atacavam em *Taquary* uma columna do Coronel Calderon; a victoria, porém, sorriu ás armas imperiaes, graças aos prodigios de bravura praticados pelo velho General Manuel Jorge Rodrigues, que assumindo pessoalmente o commando da peleja, depois da morte de

Calderon, foi servindo de exemplo, que os seus soldados seguiram, para repellir o inimigo. Apesar d'isso as tropas da legalidade não tiraram d'essa victoria todo o resultado que podiam, pelas desintelligencias entre o presidente da provincia e o commandante das armas.

Pouco depois Bento Gonçalves e David Canavarro com 1,200 homens dirigiram um ataque contra a villa de S. José do Norte. Quando tinham quasi tomado a villa, foram repellidos com grande mortandade.

Emquanto se davam esses combates, tinha o Governo resolvido pôr termo ás desintelligencia do Dr. Saturnino de Souza e Oliveira com o Tenente General Jorge Rodrigues, dando-lhes um substituto no Marechal Andréa, que tomou conta da Presidencia a 27 de Julho de 1840, ficando com o commando das Armas.

* * *

O ministerio de 19 de Setembro de 1837 apresentára-se como o representante genuino do partido conservador, que se propunha a fazer parar o entusiasmo pelas reformas constitucionaes, já em parte consagradas no Acto Addicional. Embora os ministros se aguentassem nos debates parlamentares, contando grande maioria, não puderam resistir á opinião publica manifestamente hostil, pela má direcção da guerra do sul, e pela obstinação do Governo em não demittir o Commandante das Armas da provincia do Rio Grande do Sul.

Os ministerios seguintes foram tendo contra si não só os revezes na rebellião rio-grandense, como tambem as discussões das Camaras sobre a interpretação das disposições do Acto Addicional, principalmente na descentralisação do elemento provincial. Para maior gravame do Governo, tomára assento como deputado á Assembléa Geral Legislativa o provector orador Antonio Carlos, e, verdadeiro gigante parlamentar, apresentava-se cada vez mais forte para suffocar a pujança conservadora ministerial. Afim de mais facilmente darem um cheque decisivo no governo da Regencia, lembraram-se Antonio Carlos e os seus correligionarios de apresentar um projecto de se

declarar effectiva a maioria do Imperador, antes da época marcada pela Constituição. Habilmente explorado esse recurso, principalmente depois do assentimento imperial, appareceu no Senado, a 13 de Maio, um projecto propondo immediatamente a maioria de Sua Magestade. Apesar de ter o projecto caído no Senado apenas por 2 votos, foi de novo proposto na Camara dos Deputados a 20 de Julho por Martim Francisco, e logo a 21 por Antonio Carlos. Depois da mais calorosa discussão, ia-se propôr a fusão das duas Camaras, quando Bernardo Pereira de Vasconcellos, nomeado ministro do Imperio, propositalmente para vencer a crise, apresentou o Decreto de 22 de Julho adiando as Camaras para 20 de Novembro. Os deputados propugnadores da maioria, não acceitando essa decisão, reuniram-se no Senado a muitos senadores, que pensavam do mesmo modo, e dirigiram uma commissão ao Paço de S. Christovam pedindo a D. Pedro que, para salvação do paiz, tomasse as redesas do governo. Foi convocada a Assembléa Geral Legislativa para o dia seguinte, e effectivamente a 23 de Julho de 1840 foi pelo Presidente do Senado, Marquez de Paranaguá, proclamada a *maioridade de D. Pedro II*, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil, que, ás 3 $\frac{1}{2}$ horas da tarde, prestou o juramento exigido pelo artigo 103 da Constituição, e entrou no exercicio dos seus direitos magestáticos.

b) A MAIORIDADE

6. — PRIMEIROS ACTOS GOVERNAMENTAES. —
ACTOS LEGISLATIVOS MAIS IMPORTANTES. — ETC....

Um dos objectivos principaes do Governo foi acabar com as lutas civis, e para esse fim, em 22 de Agosto, concedeu-se uma amnistia geral para todos os crimes politicos, e publicou-se uma proclamação aos rebeldes Rio-Grandenses.

A 18 de Agosto de 1841 houve a solemnidade da sagração e coroação de S. M. o Imperador D. Pedro II.

Entre os trabalhos da Assembléa Geral Legislativa de 1841 sobresairam a lei da criação do *Conselho de Estado* e a lei das reformas do *Codigo do Processo Criminal*. Em algumas provincias essas medidas legislativas não foram bem acceitas por todos. Em S. Paulo, causaram em alguns animos má impressão, que começou a traduzir-se pela resposta dada pelo Senador Diogo Antonio Feijó em 1.º de Janeiro de 1842 á Camara Municipal da cidade de S. Paulo, quando recebeu o diploma de membro da Assembléa Provincial. Recusando embora tomar parte nos trabalhos da Assembléa Provincial, aconselhava-lhe no entretanto o ex-Regente que usasse de linguagem energica e corajosa á vista dos actos da Assembléa Geral, contrarios ás instituições juradas.

A Assembléa Provincial mandou uma deputação para apresentar a S. M. Imperial uma representação contra as ultimas medidas legislativas sancionadas. A representação era tão violenta, que o Ministro do Imperio por Aviso de 5 de Fevereiro d'esse mesmo anno fez significar que nem a commissão, nem a representação, podiam ser recebidas por S. M. o Imperador.

Desembaraçado o Governo d'essa difficuldade, surdiram-lhe outras mais complicadas, entre as quaes sobresaiam as disposições hostis da Camara dos Deputados, que tinha de se reunir a 3 de Maio. Pelas sessões preparatorias reconheceu logo o Gabinete a impossibilidade de continuar com uma tal Camara e obteve da Corôa o Decreto da *dissolução* (1.º de Maio), sendo convocada uma outra Camara para 1.º de Novembro. Por causa da revolução de S. Paulo e Minas foi por decreto de 27 de Julho espaçada a reunião das Camaras para 1.º de Janeiro de 1843.

* * *

Em S. Paulo a noticia da dissolução da Camara dos Deputados veio augmentar a exacerbação de alguns espi-

ritos, já descontentes pelas ultimas medidas legislativas e pela recusa da audiencia, soffrida pela Commissão da sua Assembléa Provincial.

Na cidade de Sorocaba, aos 17 de Maio de 1842, rompeu uma rebellião, sendo aclamado Presidente da Provincia o Coronel de milicias *Raphael Tobias de Aguiar* pela Camara Municipal e pelo povo. O Presidente aclamado, depois de ter tomado posse do cargo, dirigiu uma proclamação ao povo, e suspendeu a execução da Lei de 3 de Dezembro e seus regulamentos, em todos os seus effeitos. O movimento revolucionario irradiou-se de Sorocaba para outros municipios.

O Presidente legal, *Barão de Monte Alegre*, ao facto das disposições hostis da sua provincia, já tinha pedido providencias ao Governo Geral, que no mesmo dia, 17 de Maio, mandou embarcar para Santos o batalhão de caçadores n. 12 com 700 praças, e no dia 18 fez seguir por terra o batalhão de fuzileiros. O *Barão de Caxias*, nomeado commandante em chefe das forças de S. Paulo, partiu no dia 19 para Santos, e no dia 21 de noite chegou á capital da provincia.

A 23 de Maio começou o Barão de Caxias as suas operações, e tão acertadas foram ellas, que a 7 de Junho foi batida uma columna dos rebeldes no logar chamado *Venda Grande*, e no dia 20 puderam as forças leaes occupar Sorocaba, abandonada na vespera pelos rebeldes. No dia 24 foi derrotada pelo Major Pedro Paulo de Moraes Rego, no *Salto*, termo da cidade de Arêas, uma força rebelde, commandada por Anacleto Ferreira Pinto, e a 28 do mesmo mez de Junho já o Barão de Caxias achava-se em S. Paulo, depois da pacificação de Sorocaba. Ainda houve mais um pequeno combate (12 de Julho), no qual se deu em *Silveiras* a derrota das forças do mencionado Anacleto Ferreira Pinto pelo Coronel Manuel Antonio da Silva; mas podia-se considerar terminada a revolução de S. Paulo.

Poucos dias depois do levantamento de Sorocaba rompeu tambem em Barbacena uma rebellião pelos mesmos

motivos, sendo aclamado Presidente *José Feliciano Pinto Coelho*. O Governo deu promptas providencias a respeito, sendo o Barão de Caxias encarregado de jugular a revolta.

A 20 de Julho os rebeldes evacuaram Barbacena, e dirigiram-se para Ouro Preto, conseguindo no dia 26 tomar a villa de Queluz. O Barão de Caxias, que desde 2 de Agosto achava-se em Barbacena, marchou para interpor-se aos rebeldes entre Queluz e Ouro Preto, e no dia 6 entrou em Ouro Preto com uma força de 700 homens. Os rebeldes marcharam então para o Sabará, que occuparam, e onde puderam reunir 3.000 homens, que seguiram para Santa Luzia.

No arraial de *Santa Luzia*, a 20 do mesmo mez de Agosto, travou-se um memoravel combate, em que os rebeldes foram completamente derrotados. A acção, começada ás 8 1/2 horas da manhã, só terminou quasi á noite pela inesperada chegada e cooperação da columna do Coronel *José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho*, irmão do Barão de Caxias. — Derrotados os rebeldes, os seus principaes chefes foram remettidos presos para o Rio de Janeiro.

Uns presos, outros deportados, os chefes da rebellião de S. Paulo e Minas tiveram de ir soffrendo as consequencias de seu desvario politico, até que a amnistia imperial de 14 de Março de 1844 estendesse sobre elles os seus beneficos effeitos.

* * *

Em referencia á continuação da guerra civil do Rio Grande do Sul, diremos que nem o Conde do Rio Pardo nem o seu successor, Brigadeiro José Maria da Silva Bittencourt, fizera cousa que adiantasse a questão, e o Governo Imperial teve a feliz inspiração de nomear para presidente e commandante das armas o Barão de Caxias (24 de Setembro de 1842). Partindo do Rio de Janeiro, o Barão de Caxias tomou posse da Presidencia em Porto Alegre a 9 de Novembro. Os combates do Trium-

pho e de Camaquan (26 e 30 de Dezembro) ganhos pelos legalistas, presagiaram logo bom resultado da guerra, e a passagem do prestigioso brigadeiro Bento Manuel Ribeiro segunda vez para as bandeiras do governo, tornou-se um poderoso auxiliar nas mãos do Barão de Caxias.

No anno seguinte (1843) foram-se travando renhidos combates, favoraveis todos á causa do Imperio. Entre esses combates sobresairam: a victoria de Bento Manuel em *Ponche Verde*; a tomada da villa de *Piratinim*, pelo Coronel Manuel Marques de Souza; e a estrondosa derrota de Bento Gonçalves em *Cangussú*.

No anno de 1844 os rebeldes nada puderam fazer contra um general tão previdente, energico, e que sabia tirar das victorias o fructo possivel. Reduzidos á extremidade, os chefes da rebellião mandaram para a Côrte um emissario, Antonio Vicente da Fontoura, para tratar da paz, e o Governo deu para isso plenos poderes ao Barão de Caxias. Já preparados os animos pelo proprio Caxias, reuniu Canavarro os seus principaes companheiros em *Ponche Verde*, e facilmente concordaram que o melhor que tinham a fazer era aceitar a amnistia imperial de 18 de Dezembro de 1844.

A proclamação de Canavarro (28 de Fevereiro de 1845) e a do Barão de Caxias, no dia seguinte, puzeram termo a essa prolongada guerra civil que, durante nove annos e meio, já tantos males tinha causado.

* * *

Bem recentes ainda eram as ltuosas scenas produzidas pela rebellião do Rio Grande do Sul, quando em Pernambuco declararam-se movimentos semelhantes, motivados pelas lutas dos partidos. Na presidencia do *Dr. Herculano Ferreira Penna* foram dadas demissões a empregados liberaes, entre elles alguns que tinham assento na Camara dos Deputados, e em opposição ao Gabinete de *29 de Setembro de 1848*. As manifestações hostis ao Governo, começadas em *Páu d'Alho*, foram irradiando-se para Iguarassú e outras localidades. Em 7 de Novembro principiaram ellas na propria cidade do Recife, sendo

o principal jornal dos rebeldes editado na rua da *Praia*, do que resultou o nome de *Revolução Praieira*.

No dia 12 tomaram os rebeldes a villa de Nazareth, e a 21 atacaram Beberibe. Em 25 do mesmo mez, oito deputados liberaes, trataram de justificar a rebellião por meio de um *manifesto*, e a 31 de Dezembro fizeram uma proclamação em que declaravam adherir completamente á revolução ultra-liberal praieira. Sob a direcção de tão prestigiosos chefes, os rebeldes acharam-se com as forças rapidamente augmentadas; e a 2 de Fevereiro do seguinte anno de 1849 atacaram a cidade do Recife, mas foram completamente derrotados. O seu chefe de maior influencia, *Joaquim Nunes Machado*, caiu morto por uma bala de fuzil.

Com a derrota do Recife soffrera golpe mortal a revolução, que terminou completamente depois do combate de *Iguarassú* (30 de Março de 1849), em que foi vencido o ultimo bando dos revoltosos de Pernambuco e preso Antonio Borges da Fonseca.

7. A GUERRA CONTRA ORIBE E ROZAS. — TRATADOS COM O PARAGUAY. — A QUESTÃO «CHRISTIE». — AS GUERRAS CONTRA O URUGUAY E PARAGUAY.

Na luta que o General Oribe por longo tempo sustentára contra Montevidéo, manifestava-se claramente que o objectivo tanto desse General como do Dictador de Buenos-Ayres, *D. João Manuel Rosas*, era a annexação da Banda Oriental á Republica Argentina. A' medida que o Dictador Rosas se libertava das complicações com a Inglaterra e a França, julgava ser occasião asada para realizar os seus planos de engrandecimento, e saciar a sua má vontade contra o Brazil.

Para aggravar ainda mais a situação, as hordas de Oribe incommodavam as nossas fronteiras do sul com depredações incessantes, que já tinham motivado a inva-

são do Barão de Jacuhy na Banda Oriental. O Governo brasileiro empregou os meios pacíficos diplomaticos com uma longanimidade admiravel contra as exigencias constantes do Governo argentino, repassadas de uma linguagem acrimoniosa e insolente, que não disfarçava a má fé e pretensões audaciosas do Dictador de Buenos-Ayres. Afinal o Ministro Argentino pediu os seus passaportes, que lhe foram dados, e tornou-se imminente uma guerra, cuja responsabilidade deve pezar inteiramente sobre o tyranno Rosas.

Em taes conjuncturas o Governo brasileiro fez seguir para o sul (16 de Abril de 1851) o Vice Almirante João Paschoe Greenfell, afim de tomar conta do commando em chefe da esquadra, e assignou com o Governo legal de Montevidéo e com o General D. Justo José do Urquiza o *Convenio de 29 de Maio* desse mesmo anno de 1851, para manter real e effectiva a independencia da Republica Oriental do Uruguay.

Logo depois mandou tambem para o Rio Grande do Sul o General Conde de Caxias, que partiu da Côrte em 20 de Junho para preparar o exercito com a maior promptidão e entrar logo no Estado Oriental.

Em breve os generaes Urquiza e Garzon atravessaram com as suas columnas o *Passo do Paysandú* para a margem esquerda do Uruguay, e invadiram o territorio Oriental. Enquanto as forças desses dous Generaes eram acolhidas como libertadoras, as de Oribe soffriam continuas defecções, e iam vendo-se progressivamente em graves embaraços.

O Almirante Greenfell com 18 navios da sua esquadra apertou energicamente o cêrco do Montevidéo, e foi cruzando rigorosamente na Colonia, Bucéo, Uruguay e Paraná. — O Conde de Caxias com o seu exercito, forte de 16.000 combatentes, entrou no Estado Oriental a 4 de Setembro de 1851, depois de ter andado para mais de cem leguas, com um grande material de guerra, e em pessima estação do anno.

Oribe, cercado assim pela esquadra de Greenfell, pelo exercito do Conde de Caxias e pelas forças de Urquiza e de Garzon, achou-se em condições tão desesperadas,

que se viu obrigado a render-se no passo *Molino*, com todo o pessoal e material do seu exercito.

Ficava, pois, reduzido á obediencia do Governo Oriental todo o territorio anteriormente dominado pelo General Oribe; mas restava estipular quanto antes a nova alliança prevista pelo art. 15 do Convenio de 29 de Maio, ratificado em 8 de Julho, attenta a declaração de guerra que Rosas fizera aos Alliados. Para esse fim partiu, em 23 de Outubro, o Conselheiro d'Estado Honorio Hermeto Carneiro Leão (ulteriormente Visconde e Marquez do Paraná) encarregado de uma missão especial, e celebrou com a Republica do Uruguay e com o General Urquiza, Governador de Entre-Rios, o *Convenio de 21 de Novembro de 1851*, para libertar o povo argentino da oppressão de Rosas, e estabelecer as relações politicas de bôa vizinhança.

A' vista das disposições do Convenio, uma divisão do nosso exercito, composta de 4.000 homens, sob as ordens do Brigadeiro *Manoel Marques de Souza* (ulteriormente C. de Porto Alegre), embarcou em 11 navios da nossa esquadra, dos quaes 8 seguiram logo pelo Paraná acima para o Diamante, onde acampava o General Urquiza.

O passo de *Obligado* foi transposto sem difficuldade: mas no passo de *Tonelero* tiveram de travar renhido combate contra uma bateria de 16 peças assestadas na barranca de *Acevedo*, com forças respeitaveis sob as ordens do General *Lucio Mancilla*. Depois de um fogo bem nutrido, os navios brasileiros forçaram brilhantemente o passo de *Tonelero*, e conseguiram fazer calar os fogos da bateria argentina.

Reunida dentro em pouco a divisão do General Marques de Souza ao exercito do General Urquiza, as forças alliadas transpuzeram o Paraná e, depois de alguns reconhecimentos e tiroteios sem importancia, travaram com as forças do Dictador Rosas a brilhante *batalha de Moron*, em Monte Caseros.

Pouco tempo durou a batalha, porque o denodo com que a divisão brasileira carregou á bayoneta no centro das forças inimigas na chacara de *Caseros*, decidiu da

victoria; 24 bocças de fogo e uma bandeira foram o brilhante trophéo de tão assignalado triumpho.

O Dictador Rosas, vendo completamente desbaratado o seu exercito, conseguiu fugir para Buenos-Ayres para ahi prolongar a resistencia. Mas enquanto o exercito alliado marchava parallelamente ao Paraná, a esquadra brasileira foi bloquear o porto de Buenos-Ayres. Vendo o Dictador a sua causa em completo desespero, disfarçou-se em marinheiro, e evadiu-se para bordo do vapor *Centaur*, onde foi procurar refugio á sombra da bandeira britanica.—Transferido para bordo do vapor de guerra inglez *Conflict*, seguiu com sua familia para a Europa.

* * *

Uma outra questão, em que bem involuntariamente o Brazil achou-se envolvido, foi a celebre questão *Christie*, na qual este Ministro de S. M. Britanica quiz fazer prevalecer as mais desarrazoadas exigencias.

Não tendo sido attendida pelo Governo do Brazil a reclamação que os subditos britannicos faziam por prejuizos soffridos com os restos ou *salvados* do naufragio da barca ingleza *Prince of Wallis* nas costas do Albardão em Junho de 1861, julgou o Ministro Inglez *Douglas Christie* dever aproveitar-se da circumstancia de uma questão de tres officiaes da fragata *Forte* com uma sentinella da guarda da Tijuca, para exigir tanto a indemnisação pecuniaria, como uma satisfação ao que considerava *desacato*, a officiaes de S. M. Britanica (Junho de 1862).

Esses officiaes, vestidos a paisana, sem distinctivo algum militar, e muito menos de officiaes, em um passeio *alegre* á Tijuca tinham-se esquecido inteiramente dos seus deveres, e desacatarem uma sentinella do corpo da guarda. Por tal motivo foram presos.

Recusando o Governo brasileiro as satisfações e indemnisações exigidas pelo ministro Christie, recorreu este á *logica dos canhões* do Almirante *Warren*, que foi capturando algumas embarcações brasileiras mercantes proximo á entrada da barra do Rio de Janeiro.

Paga *sob protesto* a indemnisação exigida por Christie, e apoiada pela preponderante argumentação dos navios de guerra inglezes, foi a questão dos officiaes da *Forte* sujeita ao arbitramento de S. M. o Rei da Belgica, que, em seu laudo justo e imparcial de 18 de Junho de 1863, deu toda a razão ao Brazil.

Rotas as nosssas relações com a Inglaterra, só foram reatadas em meados de 1865 pela officiosa mediação do Rei de Portugal.

* * *

Máus tratos e vexames, soffridos por brasileiros no Estado Oriental, fizeram com que o Governo do Brazil exigisse do de Montevidéo solução de varias reclamações pendentes e providencias a bem da garantia e propriedade dos mesmos. Não se prestando a isso o Presidente Aguirre, o Brazil mandou para o Rio da Prata em missão especial o Conselheiro José Antonio Saraiva, fez augmentar naquellas paragens a nossa força naval, confiando-a ao intrepido Vice-Almirante Barão de Tamandaré, e ordenou aos corpos do exercito do Rio Grande do Sul que se approximassem da fronteira.

Tendo-se esgotado improficuamente os meios suasorios usuaes e não tendo tambem produzido effeito a intervenção amigavel do Ministro Argentino D. Rufino de Elizalde e do ministro Inglez Eduardo Thornton, o Conselheiro Saraiva apresentou no dia 5 de Agosto de 1864 ao Ministro das Relações Exteriores, D. Juan José de Herrera, um *ultimatum* com data de 4 marcando o prazo de 6 dias para que o Governo Oriental declarasse si estava disposto a dar as satisfações e providencias exigidas pelo Brazil. No caso contrario, transmittiria ás forças navaes do Barão de Tamandaré e aos corpos do exercito do Rio Grande do Sul ordem para procederem a represalias e mais medidas necessarias á segurança da vida e das propriedades dos brasileiros do Estado Oriental.

O Presidente Aguirre, inspirando-se nas animosidades do partido *blanco* contra o Brazil, e fiando-se na intervenção do Dictador do Paraguay a seu favor, devolveu

ao Plenipotenciario Brasileiro o mesmo *ultimatum*, por não poder ficar nos archivos da Republica e tentou ainda appellar para as dilações habituaes.

Depois de ter recebido as necessarias instrucções, o Vice-Almirante Tamandaré julgou dever começar por immobilisar os vapores *General Artigas* e *Villa del Salto*, que o Governo Oriental empregava em communicações e auxilios bellicos entre Montevidéo e praças da sua dependencia.

O *Villa del Salto*, tendo-se abrigado em portos neutros da Republica Argentina, poude escapar por algum tempo; mas sahindo da Concordia, carregado de tropas, seguia rio abaixo, quando, perseguido pelas canhoneiras *Belmonte* e *Jequitinhonha*, viu-se forçado a encalhar na praia em frente a Paysandú, e ahi o seu commandante fez saltar a guarnição para terra e atacou fogo ao navio.

Assim que o Governo Oriental soube do occorrido, remetteu os passaportes ao nosso Ministro Residente, o Sr. João Alves Loureiro, cassou o *exequatur* aos nossos agentes consulares, e prohibiu as communicações das nossas forças de mar e terra com o territorio da Republica. Com a direcção do Gabinete Oriental ficou o Dr. Antonio de las Carreras, inimigo rancoroso dos brasileiros, e a imprensa de Montevidéo foi prorompendo nas mais vehementes invectivas.

Em taes circumstancias, o Conselheiro Saraiva entendeu-se com o Presidente do Rio Grande do Sul e com Tamandaré para que expellissem da villa de Mello, de Paysandú e do Salto as guarnições do Governo Oriental, que ameaçavam a vida, a honra e a propriedade dos brasileiros. Ao mesmo tempo acceptou o Brazil o offerimento do concurso do General *D. Venancio Flores*, que se achava á frente do partido *colorado* em revolução contra o Governo *blanco* de Montevidéo, e que contraia espontaneamente o compromisso de offerecer-nos uma reparação condigna, logo que a sua causa triumphasse.

Tentou então o General D. Justo José Urquiza uma negociação de paz: mas os seus esforços foram tão infructiferos, como tinham sido os de Elizalde e Thornton.

Em 12 de Outubro de 1864 entram em territorio Oriental as primeiras forças brazileiras, e a sua presença facilita a rendição da villa de Mello, capital do departamento do Serro Largo.

Pouco depois as tropas do mesmo General Flôres, protegidas por forças navaes brazileiras, conseguem a rendição da Villa del Salto, após uma simples intimação ao commandante da praça, e prepara-se o cêrco de Paysandú.

O Vice-Almirante Tamandaré, seguiu com uma esquadilha para Paysandú, enquanto o General João Propicio Menna Barreto (B. de S. Gabriel) invadia o Estado Oriental com o exercito brazileiro e marchava para fechar o cerco da referida praça.

Nesse interim o Governo da Republica do Uruguay proseguia na senda dos desvarios em vez de entrar em combates de polvora e bala. A 13 de Dezembro publicou um decreto dando por nullos e mandando queimar os tratados que firmára com o Brazil.

Entretanto tinha-se completado o cêrco de Paysandú, e os Generaes de terra e mar ordenaram o assalto. A 2 de Janeiro de 1865, depois de um porfiado batalhar durante 52 horas, foi a praça tomada. O seu Commandante, Coronel Leandro Gomes, tendo perdido grande parte da sua gente, entregou-se afinal com 700 prisioneiros, 10 boccas de fogo, bandeiras, etc., não podendo resistir por mais tempo á boa direcção dos nossos Chefes, nem á intrepidez de nossas tropas. As forças que fecharam o cerco constavam de 5.000 brazileiros e 700 orientaes; mas sómente 2.000 dos nossos entraram em fogo. Tivemos 40 officiaes e 75 soldados mortos, e 350 feridos.

Depois da tomada de Paysandú resolveram os generaes vencedores o cerco da capital da Republica. Para esse fim desembarcaram em Santa Luzia as tropas do General J. Propicio, que, de accordo com as do vice-Almirante Tamandaré e do General Flores, marcharam sobre Montevidéo, cujo bloqueio firmaram e ultimaram. Para tentar uma diversão a esse bloqueio os Chefes Orientaes Basilio Muñoz e Thimotheo Apparicio tinham ido atacar

a nossa cidade de Jaguarão com 1.500 homens, mas foram completamente repellidos pela valente guarnição commandada pelo Coronel Vargas.

No decurso do cerco de Montevideo os desvarios do partido *blanco* contra o Brazil tinham tocado ao apogeu, chegando mesmo o Ministro da Guerra a arrastar pelas ruas a bandeira brasileira. Isso, porém, não obsteu a que continuassem com mais força as operações do sitio, e em breve reconheceu o Presidente Aguirre a impossibilidade da continuação da resistencia. Sob pretexto de ter-se terminado o prazo do seu mandato, passou elle a autoridade suprema ao Presidente do Senado, o Sr. Dr. Thomaz Villalba, que no dia 20 de Fevereiro assignou a rendição de Montevideo ás forças brasileiras. — O Conselheiro José Maria da Silva Paranhos assignou então com o Presidente Villalba um *Convenio*, que acabava com a intervenção brasileira no Estado Oriental, d'ahi em diante nosso alliado contra o Paraguay.

Entraram immediatamente os alliados em Montevideo. O General D. Venancio Flores, declarado Governador Provisorio da Republica, ás 9 horas da manhã do dia 23 de Fevereiro de 1865 dava uma satisfação official e especial ao Brazil: a bandeira brasileira era içada no forte de S. José e saudada com uma salva de 21 tiros, e declaravam-se nullos e irritos os decretos do governo do Presidente Aguirre contra o Brazil.

* * *

O Paraguay, criação social dos Jesuitas, tão depressa sacudiu o jugo hespanhol, caiu nas mãos do celebre Dr. Francia, que o submetteu a um despotismo patriarchal, isolando-o ao mesmo tempo de todo o contacto com os estrangeiros. Francia morreu em 1840. Seu filho e herdeiro F. Solano Lopez, o inimigo temerario do Brazil, era um homem intelligente, de vontade firme e audaz. Como seu pae, havia aberto o Paraguay aos progressos materiaes, desenvolvêra as culturas, dilatára o commercio, fizera estradas, iniciára caminhos de ferro, estabele-

cêra carreiras de vapores. Ao mesmo tempo, porém, mantivera a população sujeita á mais severa disciplina, perpetuára n'ella os habitos de obediencia passiva e quasi fanatica creados pelos Jesuitas, e aproveitára-se deste estado moral para estabelecer uma forte organização militar. Calcula-se que o presidente Lopez dispunha já em 1862 de 15 a 18.000 soldados perfeitamente adestrados; logo, porém, que vio eminentemente a guerra, elevou o exercito a 40 ou 42.000 homens, pois lhe era licito augmentar pelo recrutamento as forças militares sem outro limite, a não ser o da população. Possuia tambem uma esquadilha de 18 vapores bem artilhados, e havia construido recentemente na fronteira excellentes fortificações, entre as quaes avolumavam as de Humaytá e as de Itapirú, na confluencia do Paraná e do Paraguay. Estava, pois, provido de meios de guerra consideraveis, a que poderiam dar efficacia as condições geographicas do paiz.

Os Estados que se alliaram pelo tratado de 1865 não estavam preparados para uma grande guerra, e por isso foram-lhes fataes as primeiras aggressões dos paraguayos. A esquadra brasileira foi a primeira força alliada que entrou em operações: uma das suas divisões bloqueou o porto de Corrientes para cortar as communicações dos paraguayos que haviam penetrado no territorio argentino, e que logo se dividiram em dous corpos, um dos quaes atravessou o Uruguay e tomou San-Borja e Uruguayana, enquanto o outro avançava pela margem direita do rio, chegando a entrar em Goya e Bellavista. Mas estes corpos precisavam receber viveres do Paraguay, e a esquadra brasileira impedia-lhes o abastecimento; Lopez mandou, pois, atacar a esquadra por 11 vapores, todos de madeira, mas bem artilhados e 6 jangadas.

O combate empenhou-se em Riachuelo (11 de Junho). Os paraguayos combateram intrepidamente, mas o commandante brasileiro Barroso, fazendo manobrar habilmente o seu navio couraçado, metteu a pique quatro navios inimigos; e afugentou os outros. O bloqueio foi, pois, mantido, e entretanto organisou-se em Concordia, aldeia d'Entre Rios, na margem direita do Uruguay, o

exercito alliado, em força de 15.000 brazileiros ás ordens do general Osorio, 4 a 5.000 orientaes e uns 6.000 argentinos. O presidente da Republica Argentina, Mitre, assumiu o commando em chefe. O general Flôres, que commandava a vanguarda, avançou pela margem direita do Uruguay. Pelo mesmo tempo, uma columna argentina ás ordens de Paunero, que fôra a primeira a perseguir os paraguayos, encontrou a divisão inimiga que descia ao longo do rio, e derrotou-a completamente na Restauracion (17 de Agosto). Pouco depois, a outra divisão, a que havia tomado Uruguayana, vendo-se envolvida pelas forças de Mitre e por um corpo brazileiro que se organisára no Rio-Grande, e ameaçada de flanco pelas canhoneiras, entregou-se sem combate (11 de Setembro) ao imperador D. Pedro, que havia chegado recentemente ao theatro das operações. Ficaram nas mãos dos alliados 6.000 prisioneiros.

Lopez resolveu retirar para o territorio nacional; mandou evacuar Corrientes, e esperou o inimigo atraz dos seus formidaveis entrincheiramentos. A guerra poderia, talvez, ter terminado n'este ponto; mas proseguiu.

Depois de muitos trabalhos, o exercito atravessou o Paraná, e foi tomar posições diante dos entrincheiramentos do inimigo, que a todo o momento lhe salteava os postos avançados. Consumiu-se muito tempo a organizar as forças alliadas e a habilital-as para operarem n'um terreno difficil e insalubre, onde se não podiam alimentar e onde era difficil fazer chegar os aprovisionamentos, de continuo ameaçados pelas surpresas temerarias dos Paraguayos. Por outra parte, a esquadra brazileira teve de esperar pelas aguas altas para poder avançar. Os alliados permaneceram, pois, mezes seguidos n'uma posição desvantajosa, perdendo vidas e consumindo thesouros em quasi completa impotencia. Repelliram, é certo, vantajosamente alguns ataques do inimigo e tomaram Curuzú; mas quando tendo-se já adiantado a esquadra, accommetteram a linha de fortificações de Curupaity, sentinella avançada de Humaytá, inutilisaram-se-lhes os esforços desesperados de cinco dias consecutivos de luta, e convenceram-se de que Curupaity só cederia a um sitio

regular. Principiaram, pois, os trabalhos do sitio, sob a direcção do Marquez de Caxias, que substituiu no commando das tropas do Brazil o General Polydoro, e com elles se gastou grande parte do anno de 1867. Nos ultimos mezes, porém, a esquadra subiu o rio passando por Curupaity, e as tropas occuparam a importante posição de Tayi.

O anno de 1868 annunciou-se ainda mais auspicioso para as armas alliadas. A esquadra brazileira, aproveitando uma cheia do Paraguay, passou por diante de Humaytá affrontando o terrivel fogo dos paraguayos (19 para 20 de Fevereiro). Os soldados de Lopez nada haviam podido no acto da passagem contra as fortes cou-raças dos navios inimigos, e, como desesperados com a inutilidade da artilharia, tentaram vencer a peito nú, braço a braço, o que ella quasi nem podéra molestar.

No 1.º de Março, umas trinta chatas paraguayas, des-cendo disfarçadas pelo rio abaixo, afferraram-se de sur-preza a dous navios da esquadra, e lançaram-lhes na tolda as suas heroicas guarnições. Esteve por perdido o *Lima Barros* com a audaciosa abordagem; mas, por fim, os assaltantes foram varridos pela metralha, não tendo conseguido mais do que assombrar o inimigo com a temeridade da empreza a que se haviam abalanchado.

Curupaity e todos os reductos que defendiam as ap-proximações de Humaytá tinham caido em poder dos alliados (21 de Março); mas os vencedores estavam ainda diante d'uma barreira bem mais formidavel, que os de-teve durante quatro mezes, subjeitando-os a graves re-vezes. Já depois de muito combater, a 16 de Junho, constou ao Marquez de Caxias, por espiões, que a guar-nição de Humaytá ia retirar-se para o Chaco. Querendo obstar a esse movimento, arrojou sobre as fortificações 10.000 homens commandados pelo General Osorio, e os assaltantes algumas vantagem obtiveram n'um reducto avançado; mas de subito deram sobre elles os paraguayos em columnas cerradas, e levaram-n'os adiante de si, fa-zendo-lhes perto de mil baixas. Dous dias depois, o co-ronel Martinz de Hoz, foi tambem batido nas margens do Guaicurú. E, protegidos pelos resultados d'estas

victorias, os 4.000 paraguayos que ainda estavam em Humaytá evacuaram a fortaleza, onde já os atormentava a fome (25 de Julho), conseguindo apenas os alliados destroçar-lhes a ultima columna, a que escoltava as mulheres e as creanças.

Inutilisada a linha de Humaytá, Lopez concentrou as forças n'uma excellente posição em Angustura e Villeta, dez leguas abaixo de Assumpção, detraz do rio Piqueciry, affluente do Paraná, e na altura em que o Paraguay faz um apertado cotovello. Para tomar esta posição mandou o Marquez de Caxias abrir uma estrada na margem direita do Paraguay, e, finda a obra, o exercito aliado passou o rio e marchou pelo novo caminho, conseguindo com esta manobra tirar a importancia strategica a Angustura. Restava, porém, repulsar o inimigo de Villeta e Lomas-Valentinas, o que não era facil empreza. A 5 de Dezembro, os brasileiros atacaram a ponte de Itororó e tomaram-n'a, mas a vantagem custou-lhes muitas vidas, e os paraguayos permaneceram na Villeta. Esta posição foi, afinal, conquistada cinco dias depois; porém Lopez concentrou-se em Lomas-Valentinas. Lá foram tambem os alliados, e combateram durante dias consecutivos. No dia 21, os assaltantes chegaram a galgar as trincheiras mas foram repellidos; no dia 22 e nos seguintes, nenhum dos belligerantes recuou um passo. Por fim, o incessante bombardeamento quebrou a firmeza de Lopez, que a 27 retirou desordenadamente com as suas reduzidas hostes. Esta serie de combates deixou a descoberto a cidade de Assumpção, onde os vencedores entraram a 5 de Janeiro de 1869, cobertos, porém, de luto pela perda de 8.000 dos seus irmãos d'armas, que a tanto subia já, da parte dos alliados, o numero das victimas da guerra, contando-se entre ellas os generaes barão do Triumpho, Gorjão e Machado Bettencourt—não incluindo n'este rol necrologico os martyres da expedição de Matto-Grosso.

Solano Lopes não se deu por vencido com a perda da sua capital. Esperou, talvez, que o inimigo se cansasse d'uma guerra crudelissima e ruinosa, que lhe não promettia proveito nem indisputada gloria. Quando retirou

de Lomas-Valentinas estava quasi sem soldados; aproveitou, porém, a obediência cega e fanática a que havia acostumado os subditos para organizar outro exercito, e resolveu transplantar a guerra para o interior do paiz, para a região das Cordilheiras, onde o accidentado do terreno lhe facilitava a defeza. Entretanto cuidavam os alliados de provêr ás necessidades da nova situação. Na capital do Paraguay installaram uma administração provisoria, dirigida pelo Conselheiro Silva Paranhos, delegado do Brazil, e pelo delegado da Republica Argentina, o Doutor Roque Perez. Ao mesmo tempo, o commando das forças alliadas, que o tratado de 1865 entregára ao presidente Mitre, passou a ser exercido pelo Conde d'Eu, Gastão d'Orleans, genro do imperador D. Pedro II. O marquez de Caxias havia-se demittido depois da tomada de Assumpção. A este tempo, o exercito brasileiro em operações compunha-se de 18.000 homens e 52 peças de artilharia, além das guarnições de Humaytá, Assumpção, etc., que elevariam a força total a 26.000 praças; o contingente argentino constava apenas de 4.000 soldados, e a divisão oriental estava reduzida a 600. Era, pois, sobre o Brazil, que estava pesando a guerra.

Em Abril de 1869 recommçaram as operações. O General Camara subiu pelo Paraguay com um destacamento para ir ás margens do Jejuy accommetter o Major Galeano que ainda sonhoreava o paiz; outra força foi destruir a fundição de Ibicuy, o que conseguiu (13 de Abril); e o grosso do exercito moveu-se na direcção de Pirayú e Taquaral, posições fronteiras aos primeiros entrincheiramentos de Lopez. Ao mesmo tempo, um corpo que se tinha organizado no Rio Grande do Sul, ás ordens do General Polydoro, recebeu ordem de marchar para Tuyuti, deixando na fronteira de sudeste uma divisão, que tambem depois marchou para ir guarnecer Assumpção.

A expedição de Camara ao Jejuy teve exito completo: tomou a villa de S. Pedro e derrotou Galeano. Já não succedeu outro tanto a uma excursão que o General Menna Barreto empreendeu, de Pirayú á região de sueste, porque não poude passar muito além do desfila-deiro de Sapucaya, e ao retirar viu a sua columna cor-

tada pelo inimigo, ficando a rectaguarda em tão precaria situação, que teve de abrir caminho por onde poudes. As operações importantes, essas só principiaram com o mez de Agosto. Dous corpos de exercito tomaram por Paraguay, Sapucaya e Valenzuela, e approximaram-se de Peribebuy, onde então era a capital do dictador, que, não esperando este movimento do inimigo, não poudes disputar-lhe o passo; a 12 de Agosto foi a praça assaltada, e Lopes teve de fugir outra vez, deixando em poder do inimigo os archivos da republica e valiosos despojos. Acto continuo, os brazileiros occuparam Caacupé, e, dando as mãos ás tropas que tinham ficado em Pyraíú e que dias antes haviam tomado a posição de Tobaty, procuraram envolver os paraguayos. Elles, porém, em vez de retirar para o sul, como se esperava, esquivaram-se para o norte, na direcção de Caraguatahy, cobrindo-lhes a retirada o General Caballero com 6 000 homens. Em vista d'isso, o Conde d'Eu mandou contra-marchar parte das suas forças para ir tomar a frente ao inimigo, enquanto outra parte o acossava pela rectaguarda.

A batalha do Campo Grande que se realisou, então, foi renhida e esteve por muito tempo indecisa; só a decidiu a brigada de cavallaria Hippolyto, que tinha ficado á rectaguarda, entrando em combate com uma vigorosa carga. O 2.º corpo tambem desbaratou o inimigo, e logo depois marchou para occupar Caraguatahy, o que não logrou sem um vivo combate em Cagui-Djurú. Foram estas as ultimas operações importantes da campanha. Solano Lopez estava exausto de recursos. A população masculina do Paraguay fôra cruelmente dizimada, e o indomavel dictador já havia empregado mulheres e creanças nos trabalhos de guerra. Quando, depois das ultimas derrotas, fugiu na direcção de Santo Estanisláu, apenas o acompanhavam quatro mil e tantos homens, que arrastavam atravez dos pantanos algumas peças de artilharia. Os alliados perseguiram-n'o até ao Rio Hondo, mas não o alcançaram, e retrocederam. Lopez, lá do fundo das montanhas, proclamou Curuguaty capital do Paraguay, e, apesar de poder pôr-se a salvo retirando pelos desertos para a Bolivia, persistiu em lutar.

Aquartellado em Caraguaty, o conde d'Eu providenciou para occupar solidamente os pontos principaes do territorio paraguayos e impedir que o dictador tirasse d'elle novos recursos. Ao mesmo tempo, organisou a perseguição a Lopez.

As povoações paraguayas ainda fieis ao dictador iam caindo umas apoz outras nas mãos dos brazileiros, e as forças militares que não tinham deposto as armas todos os dias eram batidas pelas columnas encarregadas de completar a submissão do paiz.

Para pôr termo á guerra só faltava, pois, a prisão do dictador ou a sua fuga para além da fronteira, e elle achava-se já reduzido ao ultimo apuro.

O general Camara foi o heroe deste ultimo periodo da campanha. Incumbido especialmente de perseguir o dictador, sahio da Conceição com cêrca de 1.000 homens.

Constou que Lopez queria penetrar em Matto Grosso, para de lá alcançar a Bolivia, e por isso Camara, reforçada a sua columna, correu da Conceição para a Bella Vista, no intento de seguir para a colonia de Dourados. Porém o dictador, chegado a esse ponto, mudou de desigñio, internou-se nas serras e foi occupar as posições de Aquidabanigui, posições fortissimas, mas que só tinham duas sahidás: a picada de Chiriguelo e o Guassú. Correndo sobre elle, Camara fez tomar estas saidas sem ser presentida a sua aproximação, e desde esse momento julgou seguro o exito da sua empreza.

De facto, a 1.º de Março de 1870, os brazileiros surprehenderam em Taquaras a guarda avançada dos paraguayos, mataram-n'a, e cresceram para o acampamento de Cerro-Corá, onde estava Lopez desprevinido. Quando este se viu quasi envolvido pelo inimigo, quiz ainda fugir pelo matto com alguns fieis; mas foram-lhe no alcance alguns lanceiros, e um delles varou-o com a lança.

Estava finda a guerra, mas á custa d'um enorme sacrificio do Brazil. O inimigo parecia fraco, mas na realidade tinha extraordinarios elementos e maravilhosas condições de resistencia.

Os brasileiros revelaram, durante essa luta, tanta firmeza nos designios, tanta constancia nos soffrimentos e nas privações, tanto valor nos prelios, que não é sem motivo que se ufanam do seu exercito e da sua esquadra.

8. APRECIACÃO GERAL DO ESTADO DO BRAZIL. SCIENCIAS, LETTRAS E ARTES; AGRICULTURA, COMMERCIO E INDUSTRIA; FINANÇAS.

Emquanto as republicas americanas de raça hespanhoia se extorciam nas convulsões da guerra civil, prosperava o Brazil ao abrigo de uma monarchia liberal. A sua implantação não foi isenta de abalos sociaes; o Brazil teve um noviciado de paiz independente e livre, durante o qual a inexperiencia e as paixões da juventude mais de uma vez atearam discordias entre irmãos e socios; e mais de uma se rompeu o accordo entre o governo e os governados. Mas logo preponderou a razão amadurecida, foi comprehendida a vantagem da união, e a emancipada colonia tornou-se na America do Sul uma excepção exemplar de ordem, de governo sinceramente representativo.

A abdicacão de D. Pedro I não assegurou a tranquillidade do paiz: seguiu-se um periodo agitadissimo, como vimos, até á declaracão da maioridade de D. Pedro II.

Depois dessa época, embora tivesse havido ainda algumas lutas, socegaram os animos e D. Pedro II esmerou-se em respeitar e fazer respeitar a Constitucão reformada, que assegurava aos brasileiros, além do gozo de todos os direitos individuaes e d'um verdadeiro regimen parlamentar, amplas franquias locaes.

D. Pedro II, bastante illustrado, era decidido protector das sciencias, letras e artes e a elle deve o Brazil, incontestavelmente, o possuir hoje muitos talentos de que se honra. Sabios estrangeiros procuraram nosso paiz onde muitos delles desempenharam cargos e commissões scientificas, e artistas do velho mundo vieram tambem tra-

zer-nos o proveitoso concurso de suas luzes e aptidões. Foi sob D. Pedro II que floresceram entre muitos outros: os poetas Odorico Mendes, Gonçalves Dias, Porto Alegre, Gonçalves de Magalhães, Castro Alves, Casemiro de Abreu, Fagundes Varella, Alvares de Azevedo, F. Octaviano; os historiadores Varnhagem, Pereira da Silva, Macedo, Mello Moraes, Abreu Lima, Mendes de Almeida, Capistrano de Abreu, Berquó, Mattoso Maia, Lacerda; os grammaticos Couto de Magalhães, Freire da Silva, Julio Ribeiro, Sotero dos Reis, João Ribeiro, Lameira de Andrade; os romancistas José de Alencar, Bernardo Guimarães e Macedo; os ethnologos Barboza Rodrigues, Ladisláo Netto e J. B. Lacerda. Além da escola de bellas artes e do instituto de musica, que produziram já no segundo imperio excellentes pintores e inspirados musicos, a protecção imperial deu azas a muitas aptidões artisticas, que se foram aperfeiçoar na Europa. Entre esses convém lembrar Almeida Junior, pintor ituano, e Carlos Gomes, o genial maestro campineiro, celebres por suas producções.

Os dotes de espirito do soberano, que já se revelavam na época da maioridade, pouco a pouco, iam-se expandindo á medida que com a idade o seu character se fortalecia na experiencia dos homens e das cousas.

Democrata, simples e modesto, mas sem perda da distincção pessoal, generoso e desinteressado, sem affectação grangeou melhor que a popularidade a sympathia respeitosa da multidão.

As atenções do Governo applicaram-se, particularmente, á prosperidade material do paiz, ao desenvolvimento do seu commercio e da sua agricultura; e, apezar de precisar de braços, não resistiu o Brazil ao prestigio das doutrinas humanitarias e civilisadoras, que condemnam a escravatura. A 4 de Setembro de 1850 foi prohibido esse odioso trafico. Vieram depois as leis de 28 de Setembro de 1871, de 28 de Setembro de 1885 e, finalmente, a de 13 de Maio de 1888 que aboliu a escravidão.

Os progressos da civilisação nacional, momentaneamente paralisados pelo derivamento de forças e actividades, determinado pela grande guerra do Paraguay, depressa recobriram impulso. Como os norte-americanos depois da

guerra da secessão, os brasileiros logo ressarciram com o trabalho os prejuizos soffridos, e o Imperio, assegurada a sua influencia politica na America Meridional, respeitado pelos visinhos, estimado pela Europa, entregou-se sollicitamente a aperfeiçoar as condições da sua existencia interna e a accrescentar a fortuna publica.

Em 1873 rebentou um desagradavel conflicto. Tendo o bispo do Pará, D. Vital, intimado as irmandades da sua diocese para expulsarem os confrades que eram maçons, essas corporações reagiram e o prelado fulminou-as com interdictos. Pôz-se o clero do lado do seu Chefe, reclamaram os aggravados para os tribunaes e para o Governo, e a contenda complicou-se com tumultos populares. O Governo annullou os interdictos; mas D. Vital ordenou aos ecclesiasticos que não cumprissem as disposições da autoridade secular, autorizando-se para isso com um *Breve*, de Roma, que publicou apesar de lhe faltar o *placet* imperial. O Bispo do Pará imitou o procedimento do seu collega pernambucano; o do Rio de Janeiro tambem deu publicidade ao *Breve*. Apaixonaram-se os animos, dividiu-se a nação em dous campos. Mas o Governo, pugnando com energia pelos direitos do Estado, fez processar o prelado de Pernambuco e depois o do Pará, e o Supremo Tribunal de Justiça condemnou-os a uma pena rigorosa.

Os Bispos foram presos. Entretanto o Governo brasileiro procurava pôr termo a um estado de cousas, que perturbava as consciencias, entrando em transacções com Roma, e, por fim, em Setembro de 1875, os Bispos foram amnistiados e soltos, ao que se seguiu levantar o Papa os interdictos lançados sobre as irmandades.

As finanças tambem prosperavam. O credito do Brazil firmou-se no estrangeiro de modo que os capitaes affluiram com vantagem para favorecer o desenvolvimento material do paiz. O cambio, que, pelos sacrificios enormes de homens e de dinheiro na sustentação da guerra do Paraguay, descêra a 15, sempre oscillou depois entre 24 e 27.

Dotado de liberrimas instituições, em summa, calma e reflectidamente, o Brazil caminhava na senda do mais

lisongeiro progresso. Tributavam-lhe todas as nações cultas o maior respeito e attenciosa consideração, por ser na America o Estado de mais valor e da mais inconcussa honorabilidade em suas relações politicas, economicas e sociaes. O seu credito era illimitado, firme e inabalavel tanto no exterior como no interior. O seu commercio florescia; a sua producção se desenvolvia e augmentava de dia a dia. A rêde de seus caminhos de ferro em trafego, e em construcção, se expandia gradualmente — levando triumphante a civilisação ao interior do paiz, pondo em communicação a população disseminada pelo seu immenso territorio e facilitando o transporte de seus productos e artefactos industriaes e agricolas. A instrucção publica se desenvolvia, pouco a pouco, pela multiplicação das escolas, pelos institutos de ensino, providos de todos os meios apropriados ao mais proficuo e regular desempenho de suas funcções, e era sempre objecto da maior sollicitude dos Poderes Publicos. O Governo desde muito applicava e dedicava todos os esforços á soluçõ do grandioso problema de attrair possantes correntes de immigração que viesse povoar o paiz, explorar as suas immensas riquezas e impulsionar a grande obra de regeneração do trabalho e de nossa civilisação. Emfim a vergonhosa macula da escravidão, que obumbrava a grande nação brazileira, foi, sem rasto de sangue, completamente extincta. Nada mais restava para que se pudesse olhar, sem assombro e medo, para o grande porvir que estava gloriosamente reservado ao colosso sul-americano.



PARTE III

A REPUBLICA

1. A REVOLUÇÃO DE 15 DE NOVEMBRO DE 1889: PROCLAMAÇÃO E ESTABELECIMENTO DA REPUBLICA.—O GOVERNO PROVISORIO.

O *republicanismo*, que já existia no Brazil desde os tempos coloniaes, foi progressivamente crescendo e fortalecendo-se até produzir a quêda da monarchia com a revolução de 15 de Novembro de 1889.

De 1870, em diante, depois do celebre manifesto de 3 de Dezembro desse anno, mais se accentuou. O partido republicano foi organizado no Rio e nas Provincias, e começou a obra da propaganda pela imprensa e pela tribuna, em larga escala, e com grande dedicação de seus membros.

Feita a abolição da escravidão, *sem indemnisação* dos proprietarios de escravos, grande numero de descontentes ligou-se aos *republicanos propagandistas ou historicos*.

Apparece a questão militar que, tendo como origem a censura em ordem do dia mandada lançar pelo governo imperial contra dous officiaes do exercito, que pela imprensa discutiram actos de superiores hierarchicos, apparentemente terminou com a resolução tomada pelo senado de mandar trancar as referidas notas—sob pretexto de não aggravar o precario estado de saude do Imperador.

Vacillante o governo imperial em seu prestigio, e abalada desta fórma a sua força moral, era de prever o complemento deste desequilibrio que cada vez mais se accentuava em seu desfavor.

Depois de diversas reuniões secretas, em que concordaram nos meios de levar avante o rompimento, na manhã de 15 de Novembro de 1889 a tropa saiu dos quartéis e, com o marechal Deodoro á frente, postou-se diante da Secretaria da Guerra. O campo de Sant'Anna ficou todo occupado pelo exercito e pelo povo confraternizado.

O Ministerio reunido naquella secretaria, depois de conferenciar com os generaes presentes, resolveu pedir demissão, o que era uma das intimações feitas pelas forças militares. Expedido um telegramma nesse sentido para Petropolis, onde se achava o Imperador, o Ajudante-General saiu da secretaria afim de comunicar ao Marechal Deodoro a resolução que acabavam de tomar os ministros. O Marechal, penetrando então no quartel com o seu estado maior, foi recebido com aclamações pela força alli postada, e pouco depois acompanhado por esta, regressou ao campo, sendo de novo muito victoriado.

Instantes depois a artilharia dava uma salva de 21 tiros. Estava victoriosa a revolução e proclamada a Republica.

Constituiu-se um Governo Provisorio, que dirigiu ao povo a seguinte proclamação:

«Concidadãos:

O povo, o exercito e a armada nacional, em perfeita communhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas provincias, acabam de decretar a deposição da dynastia imperial e consequentemente a extincção do systema monarchico representativo.

«Como resultado immediato d'esta revolução nacional de caracter essencialmente patriotico, acaba de ser instituido um governo provisorio, cuja principal missão é garantir com a ordem publica a liberdade e os direitos do cidadão.

«Para comporem este governo, emquanto a nação soberana, pelos órgãos competentes, não proceder á escolha do governo definitivo, foram nomeados pelo chefe do poder executivo da nação os cidadãos abaixo assignados.

«Concidadãos :

«O governo provisorio, simples agente temporario da soberania nacional, é o governo da paz, da liberdade, da fraternidade e da ordem.

«No uso das attribuições e faculdades extraordinarias de que se acha investido para a defesa da integridade da patria e da ordem publica, o governo provisorio por todos os meios ao seu alcance promette e garante a todos os habitantes do Brazil, nacionaes e estrangeiros, a segurança da vida e da propriedade, o respeito aos direitos individuaes e politicos, salvo, quanto a estes, as limitações exigidas pelo bem da patria e pela legitima defesa do governo proclamado pelo povo, pelo exercito e pela armada nacional.

«Concidadãos :

«As funcções da justiça ordinaria, bem como as funcções da administração civil e militar, continuarão a ser exercidas pelos órgãos até aqui existentes, com relação aos actos pela plenitude dos seus effectos ; com relação ás pessoas, respeitadas as vantagens e os direitos adquiridos por cada funcionario.

«Fica, porém, abolida, desde já, a vitaliciedade do senado, e bem assim o conselho de Estado. Fica dissolvida a camara dos deputados.

«Concidadãos :

«O governo provisorio reconhece e acata todos os compromissos nacionaes contraídos durante o regimen anterior, os tratados subsistentes com as potencias estrangeiras, a divida publica externa e interna, os contractos vigentes e mais obrigações legalmente instituidas.

Marechal *Manuel Deodoro da Fonseca*, chefe do governo provisorio.—*Aristides da Silva Lobo*, ministro do interior.—*Ruy Barbosa*, ministro da fazenda e interinamente da justiça.—Tenente-Coronel *Benjamin Constant*

Botelho de Magalhães, ministro da guerra.—Chefe de esquadra *Eduardo Wandenkolk*, ministro da marinha.—*Quintino Bocayuva*, ministro das relações exteriores e interinamente da agricultura, commercio e obras publicas».

Em seguida expediu o Governo Provisorio o seguinte decreto :

DECRETO N. 1 DE 15 DE NOVEMBRO DE 1889

O Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º Fica proclamada provisoriamente e decretada como a forma de governo na nação brasileira, a Republica Federativa.

Art. 2.º As provincias do Brazil, reunidas pelo laço da federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brazil.

Art. 3.º Cada um desses Estados, no exercicio de sua legitima soberania, decretará opportunamente a sua constituição definitiva, elegendo seus corpos e os seus governos locais.

Art. 4.º Enquanto pelos meios regulares não se proceder á eleição do Congresso Constituinte do Brazil, e bem assim á eleição das legislaturas de cada um dos Estados, será regida a nação brasileira pelo Governo Provisorio da Republica; e nos novos Estados pelos governos que hajam proclamado ou, na falta destes, por governadores delegados do Governo Provisorio.

Art. 5.º Os Governos dos Estados federados adoptarão com urgencia todas as providencias necessarias para a manutenção da ordem e da segurança publica, defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos, quer nacionaes, quer estrangeiros.

Art. 6.º Em qualquer dos Estados, onde a ordem publica fôr perturbada e onde faltem ao Governo local meios efficazes para reprimir as desordens e assegurar a paz e tranquillidade publica, effectuará o Governo Provisorio a intervenção necessaria para, com o apoio da força publica, assegurar o livre exercicio dos direitos dos cidadãos e a livre acção das autoridades constituídas.

Art. 7.º Sendo a Republica Federativa Brasileira a fórma de governo proclamada, o Governo Provisorio não reconhece nem reconhecerá nenhum Governo local contrario á fórma republicana, aguardando, como lhe cumpre, o pronunciamento definitivo da nação, livremente expressado pelo suffragio popular.

Art. 8.º A força publica regular, representada pelas tres armas do exercito e pela armada nacional de que existem guarnições ou contingentes nas diversas provincias, continuará subordinada e exclusivamente dependente do Governo Provisorio da Republica, podendo os governos locaes, pelos meios ao seu alcance, decretar a organização de uma guarda civica destinada ao policiamento do territorio de cada um dos novos Estados.

Art. 9.º Ficam egualmente subordinadas ao Governo Provisorio da Republica todas as repartições civis e militares até aqui subordinadas ao Governo central da nação brasileira.

Art. 10. O territorio do municipio neutro fica provisoriamente sob a administração immediata do Governo Provisorio da Republica, e a cidade do Rio de Janeiro constituída tambem provisoriamente séde do poder federal.

Art. 11. Ficam encarregados da execução deste decreto, na parte que a cada um pertença, os secretarios de estado das diversas repartições ou ministerios do actual Governo Provisorio.

Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1889».

A 1 hora da tarde, chegou o Imperador ao paço, sem guardas, só, confiado no povo e no exercito, conscio de que seria respeitado. Lia-se na sua physionomia a maior afflicção. Ligeiro tremor vergara-lhe o corpo, já alquebrado pela idade e pela molestia.

Pouco depois foram reunir-se a elle a Princeza, o Conde d'Eu, o Principe D. Pedro, senadores, camaristas e empregados do paço.

A's duas e meia horas da tarde do dia 16 o major Solon, commandante interino do 9.º regimento de cavallaria, e o tenente do 1.º regimento da mesma arma Sebastião Bandeira, foram, com um piquete de cavallaria, e em grande uniforme, levar ao Snr. D. Pedro II a

mensagem do governo provisório, que determinava a sua deposição e retirada do paiz dentro de 24 horas. A mensagem do General Deodoro terminava dizendo que era de esperar que S. M. procedesse como seu pae a 7 de Abril de 1831. O Imperador respondeu: «A' vista da representação escripta que me foi entregue hoje, ás 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao imperio das circumstancias, partir, com toda a minha familia, para a Europa, amanhã, deixando esta patria de nós estremecida, á qual me esforcei por dar constantes testemunhos de estranhado amor e dedicação durante quasi meio seculo, em que desempenhei o cargo de chefe do Estado. Ausentando-me, pois, eu com todas as pessoas de minha familia, conservarei do Brazil a mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade. Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1889.— D. Pedro de Alcantara.»

A resposta do Imperador foi entregue ao Major Solon, que a passou ao Ministerio da Guerra.

A's 3 horas da madrugada do dia 17 effectuou-se o embarque da familia imperial, a bordo da corveta *Parnahyba* que singrou para a ilha Grande, onde devia aguardar o paquete *Alagôas*.

Foi convocada uma Assembléa Constituinte, cuja eleição teve logar a 15 de Setembro de 1890, e que reuniu-se no antigo palacio da Boa Vista, em S. Christovam, a 15 de Novembro.

Duraram os trabalhos da Assembléa Constituinte até 24 de Fevereiro de 1891, dia em que foi promulgada a Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo logar no dia seguinte a eleição para Presidente e Vice-Presidente da Republica. Para o primeiro foi eleito o Generalissimo Manuel Deodoro da Fonseca; para o segundo o Marechal Floriano Peixoto.

2.—A PRESIDENCIA DO MARECHAL M. DEODORO DA FONSECA

Retirado o primeiro ministerio, no dia em que foi votado pelo Congresso Nacional em primeira discussão o projecto da Constituição da Republica, o Marechal Deodoro organizou novo gabinete, constituindo-o, excepção unica do ministro dos estrangeiros, com individuos que jámais batalharam no partido republicano. A consequencia foi que o nucleo que na Constituinte lhe fazia opposição sentiu-se immediatamente accrescido de respeitavel numero.

Uma luta formidavel estabeleceu-se entre o poder legislativo e o executivo, que procurava por todos os modos sobrepujar aquelle, desrespeitando as suas deliberações e contrariando todos os seus actos por meio do *veto* presidencial.

Varias tentativas de conciliação foram propostas e feitas no intuito de evitar a solução que aos olhos de todos se desenhava imminente. Mas não só um forte grupo da opposição parlamentar contestava a possibilidade de accordo numa luta que se abria por amor aos principios, como, especialmente, não estava nem na indole, nem na conveniencia do Governo outra solução que não o esmagamento do Congresso.

Realizou-se a previsão que estava no espirito de todos quantos acompanhavam a marcha dos negocios publicos. A 3 de Novembro de 1891 foi o Congresso dissolvido collocando-se á entrada das casas do parlamento força armada para evitar o ingresso dos legitimos representantes da soberania popular.

Um decreto que acompanhava o acto da dissolução, declarava o estado de sitio na Capital e em Nicteroy. O governo reservava-se o direito de deportar a quem entendesse, sem fórma alguma de processo. Uma commissão militar era incumbida de julgar summariamente os *inimigos* da Republica.

Desde então tratou-se dos meios de resistencia a um acto tão despótico. Começaram as perseguições. A policia

expediu ordem de prisão contra todos os congressistas que estavam na Capital Federal. Isto, porém, não impedia que o trabalho da conspiração proseguisse, convencidos todos já então de que não haveria força que impedisse a revolução.

Custodio de Mello tinha comsigo a flôr da nossa brava officialidade de mar. O general Floriano, inteiramente dedicado a legalidade, não comparecia aos festejos officiaes de 15 de Novembro, apesar do convite pessoal que lhe fôra levar o barão de Lucena. Wandenkolk punha em contribuição todos os seus elementos de força, e, em torno do general Simeão, o exercito se manifestava pela lei.

O Pará quebrára os élos que o prendiam ao governo central; o Rio Grande do Sul preparára forças, e, havendo deposto o governador, dispunha-se para marchar sobre o Rio de Janeiro. O visconde de Pelotas recebia em Santos intimação do Governo para regressar a capital; a armada era dividida em secções, e uma d'ellas era enviada para Santa Catharina; para o Rio Grande, por Montevidéo (desde que a barra estava em poder dos revoltosos), seguiam varios generaes para commandar as forças da fronteira, que aliás haviam logo adherido á revolução. Todos esses factos geravam a convicção no animo do povo, desprovido de noticias, de que a revolução triumphava. Por outro lado, enviavam-se batalhões para São Paulo, e dizia-se que esse importante Estado se havia tambem revoltado. A *gréve* da Estrada Central rebentou neste momento. Não houve disturbios; simplesmente não funcionavam os trens; não havia communições com ponto algum. O Barão de Lucena queimou os ultimos cartuchos; e ordenou effectivamente a prisão de diversos generaes.

Emquanto estes factos se passavam, o almirante Custodio de Mello acolhia-se a bordo do *Riachuelo* e se preparava para uma luta formidavel. Felizmente tudo resolveu-se pacificamente.

O Marechal Deodoro mandou chamar o marechal Floriano Peixoto e resignou em suas mãos o cargo de Pre-

sidente da Republica. Organizado novo ministerio, foram publicados dous decretos: um levantando o estado de sitio, e outro convocando o Congresso em sessão extraordinaria.

Foi por esse tempo que uma triste occurencia deu-se longe da patria. O ex-imperador D. Pedro II fallecia em Paris na noute de 5 de Dezembro de 1891, em um modesto aposento do hotel Bedford, tendo sido precedido no tumulo pela virtuosa Imperatriz sua esposa, que falleceu na cidade do Porto a 28 de Dezembro de 1889.

3. A PRESIDENCIA DO MARECHAL FLORIANO FEIXOTO

Não correram placidos os dias de sua administração. Interesses feridos pela sua politica ameaçavam a todo o momento explodir, produzindo a commoção do paiz. Diversas tentativas de sublevação tiveram logar, mas foram todas debelladas pela energia do Chefe do Estado, que foi forçado a recorrer á medidas extremas, taes como a reforma de diversos generaes e o desterro para pontos da fronteira do Estado do Amazonas de diversos cidadãos que haviam tomado parte na tentativa revolucionaria de 10 de Abril de 1892.

Suffocados esse e outros movimentos, o paiz entrou em um periodo de calma. As rendas publicas continuavam a crescer, o cambio começava a subir.

Entretanto, o Contra-almirante Custodio José de Mello, que fôra ministro da marinha desde 23 de Novembro de 1981, retira-se do ministerio declarando que fôra do governo continuaria a manter a mesma lealdade de sempre e que não se envolveria em conluios conspiratorios. Era notorio, porém, que desde sua retirada do governo o Contra-almirante conspirava e contava para a projectada revolta com diversos corpos das guarnições da Capital, com a grêve na Estrada de Ferro Central do Brazil e com outros elementos.

Concertados todos os planos para a revolta, esta rompeu a 6 de Setembro de 1893. Senhor do *Aquidaban*, do *Javary*, do *Republica*, e do *Trajano*, apoderou-se de diversos outros navios pertencentes a companhias particulares e rompeu a luta.

O governo armou-se para a defesa. Ao mesmo tempo que preparava fóra do paiz uma esquadra, distribuia pelo litoral da Capital e do visinho Estado do Rio de Janeiro forças de linha, policial, da guarda nacional e de diferentes batalhões patrióticos para impedir que os revoltosos desembarcassem.

Durante seis mezes a cidade de Nicteroy [foi victima de continuados bombardeios de artilharia de grande calibre, que demoliram diversas casas, damnificaram diversos edificios e fizeram innumeras victimas.

Desesperado porque nenhuma das duas cidades se rendia, pela explosão dos paiões de polvora da ilha de Mocangué e da ponta do Mattoso e pela submersão do couraçado *Javary*, o Contra-almirante allucinado forçou a barra, no *Aquidaban*, apesar da heroica resistencia das fortalezas legaes. Foi reunir-se ao *Republica*, que, um mez depois de rebentar a revolta, tinha, aproveitando-se da densa escuridão da noite, igualmente forçado a barra, e velejado para Santa Catharina, de cuja capital se apoderou.

Foi então que o contra-almirante Saldanha da Gama resolveu-se a quebrar a neutralidade em que até então tinha-se mantido, publicando um manifesto francamente restaurador e fazendo causa commum com os revoltosos.

No começo d'essa segunda phase da revolta, por occasião de ser tomada a ilha do Governador, foi mortalmente ferido o bravo general Silva Telles, que falleceu na noite de 23 de Dezembro de 1893.

Na madrugada do dia 12 de Janeiro de 1894 entrou novamente a barra o *Aquidaban*, apesar do intenso fogo dos fortes legaes.

Succederam-se muitos dias, em que os revoltosos levaram a atirar contra a cidade, até que no dia 9 de Fevereiro atacaram com grandes forças a Armação e a

Ponta da Areia, em Nicteroy, d'onde foram rechassados com grandes perdas.

As forças legaes, compostas principalmente de batalhões patrióticos, bateram-se como leões, a peito descoberto, deixando no campo da pugna muitos mortos. Esta derrota desanimou aos revoltosos, que, desde então, conservaram-se em quietação.

No dia 12 de Março o governo avisou a população da Capital Federal de que pretendia no dia seguinte romper as hostilidades contra os rebeldes. Avisados estes da attitude do governo, trataram os chefes de refugiar-se á bordo dos navios de guerra portuguezes, evacuaram as fortalezas de Villegagnon e da ilha das Cobras, de sorte que no dia seguinte, quando os fortes legaes romperam o fogo, tiveram de suspendel-o por terem certeza que os revoltosos tudo haviam abandonado. A's 5 horas da tarde entrava a barra a esquadra legal. Estava victoriosa a causa do governo. A guerra civil continuava, porém, no Sul. O presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Julio de Castilhos, tendo adherido á dictadura do Marechal Deodoro, fôra deposto pelo povo. Mais tarde, porém, o Marechal Floriano collocou-o novamente no poder com o auxilio da força federal (17 de Junho de 1892). O partido contrario, *federalista*, reuniu forças na fronteira do Estado Oriental e invadiu o Rio Grande do Sul, sob a direcção do general Silva Tavares, em 4 de Fevereiro de 1893, prolongando-se a revolução até Agosto de 1895.

O Almirante Custodio de Mello, deixando a bahia do Rio de Janeiro, adheriu aos federalistas, que, tendo conflagrado todo o Estado do Rio Grande do Sul, invadiram sob as ordens de Gumerindo Saraiva os Estados de Santa Catharina e Paraná (Janeiro de 1894). Em 16 do mesmo mez o Almirante Mello tomou a cidade de Paranaguá, atacando mais tarde a cidade do Rio Grande, d'onde foi repellido.

Rechassados os federalistas dos Estados do Paraná e Santa Catharina, voltaram para o Rio Grande do Sul, onde ainda lavrava a revolução. O *Aquidaban* foi abandonado em Santa Catharina pelos revoltosos, e o Almi-

rante Mello entregou-se em 17 de Abril de 1894 ao Governo da Republica Argentina, onde asyloou-se.

Apezar da morte de Gumercindo Saraiva, em 10 de Agosto, a revolução no Rio Grande do Sul foi além do Governo do Marechal Floriano Peixoto.

Este deixou o Governo em 15 de Novembro de 1894, passando-o ao Dr. Prudente José de Moraes e Barros.

4. — A PRESIDENCIA DO DR. PRUDENTE JOSÉ DE MORAES BARROS

Os factos mais importantes do governo d'este foram :
a) O restabelecimento das relações diplomaticas com o Governo de Portugal, em 16 de Março de 1895, mediante os bons auxilios do Governo Britanico. As relações com Portugal tinham sido rotas pelo Marechal Floriano Peixoto em 13 de Maio de 1894, por terem os navios de guerra portuguezes, surtos no Rio de Janeiro, dado asylo aos revoltosos.

b) A pacificação do Rio Grande do Sul em 23 de Agosto de 1895, feita por intermedio do General Innocencio Galvão de Queiroz, depois do combate de Campo Osorio, onde foi derrotado e morto o Almirante Saldanha da Gama. Este almirante e seus companheiros tinham-se reunido aos federalistas.

c) A occupação da ilha da Trindade pelos inglezes em Janeiro de 1895, sendo os nossos direitos reconhecidos pelo Governo Britanico em 5 de Agosto de 1896, mediante a intervenção do Governo de Portugal.

d) A invasão pelos francezes do territorio neutro do Amapá, governado então por Veiga Cabral, o que deu logar a tratar-se immediatamente da antiga questão de limites com a Guyana Franceza, submettendo-a pelo tratado de 10 de Abril de 1897 ao laudo arbitral do Presidente da Suissa, que reconheceu nossos direitos em 1.º de Dezembro de 1900.

e) As duas insubordinações dos alumnos da Escola Militar do Rio de Janeiro, sendo a primeira em 15 de

Agosto de 1895 e a segunda em 26 de Maio de 1897, ambas suffocadas rapidamente, sendo desligado grande numero de alumnos.

f) A luta em Canudos, pequeno arraial no sertão do Estado da Bahia, onde um fanatico — Antonio Maciel — mais conhecido pelo nome de Antonio Conselheiro, reunira grande numero de sertanejos, que traziam em sobresalto toda a zona visinha.

Contra Canudos foram mandadas quatro expedições. A terceira commandada pelo Coronel Moreira Cezar, e forte de 1.281 praças, foi completamente derrotada, depois da morte do Coronel em 4 de Março de 1897, apoderando-se os revoltosos, mais conhecidos pelo nome de *Jagunços*, de quasi todo o armamento com que muito hostilizaram a quarta expedição commandada pelo General Arthur Oscar de Andrade Guimarães, que tomou e arrasou o arraial de Canudos em 5 de Outubro do mesmo anno, depois de enormes perdas de ambos os lados.

Terminada a campanha de Canudos, indo o Dr. Prudente de Moraes ao Arsenal de Guerra esperar o General Barboza e os batalhões que de lá voltavam, foi agredido pelo Anspeçada Marcellino Bispo de Mello, que tentou assassinal-o com uma garrucha. Impedido pelo Coronel Mendes de Moraes e pelo Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt, que já havia voltado de Canudos, onde fôra organizar a campanha, investiu Marcellino Bispo contra estes dous, ferindo o primeiro e assassinando o Marechal Bittencourt.

Em Novembro de 1896, por motivo de molestia, entregou o Dr. Prudente de Moraes o governo ao vice-presidente Dr. Manuel Victorino Pereira, reassumindo-o em 4 de Março do anno seguinte; e no dia 15 de Novembro de 1898 passou-o ao seu successor Dr. Manuel Ferraz de Campos Salles.

FIM



PROGRAMMA-INDICE

INTRODUCCÃO

Estudo dos antecedentes historicos da descoberta do Brazil . Pag. 1

PARTE I

TEMPOS COLONIAES

1.	Descobrimto do Brazil e primeiras explorações . . .	Pag. 5
2.	Os habitantes do Brazil ao tempo do seu descobrimto; noções geraes sobre sua origem, raças, lingua, usos e costumes	» 20
3.	A colonisação do territorio: Martim Affonso de Souza e fundação dos primeiros nucleos coloniaes; as capitaniaes hereditarias	» 31
4.	O governo geral; causas e efeitos do seu estabelecimento. Primeiros governadores	» 43
5.	Os Jesuitas no Brazil: sua influencia sobre a conducta moral, civil e politica dos habitantes. Anchieta, Nobrega, Antonio Vieira	» 49
6.	As lutas com os francezes	» 57
7.	As lutas com os inglezes	» 65
8.	As lutas com os hollandezes	» 68
9.	As lutas com os hespanhões	» 75
10.	Periodo expansivo dos habitantes do Brazil; devassamento e povoamento dos sertões. As bandeiras e bandeirantes paulistas e suas entradas. Rivalidades e lutas.	» 83
11.	O Marquez de Pombal e o Brazil: influencia de sua administração.	» 93
12.	Estudo da origem e da formação da <i>nacionalidade</i> no Brazil	» 96
13.	A idéa de <i>independencia</i> : a conspiração mineira; Tiradentes	» 116
14.	Mudança da séde da monarchia portugueza para o Rio de Janeiro: causas e efeitos desse facto	» 121
15.	A revolução de 1820 em Portugal e seus efeitos no Brazil. Regresso da córte portugueza	» 129
16.	A regencia de D. Pedro: sua administração. A declaração da independencia.	» 135

II

PARTE II

A MONARCHIA

O reinado de D. Pedro I.

- | | | |
|----|---|---------|
| 1. | Acclamação e a coroação. A guerra da Independência. | Pag 143 |
| 2. | A assembléa constituinte. Juramento da Constituição do Imperio. A revolução de 1824 em Pernambuco. Motins na Bahia. Reconhecimento de independencia por Portugal. Guerra no Rio da Prata. | » 148 |
| 3. | Tratados de commercio. Medidas legislativas. Revolta de tropas estrangeiras. Motins em Pernambuco e na Bahia. A revolução de 7 de Abril de 1831 e a abdição de D. Pedro I. | » 157 |

O reinado de D. Pedro II.

- | | | |
|----|--|-------|
| 4. | A menoridade: regencias provisoria e permanente trina. Estudo dos factos principaes deste periodo. | » 164 |
| 5. | Regencias de Feijó e de Araujo Lima: estudo dos factos mais importantes. | » 169 |
| 6. | A maioridade: primeiros actos governamentais. Actos legislativos mais importantes. Movimentos revolucionarios em S. Paulo e Minas Geraes. Pacificação do Rio Grande do Sul. A revolução <i>praieira</i> em Pernambuco. | » 178 |
| 7. | A guerra contra Oribe e Rozas. Tratados com o Paraguay. A questão anglo-brazileira «Cristie». As guerras contra o Uruguay e Paraguay. | » 183 |
| 8. | Apreciação geral do estado do Brazil: sciencias, letras e artes; agricultura, commercio e industria; finanças. | » 198 |

PARTE III

A REPUBLICA

- | | | |
|----|--|-------|
| 1. | A revolução de 15 de Novembro de 1889: proclamação e estabelecimento da Republica; o governo provisório. | » 203 |
| 2. | A presidencia do Marechal M. Deodoro da Fonseca. | » 209 |
| 3. | A presidencia do Marechal Floriano Peixoto. | » 211 |
| 4. | A presidencia do Dr. Prudente J. de Moraes Barros. | » 214 |



FRANCISCO ALVES & COMP. — Editores

Rio de Janeiro — S. Paulo — Bello Horizonte

SÉRIES DE LIVROS DE LEITURA

JOÃO KÖPKE

Primeiro livro	1\$500	Quinto livro	4\$000
Segundo livro.	2\$000	Fabulas	1\$500
Terceiro livro.	2\$000	Leituras Praticas	1\$500
Quarto livro	3\$000		

ARNALDO BARRETO

Cartilha analytica	1\$500	Primeiras leituras	2\$000
Cartilha das Mães	1\$000	Leituras Moraes.	1\$500

PUIGGARI-BARRETO

Primeiro livro	1\$500	Terceiro livro.	2\$000
Segundo livro.	2\$000	Quarto livro	2\$000

THOMAZ GALHARDO

Cartilha da Infancia	\$500	Terceiro livro	2\$000
Segundo livro.	1\$000		

FRANCISCO VIANNA E MIGUEL CARNEIRO JUNIOR

Leituras Infantis — Leitura preparatoria	1\$500
--	--------

FRANCISCO VIANNA

Leituras Infantis — Primeiro livro	1\$500
„ „ — Segundo livro	2\$000
„ „ — Terceiro livro	2\$000
„ „ — Quarto livro (em preparação)	

FELISBERTO DE CARVALHO

Primeiro livro	1\$500	Quarto livro.	3\$000
Segundo livro.	2\$000	Quinto livro	3\$000
Terceiro livro.	2\$500		

MARIO BULCÃO

Vida Infantil — Primeiro livro	1\$500
„ „ — Segundo livro	2\$000
„ „ — Terceiro livro	2\$000
„ „ — Quarto livro	\$